



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROBSON DE LIMA FERNANDES

**ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ: PRÁTICAS
EDUCATIVAS E RELAÇÕES DE PODER (1849-1873)**

**SÃO LUÍS-MA
2018**

ROBSON DE LIMA FERNANDES

**ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ: PRÁTICAS
EDUCATIVAS E RELAÇÕES DE PODER (1849-1873)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Alexandre Guida Navarro

Coorientador: César Augusto Castro

**SÃO LUÍS-MA
2018**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

de Lima Fernandes, Robson.

Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí :
práticas educativas e relações de poder 1849-1873 / Robson
de Lima Fernandes. - 2018.

224 f.

Coorientador(a): César Augusto Castro.

Orientador(a): Alexandre Guida Navarro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2018.

1. Educandos Artífice. 2. História do Piauí. 3.
Práticas Educativas. I. Augusto Castro, César. II. Guida
Navarro, Alexandre. III. Título.

ROBSON DE LIMA FERNANDES

**ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ: PRÁTICAS
EDUCATIVAS E RELAÇÕES DE PODER (1849-1873)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação
em História do Centro de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Maranhão como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em ____/____/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro (Orientador)
Doutor em Antropologia com ênfase em Arqueologia – UNAM
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. César Augusto Castro (Coorientador)
Doutor em Educação – USP
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinador externo)
Doutor em História – UFPE
Universidade Federal do Piauí

Aos meus pais, Miguel Fernandes e Teresa Neuma de Lima Fernandes (in memoriam); aos meus saudosos irmãos, Robério e Joana Darc (in memoriam); à minha cunhada, Maria de Fátima; aos meus sobrinhos, Lídia e Ronildo Fernandes; à minha querida filha, Amanda Fernandes; à minha amada esposa Patrícia Fernandes e ao fruto do nosso amor, herança do Senhor, bendito fruto do seu ventre!

O objetivo da educação é a virtude e o desejo de converter-se num bom cidadão.

(Platão)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é, sem dúvida, fruto de um trabalho coletivo cuja trajetória foi marcada por muitas dificuldades e provações, o que de certa forma, a torna uma conquista muito especial e justifica as muitas razões que temos para agradecer a Deus, família, parentes e amigos.

A minha gratidão a Deus começa com a apresentação desta difícil trajetória: a ideia é testemunhar que, mesmo diante das dificuldades que enfrentamos na vida, nada acontece por acaso e o Senhor nosso Deus está sempre no controle de tudo! O êxito diante das dificuldades que enfrentamos evidencia esta verdade, e mais, tudo fica mais leve e gratificante quando Ele suscita pessoas que se dispõem a seguir conosco pelo(s) caminho(s) que temos que trilhar, basta apenas confiar. Confiar em Deus e na capacidade de superação que Ele nos dá, pois como está escrito: “tudo posso naquele que me fortalece” (Filipenses: 4: 13). Então continuemos acreditando, afinal, não é no acreditar que o homem realiza o ato mais significativo de sua vida?

Deus colocou em minha vida ao longo deste percurso pessoas muito especiais que me serviram de auxílio e apoio, espero não cair no pecado do esquecimento ao relacionar o nome de cada uma delas. Toda a minha gratidão a Luan Cardoso e Stéfany Marquis, meus parceiros incansáveis de estudo no início desta longa caminhada. Aos professores do curso de História da Universidade Federal do Piauí (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros) por todo o apoio que ainda recebo de cada um de vocês, em especial, os professores Gleison Monteiro, Agostinho Coe, Mairton Celestino, José Lins, Raimundo Lima e Fábio Leonardo.

Aos amigos e irmãos da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Picos-PI, pelo apoio financeiro e pelas orações que me sustentaram durante o primeiro e mais difícil período do curso, quando nos faltou a bolsa de estudos para manutenção: todo o meu respeito e admiração ao “irmão James” e ao “mestre Eviston” pela prestatividade e mobilização!

Aos queridos amigos Inaldo Bata, Gleiciane Brandão, Alinny Valentim, Jeferson Mota, Jandson Joubert, Claudia Lima, Leonice Rodrigues; aos meus amigos de turma e aos professores Reinaldo dos Santos Barroso Junior, Antônio Evaldo Almeida Barros e Manoel de Jesus Barros Martins pela gentil e solidária acolhida em São Luís do Maranhão, sem o apoio e o incentivo de vocês, tudo teria sido muito mais difícil!

À coordenação do PPGHIS/UFMA nas pessoas dos professores Alírio Cardoso e Lyndon de Araújo Santos e, especialmente; aos caríssimos mestres (as) Marcus Baccega, Maria

Izabel, Antônio Evaldo, Pollyanna Gouveia e Rafael Chambouleyron, mestres dedicados ao desempenho da nobre tarefa de educar e que não medem esforços para honrar o compromisso com a realização pessoal e profissional daqueles que lhes são confiados.

Aos meus queridos orientadores, os professores Alexandre Guida Navarro e César Augusto Castro, sem os quais certamente os critérios desta pesquisa não teriam sido alcançados, serei eternamente grato aos senhores por dedicarem tempo para o cumprimento das atribuições decorrentes de sua atividade de orientação. Deus os abençoe!

Minha gratidão também se estende aos grupos de estudo e pesquisa dos quais de forma oficial ou extraoficial, direta ou indiretamente participo, a saber, o Núcleo de Estudos e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista (UFPI), o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (UFPI), A escola da Terra (UFMA) e o Núcleo de Estudos e Documentação em História e das Práticas Leitoras no Maranhão (UFMA). As experiências compartilhadas com estes grupos, certamente têm colaborado para o envolvimento profissional e constante aprimoramento da atividade de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí nas pessoas de D. Maria de Jesus e seu Sebastião Bertaldo pela boa acolhida e prestatividade. À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por financiar esta pesquisa e nos dar as condições necessárias para levar a cabo este empreendimento e contribuir para o nosso aprimoramento pessoal e profissional. Agradeço também a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho de pesquisa: sintam-se todos abraçados e merecedores da minha gratidão.

Por fim, à minha amada esposa, Patrícia Fernandes, que tem sido uma benção de Deus em minha vida. Estou ciente de que sem o seu apoio, companheirismo e compreensão a realização deste sonho não seria possível. Muito obrigado por cuidar com tanto carinho de minha mãe e pela maneira amorosa como tem se dedicado a mim. Sobretudo e todos, minha gratidão a Deus que guiou meus passos, me protegeu, me fez conhecer pessoas tão maravilhosas ao longo desse caminho, por me dar sabedoria e forças para finalizar este empreendimento, justamente no momento mais difícil deste percurso quando diante da morte recente do meu irmão Robério Fernandes (8 meses), o único irmão que me restava, e da mulher que mais amei na vida, minha querida e saudosa mãe, Teresa Neuma (8 dias), o Senhor me sustentou e cuidou de mim.

RESUMO

A proposta deste trabalho tem como foco analisar a natureza das relações de poder estabelecidas entre os agentes sociais que interagiram no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí, a saber, educandos, diretores, professores, mestres das oficinas, etc. Pelo viés das práticas educativas daquele estabelecimento (instrução, trabalho, disciplina militar e religiosa, política de higienização), busca-se examinar a natureza dessas relações, os padrões que as norteavam, bem como, sua qualidade e implicações para a vida dos sujeitos envolvidos no processo de civilização provincial. Procurando compreender as motivações socioculturais, políticas e ideológicas por trás das práticas educativas implantadas na Casa de educandos do Piauí, objetivamos estudar o cotidiano das crianças admitidas naquela instituição de ensino elementar e profissionalizante no período compreendido entre 1849 a 1873 e problematizar a as relações de poder ali instituídas. Para tanto, através de uma pesquisa documental e bibliográfica baseada em subsídios fornecidos pelos relatórios dos presidentes da Província e outras fontes oficiais e extraoficiais, tais como, ofícios e correspondências entre autoridades locais, código de condutas, regulamentos, legislação educacional, periódicos, etc., bem como, no arcabouço teórico de autores como Michel de Certeau (2014), Erving Goffman (2015), José Gonçalves Gondra (2008) e outros, tentaremos apresentar nesta exposição um vislumbre da (s) principal (ais) força (s) organizadora (s) da instrução pública na província do Piauí oitocentista, bem como, da Casa de educandos enquanto espaço de poder disciplinar e lugar de produção de determinadas práticas cuja finalidade era civilizar por intermédio da educação indivíduos marginalizados pela elite local.

Palavras-chave: Educandos Artífices. História do Piauí. Práticas educativas.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the nature of the relations of power established among the social agents who interacted within the framework of the Piauí's Artificer Casa de Educandos, namely, students, directors, teachers, workshop masters, etc. The bias of the educational practices of that establishment (education, work, military and religious discipline, hygiene policy) seeks to examine the nature of these relationships, the patterns that guided them, as well as their quality and implications for the lives of the subjects involved in the process of provincial civilization. In order to understand the sociocultural, political and ideological motivations behind the educational practices implemented in the Piauí's Casa dos Educandos, we aim to study the daily life of children admitted to that institution of elementary and vocational education in the period among 1849 to 1873 and to problematize the relations of power there instituted. Thus, through documentary and bibliographic research based on subsidies provided by the reports of provincial presidents and other official and unofficial sources, such as, offices and correspondence between local authorities, code of conduct, regulations, educational legislation, periodicals, etc., as well as in the theoretical framework of authors such as Michel de Certeau (2014), Erving Goffman (2015), José Gonçalves Gondra (2008) and others, we will try to present in this exhibition a glimpse of the main organizing forces of public education in the province of the 19 th century Piauí, as well as of the Casa dos Educandos as a place of disciplinary power and place of production of certain practices whose purpose was to civilize through the education of individuals marginalized by the local elite.

Keywords: Educandos Artifacts. History of Piauí. Educational practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Fachada do antigo quartel da polícia militar.....	p. 119
Imagem 2	Vista panorâmica do interior do antigo quartel da polícia militar com a “tropa” em formação.....	p. 121
Imagem 3	Planta com as dimensões dos cômodos que foram adaptados à casa que serviu de Estabelecimento de educandos a partir de 1856.....	p. 126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Pedidos de admissão e desligamentos.....	p. 43
Tabela 2	Frequência dos educandos nas oficinas (1866).....	p. 64
Tabela 3	Empregados do Estabelecimento em 1866.....	p. 98
Tabela 4	Distribuição do corpo de educandos em 1866.....	p. 101
Tabela 5	Distribuição do tempo de atividades.....	p. 105
Tabela 6	Relação de todos diretores do Estabelecimento.....	p. 123
Tabela 7	Festas da igreja.....	p. 162
Tabela 8	Theatro.....	p. 162
Tabela 9	Bailes.....	p. 162
Tabela 10	Sarásos.....	p. 162
Tabela 11	Reuniões familiares.....	p. 162
Tabela 12	Enterros.....	p. 163
Tabela 13	Passeatas.....	p. 163
Tabela 14	Relação dos Educandos que podem sair do Estabelecimento em vista da Resolução nº 188 de 10 de Dezembro.....	p. 188

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA CASA DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ	31
2.1 O cotidiano da infância pobre no Piauí oitocentista.....	31
2.2 Criação e atuação do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí.....	50
3 CASA DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ: ADMINISTRAÇÃO, REGIME INTERNO E DISCIPLINA	82
3.1 Considerações preliminares.....	82
3.2 “O mundo do internato”: organização administrativa e espacial.....	93
4 PRÁTICAS EDUCATIVAS DO ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ.....	135
4.1 Cultura material escolar e dispositivos disciplinares do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí.....	137
4.2 Discursos civilizatórios em torno da educação	167
4.2.1 Uma casa de educação e trabalho: formação e capacitação do ser social	171
4.2.2 O discurso higienista como prática educativa: a preservação da vida do ser social.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
FONTES	205

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno das relações de poder no espaço escolar tem suscitado relevantes questões que permeiam o cenário educacional na atualidade despertando o interesse de diversos pesquisadores por temáticas envolvendo a cultura, o currículo e a disciplina escolar, a produção da subjetividade, a formação da identidade, entre tantas outras. Samuel Luis Velazquez Castellanos (2013),¹ Eduardo Arriada e Gabriela Medeiros Nogueira (2012),² Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, Cláudia Engler Cury e Mauricéia Ananias (2010),³ entre outros, constituem o grupo daqueles que têm contribuído para pensar estas temáticas. Campo fecundo onde se tem disseminado interessantes debates sobre a temática do poder, as relações de poder estão presentes em todas as instâncias da esfera social e na qualidade de instrumentos reguladores servem, em casos específicos de instituições sociais tais como a escola, à manutenção da ordem, equilíbrio e bem-estar dos indivíduos.

Mas de que forma as relações de poder se apresentam na escola? Das formas mais diversas. Através das formas de controle e dominação, das normas pedagógicas, do currículo escolar e, fazendo uma conexão com o foco desta análise, com as práticas educativas presentes em sociedades como a do Piauí oitocentista e em escolas como o Estabelecimento de Educandos Artífices, objeto deste trabalho de pesquisa.

Este trabalho tem como objetivo investigar, pelo viés das práticas educativas da Casa de Educandos Artífices do Piauí, as relações de poder estabelecidas entre os aprendizes admitidos naquela escola e os agentes sociais com os quais eles interagiram durante o tempo de atuação da mesma (1848-1873). As práticas educativas as quais nos referimos e recorreremos para alcançar o objetivo proposto neste trabalho diz respeito aos saberes que constituíam o currículo escolar da dita instituição e que deveriam ser repassados aos educandos, a saber, a instrução, o trabalho, a disciplina militar e religiosa, a política de higienização. Saberes que no

¹ CASTRO, C. A (Org.); CASTELLANOS, S.L.V (Org.). *A escola e seus artefatos culturais*. 1. ed. Sao Luis: EDUFMA, 2013. v. 1. 1p.

² ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. *Conjectura: Filosofia e Educação (UCS)*, v. 17, p. 37-54, 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1649/1025>>. Acesso em outubro de 2017.

³ PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, C. E.; ANANIAS, Mauricéia. As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação (1836-1884). *Revista HISTEDBR Online*, v. 37, p. 258-252, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639676>>. Acesso em outubro de 2017.

entendimento das autoridades locais da província do Piauí, constituíam instrumentos de transformação social de grande utilidade ao disciplinamento do corpo de educandos.

Quanto à problemática que norteou esta pesquisa salientamos que a análise empreendida partiu do seguinte questionamento: como foram construídas as relações de poder entre os atores sociais que interagiram no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí? Para tanto, optamos por uma forma de abordagem qualitativa que nos possibilitou explicar o cotidiano da infância pobre provinciana e explicitar as motivações – socioeconômicas, culturais, políticas e ideológicas – por trás da criação daquela instituição, suas práticas educativas e, mormente, as percepções produzidas sobre as relações estabelecidas naquela escola, que por sua vez, permitiram aos educandos resistir e reagir às imposições características do cotidiano escolar.

Motivado pelo desejo de dar sequência a um trabalho de pesquisa iniciado no período da graduação em História pela Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos-PI), a proposta era realizar uma pesquisa pela qual se pudesse aprofundar ainda mais o conhecimento sobre a história da fundação da Casa de Educandos e o que ela representou para a província do Piauí no período de 1849 a 1873. Com algumas questões acerca do universo dos educandos que pretendia ampliar – quem eram aquelas crianças pobres? De onde elas vinham? Porque ressocializá-las e/ou treiná-las para o trabalho regular? – principiamos a pesquisa e, das visitas ao Arquivo Público do Estado do Piauí, das consultas a sites de pesquisa e bibliotecas digitais,⁴ etc., aprofundamos o contato com as fontes e novos questionamentos foram surgindo e se apresentaram, inicialmente, como diretrizes que nos auxiliaram a pensar a temática. Como vivia a infância pobre desvalida na província do Piauí oitocentista? De que forma a criação da Casa de Educandos correspondeu aos planos de desenvolvimento provincial? Como a escola era administrada e qual a rotina diária dos educandos no âmbito daquela instituição de ensino? De que modo as práticas educativas da Casa de Educandos serviram aos planos do governo provincial de ressocializar a criança pobre desvalida? Estas questões aliadas a determinadas estratégias, a saber, apresentar a (s) principal(ais) força(s) organizadora(s) da instrução pública na província do Piauí, demonstrar que a Casa de Educandos constituiu um espaço disciplinar e disciplinador de indivíduos marginalizados e, por fim, identificar suas práticas educativas, nos ajudaram a definir a melhor forma de abordagem do assunto e a

⁴ Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Biblioteca Nacional, Center for Research Libraries, The Internet Archive, etc. Estes e outros sites de pesquisa e bibliotecas digitais utilizados para elaboração desta pesquisa, bem como, todo o acervo consultado, estarão devidamente referenciados no final deste trabalho com os seus respectivos endereços eletrônicos.

estabelecer critérios de avaliação e normas de procedimento para alcance do objetivo central desta pesquisa.

A possibilidade desta pesquisa reside justamente no fato de que, como inferimos acima,

A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experienciais culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e transformá-lo em função de necessidades, econômicas, sociais e políticas da coletividade.⁵

Não se trata de um trabalho inédito no sentido de que esta temática nunca tenha sido trabalhada por outros autores, na verdade, muitos deles – alguns dos quais nos valem para a constituição deste trabalho –, principalmente, os especializados em historiografia piauiense, já escreveram sobre esta instituição de ensino profissionalizante e elementar. Odilon Nunes (1975), Maria Mafalda Baldoíno de Araújo (1995), Maria do Amparo Borges Ferro (1996), Alcebíades Costa Filho (2006), Amada de Cássia Campos Reis (2006) e, mais recentemente, Genimar Machado Resende de Carvalho (2013) e Maria Alveni de Barros Vieira (2013), constituem alguns exemplos do que estamos afirmando e entre os autores que não fazem parte da historiografia local, mas que ajudaram a narrar a história daquela instituição encontram-se, por exemplo, os professores César Augusto Castro (2007) e Irma Rizzini (2004) que teceram excelentes reflexões sobre a Casa de Educandos Artífices do Piauí, uma vez que ela não só faz parte da história da educação brasileira que, no caso específico desta pesquisa, remonta, principalmente, ao período imperial brasileiro, bem como, está diretamente relacionada a outros campos do conhecimento historiográfico, tais como, a História da infância no Brasil, a História da educação profissional, a História das instituições masculinas, etc., o que permite que as temáticas se cruzem em virtude de suas abrangências. Portanto, é preciso esclarecer de antemão que, talvez, o que diferencie este trabalho de outros que lidaram, direta ou indiretamente, com o mesmo objeto, seja a forma de abordagem e o direcionamento que demos à análise do papel e importância daquele estabelecimento para os planos de desenvolvimento e progresso provincial, bem como, para a História da Educação piauiense no período oitocentista. Afinal, a maneira como construímos o nosso discurso historiográfico também não está vinculada às escolhas que fazemos, portanto, passíveis de serem influenciadas pelo lugar, pelas preferências e subjetividade do pesquisador? Como defende Michel de Certeau (1982):

⁵ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. – São Paulo: Cortez. 2006, p. 17. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1Cd9oH5xwRWRG5NdmZ2ck5JM3M/view>>. Acesso: agosto de 2017.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.⁶

Cientes da importância daquela instituição para a província do Piauí na segunda metade do século XIX e o que ela representou para aquela sociedade, consideramos relevante esta pesquisa, primeiro por que a reconstituição desta história contribuirá para a ampliação do espaço de produções historiográficas sobre a área da educação no Piauí no período oitocentista. Segundo alguns autores da historiografia piauiense, apesar da fertilidade desse campo de estudo e das inúmeras possibilidades de produção historiográfica, a história da educação no Piauí voltada para o período oitocentista ainda figura como uma das mais carentes de trabalhos desta natureza.⁷ Assim sendo, investir na produção de uma pesquisa que privilegia a área da educação no Piauí oitocentista constitui uma contribuição significativa para o fazer histórico do historiador nesta importante área do conhecimento científico, portanto, desta perspectiva, procuramos pensar o que representou a Casa de Educandos Artífices do Piauí para o projeto de desenvolvimento e progresso da província na segunda metade do século XIX.

Neste sentido, reconstituir a história daquela instituição possibilita complementar e até aprofundar informações suscitadas por outros pesquisadores acerca da mesma, entender a relação existente entre a sua criação e o processo de desenvolvimento econômico do Piauí oitocentista, bem como, entre o currículo escolar e as estruturas de poder e dominação, uma vez que atendendo a demandas políticas e sociais da época (o processo de civilização imperial) revelava o interesse na formação de indivíduos conforme os padrões determinados pelos grupos dominantes, reforçando assim, as relações de desigualdades entre a elite e as classes pobres da sociedade. Mencionando ainda o fato de que esta pesquisa constitui uma forma de preservação da memória de uma das mais importantes instituições sociais da província do Piauí no período imperial. Portanto, uma proposta socialmente viável por que contribui para a reconstrução de uma importante parcela da história da educação piauiense, pois é fato passível de comprovação que o Estabelecimento de Educando Artífices do Piauí representou a primeira referência de um

⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-66.

⁷ Cf. COSTA FILHO. Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*, Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. (Concurso Novos Autores), p. 11.

modelo de escola aos moldes de um ensino profissionalizante, pois foi a partir da criação daquela instituição [...] que o ensino profissionalizante se instaurou no Piauí, com interesse circunstancial de amparar órfãos e desvalidos [...]” e, desde então, passou a se desenvolver na província “[...] uma política assistencialista ao tempo em que tentava suprir a demanda do mercado por mão-de-obra especializada para atender as exigências da sociedade da época [...]”.⁸

A pesquisa suscita ainda questões atuais e de interesse social sobre as quais vale a pena pensar: o papel da educação para a formação do indivíduo, a importância da inclusão social de indivíduos marginalizados no processo de produção do sistema social e o exercício da cidadania. Outro aspecto importante é que essa proposta de estudo nos levar a refletir também sobre o papel que a escola, enquanto espaço social, desempenha na formação moral e ética dos indivíduos que a frequentam e, para além disso, nos instiga a pensar sobre como em uma dada formação social o trato e a lida com as diferenças de classe e a organização do espaço urbano pode apresentar-se de forma tão variada considerando o momento histórico vivido. Relevantes questões que permeiam as relações de poder e saber estabelecidas naquela instituição e que são privilegiadas nesta pesquisa.

Para esta proposta de trabalho, elegemos como sujeitos da pesquisa os educandos admitidos naquela instituição durante o tempo de sua atuação e os indivíduos com os quais eles estabeleceram relações, a saber, os funcionários públicos responsáveis pela manutenção e funcionamento daquela escola. Isto inclui o diretor do estabelecimento, responsável direto pela escola de educandos, bem como, pelo cumprimento rigoroso das ordens expressas pelos presidentes da província acerca do funcionamento (regulamento, regimento interno, finanças, disciplina, moral, etc.) daquela instituição de ensino e, entre os demais funcionários que atuavam naquela casa de educação, destacamos ainda, os professores, mestres das oficinas e Agentes⁹ que de acordo com o (s) estatuto (s) da Casa, comprometeram-se com a aplicação de “técnicas de controle” que variavam desde rigorosas práticas educativas disciplinares a diversas penas e sanções aplicadas aos educandos no intuito de moldar seu caráter e disciplinar seus pensamentos.

⁸ REIS, Amada de Cássia Campos. *História e memória da educação em Oiras-Piauí*. 2006. 285f. (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, p. 128.

⁹ Geralmente os educandos mais preparados entre todos ou como rege o regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864, capítulo 12, art. 54, p. 184: “[...] um educando dos mais habilitados pela idade, aproveitamento, actividade e boa conduta [...]”.

Afim de alcançar o objetivo central desta pesquisa, procuramos fundamentá-la sobre os escritos de Michel de Certeau cujos conceitos de “práticas ordinárias”, ou seja, práticas cotidianas; estratégia e tática, nos ajudou a pensar as maneiras como cada um dos sujeitos da nossa pesquisa reagiram às imposições socioculturais representadas no interior da escola pelo seu regime interno, pelas exigências curriculares, pela disciplina e as práticas educativas provenientes das relações estabelecidas entre os educandos e os diretores, professores, mestres das oficinas daquele internato de órfãos desvalidos.

Como interpretavam e/ou lidavam com a cultura escolar? Como reagiam às imposições de um sistema comum de significados que a classe dominante nas províncias do império brasileiro, sob a égide do governo central, procurava reproduzir através do que José Gonçalves Gondra (2008) denominou de “formas educativas”, a saber, escolas elementares, internatos e asilos, colégios e liceus e até mesmo as faculdades e academias superiores? Segundo este autor, internatos e asilos como aquele que é objeto desta pesquisa, constitui, mesmo na atualidade, “uma fórmula” ou “estratégia” utilizada pelo governo para “lidar com a inclusão regulada de crianças e jovens pobres na sociedade” e reprimir “os perigos representados pela população posta à margem, e ao mesmo tempo”, uma maneira eficaz de abastecer “os postos de trabalho” com mão-de-obra “minimamente capacitada e disciplinada, cabendo ao mundo do trabalho dar sequência ao controle iniciado na casa e na escola”.¹⁰ Desta perspectiva, como demonstramos ao principiar nossas considerações sobre a Casa de Educandos enquanto asilo de assistência e proteção à infância pobre da província do Piauí, “as autoridades [*locais*] competentes e o universo da filantropia percebiam os asilos como uma forma de assistência social, mas também como medida de controle social [...]”,¹¹ uma vez que as camadas pobres da população eram tidas como um perigo em potencial para o convívio social e um entrave ao ideal de civilização que precisava ser superado por meio da educação e especialização para o trabalho.

Considerando a existência de diversas culturas¹² presentes no Estabelecimento de Educandos (cultura da classe dominante e a da classe dominada, a cultura do rico e a do pobre, a cultura do letrado e do analfabeto), nos ocorreu pensar como se deram as relações entre os atores sociais no âmbito daquela escola: Diante das imposições culturais presente naquele

¹⁰ GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 562p., p. 108.

¹¹ Cf. GONDRA, loc. cit. Grifo nosso.

¹² Culturas no sentido de conhecimentos impostos pelo currículo escolar e/ou adquiridos nas comunidades e grupos sociais ali representados e que incidiram diretamente sobre a visão de mundo dos indivíduos que interagiram naquela instituição e suas relações.

estabelecimento, como reagiram os educandos? Como se apropriaram daquele espaço disciplinar reservado para a transmissão de valores e normas de conduta sociocultural que visava a ressocialização dos internos? Como que eles operavam as “bricolagens” que os permitia escapar às imposições da escola ou adaptá-las à sua própria cultura. Ou seja, desta perspectiva, buscamos refletir sobre o que os educandos faziam com as informações (saberes) que lhes eram repassadas pelo currículo escolar, como eles operavam os objetos (patentes, poderes, ferramentas, promoções, etc.) que lhes foram entregues.

Consideramos também que a análise do cotidiano realizada por Michel de Certeau era mais apropriada ao exame que empreenderíamos acerca das relações de poder estabelecidas na Casa de Educandos Artífices do Piauí por que diferentemente de Michel Foucault (1987) em “*Vigiar e punir: nascimento da prisão*” e Pierre Bourdieu (1992) em “*A reprodução: elementos para a teoria de um sistema de ensino*”, Certeau defende o sujeito insubmisso, aquele que foge da ordem, e, a partir desta perspectiva, daria para se pensar, por exemplo, os diversos casos de educandos e funcionários públicos que se opuseram a certas determinações impostas pelo regime interno daquela instituição enquanto reprodutora da ordem vigente. Embora admita a função reprodutora da escola, Certeau defende que o diferencial está justamente no que os sujeitos que a frequentam fazem com os objetos e saberes que lhes são distribuídos, ou seja, ao invés de aceitarem passivamente as imposições da escola e as reproduzirem, eles reagem com “rebeldia”, o que explica, por exemplo, o grande número de evasões e fugas ocorridas naquele estabelecimento de ensino registrados nas fontes utilizadas na elaboração desta pesquisa.

Contudo, os estudos de Foucault sobre o poder e o saber foram de grande utilidade na elaboração desta pesquisa no que diz respeito a compreensão das formas de controle exercidas por instituições como a Casa de Educandos. Segundo ele, as instituições sociais moldam mentes e corpos humanos mediante a utilização de mecanismos de controle baseados na ameaça de punição – as chamadas “tecnologias políticas”. Suas análises demonstram formas de se exercer o poder a fim de se produzir determinado tipo de sociedade e, desta perspectiva, podemos pensar a Casa de Educandos do Piauí, enquanto instituição social, como instrumento de transformação de condutas e disciplinamento dos corpos dos aprendizes onde a disciplina, principal instrumento de dominação e controle, era utilizada para corrigir e/ou adestrar os comportamentos divergentes, bem como para inculcar-lhes princípios de civilidade.

Tendo já apresentado, inicialmente, as razões pelas quais optamos pela concepção teórica de Michel de Certeau passemos então àquela (s) que nos levou a eleger Erving Goffman

(1922-1982) como um teórico indispensável à elaboração desta análise sobre a Casa de Educandos Artífices do Piauí. De maneira objetiva, o nosso interesse por conhecer o mundo social do interno – “foco principal”¹³ do seu livro *“Manicômios, prisões e conventos”* (2015) – naquela “instituição total” foi nossa maior motivação. Considerando os aspectos relacionados às finalidades para as quais foi criada a Casa de Educandos Artífices do Piauí analisados neste trabalho, a saber, abrigo e proteção da infância desvalida, qualificação para o trabalho das classes pobres da população, desenvolvimento econômico provincial e o projeto de civilização popular pensado pelas autoridades locais da província do Piauí oitocentista, entendemos ser de grande utilidade para a nossa reflexão recorrer ao seu “trabalho de campo” realizado no Hospital St. Elizabeths (Washington, D.C., 1955-1956) e, mormente, à sua pesquisa sobre as instituições totais cujas características ou agrupamentos,¹⁴ de certa forma, correspondem às motivações que levaram o governo provincial a pensar a criação de uma instituição que, ao mesmo tempo, pudesse “cuidar de pessoas incapazes e inofensivas”, neste caso, os órfãos desvalidos admitidos naquela instituição; pessoas que do ponto de vista dos idealizadores daquela casa de educação eram “consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que [eram] também uma ameaça à comunidade”, o que nos remete à função protetora daquele estabelecimento no que diz respeito aos “perigos intencionais” que ameaçavam a vida em sociedade e o bem-estar das pessoas; e, o mais importante de todos estes aspectos que era “a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho”, uma vez que na qualidade de escola profissionalizante a intenção era qualificar para o trabalho as classes pobres da população que do ponto de vista das autoridades locais eram tidos por vadios, mendicantes e ociosos, lembrando também a aversão que boa parte da população piauiense tinha ao trabalho regular: os “homens pobres”, por exemplo, rejeitavam esse tipo de trabalho por acreditarem tratar-se de atividade restrita aos escravos.¹⁵

As reflexões de Goffman sobre a instituição enquanto “híbrido social, “estufas para mudar pessoas”, a sua análise sobre “o mundo do internato” e o processo de mortificação do eu, ou seja, a forma como ele demonstrou como a instituição total se utiliza de certos mecanismos para reorganizar a vida daqueles que nela ingressa,¹⁶ as “táticas de adaptação” que

¹³ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. [tradução Dante Moreira Leite]. – São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 11.

¹⁴ Ibidem, p. 16-17. Grifo nosso.

¹⁵ MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361f. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, p. 289.

¹⁶ GOFFMAN, 2015, p. 22-45.

uma vez aceitas pela interno lhe auxiliam no enfrentamento das “pressões presentes nas instituições totais”,¹⁷ etc., foram de grande valia para o exame que empreendemos sobre a administração, o regime interno e disciplina daquela Casa.

Esclarecemos ainda que as teorias, métodos e conceitos utilizados neste trabalho¹⁸ foram pensados à luz da realidade social da província do Piauí oitocentista, o que significa dizer que, em hipótese alguma, as utilizamos de forma indiscriminada por conterem conceitos e métodos eurocêntricos gestados com base em tempos, contextos e realidades sociais bem distintas, singulares. Então, alguns dos conceitos e métodos dos quais nos valem na elaboração desta pesquisa, a saber, os conceitos de poder, saber, cotidiano, prática, cultura, ser, assassinato social, etc., foram todos pensados e utilizados de acordo com a realidade social brasileira durante o período imperial e, em especial, a realidade social piauiense, uma vez que se trata de uma região que possuía características distintas em relação à Europa medieval e dos séculos XVIII e XIX, por exemplo. Afinal, como esclarece Kalina Vanderlei e Marciel Henrique Silva (2009) “[...] um *conceito [é]* construído com o fim de explicar uma realidade social única, aplicável apenas a determinado momento e lugar específico na história”,¹⁹ portanto, “[...] devemos ter sempre em mente que os conceitos são construídos para determinado momento e lugar na história, e não podem ser aplicados para outras realidades de forma indiscriminada”.²⁰ Cientes deste fato procuramos dedicar uma atenção especial aos referenciais utilizados na pesquisa que empreendemos afim de que as divergências de pensamentos entre os autores selecionados como suporte para a elaboração deste trabalho não gerassem problemas de interpretação dos fatos e fenômenos sociais. Desta forma, nos comprometemos com a narração crítica e ordenada dos fatos analisados, bem como, com a elaboração de um trabalho menos tendencioso e parcial. O que estamos dizendo é que a construção da pesquisa deve se dá a partir de uma perspectiva dialética que permita um diálogo equilibrado e coerente entre fontes e referenciais teóricos, o que sem dúvida, acreditamos, se reflete positivamente nos resultados da mesma.

Por último, há uma tendência natural e inconsciente, mesmo entre pesquisadores experientes de sacralizar determinados conceitos e métodos, o que de certa forma acaba

¹⁷ GOFFMAN, 2015, p. 62.

¹⁸ Teorias, métodos e conceitos extraídos dos escritos de Michel de Certeau, “A invenção do cotidiano” (2014); Michel Foucault, “Vigiar e punir” (1987) e “Microfísica do poder” (2016); Erving Goffman, “Manicômios, prisões e conventos” (2015), entre outros.

¹⁹ SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceito históricos*. 2. ed., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009, p. 15. Grifo nosso.

²⁰ *Ibidem*, p. 11.

contribuindo para a naturalização dos mesmos. Apesar dos avanços conquistados, a história é testemunha do que afirmamos e a grande ênfase que se dá na atualidade à preocupação com a produção de trabalhos historiográficos mais críticos evidencia que ainda há muito o que se fazer em relação à produção de trabalhos desta natureza, afinal, não podemos nos esquecer que a própria academia entre outros fatores, tais como, o tempo e a própria subjetividade do historiador – como bem sanemos, o historiador fala de um determinado tempo e lugar regido por leis e determinações às quais não está imune – exercem influência sobre os textos que produzimos. Como explicou Michel de Certeau acerca da operação historiográfica, ela

[...] se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.²¹

E voltamos a insistir, se é “em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”, então, nada mais elementar por parte do pesquisador que assumir uma postura crítica que o leve a questionar “o próprio discurso historiográfico”.²² O que não significa a rejeição ou negação ferrenha dos conceitos e métodos acadêmicos como propôs, por exemplo, Patrick Joyce²³, mas considerar que toda pesquisa historiográfica está inserida em um lugar cujas leis e determinações arbitram sobre o que se deve ou não se produzir, e os meios pelos quais se operam esta produção afim de que se possa legitimar sua validade e aceitação. Isso aplica-se não apenas a historiografia francesa, mas também a outras formas de narração da história como é o caso da historiografia brasileira há muito influenciada pelo padrão historiográfico europeu. Daí a necessidade urgente de se rever conceitos e métodos, de se adotar padrões que se adequem melhor à nossa realidade e que proporcionem a elaboração de trabalhos enxutos, isto é, mais claros, definidos, marcados pela coerência e precisão.

Quanto aos autores da historiografia nacional e piauiense que mencionamos no início desta introdução destacamos que sua seleção também se explica pelo fato de que cada um deles,

²¹ CERTEAU, 1982, p. 65.

²² Ibidem, p. 63 e 70.

²³ Cf. JOYCE, Patrick. “¿El final de la Historia Social?”. In: *Historia Social*, n. 50, 2004, p. 25-45.

de sua perspectiva particular, lidam com importantes questões diretamente relacionadas ao tema que nos propomos a estudar.

As análises de José Gonçalves Gondra sobre “*Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*” (2008) e as “*Artes de civilizar*” (2004) contribuíram para ampliar nossa noção sobre educação e a escola como mecanismo do governo provincial capaz de produzir sujeitos civilizados. Ampliando o foco de nossa investigação pudemos analisar de forma mais efetiva os impactos da “educação não institucionalizada” – aquela que se aprendia em casa na companhia dos pais e/ou no convívio com outros atores sociais – sobre a “educação institucionalizada”, ou seja, aquela que se processava dentro dos muros daquela escola. Afinal, saberes práticos e práticas de socialização eram repassadas pelas gerações adultas às novas gerações no convívio cotidiano e os efeitos dessas práticas se refletiram nas relações estabelecidas no interior daquela instituição gerando tensões e conflitos.

Costa Filho (2006) em *Escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1859-1889)* e Reis (2006) em *História e memória da educação em Oeiras* nos forneceram dados importantes que auxiliaram na compreensão do processo de desenvolvimento socioeconômico na província do Piauí e apontaram elementos constituintes desse processo que incidiram diretamente sobre o estado de pobreza da província, o que levou as autoridades locais a pensarem alternativas, a princípio infrutíferas, para amenizar o problema. Em 1845, com a ascensão do governador Zacarias de Góes e Vasconcelos ao poder, idealizou-se pela resolução nº 220 de 24 de setembro de 1847, a criação de um Estabelecimento de Educandos Artífices no Piauí, fundado no governo de Anselmo Francisco Perreti, a 01 de dezembro de 1849, como uma das possíveis soluções para os problemas socioeconômicos sofridos pela Província. Mencionando ainda o fato de que instituições como estas apresentaram resultados bem expressivos em outras províncias do Império, pelo menos do que diz respeito a um bom instrumento de controle e regeneração social.

As pertinentes considerações tecidas por César Augusto de Castro sobre a Casa de educandos do Piauí no livro *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)* e de Irma Rizzini em *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*, além de reforçar a ideia de que a criação e importância do estabelecimento de educandos está atrelada a fatores socioeconômicos caracterizados pelo aumento da pobreza na província e a necessidade de formação de mão-de-obra para as atividades manufatureiras, aborda também questões relacionadas à necessidade de organização do espaço urbano. Segundo Castro, logo após sua

transferência de Oeiras para Teresina (1852) medidas foram tomadas no sentido de que aquela instituição fosse utilizada para normatização do trabalho e prevenção da ociosidade e da vagabundagem.²⁴ Rizzini, por sua vez, aborda entre tantos outros assuntos relacionados ao estabelecimento de educandos amazonense a preocupação dos governos de 12 províncias do império com a instalação de instituições como está e, ao fazê-lo, defende que o disciplinamento das classes populares através da educação de suas crianças era um dos principais objetivos de instituições desta natureza, chegando a afirmar que “[...] A obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade dos costumes constituem objetivos importantes dos internatos para desvalidados”.²⁵

Em *Escravidados da nação e educandos artífices nas obras públicas para a construção de Teresina (1850-1873)*, Genimar Machado Resende de Carvalho (2013) analisa o estabelecimento do Piauí em conexão com a construção de Teresina e demonstra a participação dos educandos nesse processo como mão-de-obra barata e especializada a serviço do Estado. Em acordo com Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, afirma que ele representou uma forma de controle e moralização e um instrumento de disciplinamento das classes pobres da população piauiense.²⁶ Sua concepção reforça a ideia de que determinadas práticas educacionais dentro do estabelecimento serviam muito bem ao propósito de transformar os educandos em operários “morigerados e laboriosos”,²⁷ ou seja, “trabalhadores dóceis e disciplinados”²⁸ como ela mesma os classifica.

Odilon Nunes (1899-1889), historiador de renome nacional, constitui importante contribuição teórica àqueles que desejam escrever sobre a história do Piauí, mesmo em se tratando do assunto em questão. Em *Pesquisas para a história do Piauí Vol. IV* (1975), por exemplo, apresenta com riqueza de detalhes a descrição de fatos importantes sobre a história do Piauí. Seus escritos constituem fonte indispensável de pesquisa. Ele lidou diretamente com questões de ordem econômica, política e social – escola, trabalho, cultura, educação, etc., – e também escreveu sobre vários assuntos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico do

²⁴ CASTRO, César Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís: EdFUNC, 2007, p. 85.

²⁵ RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. 2004. 430f. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 163.

²⁶ CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013, p. 137 e 138.

²⁷ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de Jose Mathias, Rua Grande nº 21. p. 14.

²⁸ CARVALHO, Op. cit., p. 140.

Piauí do século XIX, entre os quais se encontra a criação da Casa de Educandos cujas práticas educativas nos serviram de fio condutor para compreensão das relações de poder estabelecidas entre os sujeitos que interagiram naquela instituição.

Quanto à metodologia da pesquisa, isto é, os caminhos que possibilitaram a realização deste trabalho enfatizamos, em primeiro lugar, que toda a problemática veio das fontes, pois estamos convencidos que o contato direto com as fontes nos proporciona uma visão pessoal dos registros que elas contêm, bem como, contribuem para que se evite a reprodução constante de pensamentos, conceitos e métodos de análise de outros pesquisadores, criando assim possibilidades inéditas e alternativas de interpretações criativas e inovadoras. Fizemos uso de fontes oficiais (manuscritas, textuais e iconográficas), tais como, relatórios dos presidentes da província, correspondências, ofícios e requerimentos, códigos de postura, legislações escolares, fotografias, periódicos e, à medida que a pesquisa foi se expandindo fomos lhe incorporando o que foi necessário a uma análise mais prudente e acurada.

Sobre a utilidade das fontes supramencionadas salientamos que elas foram imprescindíveis à reconstituição do passado sobre as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos sociais que atuaram no âmbito da Casa de Educandos do Piauí, pois estes documentos são em sua essência os que mais contêm evidências acerca do objeto e dos sujeitos que pretendemos estudar; sua utilização ajudou na compreensão de determinados conceitos, práticas, costumes, mentalidade e processos vivenciados dentro daquela instituição por indivíduos e grupos que constituíam a sociedade piauiense do século XIX e eles contribuíram para ampliar o entendimento sobre questões concernentes à ação dos grupos sociais detentores do poder sobre grupos e indivíduos de condições sociais divergentes. Como declara Rizzini “a leitura das fontes permite vislumbrar a dinâmica de mutação das instituições, investigar as modalidades relacionais, os jogos de poder entre os diversos sujeitos e os níveis hierárquicos, que estão envolvidos na sua criação e funcionamento”.²⁹

Sobre os relatórios dos presidentes da província do Piauí (1835-1889) utilizados nesta pesquisa, todos se encontram disponíveis no site Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago/EUA (Centro de pesquisa Bibliotecária da Universidade de Chicago/EUA). A

²⁹ RIZZINI, Ima. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. Trabalho apresentado no Seminário comemorativo dos vinte anos do Proedes – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade/UFRJ/FE (2007) e ampliado, como subsídio ao projeto “Garantia de direitos na vida de crianças e adolescentes pobres: história e configurações atuais”, apoiado pela FAPERJ, p. 12. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1571>>. Acesso em setembro de 2017.

utilização destes relatórios foi fundamental para a compreensão dos planos e metas traçados pelos presidentes à frente do governo da província e de suas reais intenções por trás do poder do discurso oficial de melhorias necessárias ao seu desenvolvimento e progresso. Por meio deles pensamos questões relacionadas ao discurso político civilizatório pelo qual se tentou através de práticas educativas, tais como, a instrução, o trabalho e outras tantas implantadas na Casa de Educandos, o controle e regeneração social dos internos admitidos na dita instituição. Encontramos nestes relatórios importantes referências às práticas educativas utilizados naquele estabelecimento utilizado como mecanismo do governo provincial para “curar” da educação de crianças pobres desvalidas.

Os periódicos – jornais³⁰ que aparecem em períodos regulares – acessados através da Biblioteca Nacional Digital nos ajudaram a olhar de forma diferenciada para as informações fornecidas pelos relatórios e manuscritos oficiais acerca das relações estabelecidas entre os sujeitos do processo, uma vez que na qualidade de mediadora social a imprensa funcionava como instrumento de veiculação e materialização de práticas de poder, ações políticas, opiniões e ideologias. Estes periódicos locais permitiram não só o acesso a outros agentes do processo educativo – professores, inspetores, mestres das oficinas, etc. – como também lançaram mais luz sobre questões levantadas na temática abordada nesta pesquisa que, certamente, uma análise isolada da documentação oficial não contemplaria.

Os manuscritos oficiais, em sua maioria, correspondências e ofícios entre os presidentes da província do Piauí e os diretores do Estabelecimento de Educandos Artífices, bem como, os pedidos de admissão e desligamentos encaminhados por pais e responsáveis pelos educandos ao Palácio da província, contendo queixas e reclamações acerca do tratamento dado aos seus filhos e protegidos, os códigos de leis piauienses, códices, imagens, etc. adquiridos através de visitas periódicas ao Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), forneceram subsídios suficientes para nos permitir conhecer a rotina diária dos sujeitos envolvidos na dinâmica daquela instituição social e as relações de poder que estabeleceram. Lançando mão destes recursos metodológicos, buscamos através de pesquisa documental descrever determinados costumes, comportamentos e diferenças relacionados à proposta em questão afim de nos aproximar o máximo possível do objeto de nossa investigação na tentativa de compreender os sujeitos envolvidos no processo de relações poder que se estabeleceram em torno da Casa de educandos do Piauí e, dessa forma, investigar o cotidiano da infância pobre admitida na dita

³⁰ Só para citar alguns: A imprensa, O Piauhy, A Epoca, O Escholastico, Liga e Progresso.

instituição, pois como constatou o professor César Augusto Castro (2006) ao se referir à importância e utilização de determinadas fontes para esse tipo de pesquisa: “Esses documentos retratam as ações cotidianas dos educandos, mestres, professores e funcionários da instituição estudada. Deixam entrever, também, as agruras e dilemas dos meninos [...]”.³¹

Quanto à escolha das fontes, consideramos sua natureza, quantidade, pertinência e relevância para a pesquisa. Objetivando obter uma visão mais clara e ampla da realidade na qual se constitui nosso objeto de pesquisa e vivenciaram os sujeitos de nossa investigação, privilegamos o cruzamento dos relatórios dos presidentes da província com periódicos locais, manuscritos oficiais e fontes iconográficas (imagens) nas quais encontramos informações preciosas acerca do cotidiano e das relações de poder estabelecidas no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí, tudo isso, tendo sempre em mente a necessidade de “[...] questionar as condições de produção de cada documento ou obra bibliográfica que utilizamos, procurando compreender os sentidos e as ideologias que ele pretende transmitir”.³²

Da mesma forma que os referenciais teóricos, a utilização das fontes selecionadas para esta pesquisa mereceu um trato e atenção especial, uma vez que

O uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais. Ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento de fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso.³³

Havíamos de se considerar essa importante advertência, pois negligenciá-la poderia fazer com que incorrêssemos em graves erros de interpretação, afinal, como podemos inferir do apontamento de Maria de Lourdes Janotti, as fontes também passam por um processo histórico de produção cujas circunstâncias, interesses e a subjetividade do próprio historiador e/ou daqueles que as produzem afetam diretamente o significado e o sentido de termos e conceitos dos quais nos valem na pesquisa. Embora

Não devemos esperar, é claro, que cada historiador seja, ao mesmo tempo, um filólogo. Mas algumas questões são importantes e devem ser, sempre, objeto de preocupação de quem consulta documentos do passado. Um dos pontos

³¹ CASTRO, César Augusto. A educação profissional de crianças no Brasil império. 2006. 296f. (Pós-doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, p. 13.

³² FALCI, Miridan Britto Knox. *A criança na província do Piauí*. – Teresina: Academia Piauiense de Letras, CDHAL, 1991, p. 10.

³³ JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 10.

cruciais do uso de fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e das expressões. Sabemos que os significados mudam com o tempo, mas não temos, de início, obrigação de conhecer tais mudanças. No entanto, boa dose de desconfiança é o princípio básico a nos orientar nesses momentos, além de uma leitura muito atenta dos autores que já trabalham na mesma linha de pesquisa.³⁴

Para tanto, apontamos dois princípios básicos que nos foi de grande ajuda nesta pesquisa: o uso de dicionários³⁵ da época ou pelo menos de épocas aproximadas como ferramentas didáticas de aprendizagem e o contato direto com as fontes de pesquisa; considerando que a visão, a forma de assimilação e interpretação sobre informações que elas contêm acerca do objeto e dos sujeitos da nossa pesquisa não é, e em hipótese alguma, poderia ser semelhante à nossa. O que sem dúvidas ampliou os resultados da pesquisa.

Por fim, devemos lembrar após todas as considerações e questionamentos levantados aqui acerca da importância de repensarmos teorias, métodos de análises e conceitos dos quais nos apropriamos para a elaboração de trabalhos desta natureza que “[...] nem os métodos nem a teoria são o objetivo final do nosso trabalho, são apenas ferramentas para tratar de entender melhor o mundo em que vivemos e ajudar os outros a entendê-lo, a fim de contribuir para melhorá-lo, o que faz falta”³⁶ e que a história se constitui numa

[...] operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito. Nesse sentido, ela não serve para glorificar o passado, pois o que ela realiza, na maioria das vezes, é a deslegitimação de algo construído pela memória, e que muitas vezes permanece escrito, registrado, mantido no presente.³⁷

Inspirado no livro *Instituições escolares: por que e como pesquisar* de Paolo Nosella e Ester Buffa (2015), estruturamos o trabalho em três capítulos cujos temas abordados em suas divisões e subdivisões foram cuidadosamente selecionados afim de que, seguindo uma progressão lógica, pudéssemos chegar ao objetivo desta análise delineando o cotidiano dos

³⁴ BARCELLAR, Carlos. Fontes documentais: o uso e o mal uso dos arquivos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 63.

³⁵ Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Ouro Preto, na Typographia de Silva, 1832 e o Novo dicionário da língua portuguesa por Educardo de Farias, 1850/1851.

³⁶ FONTANA, Josep. História depois do fim da história. Tradução de Antônio Penaves Rocha. – Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998, p. 37-38.

³⁷ MOTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 26.

internos, bem como, as relações de poder que eles estabeleceram com outros agentes sociais no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí durante o período de sua atuação (1849-1873).

No capítulo 1, reconstituímos a História da fundação do Estabelecimento de Educandos Artífices e, nesta tentativa, apresentamos, inicialmente, o cotidiano da infância pobre na província do Piauí oitocentista buscando ressaltar sua criação, formas de educação, práticas e valores de socialização, pois acreditamos que, dessa forma, poderíamos apreender melhor o objetivo para o qual empreendemos este trabalho, uma vez que a criança admitida naquela escola era portadora de valores culturais adquiridos pela experiência e aprendizagem da vida adulta na companhia dos pais e de outros agentes sociais. Valores estes que em nossa compreensão impactaram sobre as relações de poder estabelecidas no interior daquela instituição. Apresentamos ainda nesta seção o contexto histórico no qual emergiu a casa de educandos (criação e estabelecimento, apogeu e queda) focalizando “a situação econômica e social” da província do Piauí no momento em que se deu a criação daquela instituição e mostrando como se articulou politicamente esta questão e quais as justificativas por trás de sua idealização e fundação. Fazendo uso de ampla documentação que comprova nossa argumentação (resoluções, leis, artigo de jornais, etc.), procuramos mostrar a evolução da Casa, desde o período de sua implantação até sua extinção em 1873 mostrando como a escola foi mudando de acordo com os novos ares de civilidade.³⁸ Mudanças motivadas por fatores econômicos, demográficos, legislativos (regulamento da Casa, da instrução pública), etc.

No capítulo 2, destacamos a estrutura organizacional e “a vida na escola” num esforço para focar o interior daquela instituição: o prédio, as instalações, a equipe administrativa, a disposição do corpo de educandos e funcionários (professores, mestres das oficinas, Agentes, etc.), bem como, os “saberes escolares, currículos, disciplinas, livros didáticos, métodos de ensino, normas disciplinares, clima cultural (organização, manifestações, publicações, realizações de eventos, etc.), pontuando as datas das informações”³⁹ sobre estas e outras eventuais questões que surgiram e julgamos necessárias. Nesta seção, começamos a vislumbrar a partir das fontes o nosso objetivo central, a saber, como se constituíram as relações de poder estabelecidas naquela Casa de educação a partir da análise do cotidiano das crianças admitidas na dita instituição (horários, deveres, funções, tratamentos, relações, etc.).

³⁸ NOSSELA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2. ed. – Campinas, SP: Alínea, 2013, p. 69a.

³⁹ *Ibidem*, p. 69b.

No terceiro e último capítulo, continuamos a aprofundar as relações de poder no interior da casa (professor/aluno, diretor/professores, etc.) tratando mais diretamente das práticas educativas (instrução, trabalho, disciplina militar e religiosa, ideologia da higienização) daquele estabelecimento de ensino, sua finalidade e aplicação, e de como os sujeitos da pesquisa reagem à sua aplicação. Para tanto, buscamos refletir sobre a cultura material da Casa de Educandos, os dispositivos disciplinares implantados naquela escola e os discursos civilizatórios em torno da educação.

2 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA CASA DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ

2.1 O cotidiano da infância pobre no Piauí oitocentista

A opção pelo estudo do cotidiano da infância pobre no Piauí oitocentista denota o desejo de uma abordagem mais ampla sobre as questões que estão diretamente relacionadas à vida dos sujeitos desta pesquisa que não se restringe unicamente ao seu dia a dia em sala de aula ou nas dependências do estabelecimento. Analisar o cotidiano dessas crianças tem a ver com investigar “[...] as questões culturais, sociais, econômicas e políticas” da época e entender como estava organizada aquela sociedade.⁴⁰ Uma abordagem dessa natureza sobre o cotidiano da infância pobre na província do Piauí, privilegiando aspectos relacionados à criação, educação, práticas e valores de socialização, podem, certamente, nos ajudar a entender melhor as relações de poder que tais crianças estabeleceram no passado com outros indivíduos e/ou grupos sociais, principalmente no que diz respeito ao seu tempo convivência no internato. A tônica da análise que nos propomos a realizar é a mesma: ampliar o foco de nossa investigação lançando o olhar para fora dos muros da escola na tentativa de compreender, para poder explicar, o que acontecia no âmbito daquela instituição; se conseguirmos apreender como eram estabelecidas as relações de poder cotidianas daquelas crianças fora da escola, isso poderá lançar muita luz sobre o que acontecia dentro dela, mormente, se o escolhermos fazer pelo viés das práticas educativas daquela instituição, pois “a educação não esgota seu significado na escola”, muito pelo contrário, na qualidade de “prática social e histórica”, a educação é elemento plural capaz de adquirir “formas e sentidos diversos” que podem variar de acordo com a determinação dos espaços, do tempo, dos sujeitos e dos grupos que a experimentam e vivenciam.⁴¹ Assim sendo, em acordo com José Gonçalves Gondra (2008), empreendemos a partir de agora uma breve análise do cotidiano da infância na província do Piauí oitocentista afim de não só esclarecer, como também alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

Acreditamos que a ideia de infância estava vinculada a um projeto de civilidade pensado pela elite política brasileira para todas as províncias do império e, pensando a partir do “ideal de civilização da época”, somos compelidos a concordar com Irene Rizzini (2011) ao afirmar que, de fato, “a elite brasileira enxergava a população como composta por seres primitivos e bárbaros [...]”, o que segundo o seu imaginário de civilidade dificultaria na prática a realização

⁴⁰ Ver cotidiano. In: SILVA, 2009, p. 78.

⁴¹ Cf. GONDRA, 2008, p. 11.

do dito projeto, uma vez que num polo extremo da sociedade brasileira se encontrava a elite, representada “pelo homem moderno, industrial, capitalista” e no outro, “o homem do povo” que tal qual uma criança, “cresceu sem ter sido lapidada”, portanto, “bruto e ignorante”.⁴² Assim sendo, principiamos esta análise do cotidiano da infância pobre na província do Piauí oitocentista pensando esse cotidiano a partir do que foi proposto para o Brasil enquanto nação civilizada, pois as fontes nos revelam que o dito projeto de civilidade nacional também se refletiu na realidade social do Piauí oitocentista como podemos inferir, por exemplo, das muitas referências que alguns presidentes da província fizeram em seus relatórios à “indolencia” e “ignorancia” da população piauiense que, segundo o discurso oficial, insistia em se conservar “[...] em estado pouco arredado do selvagem e nomade”.⁴³

Considerando que o novo ideal de civilidade⁴⁴ que se espalhou pelo Brasil durante o século XIX atingiu todas as províncias do Império e afetou

[...] desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e de espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas feições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos [...]⁴⁵

É possível supor de acordo com as fontes consultadas para a elaboração deste trabalho que a província do Piauí não ficou imune a essas mudanças e que medidas foram tomadas no sentido de concentrar toda a população “[...] em centros determinados, [e] obrigar-a pelos meios legais e persuasivos a entregar-se a ocupações lícitas – especialmente a cultura da terra”, o que implicaria em “fundar para esse fim estabelecimentos próprios” – Estabelecimento de fazendas-modelo e charqueadas –, que ficavam sob a proteção das autoridades locais [...]. O passo seguinte era “[...], comissionar fazendeiros da Província para irem estudar a cultura similar da canna, do algodão, e café nas Províncias mais adiantadas” do Império, “proporcionar-lhes” então os meios necessários à realização “[...] nesses estabelecimentos *dos* melhoramentos

⁴² RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011, p. 87.

⁴³ Relatório com que o Exm. Presidente da província do Piauí, Dr. José Fernandes Moreira, apresentou à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação, no dia 10 de novembro de 1862. Teresina, Typographia Constitucional, Rua Grande. 1862, p. 10.

Todos os relatórios de província consultados para este trabalho de pesquisa pertencem ao Center for Research Libraries da Universidade de Chicago/EUA e estão disponíveis no site: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Daqui em diante citaremos apenas os autores dos relatórios provinciais.

⁴⁴ De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Ouro Preto, na Typographia de Silva, 1832, o termo civilidade nesse período “[...] se toma por urbanidade”.

⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil; 3), p. 7. Grifo nosso.

que estudassem, são medidas que, com um pouco de vontade, se levariam a efeito sem grande sacrifício, e com maior proveito para a Província [...]”. Dessa forma, acreditavam ser possível salvar “[...] da miseria, da prostituição, e do crime esse grande numero de crianças de um e outro sexo, que, por ahi vagam rotos, esfaimados, e mendicantes!⁴⁶

Note-se que de acordo com o fragmento de texto acima as evidencias permitem supor uma tentativa de se organizar por meios legais toda uma estrutura necessária à implantação de um projeto de “civilização” provincial que incluíam a criação de estabelecimentos que dinamizassem a cultura da terra segundo padrões elitistas, uma vez que tais estabelecimentos estariam sobre o controle de autoridades locais e na responsabilidade de fazendeiros encarregados de adquirem em províncias “mais adiantadas” do Império conhecimentos inovadores sobre como cultivar os produtos mais importantes para a economia brasileira da época, o que denota que as autoridades locais aspiravam ares de desenvolvimento e progresso que possibilitariam as melhorias pensadas para uma província caracterizada por uma sociedade pré-industrial, geograficamente isolada em relação a outras províncias do Império, por atividades diretamente vinculadas à terra, a saber, pecuária, a principal delas; agricultura e extrativismo vegetal e cujo quadro econômico não se alterou do século XVIII para o século XIX.⁴⁷

Nessas circunstâncias, a partir da segunda metade do século XIX “as autoridades governamentais e as elites locais, conscientes da situação, empreenderam esforços no sentido de romper esse isolamento e modernizar a região economicamente” e, apesar das inúmeras tentativas de modernização, segundo Alcebíades Costa Filho (2006), nenhuma dessas experiências obteve o êxito desejado e cita como exemplo o Estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara⁴⁸ como o mais típico desses empreendimentos.⁴⁹

⁴⁶ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Piauí Doutor Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Senhor 3º Vice-Presidente Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860. Theresina, Typographia Constitucional de J. da Silva Leite, [1860], p. 9-10. Grifo nosso.

⁴⁷ COSTA FILHO, 2006, p. 23.

⁴⁸ O Estabelecimento rural São Pedro de Alcântara cuja criação foi autorizada pelo decreto nº 5393 de 10 de setembro de 1873 foi um Estabelecimento agrícola fundado a partir de um contrato estabelecido entre o governo provincial e o agrônomo Francisco Parentes que tinha com finalidade “prestar os necessários socorros e alimento, vestuário e habitação aos libertos [...]” das fazendas nacionais Guaribas, Serrinha, Mattos, Algodões e Olho d’Água, às margens do rio Parnaíba, que fossem inválidos e desejassem serem recolhidos no dito Estabelecimento. Ver *Publicações geraes. Colonia agrícola*. In: O Piauí: órgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 27 de novembro de 1873. nº 289. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873, p. 2-3. A Imprensa, 1885, ed. 871).

⁴⁹ COSTA FILHO, op. cit., p. 28.

É possível inferir ainda com base da fala do presidente Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque que num momento em que toda a atividade econômica na província do Piauí girava em torno da pecuária e que os gêneros alimentícios mais cultivados pela agricultura provincial eram o arroz, o milho, o feijão e a mandioca⁵⁰, propor o cultivo de cana de açúcar, algodão e café, produtos típicos do cultivo burguês e próprios de outras regiões, em uma sociedade marcada por uma agricultura de subsistência era realmente desafiador, algo que estava para além da simples vontade de fazê-lo e da provisão dos meios de sua realização. Não seria essa uma evidência de uma tentativa de implantar na província um tipo de cultura avessa à cultura local, que senão europeia, porém própria de regiões mais desenvolvidas como a região sudeste do país, geograficamente distinta e onde esses produtos foram fundamentais para dinamizar a economia nacional como no caso do café, por exemplo?

Outro ponto de destaque é o fato de que segundo o imaginário das autoridades locais a implantação dessa estrutura – que incluía também instituições de ensino localizadas na zona urbana como é o caso da Casa de educandos do Piauí – impactaria sobre a vida das crianças de ambos os sexos que segundo a fala do presidente supracitado vagavam “rotos, esfaimados, e mendicantes” por vários cantos da província, o que segundo esse discurso era um costume herdado da geração adulta, pois que: “[...] não pequena” parcela da “população” piauiense carregava consigo “deploravel existencia” ao vaguear por determinados lugares, a saber, “as fertes margens do Parnahiba, e dos seos affluentes, os terrenos uberrimos dos Municipios de [São] Gonçalo, Valença, Bom Jesus, e Paranaguà, à procura de “[...] recursos naturaes que por toda a parte [*abundavam*], sem curar do trabalho, nem do dia de amanhã *sem sentir estimulos para os gozos da vida civilizada só entregue a ociosidade; ou a pratica do vicio e do crime!*”⁵¹

Percebem que toda essa estrutura constituída por estabelecimentos rurais e citadinos foi pensada a partir do ideal de civilização e progresso da elite política provincial, visando não apenas melhorias para a província como também a regeneração⁵² social da população pobre considerada um perigo em potencial? O que pode render boas reflexões sobre o tremendo impacto cultural provocado na vida daqueles que, retirados ou não do seu habitat natural,

⁵⁰ COSTA FILHO, 2006, p. 26.

⁵¹ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Piauí Doutor Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Senhor 3º Vice-Presidente Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860. Theresina, Typographia Constitucional de J. da Silva Leite, [1860], p. 9. Grifo nosso.

⁵² O termo regeneração deve ser entendido aqui como um meio de reintrodução das classes pobres na sociedade operada por intermédio da educação moral, religiosa e do trabalho, o que segundo o imaginário político da época os levaria a uma mudança de vida, de estado.

tiveram que aprender a conviver em espaços apropriados, significados, cultivados e economicamente explorados segundo os ditames dos novos ares de progresso idealizado pelo discurso dominante, mas sobre essa questão discorreremos no segundo capítulo desta dissertação onde tentamos ampliar o foco de nossa investigação sobre as relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais que compunham a sociedade piauiense oitocentista, problematizando um pouco mais o conceito de civilização e poder dentro do contexto histórico da realidade social que pesquisamos, tentando sempre dar visibilidade à infância pobre admitida na Casa de Educandos a partir de uma análise voltada para a organização interna daquele espaço.

Retomando a questão às quais nos referíamos antes, “o discurso dominante marcado por um imaginário de ‘ordem e progresso’ e permeados de juízos normativos e de valores segundo os quais a pobreza deveria ser enquadrada”, se materializou também através de uma “política assistencialista” que para além de incluir “doações de cereais, roupas, medicamentos”, consistia na criação de “obras públicas” tais como a criação de Estabelecimentos rurais e citadinos como o Colégio de Educandos Artífices cuja função incluía também manter ocupadas e sob controle as classes desfavorecidas da população.⁵³

Na sociedade piauiense do século XIX, “saberes práticos”⁵⁴ eram repassados pela geração adulta às novas gerações no convívio cotidiano, saberes tais como, a caça, a pesca, o pastoreio, etc. Segundo Pedro Vilarinho Castelo Branco (2012), práticas de socialização, tais como, o trabalho enquanto ensino prático de um ofício que garantisse à criança um futuro melhor, para além de ser um meio de inserção na vida adulta, se constituía num elemento fundamental de “aprendizagem da vida prática” [*fundamental*] para dar continuidade à engrenagem produtiva da propriedade e às relações de poder e mando presentes no meio”.⁵⁵

No Piauí oitocentista as crianças se iniciavam muito cedo no mundo do trabalho e entre as atividades requeridas dos meninos e meninas pobres da província podemos destacar: dá recado, botar água, servir como pajem de outras crianças e viajantes, fazer renda, bordado, costurar, fiar, tricotar, tecer, etc.⁵⁶ Entre as crianças escravas essa realidade era um dado

⁵³ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 132, p. 14.

⁵⁴ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Entre a história e a memória: práticas masculinas no Piauí oitocentista*. In: Projeto História, São Paulo, n° 45, pp. 187-217, dez. 2012, p. 192.

⁵⁵ CASTELO BRANCO, 2012, p. 193. Grifo nosso.

⁵⁶ FALCI, 1991, p. 35-38.

concreto e o trabalho juntamente com o suplício constituíam formas de adestramento.⁵⁷ Diga-se de passagem, que no âmbito da Casa de educandos do Piauí o trabalho ocupava posição de destaque entre as práticas educacionais estabelecidas naquela instituição aos moldes de um ensino profissionalizante, muito bem representado pelas várias oficinas criadas ao longo do período de sua atuação, entre as quais destacam-se de acordo com o regulamento de 1859 os ofícios de alfaiate, sapateiro, ferreiro, tanoeiro, pedreiro e outros.

De acordo com as conclusões de Pedro Vilarinho, valores da vida cotidiana (ordem, moral, hierarquia, condição social, etc.) também constituíam forma de aprendizado. Como ele mesmo declara:

A infância consistia no momento do aprendizado, da incorporação de práticas, mas também de valores que se faziam presentes na vida cotidiana, que condicionavam e definiam os papéis de cada um no corpo social. Dessa forma, o aprendizado das crianças tinha o sentido de ensinar-lhes também a se movimentar em um mundo heterogêneo e estratificado. Uma realidade na qual as pessoas eram marcadas por relações de gênero, pela condição social e por questões raciais. As crianças deveriam aprender, como também incorporar as diversas condições sociais que separavam as pessoas em homens e mulheres; proprietários, agregados e escravos; em brancos, pretos, índios e mestiços; em senhores e escravos; em ricos e pobres.⁵⁸

O professor Pedro Vilarinho revela ainda que: “o aprendizado do exercício do poder era feito na relação entre pais e filhos ou ainda em outras relações profundamente marcadas por hierarquias [...] e em se tratando de relação entre discípulos e mestres, “os professores [...] ocupavam posição de mando, e assim usavam da violência necessária para desasnar os meninos e manter a ordem [...]”⁵⁹

O aprendizado de valores da vida cotidiana também foi previsto pelo regulamento daquela Casa. Não é necessário um exame rigoroso do regime interno para logo se perceber, mormente, com respeito à parte disciplinar apresentada no capítulo 4º do dito regulamento, artigo 24, incisos de 1 a 6, que estava expressamente proibido aos educandos as disputas entre si ou com outras pessoas, tocar em bebidas, proferir palavras imorais, recusa às ordens de seus superiores, deixar de “cortejar” o Presidente da província ou ao diretor do estabelecimento e por fim, faltar com respeito aos mais velhos. Todo ato de indisciplina receberia a merecida

⁵⁷ GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010, p. 184-185.

⁵⁸ CASTELO BRANCO, 2012, p. 193, 194. Grifo nosso.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 194.

punição que de acordo com o mesmo regulamento poderia variar das repreensões públicas e particulares a prisões, castigo de palmatória e exclusão do educando do estabelecimento.

Então, como tentamos esclarecer acima e ainda expandiremos ao longo desta exposição, o estabelecimento de educandos artífices do Piauí nasce como um mecanismo do governo provincial que possibilitaria o processo de regeneração social das crianças pobres e desvalidas na província do Piauí oitocentista. Primeiro porque em termos de desenvolvimento econômico a província estava aquém do que desejavam as autoridades locais. Há tempos sofria com problemas de ordem socioeconômica que requeriam medidas urgentes e eficazes que incentivassem o seu desenvolvimento e progresso: predomínio da agricultura de subsistência, isolamento regional, atraso econômico, falta de leis que regulamentassem o trabalho, relações trabalhistas arbitrárias, escassez de trabalho e moeda, enfim, consequências de uma “crise econômica”⁶⁰ que se instalou desde o século XVIII e cujos efeitos se sentiram ao longo do século seguinte, era preciso então acelerar esse processo que se deu a passos lentos em comparação com outras províncias do império.

Por meio de toda uma estrutura educacional montada na Casa de educandos pretendia-se a inclusão da infância pobre e marginalizada da província no processo de produção do sistema social, instruindo-os nas primeiras letras e iniciando-os na prática de um ofício, o que contribuiria para afastá-las de práticas que segundo o imaginário elitista da época não se harmonizavam com o seu ideal de civilidade. Daí, “nada mais ordinario” que criar um estabelecimento capaz de retirar das ruas os “meninos filhos de paes desvalidos” cuja “educação e futuro” ficassem a cargo do governo provincial, pois “esses individuos, assim desfavorecidos na quadra, em que mais necessitão de protecccção, e de apoio, são os que geralmente depois se lanção desenfreados na carreira dos crimes, e se tornam o fragello da sociedade”. Desta forma, entendiam as autoridades locais ser uma “medida de humanidade” e uma “polícia preventiva” a política de institucionalização daquelas crianças sob a alegação de que não se podia negligenciar “a sorte d’esses pobres meninos, e tractar de sua educação”. “Com este prespposto”, o presidente provincial, o Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos, sugeriu à Assembleia Legislativa *“a criação de hum pequeno estabelecimento, conforme ás*

⁶⁰ COSTA FILHO, p. 23-30.

*circunstancias da Província, em que taes meninos se recolhão em numero determinado, para o fim de instruir-se nas primeiras letras, e aprender diversos officios”.*⁶¹

Problematizando a citação acima e pensando criticamente sobre a fala daquele que idealizou a criação da Casa de educandos do Piauí e de todos os outros presidentes que o sucederam, é possível perceber que por trás da aparente capa de misericórdia, da suposta obra humanitária e do projeto desenvolvimentista civilizatório, dissimula-se no discurso oficial uma ideologia política seletiva, excludente e discriminatória no sentido de que o afastamento dos filhos pobres da província da vida em sociedade se fazia necessário em prol de se restaurar a ordem pública como se fosse esse grupo subalterno os únicos responsáveis pelas mazelas existentes na sociedade piauiense do século XIX. Não seriam os vários problemas de ordem social enfrentados por aquela sociedade produto das más administrações que antecederam o governo do Dr. Zacarias de Goes e Vasconcelos? Afinal, como declarou Odilon Nunes acerca desta questão:

os três governos que vieram após a queda do Visconde da Parnaíba em 1843, *coisa alguma fizeram como realizações de interesse público*. Os dois primeiros foram tumultuados pelas lutas partidárias, que já conhecemos, e por manifestações de banditismo [...] o de Cerqueira foi bastante curto, pois o 2º vice-presidente ocupou a função apenas enquanto aguardava a chegada do sucessor de Rio Pardo, para a transmissão de poderes.⁶²

Não temos a intenção de menosprezar as tentativas de promoção da ordem e do progresso provincial no Piauí dos oitocentos por parte das autoridades governamentais, nem tão pouco o seu desejo de proteção e assistência à infância pobre da província, mas apenas pensar de forma crítica como isso foi feito em prol da manutenção dos interesses da elite local e em detrimento dos interesses das classes subalternas. A verdade é que aquelas crianças precisavam ser ressocializadas porque do ponto de vista elitista elas eram um ameaça à sociedade como confirma Priscila de Moura Souza (2013) ao referir no artigo “*Trôpegos passos*”: *A instrução no Piauí dos oitocentos*, o processo civilizador que se espalhou por algumas províncias do Império no Brasil dos oitocentos. Disse ela:

Face a esse processo civilizador o governo de nove províncias brasileiras instalaram Casas de Educandos Artífices em suas capitais, entre 1850 e 1865, entendidas como tentativas de controle social de uma população percebida como potencialmente ameaçadora à vida urbana, preocupados com a formação

⁶¹ Relatório que dirigio o Exmº Presidente da Província o Piauí Zacarias de Goes e Vasconcelos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de julho de 1847. Oeiras na Typographia Provincial. p.22, grifo nosso.

⁶² NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Vol. 4. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 43.

de operários e em evitar que crianças desvalidas se tornassem inúteis ou mesmo perigosas à sociedade.⁶³

E Irma Rizzini ao tratar sobre o objetivo de criação de escolas desta natureza, declarou que: “o disciplinamento das classes populares, a partir da educação de suas crianças também foi um objetivo importante destas instituições que não pode ser ignorado”. E como se insistisse em ampliar a questão, defende que “[...] a obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade dos costumes constituem objetivos importantes dos internatos para desvalidados”⁶⁴

Nota-se que a infância pobre no Piauí dos oitocentos, assim como outras espalhadas por várias regiões do Império, pareciam não combinar com a paisagem do novo mundo idealizado pela classe burguesa nem com o seu ideal de civilização, não lhes restando outra alternativa a não ser se adequarem a ele nos padrões determinados pela elite local através da reclusão a instituições como a Casa de educandos.

Como destacamos acima, a incorporação de determinadas práticas sociais, bem como, alguns valores da vida cotidiana, constituem meios pelos quais podemos vislumbrar as diferenças culturais concernentes aos grupos que compunham a sociedade piauiense dos oitocentos e em se tratando da infância pobre da província, as coisas não eram diferentes. Focalizando um pouco mais a questão sobre as diferenças culturais e a infância pobre no Piauí buscamos ampliar nossa compreensão com base nas considerações a seguir.

Começamos com um dos grandes entraves apontadas pelo presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos ao desenvolvimento econômico provincial, a saber, o estado precário da educação que acabou exercendo grande influência sobre o “atraso” econômico provincial em virtude de sua raridade e dificuldade de ministração principalmente às crianças pobres, pois a população provincial vivia “[...] espalhada por huma imensa extensão de territorio, morando os habitantes em grandes distancias uns dos outros, e dos lugares, em que as aulas se acham estabelecidas [...]”. Mas esse era um problema que se sentia a nível nacional, pois em acordo com relatos de viagem como o de um “moderno geographo Inglez” citado na fala de Góes e Vasconcelos à Assembléia Provincial, depreende-se que a qualidade da instrução elementar era “[...] geralmente má no Brasil [...]”, tanto para os meninos das “*classes medias*” como para os das classes desfavorecidas. Concorrendo para essa situação de atraso do ensino elementar

⁶³ SOUZA, Priscila de Moura. “*Trôpegos passos*”: a instrução no Piauí dos oitocentos, p. 3. In: III Simpósio de História do Maranhão oitocentista: impressos no Brasil do século XIX, 2013. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/49.pdf>> Acesso em: 20 de fev. de 2014.

⁶⁴ RIZZINI, 2004, p. 163.

*“a pouca disposição e gosto, que tem os pais de mandar seos filhos á escola [...]. empecilhos que, na concepção do presidente, seriam superados com o auxílio do “tempo [...] e á força de perseverança na execução da lei nº 198 de 4 de Outubro de 1845” que haveriam de, paulatinamente, remover aqueles “embaraços, e penetrar no ensino primario o desenvolvimento e progresso, que são para desejar-se”.*⁶⁵

Ancorados na fala pronunciada à Assembleia Legislativa Provincial, podemos supor que o “atraso” nos planos de desenvolvimento para a província do Piauí teve relação com as dificuldades de implantação de um sistema de ensino que possibilitasse a partir da ação das escolas provinciais a materialização do projeto de civilidade elitista. Como deixou claro em seu discurso, a instalação das mesmas não só era necessária, como se deu tardiamente e a passos lentos, o que do ponto de vista oficial, pressupõe um avanço a criação da Casa de educandos na capital da província como alternativa de amenizar aquele problema e, conseqüentemente, melhorar o estado precário da economia provincial.

Outra questão interessante naquele momento está relacionada à dificuldade enfrentada pelo governo local para convencer o povo a reconhecer a necessidade de uma educação escolarizada para os filhos pobres da província, o que nos leva a inferir que por trás da alegação do discurso oficial de que os pais das pobres crianças provincianas possuíam “pouca disposição e gosto” de enviar seus filhos à escola, estava o disciplinamento das classes pobres afim de que se adequassem aos planos de civilidade e progresso provincial, afinal, que pais não desejariam em circunstância tão adversa como, por exemplo, a crise econômica que atingiu a província do Piauí em meados do século XIX, um futuro melhor para os seus filhos? Mas, provavelmente, pelo fato de que sendo a economia no Piauí dos oitocentos, essencialmente rural e de subsistência, os filhos pobres da província, costumeiramente, ajudavam os pais com lida no campo, isso fazia parte da identidade cultural não só deles como também dos filhos dos senhores de terra e, assim sendo, era natural acharem que para esse tipo de atividade não necessitavam de um sistema mais elaborado de educação para lidar com a terra, lembrando também que, como demonstrado acima, provavelmente nunca completariam o ciclo de estudos como ocorria com as crianças pertencentes às “classes superiores”.

A bem da verdade, lembramos que no Piauí assim como em todo o território nacional, também prevaleceu o “código moral vigente na mentalidade oitocentista” que norteou o papel

⁶⁵ Relatório que dirigio o Exm. Presidente da Provincia do Piauhy, Zacarias de Goes e Vasconcellos á Assembleia Legislativa Provincia aos 6 de julho de 1847. Oeiras: Na typographia provincial, p. 16. Grifo nosso.

que deveria desempenhar as famílias na da criação de suas proles e as medidas educativas por parte do Estado no que diz respeito às ações voltadas para a organização de um sistema de ensino provincial. Como a inculcação de princípios morais constituía a finalidade da educação doméstica era imperativo se privilegiar nas escolas brasileiras mais educação do que instrução, mais moralidade do que ciência. A ideia era formar um homem de bem e não apenas um homem sábio. Portanto, “a escola só poderia cumprir o seu papel se a educação doméstica cumprisse a sua finalidade” que como já adiantamos se resumia no “estabelecimento dos princípios morais”.⁶⁶

E aprofundando a questão anterior sobre a ação de atribuir aos pais a culpa pelo fato dos filhos não frequentarem a escola, não seria conveniente perguntar se as condições consideradas ideais por Goes e Vasconcelos para que as crianças tivessem acesso ao ensino elementar contemplava as necessidades básicas dos meninos pobres da província? Necessidades tais como: transporte, alimentação, segurança, produção do necessário à sobrevivência deles e da família, etc., afinal, além das dificuldades apresentadas no documento acerca da forma como se ministrava a educação, escolas como a Casa de Educandos ainda não existiam, o que não implica dizer também que a partir de sua existência ela correspondeu ao suprimento de todas essas necessidades, muito pelo contrário.

As fontes evidenciam que o acesso ao ensino elementar destinado às crianças provenientes das classes subalternas e aquele ofertado às crianças pertencentes às “classes médias”, era diferenciado: se para estes últimos o acesso à educação se dava de maneira sofrível, em cidades litorâneas ou em centros urbanos fora da província, para a infância pobre esse acesso praticamente não existia e, se existia, era de péssima qualidade.

Ler e escrever na província do Piauí oitocentista era privilégio de poucos. De acordo com Miridan Falci (1991), “o aprender a ler e escrever” era “um ideal perseguido por muitos quando perceberam a dependência a que se viam atrelados a outros na elaboração de seus documentos mais íntimos e pessoais”, sempre que havia necessidade de redigi-los, recorriam a terceiros que os faziam “a rogo”. Isso nos remete de imediato aos inúmeros pedidos e admissão e desligamentos de educandos que encontramos no Arquivo Público do Piauí. Dependendo de como estes documentos sejam examinados e das circunstâncias envolvidas, eles podem sugerir,

⁶⁶ MAUAD, Ana Maria. *A vida das crianças de elite durante o império*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010, p. 148 e 150.

neste caso específico, que os sujeitos que interagiram no âmbito daquela instituição de ensino provinham de núcleos familiares diversos, entre os quais podemos encontrar indivíduos alfabetizados ou não, dotados de uma condição econômica e social razoável ou desfavorável, etc., levando-se em conta, é claro, que as petições de tais indivíduos eram em muitos casos assinada de próprio punho ou por parentes, familiares e protetores que demonstravam possuir certas aptidões ou recursos que para além de contrariar um dos propósitos para o qual o colégio de educandos foi criado, a saber, assistir os filhos pobres do povo da província e desfavorecidos da sorte, não eram condizentes com a situação e as condições vivenciadas pelas camadas pobres da sociedade. Em poucas palavras, se é verdade que no Piauí oitocentista “poucas pessoas souberam ler e escrever [...] mesmo entre as categorias mais abastardas”, o que explicaria um número tão expressivo de pedidos de admissão e desligamentos assinados de próprio punho por alguns internos, numa instituição destinada a cuidar da educação, proteção e assistência a uma infância pobre, desvalida e sem praticamente nenhuma alfabetização? Antes de tentarmos ampliar nossa ideia sobre esta questão, vejamos na tabela abaixo alguns exemplos do que estamos falando.

Tabela 1 - Pedidos de admissão e desligamentos

1. Petições assinadas pelo suplicante			
Documento	Data	Suplicante	Ocorrência
Ofício nº 457	21/03/1861	João Ferreira de Almeida	Aprendiz de sapateiro a quem se ordenou pagar a quantia de 20 mil reis por haver completado o tempo de estudos como estava disposto no regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864.
Ofício nº 2096	22/02/1866	Martinho Ferreira da Silva	Agente do estabelecimento que completou o tempo de aprendizagem (8 anos) e solicitou desligamento da instituição.
Ofício nº 506	27/09/1867	Joana Bernada da Conceição	Pedido de desligamento do seu filho Manoel [?] dos reis [?] do nascimento [?]. Petição assinada de próprio punho.
Ofício nº 487	23/09/1871	Aníbal Benício de Sá	Solicitou desligamento do estabelecimento sob a alegação de ter uma mãe viúva e “onerada” de filhos, o que aos olhos das autoridades locais, parecia um tanto contraditório se considerarmos que entre as razões que justificavam a criação do estabelecimento estava justamente o fato de acolher crianças cujos pais não podiam “curar” de sua educação e futuro.
Ofício 440	31/01/1861	Nicolau Gomes do Carmo	Aprendiz de ferreiro que padecia de “molestia quase crônica”
2. Petições assinadas a rogo do suplicante			
Documento	Data	Suplicante	Ocorrência

Ofício 293	03/03/1870	Raimunda Maria da conceição	Belisario [?] José Nunes Barros [?] assinou a rogo no pedido de admissão do filho da suplicante, o educando Joaquim Delmiro [?]
Ofício nº 86	25/04/1970	Antonio Alves de Noronha	Na qualidade de parente e protetor do educando Fernando de Noronha desejou “dar-lhe uma educação superior a que recebia no estabelecimento”, razão pela qual pediu o seu desligamento.
Ofício nº 115	14/06/1870	Ana Joaquina de Sousa	Manuel Raimundo Ferreira assinou como arrego a petição de Ana Joaquina de Sousa onde a suplicante solicitava a admissão no Estabelecimento de Educandos do seu filho Januario.
Ofício nº 61	26/11/1867	Francisco Raimundo de oliveira	Francisco da Costa Sales [?] assinou pedido de admissão do menor Emanuel, filho do suplicante Francisco Raimundo de Oliveira, “cego” e “desvalido”, portanto dependente da “caridade pública”.
Ofício nº 468	31/12/1872	Benedita Rosa do Espírito Santo	Antonio Lopes [?] Britto [?], foi arrego de Benedita Rosa do Espírito Santo, mãe do educando Fernando Coutinho da Silveira, seu único “arrimo” que em virtude de uma lei provincial não pode mais continuar no Estabelecimento

Fonte: Arquivo Público do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração. Ano 1849-1873.

Relacionamos os casos acima no intuito de mostrar o equilíbrio entre o número de indivíduos aptos a assinar suas petições e os que não o podiam fazer por não dominarem a leitura e a escrita e com isso demonstrar que nas últimas décadas de existência do estabelecimento de educandos esse quadro estava bem equilibrado.

Analisando rapidamente dois casos específicos relacionados acima, percebemos algumas questões bem curiosas. No caso do senhor Antonio Alves de Noronha que alegava ter àquela altura condições de dar ao seu filho uma educação melhor que a que ele recebia no Estabelecimento de Educandos, a questão que fica é a seguinte: por que ele solicitou, então, o ingresso do seu filho numa instituição voltada para o ensino das primeiras letras às camadas pobres da população? Isso soa um tanto estranho, uma vez que na província do Piauí oitocentista a situação econômica e educacional era precária e em nada favorável ao seu plano de dar a seu filho uma educação de qualidade: professores com pouca ou nenhuma habilitação, mal remunerados, carência de escolas, etc. já que dispunha das condições necessárias para custear os estudos do menino por que não o enviara a estudar fora da província como era costume de alguns fazendeiros e proprietários de terra?

O que nos impressiona no caso de dona Joana Bernada da Conceição é que em uma sociedade patriarcal em que a mulher estava em desvantagem em relação ao homem e destinada às obrigações e afazeres domésticos é de se admirar que uma distinta senhora como ela tivesse alcançado o desejo tão requerido por muitos de aprender a ler e escrever, ou de pelo menos, saber assinar de próprio punho o seu nome. Embora saibamos da existência de cadeiras e escolas destinadas à educação do sexo feminino, o fato é que o acesso a esse tipo de privilégio era restrito e não estava ao alcance de qualquer um (a).

Após muitas leituras, fichamentos e transcrição de dezenas de documentos desta natureza, asseguramos que o equilíbrio que tentamos demonstrar na tabela acima é constante e evidencia que embora ler e escrever na província do Piauí oitocentista fosse privilégio de poucos, os alunos que frequentaram a Casa de educandos nas últimas décadas de sua existência, não provinham, unicamente, das classes subalternas como previa o regulamento daquela instituição.

Outra conclusão que podemos tirar disso tudo é que os dados que apresentamos não contrapõem o fato de que no século XIX a maioria da população piauiense não

soubesse ler nem escrever, apenas evidencia que o fluxo de crianças no colégio de educandos ao longo dos seus vinte e quatro anos de existência embora fosse composto, em sua maioria, por crianças oriundas das classes pobres da sociedade, há registros de casos que constituem verdadeiras exceções: ou como produto de uma política de apadrinhamento e favorecimento político, ou por outra razão qualquer motivada por situações e circunstâncias emergenciais como é o caso do “índio menor Belisário” que por ordem do presidente provincial ao chefe de polícia interino, o senhor Antonio Francisco Pereira de Carvalho, foi admitido no estabelecimento em 1854,⁶⁷ e da “africana Victorina e seus três filhos menores” que foram mandados entregar ao diretor do estabelecimento por ordem do presidente provincial ao Dr. Chefe de polícia em 5 de agosto de 1865,⁶⁸ permanecendo naquela instituição por pouco mais de um ano e dois meses, sendo excluída, segundo informações do mesmo jornal, no dia 17 de agosto de 1866.⁶⁹ De acordo com *A Imprensa*, ela havia sido trazida para o Brasil após a extinção do tráfico de escravos e teve sua liberdade assegurada pelas autoridades teresinenses a partir do ano de 1865. Teria aparecido em Teresina para ser vendida.⁷⁰ Em ambos os casos não dispomos de dados suficientes para explicar, com precisão, a admissão dessas pessoas no Estabelecimento, uma vez que elas não preenchiam os pré-requisitos necessários ao ingresso naquela instituição, contudo, suspeitamos que uma hipótese provável é que pertencessem ao Estado e, assim sendo, poderiam ter migrado de uma determinada localidade e/ou instituição e foram admitidos, temporariamente, na casa de educandos para posteriormente serem recambiados ao seu lugar de origem ou a outra instituição mais apropriada.

⁶⁷ Ofício nº 63, datado de 28 de janeiro de 1854 e enviado pelo Chefe de polícia interino ao presidente provincial. In: Registro de ofícios da presidência, SPE, Cod. 757, ESTN. 07, PAAT. 01, 1851/54, p. 109. APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí.

Todos os documentos manuscritos, transcritos neste trabalho de pesquisa, seguirão as orientações das normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos, disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>> ou no site Oficina de paleografia/UFMG (<http://www.oficinadepaleografia.org/normas-tnicas>), principalmente no que diz respeito a sua convenção e apresentação gráfica. Por exemplo, “as palavras que se apresentem parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes”; os documentos serão transcritos na sua forma original, de forma corrida, respeitando-se a divisão paragrafada e a numeração das páginas. Caso as páginas não sejam numeradas, como recomenda as normas, nós mesmos as enumeraremos afim de indicar a mudança de página ou de verso, da seguinte forma: [fl.3], [fl. 3v].

⁶⁸ *Governo da provincia. Expediente do dia 5 de agosto de 1865*. In: *A Imprensa*: periodico politico. Anno I. Theresina, Sabbado 17 de março de 1866. nº 34. Theresina – Typ. da – Imprensa, p. 1.

⁶⁹ *Governo da provincia. Expediente do dia 17 de agosto de 1866*. In: *A Imprensa*: periodico politico. Anno II. Theresina, Sabbado 27 [?] de outubro de 1866. Nº 66. Theresina – Typ. da – Imprensa, p. 1.

⁷⁰ *Africano livre*. In: *A Imprensa*: órgão do partido liberal. Anno VI. Theresina, quarta-feira 17 de maio de 1871, nº 303. Provincia do Piauhy. – Imprensso por Antonio Mends Gonçalves. – 1871, p. 4.

É preciso salientar também que a sociedade piauiense do século XIX era uma “sociedade escravocrata” e, nesse sentido, tratava-se de uma sociedade onde a naturalização da violência aparentemente era algo comum e à qual as pessoas estavam acostumadas, familiarizadas, o que inclui as crianças que dela faziam parte. Talvez isso se dê pelo fato de que as crianças aprendiam mais pelo exemplo dos pais, responsáveis e progenitores que mesmo por suas palavras. Se assim ainda o é na atualidade, imagine numa sociedade onde todo o aprendizado para a inserção social se dava de maneira informal, na companhia da geração adulta e nos afazeres cotidianos? Como refere Costa Filho (2006), a infância no Piauí oitocentista não frequentava escolas, o aprendizado se dava em casa e nos afazeres cotidianos.

Na sociedade piauiense oitocentista, as novas gerações aprendiam, na família, o conjunto de atitudes e ações capazes de integrá-las ao meio social. Em face do baixo desenvolvimento tecnológico utilizado para a produção do necessário para a sobrevivência, o aprendizado dispensava um saber sistematizado e transmitido por instituições próprias para este fim, como a escola. A integração dos mais jovens dava-se em situações diretas de trabalho, até mesmo as atividades de entretenimento eram aproveitadas para repassar ensinamentos.⁷¹

Provavelmente um reflexo “[...] da rotina do mundo adulto que ordenava o cotidiano infantil e juvenil, por meio de um conjunto de procedimentos e práticas aceitos como socialmente válidos”⁷² no Brasil do século XIX.

Mas sobre a naturalização da violência à qual nos referimos e que existiu na sociedade piauiense oitocentista, esclarecemos que ela deve ser entendida aqui não como “costumeira” ou “própria da índole” das classes subalternas como alegavam as autoridades locais, mas como elemento constituinte do cotidiano dos grupos que compunham aquela sociedade e que era praticada por todos eles independente da “classe, cor ou poder aquisitivo” e não apenas pelos grupos sociais marginalizados pelo ponto de vista elitista.⁷³

E, reforçando o argumento do professor Pedro Vilarinho de que até mesmo nas relações estabelecidas entre as crianças que compunham a sociedade piauiense oitocentista era comum demonstração de casos de violência, convém registrar a essa altura como exemplo de relações sociais reproduzidas no âmbito da Casa de Educandos,

⁷¹ COSTA FILHO, 2006, p. 69.

⁷² MAUAD, 2010, p. 141.

⁷³ MONTEIRO, 2016, p. 293.

o caso de um Agente do Estabelecimento que, segundo fontes oficiais, castigou severamente um educando de 11 anos de idade por se recusar a atender ao seu desejo libertino de prática indecente e torpe. Estaremos analisando mais detalhadamente este caso na segunda seção deste trabalho.

A Casa de educandos que de acordo com o discurso oficial tinha a função de moralizar a infância pobre da província, aparentemente teve muito trabalho na realização desta tarefa, pois segundo as fontes analisadas essa não é única referência a casos dessa natureza, infelizmente não dispomos de tempo e espaço para relacionar todos os casos que identificamos, contudo, poderíamos apontar como provável explicação para tais fatos a importância das iniciações sexuais para a afirmação da masculinidade e a inserção dos meninos na vida adulta. “Neste sentido, a masturbação, a zoofilia e outras manifestações da sexualidade, que seriam percebidas posteriormente como desviantes”, na província do Piauí dos oitocentos, “não sofriam admoestações dos adultos, e eram mesmo, nas sociedades tradicionais, percebidas como constitutivas do aprendizado de tornar-se homem, de ser ativo, de ser viril”.⁷⁴

Retomando as questões relacionadas às diferenças sociais entre crianças pobres e ricas, livres e escravas apontamos ainda, em acordo com Costa Filho, alguns elementos indicadores de segregação, a saber, o trabalho, a educação, sacramentos religiosos como o batismo, o sexo e até mesmo alguns tipos de brincadeiras que na maioria dos casos não eram as mesmas para meninos e meninas.

Sobre o trabalho enquanto elemento de distinção social entre crianças pobres e crianças ricas, escravas e livres; o trabalho, condição de “aprendizagem para a vida adulta” e imposição socioeconômica na província do Piauí dos oitocentos, não se apresentava da mesma forma e natureza para ambas as crianças: para as ricas, pertencentes à classe dominante, possuía “um caráter de aprendizagem para o futuro engajamento social”; para as pobres e escravas, uma necessidade e imposição.⁷⁵

Segundo Costa Filho, a criança escrava era vista como “objeto de valor e força de trabalho”, esse autor demonstrou que, num período de 31 anos (1811-1842) o seu valor excedeu em aproximadamente 80\$000 reis - de 15 a 20 mil réis para 100.000, valor

⁷⁴ CASTELO BRANCO, 2012, p. 195.

⁷⁵ COSTA FILHO, 2006, p. 70.

equivalente na época a 17 bois. Ainda sobre essa questão, Góes e Florentino (2010) chegaram a afirmar que “o aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava”, ou seja, o preço de uma criança escrava era estipulado de acordo com as habilidades que ela desenvolvia; quanto mais habilidades, mas valor, pois no Brasil do século XIX, “o mercado valorava as habilidades que aos poucos se afirmavam”. Daí as crianças escravas se iniciarem muito cedo no mundo do trabalho – dos 4 aos 11 anos de idade – afim de “aprender um ofício” e também “a ser escravo”, pois naquela época o trabalho constituía “campo privilegiado da pedagogia senhorial”.⁷⁶

As diferenças entre uma criança pobre e outra de família abastarda, entre a escrava e a livre, já se mostravam claramente desde o nascimento, por exemplo, não se tocava sino nas capelas das zonas urbana e rural ao nascer “[...] uma criança escrava ou filha de pais de categoria social inferior”.⁷⁷ Até mesmo no batismo podia se perceber as diferenças sociais: a escolha dos padrinhos, por exemplo, apresentava motivações distintas; enquanto os escravos e agregados escolhiam padrinhos para os seus filhos visando benefícios e proteção do fazendeiro, nas “famílias de elite, a escolha da compaternidade privilegiava pessoas do mesmo grupo familiar ou social, assim reforçavam os laços políticos, familiares ou de amizade”.⁷⁸ Apesar das diferenças sociais que as atingiam:

Divertiam-se juntas, crianças livres e escravas, ricas e pobres. Em uma sociedade rural e isolada, sem vida social intensa, onde até as visitas era uma raridade. É possível admitir que as crianças brincassem livremente, independentes de sua condição social e jurídica. Sem o conhecimento das marcas sociais que as diferenciavam, desafiava o poder dos pais, desobedeciam, faziam traquinagens.⁷⁹

“Desde a infância a criança aprendia um ofício”⁸⁰ e a sua inserção no mundo trabalho como demonstramos se dava a partir dos sete ou oito anos de idade, faixa etária ideal para se conseguir admissão na Casa de educandos, desde que se a pudesse comprovar.

A existência de uma identidade cultural caracterizando um modo próprio de vida e um jeito de ser das classes pobres na província do Piauí, concomitantemente, paralelo e distinto em muitos aspectos àquele vivenciado por outros grupos sociais como os de elite,

⁷⁶ GÓES e FLORENTINO, 2010, p. 184-185.

⁷⁷ COSTA FILHO, p. 62.

⁷⁸ Ibidem, p. 64.

⁷⁹ Ibidem, p. 65, 66.

⁸⁰ SOUZA, 2013, p. 3.

possuidores de padrões de vida mais elevados, pressupõe uma relação social de força e poder imposta com base nas identidades e diferenças existente entre ambos. Afinal, a exemplo de outros casos, a sociedade piauiense dos oitocentos não era “[...] um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas [compartilhavam da] mesma identidade”, se assim fosse, afirmações categorizantes, tais como, “fragellos da sociedade”, “selvagem”, “nômade” “ser civilizado”, “ser instruído”, não fariam sentido algum, uma vez que essas afirmações pertencem a uma “extensa cadeia de negações” próprias de uma sociedade heterogênea onde a identidade se constrói a partir das diferenças.⁸¹ Ou seria o contrário?

2.2 Criação e atuação do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí

O Estabelecimento de Educando Artífices do Piauí foi uma escola de ensino elementar e profissionalizante que existiu na província do Piauí de 1849 a 1873. Idealizada pelo presidente provincial “Zacharias de Góes e Vasconcelos”, foi pensada para ser “um internato para educação artistica e intellectual dos meninos pobres”⁸² da província. A principal justificativa apresentada por este presidente para articular politicamente a criação daquela instituição de ensino foi o desejo de tratar da educação e futuro dos “meninos filhos de paes desvalidos” de toda a província do Piauí, indivíduos desfavorecidos que no seu entendimento necessitavam de proteção e apoio afim de que não se lançassem “desenfreados na carreira dos crimes”, tornando-se, dessa forma, “o flagello da sociedade”, isto é, o castigo, um espécie de mal ou perigo em potencial.⁸³

Não desprezar a sorte daqueles meninos e cuidar de sua educação era considerada não só uma medida humanitária como um tipo de “policia preventiva”, ou seja, uma medida política que contribuiu para limpar das ruas indivíduos considerados potencialmente perigosos e tornar aquela sociedade mais segura. Medida preventiva que serviu bem ao propósito de implantação e desenvolvimento do projeto de civilização provincial idealizado pelas autoridades governamentais, principalmente se consideramos

⁸¹ SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75. Grifo nosso.

⁸² *História de Therezina por C. F.* In: *Diario do Piauhy: órgão official dos poderes do Estado*. Anno I. Therezina, sexta-feira, 16 de junho de 1911, nº 88. Redação e officinas – Praça Uruguayana nº [17], p. 1.

⁸³ Relatório que digigio o Exm.º Presidente da Provincia do Piauhy, Zacarias de Goes e Vasconcellos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de julho de 1847. Oeiras, na Typographia Provincial, p. 27-28.

que em meados do século XIX a acepção do termo “policier” significava o mesmo que cultivar uma nação, fazê-la polida, urbanizá-la.⁸⁴

A instalação de Estabelecimentos desta natureza em províncias como a do Piauí proliferou durante o período imperial brasileiro. Esse tipo de instituição era de fundamental importância para os planos de desenvolvimento sociopolítico governamental. Acreditava-se que por intermédio da qualificação para o trabalho e do tipo de educação ofertada por instituições dessa ordem, se podia alcançar mais eficazmente o objetivo de civilizar as camadas pobres do povo. Assim sendo, a partir de Zacarias de Góes e Vasconcelos os presidentes provinciais passaram a se empenhar mais para que o número de escolas de instrução primária aumentasse e que Estabelecimentos como a Casa de Educandos cumprissem o(s) propósito(s) para o qual foram criados na Província do Piauí, a saber, a regeneração social das camadas menos favorecidas da população, mormente, porque até a ascensão de Góes e Vasconcelos ao poder a província permaneceu – por muito tempo – atrasada em relação a outras províncias imperiais em termos de desenvolvimento social e econômico. O que estamos inferindo é que depois que Góes e Vasconcelos assumiu a presidência da província se principiaram os investimentos mais significativos em educação, saúde, segurança, administração, etc., investimentos estes que contribuíram, de certa forma, para a implantação e consolidação dos planos de desenvolvimento e civilização local. Segundo Odilon Nunes (1975) que tantas homenagens lhe tributou, Góes e Vasconcelos foi “um grande estadista brasileiro” cuja “[...] ascensão política foi notável”. Atuou como “deputado geral, senador, ministro da fazenda, do império, da justiça, da marinha, presidente de gabinete por três vezes. Foi estadista de primeira plana, e parlamentar respeitado admirado pela eloquência de sua palavra e mordacidade de sua ironia”.⁸⁵

Nunes afirma ainda que ele “[...] procurou melhorar as condições urbanísticas da Capital, aparelhar o serviço público sob o ponto de vista burocrático e administrativo, estudou os problemas piauienses de educação, saúde, repressão ao crime, buscando racionalmente suas soluções”.⁸⁶ O que nos leva a afirmar que, indubitavelmente, a ideia de se construir um Estabelecimento de Educandos Artífices no Piauí representou uma

⁸⁴ Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

⁸⁵ NUNES, 1975, p. 44.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 51-52.

tentativa do governo provincial de solucionar os problemas sociais existentes na província do Piauí oitocentista que, do ponto de vista das autoridades locais eram causados, em sua maioria, pela ociosidade e os vícios das camadas pobres da população.

O discurso dos políticos piauienses contido nas fontes oficiais e hemerográficas que analisamos é marcado por uma forte ideologia dominante de que sem educação popular não haveria civilização e que a sua falta era um entrave aos planos de desenvolvimento provincial, o que do ponto de vista deles fazia sentido, considerando a situação precária na qual permaneceu a sociedade piauiense durante os séculos XVIII e XIX, porém, o que o dito discurso camuflava e só uma análise crítica do mesmo pode revelar é que toda aquela situação de atraso e miséria se deve, em grande parte, ao descaso e negligência do governo provincial quanto ao suprimento das necessidades básicas do povo, o que poderia lhes assegurar, no mínimo, uma vida mais digna e justa.

Uma análise atenta das características socioeconômicas do Piauí em meados do século XIX revelará que: o Piauí não possuía estradas, o que provocou isolamento em relação a outras províncias do Império e não favorecia a economia e desenvolvimento local, pois numa sociedade extremamente agrária não havia como escoar mercadorias; sua agricultura era de subsistência, não havia tecnologia apropriada ao cultivo da terra nem tão pouco mão de obra qualificada, razão pela qual, posteriormente, se começou a pensar a possibilidade de implantação de Estabelecimentos agrícolas na província. Relações sociais arbitrarias; escassez de trabalho e moeda, etc.,⁸⁷ também constituem aspectos característicos daquela formação social. Inclusive, quanto a essas duas últimas questões vale a pena salientar que o povo era constantemente rotulado pelo governo provincial de ocioso, vadio e outros termos pejorativos por não ser dado ao trabalho, o que provavelmente se explique pelo fato de que a Província do Piauí, assim como outras províncias do Imperial brasileiro era constituída por uma sociedade escravocrata, onde o trabalho sempre ficou a cargo dos escravos, o que por sua vez pode explicar a aversão dos homens e mulheres pobres livres ao trabalho. Como afirmou Adriana Lopes (2008): “No plano da História das Mentalidades, uma das consequências mais profundas (e

⁸⁷ Se quiserem conhecer um pouco mais sobre as características socioeconômicas da Província do Piauí oitocentista recomendamos a seguinte leitura: *Atividade econômica e sociedade*. In: COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*, Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 2006.

graves) da utilização tão prolongada do trabalho escravo foi a desqualificação da noção mesma de trabalho aos olhos dos homens livres”.⁸⁸

Quanto à escassez de moeda, muitas mudanças que se pensou operar na sociedade piauiense oitocentista não foram possíveis, ou pelos menos não ocorreram como se pretendia, porque de acordo com o discurso oficial, os cofres públicos não dispunham dos recursos necessários, efetuando-as, conforme as condições financeiras da província. Portanto, responsabilizar as camadas menos favorecidas pelas mazelas existentes naquela sociedade pode não refletir a realidade plena dos fatos, por outro lado, demonstra a habilidade da classe dominante de dissimular por meio do seu discurso uma ideologia que se materializou através das práticas educativas de instituições como a Casa de Educandos Artífices do Piauí cujo propósito também convergia para a criação de uma dada consciência social que favorecesse a implantação e consolidação de um ideal de civilização segundo o imaginário político da época.

Aprofundando um pouco mais a questão de como se articulou politicamente a justificativa para manutenção da Casa de Educandos Artífices do Piauí nos remetemos a falas posteriores – à sua própria criação – de alguns presidentes provinciais acerca da utilidade daquele tipo de Estabelecimento. Note como se referiu a ele o presidente Antônio Corrêa do Couto ao passar a administração da província ao comendador Ernesto José Baptista em 27 de junho de 1859:

He por sem duvida uma instituição muito proveitosa a do Estabelecimento dos educandos artífices. Muitos meninos até hoje, ou por imensa pobreza de seus paes, ou pela falta de um estabelecimento em que aprendessem a ler e algum officio mecânico, que servisse de arrimo a sua existência, crescião ignorantes, e tornavão-se verdadeiros fardos a sociedade, incapazes de produzir, e conseqüentemente entregues ao ócio, atiravão-se sem escrúpulos aos vícios e ate mesmo aos crimes.⁸⁹

Como mencionamos acima, no entendimento dos presidentes provinciais, a criação do Estabelecimento de Educandos foi muito útil à remoção de “inconvenientes”, tais como, a ignorância, ócio, vícios e crimes e tudo o mais que ameaçasse o seu projeto de civilidade. Como podemos perceber, se tratava de um "estabelecimento humanitário,

⁸⁸ LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. – São Paulo: Senac, 2008, p. 398.

⁸⁹ Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí Dr. Antônio Corrêa do Couto passou a administração ao Exm. Vice-presidente o Commendador Ernesto José Baptista no dia 27 de Junho de 1859. Therezina, Typ. Constitucional, de J. da. S. Leite. – Rua Grande, nº [ilegível]. p. 9.

aonde a infancia desvalida [*encontrava*] abrigo, protecção, ocupação honesta e um futuro, como por ser o viveiro de donde devem sahir os artistas, de que precisa a provincia".⁹⁰ Daí também se acreditar que a manutenção daquele instituto prometia grandes vantagens e esperança de um futuro melhor. Considerado digno de toda a “atenção e solitudine” por parte das autoridades locais “á vista dos fins de reconhecida utilidade publica, á que se [*destinava*] o dito Estabelecimento,⁹¹ deveria educar, qualificar para o trabalho e recuperar aqueles considerados “verdadeiros fardos a sociedade” como dá a entender a fala do presidente Antônio Corrêa do Couto transcrita acima.

A Casa de Educandos foi idealizada para ser mantida pelo governo provincial, porém deveria prover seu próprio sustento e ao fim do tempo de estudos dos educandos ressarcir os cofres públicos pela despesa feita com os mesmos. Como resumiu muito bem o seu idealizador:

Na pratica dos Officios, que aprenderem, e com o producto de seo trabalho. Podem os educandos, até certo ponto ao menos, ressarcir aos cofres publicos a despesa que com o respectivo sustento; e educação se houver de fazer. Sendo com preferencia applicados aos misteres mais necessários, e principalmente áquelles de que, como sejam o d’espingardeiros, cronheiros, alfaiates, sapateiros &, he factivel tirar immediato proveito em favor da tropa da Provincia, encarregando-se de apromptar as obras que ella precisar. Estabelecimentos como este, ha em quasi todas as Provincias, assim como os ha destinados a amparar e melhorar a sorte de raparigas desvalidas. Com 4:000\$000 avalio se possa manter o estabelecimento, cuja creação lembro, com uns 25 a 30 educandos.⁹²

Todos os trabalhos realizados naquela Casa deveriam atender as necessidades mais urgentes da província, o que acabou influenciando diretamente sobre a montagem e desmontagem de oficinas ali existentes: as oficinas de “espingardeiros e coronheiros”, por exemplo, às quais se referiu o presidente, surgiram da “necessidade de armar a cidade contra outras possíveis revoltas, como a Balaiada, que deixou fortes marcas no Maranhão e no Piauí”.⁹³ Observe que segundo Góes e Vasconcelos era possível a partir da instalação

⁹⁰ Falla com que o Ilustrissimo Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Pauhy Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854. Maranhão: Typ. do Observador F. M. de Almeida. Rua do Sol, nº 38. 1854, p. 12. Grifo nosso.

⁹¹ Relatório do President do Piauhy o Commendador Frderico D’Almeida e Albuquerque, apresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856. S. Luiz: Typographia do Progresso – Rua de Sat’ – Anna nº 17. Impresso por B. de Mattos. 1856, p. 16. Grifo nosso.

⁹² Relatório que digigio o Exm.º Presidente da Provincia do Piauhy, Zacarias de Goes e Vasconcellos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de julho de 1847. Oeiras, na Typographia Provincial, p. 28.

⁹³ CASTRO, 2007, p. 82.

de um Estabelecimento daquela ordem se tirar dele proveito imediato “em favor da tropa da Província”, o que diz respeito não só à produção de armas bélicas, mas a diversos artigos e acessórios de caráter militar, tais como, fardamento, calçados, mobílias, etc., e para além desses objetos, material humano devidamente capaz de reforçar o contingente militar. Identificamos nas fontes diversos casos referentes a ordens de serviços militares encomendados à diretoria da Casa de educandos e casos de dispensa de educandos que por indisciplina ou término do tempo de aprendizagem eram encaminhados por vontade própria ou a contragosto para o serviço militar.

Quanto à utilidade e produção do Estabelecimento de Educandos no que diz respeito à sua participação nas obras públicas em Oeiras e depois na Vila Nova do Poty – atualmente Teresina – para onde se transferiu a capital da província em 1852, as fontes revelam que os principais prédios – o Palácio da presidência, a igreja matriz, o quartel de polícia, a cadeia pública, etc. – existentes nestas cidades, principalmente em Teresina, foram marcados pela produção dos educandos. Diversas são a quantidade de material produzido na ocasião de sua construção. Porém, como não intentamos enveredar por este caminho, recomendamos aos interessados neste tipo de análise, o trabalho de Genimar Machado Resende de Carvalho.⁹⁴

Assim como sugeriu Góes e Vasconcelos em sua fala aos deputados da Assembléia Legislativa Provincial, houve também na província do Piauí um Estabelecimento de Educandas cuja finalidade foi “a amparar e melhorar a sorte de raparigas desvalidas”; afinal, seria muito mais proveitoso do ponto de vista do projeto civilizatório elitista se todos os órfãos e órfãs desvalidos da sorte fossem beneficiados com os valores que só a boa educação e trabalho lhes poderia legar, assim, a tão pretendida habilitação moral e profissional das camadas pobres da população apresentaria resultados mais eficazes. Pensando então sobre os benefícios que tal Estabelecimento proporcionaria à província, quatro anos após a sugestão de Góes e Vasconcelos, isto é, em 1851, o presidente José Antônio Saraiva recomendou aos deputados da Assembléia Legislativa o zelo pela “protecção das órfãs do Piauhy” nos seguintes termos:

Só terão direito aos soccorros públicos os orfãos desvalidos? Quantas meninas, sem pai e mãe, não se arrancarão á miséria, e finalmente á prostituição, se ellas também fossem amparadas e soccorridas? Eu não posso, Senhores, deixar de recommendar á vossa protecção as orfãs do

⁹⁴ CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

Piauhy, pois que podereis até, cuidando da educação de algumas, habilitar boas mestras para as eschololas do sexo feminino. A situação de uma orfã, que não vê diante de si, senão a maior miseria, ou o aviltamento, é digna de vossa consideração. [...] e pois, Senhores, applicai alguma cousa em beneficio de vossas patricias, que tem direito á toda a vossa humanidade.⁹⁵

Diante de tamanha comoção, os deputados da Assembléia Legislativa Provincial atentaram para o apelo do presidente Saraiva e decidiram pela criação de uma Casa de Educandas na Província do Piauí e, segundo Amada de Cássia Campos Reis (2006), ela foi edificada na cidade de “[...] Oeiras, através da Resolução Provincial nº 301, em 10 de setembro de 1851, com a finalidade de atender meninas pobres, até um número de 20. Esta escola teve vida curta, foi extinta pela Lei Provincial nº 369, publicada em 14 de agosto de 1854”.⁹⁶

A Casa de Educandos Artífices do Piauí foi criada em conformidade com a resolução nº 220, decretada pela Assembléia Legislativa Provincial e sancionada pelo presidente Marcos Antonio de Macedo em 20 de setembro de 1847. Publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, a resolução determinava, basicamente, a admissão de meninos pobres desvalidos cujo número não deveria exceder a trinta internos, a existência de um regulamento pelo qual se estabeleceu as normas de funcionamento daquela instituição e o valor que deveria ser despendido com as despesas e manutenção do dito Estabelecimento.⁹⁷

Um fato curioso sobre essa questão é que mesmo tendo sido sancionada na data acima mencionada a resolução não pode ser cumprida de imediato por falta de instalações apropriadas para a Casa de Educandos, inclusive esse foi um problema constante com o qual a administração daquela instituição teve que lidar ao longo de seus 24 anos de existência (1849-1873): o estado precário e insalubre de suas instalações que de acordo com as fontes sempre estiveram aquém do desejado. Como afirmou o presidente Anselmo Francisco Peretti:

A Resolução nº 220 de 20 de Setembro de 1847 que creou um um estabelecimento de Educandos Artífices, inda não foi cumprida por não havêr aqui edificio com as convenientes accomodações para recebêr

⁹⁵ Falla com que o Presidente da Provincia do PIAUHY Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 3 de julho de 1851. Oeiras, na Typ. Sagrarena. p. 22-23.

⁹⁶ REIS, 2006, p. 128.

⁹⁷ Cf. Resolução nº 220 – Publicada a 24 de setembro de 1847. In: Código das Leis Piauhenses. 1847. Tomo 8º. Parte [1ª]. Secção 5ª, p. 10. APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí.

o numero de menóres, que ella marca. Não tardará porem á ser levada á efeito tão util creação, logo que for posta á minha disposição a espaçosa casa, que n'esta Cidade possui José Pedro Celestino, o qual promettêo contractar o sêo arrendamento com o Governo Provincial afim de ali sêrem acolhidos os Educandos, de que tracto.⁹⁸

A fala acima não só confirma o que estamos dizendo como nos dá pista sobre onde se instalou pela primeira vez o Estabelecimento de Educandos na cidade de Oeiras, a saber, na casa que pertenceu ao senhor José Pedro Celestino. Para além da transcrição acima, infelizmente não dispomos de informações mais precisas sobre a pessoa do senhor Celestino e do endereço onde se localizava a casa de sua propriedade. O pouco que sabemos até o momento está registrado em relatório sobre o estado do Estabelecimento apresentado pelo diretor Francisco José da Silva ao presidente provincial José Antonio Saraiva em 1851. Neste relatório somos informados que esta escola que havia iniciado suas atividades em 1849 com um número de 15 educandos, nesta ocasião, já contava com 26, mas com capacidade suficiente para abrigar 30 internos, graças ao aumento considerável das dependências da casa que só foi possível, supomos, mediante a aquisição por parte do governo provincial de uma casa vizinha (contígua) à do senhor José Pedro Celestino. Fato descrito na época pelo diretor como uma realização do seu pensamento, uma vez que já havia comunicado anteriormente a presidência sobre a necessidade de melhorar as dependências daquela instituição que oferecia “acanhados commodos, e que seria preciso fazer algum quarto, logo que se augmentasse o numero de educandos”, o que aparentemente não demorou a acontecer tendo em vista que os interessados em recolher seus filhos ao Estabelecimento, demonstravam, segundo o dito diretor, “bom conceito na instituição”. Esclarecido do fato, o presidente “[...] não hesitou em alugar a casa (mista ao estabelecimento) do Capitão Brito, que reunida a outra offerece na verdade os commodos precisos, e só assim também teria commodo para as officinas [...]”.⁹⁹

Com relação a outros endereços de propriedades particulares onde funcionou a Casa de Educandos após sua fundação em 1º de dezembro de 1849, durante o governo do presidente Anselmo Francisco Peretti, as fontes revelam que após sua permanencia em Oeiras na residência de José Pedro Celestino a casa foi transferida para a nova capital da

⁹⁸ Falla com que que o Excelentissimo Senhor Presidente da Provinica do Piauhy Dr. Anselmo Francisco Peretti [abrio] a Assembleia Legislativa Provincial no dia 5 de julho de 1849. Oeiras, na Typographia Saquarema. p. 13.

⁹⁹ Exposição do diretor Francisco José Pereira sobre o estado do Estabelecimento de Educandos, datado de 12 de junho de 1851. In: Falla com que o Presidente da Provincia do PIAUHY Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 3 de julho de 1851. Oeiras, na Typ. Sagrarefa. p. 67-68 [?].

província na Vila Nova do Poty, atual Teresina, constituída em 16 de agosto de 1852. É provável que essa mudança tenha se dado após publicação da portaria de 1º de agosto expedida pelo presidente provincial José Antônio Saraiva autorizando o diretor José Francisco da Silva a “[...] partir, com os Educandos, da Cidade de Oeiras [...]”, para a nova capital da província, “[...] no dia 22 do mesmo Agosto”.¹⁰⁰

Uma vez em Teresina, a Casa de Educandos continuou funcionando em propriedades alugadas até adquirir sede própria. Segundo informações colhidas no Arquivo Público do Estado do Piauí, tudo indica que a primeira de suas instalações na nova capital foi o prédio adquirido em 1851 pelo governo provincial para servir de quartel de polícia localizado na antiga praça Aquidabã, hoje, Pedro II. Se as informações de que dispomos estiverem corretas, supomos que ela permaneceu neste endereço até o ano de 1854 quando foi transferido para a Rua Grande, atual Álvaro Mendes, onde ficou instalado em propriedade do Dr. Simplicio Mendes, onde “com o fim de promover o adiantamento de tão útil estabelecimento”, o presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho mandou “construir um grande telheiro no quintal da casa, para nelle montar a officina de ferreiro [...]”,¹⁰¹ posteriormente, foi transferida “para a casa, hoje, de d. Alvina Azevedo, á rua da Gloria, presentemente, coronel Lysandro Nogueira [...]”.¹⁰² As fontes nos revelam também que a Casa de Educandos ocupou outro estabelecimento na antiga rua da Glória a partir de 1856, nos referimos à casa de propriedade do Dr. Antonio Borges Leal Castello Branco cuja cópia do contrato encontramos no Arquivo Público do Estado do Piauí e transcrevemos abaixo:

[Fl.1] Contracto de locação d’uma caza do Doutor Antonio Barros Leal Castello Branco, para servir de Estabelecimento de Educandos aos seis dias do mês de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e cinco na sala das sessões da Junta Administrativa da Fazenda Provincial, achando-se reunidos os senhores membros da Junta, o Excelentissimo Vice Presidente Baldonio José [Coelho], o Contador, servido de Inspector, José [Mauricio] da [Costa Pestana], o primeiro escripturario servido de Contador Raimundo Ferreira de Castello Branco, e o Doutor, Procurador Fiscal, [Carlos] de Souza Martins, compareceo o Doutor

¹⁰⁰ Correspondência do diretor do Estabelecimento enviada ao presidente provincial José Antônio Saraiva em 15 de setembro de 1852 comunicando algumas providencias tomadas por ocasião de sua partida com os educandos à nova capital da província. APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos, Códice 950 [?], [18--].

¹⁰¹ Falla com que o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854. Maranhão: Typ. do Observador de F N, de Almdeida. Rua do Sol n 38. 1854, p. 12.

¹⁰² Historia de Therezina por C. F. (continuação nº 84). Educandos Artifices. In: Diario do Piauhy: Orgão Official dos Poderes do Estado. Anno I. Therezina, sexta-feira, 16 de junho de 1911. Nº 88. Redacção e Officinas – Praça Uruguayana nº 17 [?], p. 1.

Antonio Borges Leal Castello Branco, e contractou o seguinte = primeiro = alugar a casa de esquina que está edificando na rua da Gloria n'esta Cidade, para servir de Estabelecimento dos Educandos artífices, a preço de cinquenta mil reis mensaes, pelo tempo, que convier a Fazenda Provincial, nunca [porem] por menos de dous annos, a datar da entrega das chaves, = 2º = A casa será acabada em todas as suas partes, e entregue limpa e caiada por todo o mês de Janeiro do próximo anno de 1856, contudo as acomodações constantes da planta, que no fim d'este contracto vai copiada, com todas as dimensões ahí mencionadas = 3º = durante o contracto sujeita-se o locador a [tomar] todas as [goteiras] , que possam aparecer, e bem assim a receber o predio no fim do contracto [ainda] mesmo que elle careça de pequenos reparos, como seião reboque nas paredes, faltas de tijollos no ladrilho, feixaduras quebradas, chaves perdidas, lemes e ferrolhos arrancados, ou inutilizados, e outras faltas semelhantes más não se comprimette a [nenhum] outro reparo no edificio enquanto durar o aluguel = 4º = Quando não forem promptamente tomadas as cortesias pelo locador que sempre será para isso avizado, a Fazenda [Fl.2] as fará tomar, e descontará no aluguel o que despende = 5º = Antes da entrega das chaves será o edificio examinado por parte da Fazenda para se verificar o seu estado, limpeza, e conformidade com a planta = 6º = O pagamento do aluguel se fará quando o locador o pedir, nunca antes d'um mez vencido = E para constar se lavrou o presente que vai assignado pelos membros da Junta, e pelo o locador = Eu Francisco José [Elias] primeiro [Official] escrevi = Baldonio José Coelho = José Mauricio da Costa Pestana = Raimundo Ferreira de Castello Branco = Carlos de Souza Martins = Antonio Borges Leal Castello Branco =

Está [conforme]

Carlos de Souza Martins

[Procurador] Fiscal¹⁰³

Sobre este prédio e a planta em anexo ao contrato que ora transcrevemos, discorreremos mais adiante na análise que empreenderemos no segundo capítulo deste trabalho de pesquisa sobre a vida e a rotina diária dos educandos no interior do internato. A ideia é demonstrar a partir do cruzamento de informações contidas em fontes oficiais, hemerográficas e iconográficas, as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos que interagiram naquela Casa de educação e reconstituir um pouco do espaço praticado por eles como diria Michel de Certeau (2014). E para além disso, compreender também que a casa de educandos enquanto espaço de poder e saber foi vivenciado de forma distinta por aqueles sujeitos, e mais, que o registro contido nas fontes pode dar ao examinador atento uma ideia bem clara de como aquele espaço foi constituído naquele momento específico.

¹⁰³ Contrato de locação de uma casa para servir de Estabelecimento, celebrado entre a Fazenda Provincial e o proprietário da casa, o Dr. Antonio Barros Leal Castello Branco. Arquivo Público do Estado do Piauí. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos. Códice 950 [?]. [18--].

Rastrear, minuciosamente, os prédios e propriedades que serviram de estabelecimento para a Casa de Educandos Artífices do Piauí com os seus respectivos endereços não constitui tarefa fácil, requer tempo e dedicação, principalmente no que concerne a dizer com precisão onde a dita escola se estabeleceu pela última vez; em alguns casos, as informações são vagas e não muito precisas deixando lacunas difíceis de preencher. Porém, baseados em informações como as que transcrevemos a seguir é possível supor que aquela instituição tenha se estabelecido definitivamente a partir da década de 1860 até o tempo de sua extinção (1873), no prédio no qual funcionou o quartel de polícia, ou seja, o prédio localizado na antiga praça Aquidabã, atualmente, praça Pedro II como já adiantamos no princípio de nossas considerações sobre esta questão. Como observou em seu relatório o presidente Antonio de Britto Souza Gayozo após sua primeira visita ao Estabelecimento em 1861, ao certificar-se da má localização daquele internato e da sua carência de acomodações:

Determinei-me, depois de um rigoroso exame, a adoptar a ideia aventada pelo Vice Presidente, Dr. José Mariano Lustosa do Amaral, e [muda-lo] para o predio provincial, que servia de quartel de Policia, e [nomeei] logo uma comissão composta dos Majores, Director dos Educandos, João Gonçalves da Silva, Commandante do Corpo de Policia, Antonio Joaquim de Lima e Almeida, e Alferes Procopio José Ferreira, administrador das obras publicas, para que procedessem ao orçamento das obras necessárias. Mandeí abrir um grande dormitorio, onde se accommodam perfeitamente as camas de todos os educandos, acabando-se assim com as dormidas separadas e em pequenos quartos, fora de toda inspecção e disciplina. Prepararão-se três grandes officinas, todas muito claras, um quarto de largas proporções para as aulas de primeiras letras e de muzica. E ainda existem muitos commodos para refeitório, Secretaria, arrecadação, etc. não me foi possível, por falta de recursos pecuniarios, mandar construir uma cosinha apropriada, havendo-se apenas feito uma, que servira provisoriamente, nem levantar um paredão, indispensavel, que terá de rodear todo o estabelecimento. Conto com tudo que me habiliteis no orçamento com os meios necessarios, para levar a effeito, esse plano. Em um dos lados da casa e nos fundos, existem terrenos, que, para o futuro, podem ser aproveitados para o seu augmento, e maiores accommodações. Toda a despesa, que se fez, graças aos [cuidados] dos membros da Comissão, que se tornarão merecedores de todo o elogio, foi de 178\$000 reis, salvo alguns materiaes da Provincia, que mandei applicar a essa obra. Ainda mais, com esta tranferencia, economisou a Provincia 300\$000 reis annuaes, pela differença dos alugueres entre a casa, em que estavam os Educandos, e a em que hoje se aquartella o Corpo de Policia.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 13 de julho de 1861. Therezina: Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1861, p. 11.

Do ponto de vista de Antonio Britto de Souza Gayoso, percebemos que esta medida trouxe grandes vantagens à Casa de Educandos, pois proporcionou algumas melhorias necessárias ao Estabelecimento e ainda tornou menos onerosas as despesas ao cofre provincial. Por falar em melhorias, consideramos a década de 1860 como a mais proveitosa para aquela instituição que apesar da carência de recursos financeiros – o que dificultava o seu desenvolvimento – pode contar com o apoio do cofre provincial para impulsionar o seu crescimento. Abaixo, um breve resumo, um panorama do movimento da Casa nessa época.

Em 1861, como demonstramos na fala transcrita acima do Dr. Antônio Gayoso, a Casa foi transferida para o prédio do quartel de polícia cujas dependências na concepção de Clodoaldo Freitas eram superiores às suas necessidades. Lugar espaçoso, “de largas proporções”, onde se providenciou dormitórios, oficinas, refeitório, secretaria e outros cômodos necessários ao bom funcionamento daquela escola e acomodação do corpo de educandos.¹⁰⁵ A partir de 1862, algumas melhorias e outras mais que não puderam ser feitas no ano anterior porque, segundo Gayoso, lhe falta “recursos pecuniarios” foram aos poucos se concretizando. Houve o acréscimo de dois quartos, uma cozinha, uma “grande meia-agua, em aberto, onde [*trabalhavam*] os marceneiros” e foi levantado um muro para fechar o Estabelecimento. O número de oficinas foi elevado de três para cinco. Apensar de todas estas melhorias, a administração do Estabelecimento ainda se ressentia de alguns inconvenientes que, em seu entendimento, impactava negativamente sobre sua renda lhe trazendo prejuízos, a saber,

“[...] a admissão de meninos de menor idade, que por bastante tempo nenhuma utilidade prestão ao estabelecimento, a retirada dos educandos antes da epocha marcada na lei, e justamente quando, já habilitados, poderão trazer lucro as officinas, e a falta, que ha, de materia prima para o prompto confeccionamento das obras encommendadas”.¹⁰⁶

“Autorizado pela Resolução Provincial Nº 513 de 2 d’Agosto de 1861” e totalmente disposto a reformar o Estabelecimento, o presidente José Fernandes Moreira, naquela ocasião, encarregou ao diretor daquela escola, major João Gonçalves da Silva

¹⁰⁵ Cf. História de Therezina por C. F. Educandos Artifices. In: Diário do Piahy: Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Anno I. Therezina, domingo, 18 de junho de 1911. Nº 90. Redacção e Officinas – Praça Uruguayana nº 17 [?], p. 1.

¹⁰⁶ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Doutor Antonio de Britto Souza Gayoso passou a administração da Provincia do Piahy ao Excelentissimo Senhor Prezidente Doutor José Fernandes Moreira no dia 13 de julho de 1862. Therezina. Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1862, p. 5a.

juntamente com os senhores, Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho e o major Antonio Joaquim de Lima Almeida de elaborarem um novo regulamento que reunisse o que de melhor havia nas leis e regulamentos provinciais com o que de melhor pudessem extrair “[...] do regulamento dos Educandos da Provincia do Maranhão”, que por sinal, serviu de modelo para a construção do Estabelecimento de Educandos do Piauí.¹⁰⁷

Com a exoneração do Major João Gonçalves da Silva da diretoria do Estabelecimento por ser este já avançado em anos e residindo fora daquela instituição, o que na concepção do presidente José Fernandes Moreira não favorecia um tipo de administração que contribuísse para a implantação dos princípios de religião e moral no espírito dos educandos, foi nomeado para substituí-lo o Padre Thomaz de Moraes Rego sob a direção de quem elevou-se o número de internos de 48 para 50 e se procurou melhorar mais ainda as acomodações do Estabelecimento. Autorizou-se a construção de cozinha e latrinas que ainda faltavam e melhorou-se o salão que servia de dormitório.¹⁰⁸ Esse “bispo diocesano” ainda “concedeu a facilidade para ser levantado um altar no Estabelecimento e foi construído um oratorio sob a invocação de N. S. do Carmo”.¹⁰⁹

Reconhecendo que o Estabelecimento de Educandos era merecedor de seus cuidados, em 1863 o presidente Pedro Leão Vellozo o visitou e percebendo a urgência de melhorias do mesmo autorizou a entrega de 500\$000 reis ao diretor daquela escola para que fosse aplicada na reforma do edificio que ainda não atendia à “[...] necessidade facturas de dar maiores proporções ao estabelecimento”. Assim, autorizou-se também “a aquisição do terreno, e meias aguas, que [ficavam] pelo fundo do edificio”.¹¹⁰

Em 1864, após a exoneração do padre Moraes Rego, assumiu a direção do Estabelecimento o Capitão Raimundo Sizinio de Lima e Almeida. Durante sua

¹⁰⁷ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Doutor Antonio de Britto Souza Gayoso passou a administração da Provincia do Piauí ao Excelentissimo Senhor Presidente Doutor José Fernandes Moreira no dia 13 de julho de 1862. Theresina. Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1862, p. 5b.

¹⁰⁸ Relatório que o Excelentissimo Presidente da Provincia do Piauí Dr. José Fernandes Moreira, apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de novembro de 1862. Theresina: Typographia Constitucional, Rua Grande. 1862, p. 10.

¹⁰⁹ *Historia de Theresina por Clodoaldo Freitas (continuação do nº 90)*. Educandos Artífices. In: Diário do Piauí: Órgão Official dos Poderes do Estado. Anno I. Theresina, terça-feira, 20 de Juno de 1911, nº 91. Praça Uruguayana nº 17 [?], p. 1.

¹¹⁰ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da Provincia do Piauí ao Excelentissimo Senhor 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863. Theresina: Typographia Progressista, impresso por Manoel Victorianno Marques. [1864], p. 6.

administração o número de internos se elevou a 60 educandos e permaneceu vivo o desejo de se continuar efetuando melhoramentos tanto materiais como nas acomodações do Estabelecimento.¹¹¹ Afinal, o “acanhamento do ediffício” naquela época, bem como, suas acomodações mal colocadas, não faziam jus a uma instituição destinada a “fornecer aos meninos pobres e desvalidos de toda a provincia a instrucção das primeiras letras e o ensino de um officio mecânico”. A instituição ainda carecia de ampliação dos seus aposentos, criação de uma enfermaria, melhoria dos serviços de proteção aos educandos, líder espiritual para a capela e material para as oficinas que, apesar dessa condição pouco elogiável, apresentava significativo aumento das suas receitas.¹¹²

Em 1865 a receita proveniente da banda de música e das cinco oficinas existentes no Estabelecimento naquela época, praticamente foi mais que o dobro em relação ao ano anterior havendo um significativo aumento de 1:766\$134 reis para 2:368\$034 reis, considerando os valores das receitas apresentadas pelo presidente Antonio de Sampaio Almendra no relatório do respectivo ano. Neste período, o diretor Raimundo Sizinio de Lima e Almeida que no conceito do presidente anterior era visto como “moço inteligente e cuidadoso, e que muito se [esforçava] para corresponder á confiança nelle depositada”,¹¹³ aparentemente perdeu gradativamente o “lisonjeiro conceito” que dele havia formado Franklin Doria; foi nomeado para vice-diretor o senhor Manoel Barbosa da Morada; o número de internos permaneceu de 60 e todos frequentavam as aulas de primeiras letras e música, bem como, as 5 oficinas existentes; a banda de música fora abastecida de vários instrumento vindos da corte; a capela passou a possuir “parametros e alfaias”,¹¹⁴ objetos comprados e “[...] pagos com rendimentos de leilões e offertas pias, promovidos pelo director durante o festejo da padroeira”. Entre todos esses

¹¹¹ Relatório com o 2º Vice-Presidente da Provincia, Dr. Antonio de Sampaio Almendra, passou a administração da mesma ao Excelentissimo Presidente Dr. Frank Americo de Menzes Doria no dia 28 de maio de 1864. Typographia – Progressista – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1865, p. 11a.

¹¹² Relatório apresentado á Assembleia Lgislativa do Piauhy, no di 1º de julho d 1864 pelo Presidente da Provincia Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos – Rua da Paz, 7. [1864], p. 20.

¹¹³ Cf. Relatório com o 2º Vice-Presidente da Provincia, Dr. Antonio de Sampaio Almendra, passou a administração da mesma ao Excelentissimo Presidente Dr. Frank Americo de Menzes Doria no dia 28 de maio de 1864. Typographia – Progressista – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1865, p. 11b.

¹¹⁴ Os termos “parametros” ou “paramento”, bem como “alfaias” ou “alfaya” diz respeito à “moldura do bocal do morteiro” que era uma espécie de canhão curto cuja finalidade era “bombear” e/ou dar tiros, provavelmente utilizado nas festas sagradas realizadas na capela do Estabelecimento. Significa também peças de adorno de uma casa ou, principalmente, de uma igreja; vestiduras sagradas; moveis de uma casa. Cf. PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

melhoramentos vale salientar também que “terminou-se a calçada em frente do estabelecimento dos educandos artífices”. E para além disso,

“[...] foram manufacturados para mais de 4:000 peças de fardamento, das quaes destrubuiram-se as precisas com o 1º corpo de voluntarios da pátria, sendo as que restam destinadas ao 2º. Prestando este relevante auxilio, pelo qual foi incasavel o seu Director, os educandos artífices ligaram honrosamente seu nome aos d’aqueles que n’esta provincia tem-se esforçado pelos reclamos da guerra”.¹¹⁵

Em 1866 o número de educandos aumentou de 60 para 65 internos, mas de acordo com a resolução nº 545 de 20 de julho de 1864 esse número poderia chegar a 100 educandos, o que de imediato não aconteceu por falta de acomodações precisas no Estabelecimento. Houve um acréscimo de mais duas oficinas, a saber, as de ourives e funileiro autorizadas pela resolução nº 581 e já se encontravam em pleno funcionamento juntamente com as demais existentes. De acordo com o relatório de 1866 do presidente Franklin Americo de Menezes Doria aquelas oficinas bem como as aulas de primeiras letras e de música eram frequentadas da forma transcrita abaixo:

Tabela 2 – frequência dos educandos nas oficinas (1866)

Aula de 1 ^{as} letras.....	65
Aula de musica.....	34
Officina de alfaiate.....	23
Officina de sapateiro.....	11
Officina de marceneiro.....	10
Officina de ferreiro.....	7
Officina de tanoeiro.....	6
Officina de ourives.....	4
Officina de funileiro.....	3

Fonte: Relatório do presidente Franklin Americo de Menezes Doria, datado de 9 de julho de 1866, p. 18

“Alérn d’isto, 2 educandos, com auctorisação minha”, afirmou o presidente Franklin Americo de Menezes Doria, “aprendem a arte typographica, fora do

¹¹⁵ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piahy no dia 12 de julho de 1865, pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr., Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 3. 1865, p. 27-28 e 44.

estabelecimento. Havia um, que estava addido¹¹⁶ desde agosto de 1864, ao estabelecimento do Maranhão, se exercitando na funilaria, e que já voltou”. E, como veremos mais adiante, foi neste período também que se realizaram os primeiros exames na escola dos educandos desde a sua fundação.¹¹⁷ Em 1866 se iniciou as obras relativas à construção de um poço no Estabelecimento para a qual recebeu o diretor da escola dos cofres públicos a quantia de 400\$000 reis.¹¹⁸

O relatório do presidente Dr. Adelino Antonio de Lunna Freire de 9 de setembro de 1867 contém um resumo detalhado do movimento do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí desde a sua fundação até o respectivo ano, mas é preciso alertar que uma análise atenta dos dados fornecidos no dito relatório contém lacunas que só podem ser preenchidas se recorremos a outros relatórios e fontes, tais como, os que foram utilizados na construção desta pesquisa. Bons exemplos do que estamos afirmando são: uma tabela contendo o movimento de entrada e saídas dos internos desde a fundação daquela escola até o ano de 1867 e as informações sobre a transferência daquele colégio para a cidade de Teresina. No primeiro caso, se calcularmos os dados acerca do número de entradas, saídas e permanência de educandos relativo a cada ano especificado na tabela fornecida por seu relatório, o número total de educandos relativo ao ano de 1867 não fecha – o número que deveria ser de 65 internos é apresentado como se fosse 68 – e, no segundo caso, não são considerados os dados revelados nas fontes quanto aos endereços ocupados por aquela Casa de educação referentes aos anos de 1854 e 1856 que destacamos no princípio de nossas considerações sobre essa temática. Fato que talvez se explique justamente por não ter considerado o dito presidente em sua exposição todos os dados referentes ao ano de 1854 e, principalmente, do ano 1855 que nem se quer constam em seu relatório. Diga-se também, que em 1856, segundo o diretor da Casa de Educandos naquele período, 48 educandos haviam sido admitidos no Estabelecimento¹¹⁹ e não 47 como consta no relatório ao qual estamos nos referido.

¹¹⁶ Agregado, incorporado.

¹¹⁷ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de julho de 1866, pelo Presidente da Província, o Exm. Sr., Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos. Rua da Paz, 7. 1866, p. 18.

¹¹⁸ Cf. Balancete resumido do estado das diferentes caixas da Administração de Fazenda Provincial do Piauí, em 5 de outubro de 1866. In: Relatório com que o Exm. Vice-Presidente da Província do Piauí Dr. José Manoel de Freitas passou a administração ao Excelentíssimo Presidente Dr. Adelino Antonio de Lunna Freire no dia 5 de outubro de 1866. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. 1866, p. 13.

¹¹⁹ Cf. Relatório do diretor sobre o estado do estabelecimento, Anexo nº 8, p. 16 e 38. In: Relatório do Presidente do Piauí o Commendador Frederico D’Almeida Albuquerque, apresentado á respectiva

Mas o fato é que apesar dessas discrepâncias o relatório contém dados interessantes sobre a trajetória do Estabelecimento que para além de nos informar sobre a admissão, exclusão e permanência dos educandos, muito nos revela sobre o rendimento e despesas das oficinas, bem como sobre os progressos que se operou em termos de melhoria do Estabelecimento: a obra relativa ao poço iniciado na gestão do Dr. José Manoel de Freitas foi concluída no de 1867 pela quantia de um conto de reis e outras foram providenciadas “que elevarão certamente á devida altura um dos primeiros estabelecimentos da provincia”. Obras arrematadas pelo cidadão Eugenio Marques de Holanda pelo valor de onze contos de reis e que deveriam ser entregues no prazo de dez meses. Afinal, como declarou o presidente, “o edificio [*precisava*] ainda da frente mais elegante, e de que [*fosse*] concluída a parte interna com a construção de cazas para cozinha, dispensa e arrecadação [...]”. As obras estavam sendo feitas de “[...] modo satisfatório”, sob a “constante vigilancia” do presidente. “A primeira secção acha-se quasi terminada e até o fim do corrente mez terá o contractaute direito á 2ª prestação na importancia de 4:000\$000”. Neste período, o capitão Raimundo Sizinio de Lima e Almeida foi exonerado do cargo de diretor do estabelecimento e em seu lugar assumiu o padre Antonio Marques dos Reis que acumulou “com grande vantagem” a função de capelão do Estabelecimento. Foram adquiridas ferramentas necessárias para as oficinas, novos instrumentos para a banda de música e nomeada uma comissão que deveria examinar o estado do Estabelecimento propor as reformas mais convenientes, bem como, as bases para a constituição de um novo regimento interno para aquela Casa.¹²⁰

De acordo com o relatório de 1868 do presidente José Manoel de Freitas, um ponto chama a atenção: a Casa de Educandos não ofereceu nenhuma vantagem financeira aos cofres públicos nesta época, o que de certa forma chega a ser antagônico considerando que a década de 1860 foi o período em que o Estabelecimento mais evoluiu. Mesmo numa época de grande crise econômica cujo os primeiros anos foram marcados por uma grande seca cujos efeitos afetou toda a província acarretando problemas que impactaram sobre fatores diversos e quase culminou com a supressão da Casa de Educandos. Como lembrou bem Clodoaldo Freitas: “A crise financeira que atravessa a provincia, que estivera a

Assemblea Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856. S. Luiz: Typographia do – Progresso – Rua de Sant’ – Anna nº 17 [?]. Impresso por B. de Mattos. 1856.

¹²⁰ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de setembro de 1867 pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Lunna Freire. San’Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 7. 1867, p. 68 e 90. Grifo nosso.

braços com a calamitosa secca de 1860, era tal, que o presidente, dr. Duarte de Azevedo, propoz, entre outras medidas, a supressão dos educandos e a supressão do hospital de caridade”.¹²¹ O que, cremos, não aconteceu, porque o seu grande déficit financeiro era “preenchido” pela tesouraria provincial.¹²²

O colégio contava com 69 alunos. “todas as aulas e officinas [*estavam*] providas de mestre, excepto a de ourives, cujo mestre foi demitido a 21 de março”. Todas as officinas estavam abastecidas “de instrumentos, utensilios e materiaes, de que tanto careciam [...]. As obras realizadas por Eugenio Marques de Hollanda no Estabelecimento e aprovadas pelo engenheiro provincial proporcionou àquela Casa “[...] quartos próprios e espaços para as officinas”, vastos e arejados dormitórios e uma sala apropriada onde foi instalada uma enfermaria suprida do material necessário ao tratamento dos educandos que acometidos por algum tipo de enfermidade eram antes tratados no “hospital da Misericórdia”, ou seja, na Santa Casa de Misericórdia. Contudo, segundo o dito relatório, a casa necessitava ainda de um muro de pedra que separasse aquela escola de uma

“[...] casa particular contigua a elle, de accomodações para a cosinha, despensa e armazem; para o que pode, com alguns reparos, prestar-se o antigo dormitorio, e sobretudo é indispensavel augmentasse-se a capella, ainda que para isso deva-se se lançar mão de duas casas vizinhas, desapropriadas”.¹²³

Porém a necessidade mais urgente era a de um novo regulamento mais elaborado e apropriado às necessidades do Estabelecimento naquele momento, mas sobre isso falaremos mais adiante ao discorreremos sobre a questão disciplinar no âmbito do Estabelecimento.

Em 1869 a Casa de Educandos esteve sob a direção do bacharel Pedro de Alcantara Peixoto Miranda Veras e segundo o ex-presidente, Augusto Olimpio Gomes de Castro, progredia sensivelmente. O número de internos era de 60 educandos, número estipulado por lei e achavam-se todas as officinas devidamente montadas, a saber, alfaiate, sapateiro, marceneiro, funileiro, ferreiro, tanoeiro e ourives. Todas “[...] providas de

¹²¹ *Historia de Theresina por C. F. (continuação do nº 90) Educandos Artifices*. In: Diario do Piauhy: Orgão Official dos Poderes do Estado. Anno I. Therezinha, terça-feira, 20 de junho de 1911, nº 91. Redacção e officinas – Praça Uruguayana nº 17 [?], p. 1.

¹²² Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Polydoro Cesar Burlamaque Prssidente da Provincia do Piauhy passou a administração da mesma ao Exm.Snr. Dr. José Manoel de Freitas, segundo Vice-Presidente. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868, p. 14.

¹²³ *Ibidem*, p. 15-16. Grifo nosso.

mestres habilitados, com exceção da de ourives, que *[estava]* vaga, por ter o mestre pedido exoneração”. Nesse período foi criada uma seção de aprendizes de pedreiro que, sob a orientação do mestre da dita seção, os educandos prestavam serviços fora do Estabelecimento, embora, em sua maioria, “raramente os educandos eram empregados diretamente nas obras públicas”.¹²⁴ O padre José Gomes de Castro assumiu o cargo de vice-diretor e professor de primeiras letras da escola deixado vago pelo cidadão Casimiro José de Moraes Sarmiento. A banda de música foi provida de novos instrumentos e, assim como foi apresentado no relatório do ano anterior, as despesas do Estabelecimento continuavam maiores que as suas receitas, porém, por não ser considerada naquele momento uma fonte de renda “immediata e certa”, na concepção do presidente Augusto Olimpio Gomes de Castro, quaisquer sacrifícios eram válidos para manter aquela instituição em pleno funcionamento tendo em vista o (s) propósito (s) para o qual fora criada. Ainda segundo o mesmo relatório, embora o edifício onde funcionava a Casa de Educandos já houvesse “passado por várias transformações”, ainda lhe faltava construir “[...] o lado do nascente, em ordem a fixar o estabelecimento, e evitar toda a comunicação com as casas particulares [...]” que lhe eram contíguas e das quais estava separado apenas por “uma cerca de talos de palmeira”. Obra para a qual foi contratado o coronel João do Rego Monteiro e que já se encontrava em andamento naquela época e cuja a finalidade era melhorar a fiscalização e disciplina do Estabelecimento por parte do seu diretor.¹²⁵

O relatório supracitado, em um de seus anexos,¹²⁶ revela ainda outros detalhes sobre o as afirmações que acabamos de fazer que vale a pena conferir. Ali somos informados sobre as reformas operadas no estabelecimento; o número de internos admitidos; o funcionamento, rendimento e identidade dos mestres das aulas e oficinas existentes naquela instituição, etc. Por fim, o vice-presidente da província, coronel Theotônio de Sousa Mendes, por intermédio da portaria de 18 de novembro demitiu o

¹²⁴ CARVALHO, 2013, p. 185.

¹²⁵ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Província ao Exm. Sr, 1º Vice-Presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typografia de José Mathias, rua Grande nº 21 [?]. 1869, p. 14, 18.

¹²⁶ Relatório do Director da Casa de Educandos nº 92, p. 1-2. In: Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1º de novembro de 1869 pelo Vice-Presidente da Província o Exm. Senr. Coronel Theotônio de Sousa Mendes. San’Luiz do Maranhão: Typ. B. de Mattos, Rua da Paz, 5 e 7. Impresso por M. F. Pires. 1870.

diretor Pedro de Alcantara Peixoto de Miranda Veras e nomeou para o seu lugar José Lino Alves e Rocha.¹²⁷

Dos fatos ocorridos durante os quatro primeiros e últimos anos do Estabelecimento de Educandos na década de 1870 destacamos os seguintes:

a) 1870

A casa continuou com o mesmo número de internos anteriormente estabelecido por lei (60 educandos) e segundo relatório do presidente Luiz Antonio Vieira da Silva, as dificuldades relacionada às suas instalações e situação financeira não sofreram nenhuma alteração em termos de melhorias, tanto que o mesmo chegou a aventar a ideia de mudar o Estabelecimento para um lugar “mais apropriado e arejado, edificando-se um predio com outras accomodações que não [tinha] o actual, mais apropriado aos fins” para o qual fora destinado. E mais, percebendo que não havia “na provincia encadernadores, chapelleiros, selleiros e canteiros[...]”, pensou o dito presidente ser conveniente “mandar alguns educandos para a provincia do Maranhão, onde, adidos, pudessem aprender estes officios [...]” e, voltando ao Estabelecimento do Piauí, “fundarem nelle estas officinas, e dirigi-las por espaço de três annos”. Todas as oficinas continuavam ativas, bem como a seção de pedreiros e acrescentou-se a elas dois tipógrafos. Dos 227 internos admitidos na Casa de Educandos desde a sua fundação até aqueles dias; 50 saíram prontos do Estabelecimento, isto é, habilitados; 11 foram dispensados por causa de moléstias adquiridas, 5 se tornaram desertores, 1 foi excluído por inaptidão, 11 por comportamento classificado como incorrigível, 84 por completarem o tempo de educação e 5 por virem a óbito, restando apenas 60 para completar o número informado acima.¹²⁸

b) 1871

¹²⁷ Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Theotonio de Souza Mendes, Vice-Presidente da Provincia do Piauhy entregou a administração da mesma provincia ao Presidente nomeado, o Exm. Srn. Dr. Antonio Luiz Vieira da Silva no dia 5 de dezembro de 1869. San’Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos. Impressor M. F. Pires. 1870, p. 6.

¹²⁸ Relatório com que o Excelentissimo Senhor. Dr. presidente Luiz Antonio Vieira da Silva passou a administração da Provincia do Piauhy ao Excelentissimo Senhor vice-Presidente Dr. José Manoel Espindola Junior no dia 7 de maio de 1870. S. Luiz do Maranhão. Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. Imp. por M. F. Pires [1870], p. 20-21. O relatório citado aqui e de onde extraímos as informações que acabamos de referenciar se inicia após o termino do relatório do presidente Theotonio de Souza Mendes de 5 de dezembro de 1869, indo até a página 11 (Companhia policial) e continua a partir da página 12 (Enfermaria Militar) no relatório subsequente.

Tanto o Estabelecimento de Educandos como o seu diretor Joaquim Clementino de Souza Martins foram louvados no discurso do presidente Manoel do Rego Barros Sousa Leão no ato da instalação da Assembleia Legislativa provincial em 1º de julho de 1871 (p. 45). Na ocasião o presidente lembrou que por meio daquela instituição a província tinha alcançado “não pequenas vantagens pois há proporcionado educação a membros da classe mais desvalida da sociedade, e continuava “a prestar relevantes serviços por meio de seu inteligente diretor [...]”. Como podemos notar aqui, possivelmente essa tenha sido outra razão para se continuar investindo na manutenção e melhorias daquele Estabelecimento. O número de internos que por lei havia se fixado em 60 continuava o mesmo, porém o corpo de educandos sofreu na administração do presidente supramencionado uma baixa de quatro alunos, o que reduziu o contingente a 56 educandos: 1 saiu por completar seu tempo de aprendizagem, 2 solicitaram dispensa para “sentar praça no exercito” e 1 a pedido dos pais. As oficinas continuavam praticamente as mesmas, exceto a de ourives que foi suprimida por ser considerada desnecessária e a de tanoeiro e marceneiro unificadas por conta de redução de despesas. Dos internos existentes na escola, dois continuavam se dedicando à arte de tipografia fora daquele Estabelecimento. Outra informação importante é que, neste ano, Sabino Leopoldo de Sant’Anna foi nomeado vice-diretor daquela Casa, oficializando uma situação que na prática já ocorria, pois segundo Souza Leão, ele já ocupava o cargo interinamente.¹²⁹

c) 1872

Considerando os importantes serviços prestados pela Casa de Educandos àqueles que não tinham como educar seus filhos, bem como, as onerosas despesas que fazia a província com a sua manutenção, nos últimos anos de existência daquela instituição autoridades governamentais como o presidente Manoel de Barros Sousa Leão começaram a pensar meios de equilibrar a relação entre as receitas e despesas do estabelecimento, evitando assim, que se desse a sua supressão. Entre as medidas que ele tomou estão: a redução do número de internos de 60 para 50 educandos, que o mestre da seção de aprendizes de pedreiro do estabelecimento fosse um profissional contratado e não efetivo, uma vez que os serviços prestados pela dita seção não eram constantes, a demissão do

¹²⁹ Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da Provincia do Piahy no acto de sua instalação no dia 1º de julho de 1871, pelo Presidente da mesma, o Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão. San’Luiz do Maranhão: Typ. – B. de Mattos – Imp. por J. L. C. Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871, p. 45-46.

mestre da oficina de funileiro que “[...] contractava todas as obras para uma officina particular que [possuía]”, ficando a dita oficina temporariamente desativada e a cargo de um dos educandos bastante adiantado até que a assembléia provincial decidisse por sua extinção ou substituição por uma oficina de encadernador como era desejo do presidente e, finalmente, a redução do valor das gratificações pagas aos mestres das oficinas autorizada pela resolução nº 765 de 6 de setembro de 1871.¹³⁰

Pelo que as fontes revelam, entendemos que não foram em vão os sacrifícios realizados em prol da manutenção do Estabelecimento de Educandos diante das sucessivas crises econômicas que enfrentou a Província do Piauí oitocentista, pois ele serviu muito bem aos planos do governo provincial de civilizar as camadas pobres da população. Daí os constantes apelos aos deputados da Assembleia Legislativa provincial para o fato de que aquela era uma instituição digna de seus desvelos e atenções. Afinal, para além de uma instituição destinada “[...] a proporcionar educação a menores da classe mais desvalida da sociedade, [tinha] a província, debaixo deste ponto de vista, auferido dele reaes vantagens” e, diga-se de passagem, não “pequenas vantagens”¹³¹. Uma dessas vantagens explicitadas na fala do presidente Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão, como já mencionamos anteriormente, foram os diversos artistas formados naquela instituição que de lá saíram para difundir em toda a província uma “educação acrisolada”, isto é, refinada, “pela disciplina do trabalho, em diversas artes”. Foi na administração de Pedro Affonso Ferreira que a manutenção de Joaquim Clementino de Souza Martins no cargo de diretor daquela escola se tornou insustentável, sendo este substituído por outro que, na concepção do dito presidente, atendesse à necessidade de “melhorar as condições precárias” a que a negligência “criminosa” do antigo diretor levou aquele Estabelecimento.¹³² O escolhido para substituí-lo foi capitão Evaristo de Moraes. As considerações tecidas por Clodoaldo Freitas sobre esse fato revelam que houve interesses políticos por trás desta questão: “[...] entre muitos outros casos de natureza grave” ocorridos durante a administração de Pedro Afonso Ferreira, Clodoaldo Freitas

¹³⁰ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel de Barros Sousa Leão passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. 4º Vice-Presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado no dia 27 de fevereiro de 1872. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. Por N. F. V. Pires. 1872, p. 33-34.

¹³¹ Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da Província do Piauí no acto de sua instalação no dia 1º de julho de 1871 pelo presidente da mesma, o Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão. San’Luiz do Maranhão. – Typ. – B. de Mattos – imp. por J. L. C. Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871, p. 45.

¹³² Falla com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Pedro Affonso Ferreira abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de novembro de 1872. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. Por N. F. V. Pires. 1873, p. 10. Grifo nosso.

considerou este, em específico, “tipicamente cômico” porque de acordo com esse autor, o capitão Joaquim Clementino de Sousa Martins foi elogiado pelos presidentes anteriores a Pedro Afonso Ferreira, pelo seu “comportamento, inteligência e zelo no desempenho das funções do seu cargo” à frente do Estabelecimento de Educandos. Explicando a questão do desafeto entre os dois Freitas esclarece que

[...] na administração de Pedro Afonso, Joaquim Clementino, que também era conservador, sempre no jornal, Província do Piauí, de que era um dos redatores, atacava o presidente, já célebre pelos trágicos acontecimentos eleitorais do dia 19 de agosto de 1872, na igreja do Amparo, resultando a morte do benquíssimo e pacato escrivão de órfãos desta cidade [*Teresina*], Raimundo Dias de Macedo. Enfurecido com a oposição que lhe fazia o honrado funcionário, o presidente por portaria de 25 de outubro o exonerou, por não concorrerem em sua pessoa as aptidões indispensáveis.¹³³

d) 1873

Em 1873 o novo diretor do Estabelecimento, Evaristo Cícero de Moraes, após assumir a direção do Estabelecimento apresentou ao presidente Pedro Afonso Ferreira relatório sobre estado do mesmo, o que acabou resultando na decisão de nomear uma comissão constituída pelo oficial-maior da secretaria da presidência, bacharel Augusto Colin da Silva Rios; o primeiro escriturário da tesouraria da Fazenda, Henrique Guilherme dos Santos e do contador do tesouro provincial, Salustiano Eliseu de Sant’Anna afim de que examinassem e dessem um parecer sobre o estado do Estabelecimento. Diante da recusa do ex-diretor em entregar o Estabelecimento e da constatação de irregularidades na escrituração financeira daquela instituição. o presidente logo mandou responsabilizar o ex-diretor, o que acabou não dando em nada como veremos em outra seção deste trabalho.¹³⁴

A comissão constituída com o objetivo de examinar o estado do Estabelecimento naquela época concluiu que: o prédio onde funcionava o estabelecimento de educandos tinha proporções e espaço suficiente para nele funcionar aquela “útil e humanitária instituição, digna, por sem duvida, da protecção do governo”; que as oficinas, tanto careciam adquirir alguns utensílios que lhes faltava, como substituir outros que se

¹³³ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988, p. 141-142. Grifo nosso.

¹³⁴ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente, no dia 1º de fevereiro de 1873. Theresina: Typ. da Patria. – Praça d’Aquidabã. 1873, p. 4.

encontravam “arruinados”, contudo, segundo o parecer da comissão, estavam instaladas em salas apropriadas. Não emitiram nenhum juízo sobre a idoneidade dos mestres das oficinas por não os conhecer, deixando essa responsabilidade a cargo do diretor do Estabelecimento. Constataram a boa qualidade e abundância da comida, porém reprovaram o estado das mesas e bancos do refeitório e recomendaram melhoramentos “[...] n’esta parte do serviço do estabelecimento [...]”. Os pratos onde a comida era servida deveriam ser substituídos, porém as facas e garfos eram “de boa qualidade”. Observaram ainda no dia de sua visita que faltavam aos educandos calçados e roupas limpas, que o dormitório não tinha camas suficientes para acomodar a todos os educandos, que o Estabelecimento também carecia de “[...] cadeiras, assim como potes, que *[servissem]* de deposito d’agua, ourinóes¹³⁵, objectos estes todos necessarios ao serviço do mesmo estabelecimento”. Alguns instrumentos musicais “se achavam velhos e machucados”, a latrina estava em péssimas condições e a cozinha carecendo de reparos. Era preciso melhorar a salubridade e higiene do Estabelecimento e que a limpeza do mesmo deveria ser feita “pellos presos da cadêa, e não por educandos [...]”, “que, finalmente, os salões do dormitorio e da enfermaria *[estavam]* mais ou menos limpos”. O parecer daquela comissão era que tais serviços fossem realizados com toda a prontidão, começando por aqueles de maior necessidade afim de que o Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí atingisse “ao nobre e elevado destino” ao qual se fora destinado, a saber, “[...] educar os infantes, para quem a fortuna não sorriu-se”.¹³⁶

Em resposta ao ofício de 7 de novembro de 1872, expedido pelo presidente provincial, a mesma comissão retornou ao Estabelecimento afim de examinar de maneira mais precisa as informações que o diretor Evaristo Cícero de Moraes havia repassado em seu relatório à presidência da província. E depois de ouvir “aos empregados do collegio e aos proprios educandos” sobre os pontos constantes na naquela representação, confirmaram que: os serviços da cozinha, a muito, eram feitos por educandos enquanto que os “serventuarios” indicados para aquelas funções serviam na casa do diretor ou nas compras do Estabelecimento. que os educandos bebiam agua do poço por falta de potes para armazená-la, que a dois meses os educandos comiam com a mão por falta de talheres,

¹³⁵ Vasos para urinar, penico.

¹³⁶ Anexo 4. Parecer da comissão que examinou o estado do Estabelecimento, datada de 5 de novembro de 1872, p. 1-3. In: Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente, no dia 1º de fevereiro de 1873. Theresina: Typ. da Patria. – Praça d’Aquidabã. 1873. Grifo nosso.

que a limpeza da secretaria era feita por educandos por ter a polícia se negado a fornecer presos para a realização deste serviço, que boa parte dos educandos dormiam no chão por falta de camas suficientes, que o material recolhido no “armazem do deposito” estava desorganizado e que as ferramentas nele existentes em “estado de ruína”, que os educandos costumavam lavar roupa aos sábados em virtude de que a que era lavada fora do Estabelecimento “vinha mal preparada e encardida”.¹³⁷

De acordo com o relatório do presidente Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, em 18 de julho de 1873 o Estabelecimento de Educandos continuava funcionando em “um proprio provincial, espaçoso e com commodos precisos, porem mal construido, e sem o asseio conveniente”. 39 internos recebiam educação naquele colégio e estavam distribuídos da seguinte forma: 9 aprendizes de sapateiro, 9 marceneiros, 9 alfaiates e 9 ferreiros e, segundo a fala deste presidente, os mestres das oficinas do Estabelecimento não eram habilitados e nem possuíam “força moral para com os discipulos”. Três educandos aprendiam fora da escola o ofício de pedreiro com prejuízos para a disciplina e regime daquela Casa de educação.¹³⁸ As aulas de primeiras letras continuavam sendo assistidas por todos os educandos enquanto que, os que frequentavam a de música, demonstravam aproveitamento satisfatório. Ainda de acordo com seu relatório, de 1º de dezembro de 1847 – data da instalação do Estabelecimento na Província do Piauí – a maio de 1873, 261 internos haviam sido admitido na Casa de Educandos. Destes, 75 saíram após completarem o tempo de estudos, 105 com autorização dos presidentes da província, 18 desertaram, 4 morreram e 20 foram dispensados em virtude da reserva provincial. Ao calcular e apresentar em seu relatório toda a despesa feita pelos cofres províncias com a educação dos internos e manutenção do Estabelecimento em seus 25 anos de existência a contar da data de sua instalação, Albuquerque Mello conclui que:

Bem cara, em verdade, foi a educação desses poucos desvalidos: mas se elles tivessem realmente aproveitado e fossem hoje bons cidadãos, e melhores paes de familia, que vivessem honradamente do seu trabalho, bem empregado teria sido o dinheiro despendido: infelismente, porem, assim não tem acontecido. Delles apenas poucos, pouquissimos, segundo sou informado, vivem honradamente dos officios que

¹³⁷ Anexo nº 5. Parecer da comissão que examinou o estado do Estabelecimento, datada de 8 de novembro de 1872, p. 1-2. In: Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente, no dia 1º de fevereiro de 1873. Theresina: Typ. da Patria. – Praça d’Aquidabã. 1873.

¹³⁸ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 18 de julho de 1873, pelo Presidente da Província Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873, p. 23.

aprenderam, todos os mais sahirão do collegio tão inhabilitados para o trabalho, e tão viciados, que não descobriram modo de viver senão no exercito, onde mal têm servido.¹³⁹

E em vista disso, Albuquerque Mello acreditava que as despesas feitas com o Estabelecimento e com a educação dos internos serviu apenas para preparar “voluntarios para o exercito”, nada mais, e que o dinheiro empregado para aquele fim teria sido melhor aproveitado se fosse usado “nos melhoramentos das escolas públicas – como se a Casa de Educandos não fosse uma escola pública –, no “fornecimento de papel e livros á centenas de órfãos pobres” que viviam no centro da província sem recursos para frequentarem as escolas e na construção de casas apropriadas para instalação das mesmas. Segundo o pensamento de Albuquerque Mello seria mais conveniente, daquele momento em diante, reverter todo o dinheiro empregado nas despesas com a manutenção e continuação daquele colégio “para sustentação de mais duas cadeiras de ensino primário” naquela capital, bem como, “gratificação a inspectores das escolas do interior da provincia, e augmento de mais algumas destas, realizando-se assim, com igualdade, a promessa da Constituição do Imperio.¹⁴⁰ E assim se começou a aventar a ideia de extinção daquele Estabelecimento.

Não demorou muito e o Estabelecimento de Educandos Artífices, “[...] instituição que tão felizes resultados [*havia*] apresentado em outras Províncias”, possibilitando que “[...] meninos desvalidos” recebessem “a educação conveniente á seus estados, e o ensino de officios mecânicos” de que tanta falta tinha a Província do Piauí¹⁴¹ foi aos poucos sucumbindo ante as dificuldades apresentadas à Assembléia provincial quanto à viabilidade de sua manutenção. Algumas pessoas repudiavam a ideia da extinção do Estabelecimento e na defesa de sua manutenção se posicionaram contra ela. É o caso do deputado Joze Furtado de Mendonça que no seu discurso à Assembléia provincial em 29 de julho de 1873 argumentou que tinha plena convicção de que toda a província tinha um parecer favorável à “conservação do estabelecimento”, inclusive, naquela ocasião, em Teresina a opinião pública estava se manifestando em prol desta providência, “achando-se na casa uma representação assignada por cento e quarenta cidadãos, pedindo que [...]”

¹³⁹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 18 de julho de 1873, pelo Presidente da Província Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873, p. 24a.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 24b.

¹⁴¹ O Escholastico. 1849. quarta-feira. 31 de outubro, nº 9. Oeiras do Piauhy, na Typ. Saquarema, p. 1. Grifo nosso.

aquela instituição não fosse extinta. E criticando, duramente, os fundamentos do projeto que previa a extinção do estabelecimento, afirmou serem eles “desarrasoados”, isto é, sem razão, portanto, injustos. Para ele o Estabelecimento era de grande utilidade para a província tanto “pelas artes e officios” que ali se aprendiam como pela educação que se dava aos meninos pobres que vinham dos diversos pontos da província à procura dos benefícios que aquela instituição lhes proporcionava. E se mostrando contrário às razões apresentadas pelo presidente Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, negou-as veementemente declarando que:

Tem-se argumentado com os abuzos da direção do estabelecimento, com as despesas enormes que a provincia tem feito, sendo pouco os resultados felizes, dizendo-se que do estabelecimento não tem sahido educando habilitado em officio; tem-se argumentado ainda que dali somente tem sahido peraltas, vadios, etc etc, que depois vão assentar praça na policia, e allega-se que para termos policiaes não é preciso despendermos trinta e tantos contos de reis annualmente. Entretanto, é incontestavel que o estabelecimento tem sido de muita utilidade para a provincia. Nesta capital existem optimos musicos, que aprenderam no estabelecimento; os que se acham nelle engajados como mestres, tambem são filhos do estabelecimento; muitos eu conheço, que moram hoje na provincia do Maranhão, e trabalham em diversos officios com perfeição; nas artes e officios ha nesta cidade e em muitos logares da provincia outros mestres sahidos dalli.¹⁴²

Embora o deputado Joze Furtado de Mendonça tenha votando contra todos os artigos do projeto, a força da maioria dos deputados que compunham a Assembléia o aprovou e de acordo com a resolução provincial nº 808 de 4 de agosto de 1873 o Estabelecimento de Educandos artífices do Piauí foi extinto para dar lugar ao Internato Artístico, o que nas palavras do presidente Gervasio Cicero de Albuquerque Mello foi da seguinte forma registrado:

Extincto o collegio de educandos artifices pela resolução provincial 808 de 4 de agosto do anno passado, procurei logo, de conformidade com o disposto na resolução n. 824 do mesmo anno, contratar com o commendador João do Rego Monteiro a criação de uma outra casa do educação com identico fim; e de feito, em 29 do mesmo mez foi effectuado o contrato pelo qual o referido cornmendador obrigou-se a crear um collegio, igual ao de educandos artifices, com a denominação de – Internato Artístico – mediante o auxilio de dez contos de reis annuaes, dado pela provincia. Montado o collegio nas condições do contrato; tem funcionado regularmente, regendo-se pelo regulamento approvedo em 30 de outubro passado. Ha actualmente no Internato

¹⁴² Assembléa Provincial. Discurso proferido pelo Sr. Deputado Joze Furtado de Mendonça na sessão de 29 de julho do corrente anno. In: O Piauhy: Orgão do partido conservador. Anno VII. Theresina, 26 de agosto de 1873, nº 278. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – 1873. p. 2.

Artístico 45 orphãos desvalidos, quo recebem educação correspondente a sua posição social, custando á provincia, apenas, um terço do que custavam os educandos artifices.¹⁴³

A resolução nº 808 para além de determinar a extinção do Estabelecimento, propunha que o presidente provincial desse destino conveniente aos educandos, indicava o que deveria ser feito do prédio onde o mesmo funcionou e que destino seria dado aos instrumentos, ferramentas e demais objetos daquela Casa de educação. Veja a seguir o que foi estabelecido pela dita lei provincial.

Resolução nº 808. Publicada a 4 de agosto de 1873. Extingue o estabelecimento de educandos artífices desta capital.

Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, presidente da provincia do Piauhy.

Faço saber a todos os seus habitantes que a asembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1º Fica extinto o estabelecimento de educandos artífices desta cidade.

§ Unico. Fica autorizado o presidente da provincia a dar dentro de um mez, depois da publicação da presente lei, aos allunos existentes no estabelecimento o destino que julgar conveniente.

Art. 2º Os instrumentos pertencentes a musica do referido estabelecimento passarão á pertencer á musica creada pela presente lei na companhia de policia da provincia.

Art. 3º O predio provincial em que funciona o estabelecimento dos educandos artifices, será destinado para a casa da câmara municipal respectiva e quartel da força policial da provincia.

Art. 4º O instrumento das officinas e materias primas existentes serão vendidos, e o seu produto recolhido ao thesouro provincial.

Art. 5º Revolção se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão e façam cumprir, tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo da provincia do Piauhy 4 de agosto de 1873, 52º da independencia e do império.

(L. do S.)

Gervasio Cicero de Albuquerque Mello.

Honorato Ferreira Cabral a fez.

Sellada e publicada a presente resolução nesta secretaria do governo do Piauhy, aos 4 de agosto de 1873.

O secretario

Xilderico [?] Araripe de Farias¹⁴⁴

¹⁴³ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello passou a administração da provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenna Lins, no dia 27 de abriu de 1874, p. 41.

¹⁴⁴ CODIDO DAS LEIS PIAUIENSES. 1873. Tomo 31. Parte 1º. Secção 1º. Resolução 806. Publicada em 2 de agosto de 1873. In: O Piauhy: Orgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 8 de agosto de 1873, nº 275. Typ. Constitucional. – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873, p. 1.

Sobre o destino dos educandos ao sair do Estabelecimento, a ideia defendida pelo deputado José Furtado de Mendonça era que logo que se instalasse o Instituto Artístico na capital da província em substituição ao Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí, aquela nova instituição pudesse receber os alunos da que fora extinta.¹⁴⁵ Porém nem todos tiveram o mesmo destino, afinal como determinava a lei que transcrevemos acima, o presidente que decidia sobre esta questão e apontava o destino de cada educando. Assim sendo, muitos não concorreram para lá, é o caso de alguns membros da banda de música do extinto Estabelecimento que foram incorporados à companhia de polícia provincial. Como declarou Mendonça:

Por principio de economia foi, creio eu, suprimido aquelle estabelecimento. Os meninos que alli havia, órfãos pela môr parte, desvalidos, pobres, deviam ter um destino e então o presidente ou legislador provincial cogitou delles. Assim como mandou uns, os musicos, para a companhia de policia, como addidos, podia tel-os mandado para a colônia agrícola de S. Gonçalo de Amarante ou outro estabelecimento qualquer”¹⁴⁶

Em dezembro de 1873 o presidente Pedro Afonso Ferreira solicitou do diretor da Casa de Educandos, Evaristo Cicero de Moraes que lhe informasse acerca dos educandos que estavam para sair do daquele Estabelecimento, o qual em resposta à solicitação enviou uma relação nominal “com as competentes notas de conduta, aproveitamento e tempo de frequencia [...]”, destacando entre eles, quais deveriam ser entregues aos respectivos pais, retornando assim a seus lares de origem e quais deveriam ser encaminhados ao exército ou a marinha.¹⁴⁷ Posteriormente usaremos esta relação para demonstrar como os educandos reagiram às imposições e disciplina do Estabelecimento.

Por fim, diante de tudo que vimos, na qualidade de “[...] asylo destinado na provincia a educação da infância [...]”, competia ao Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí, na época de sua atuação (1849-1873), a educação de uma parcela pobre da população que “desgraçadamente [*lutava*] com os horrores da miséria” que os

¹⁴⁵ Assembléa Provincial. Discurso proferido pelo Sr. Deputado José Furtado de Mendonça na sessão de 12 de agosto de 1873. In: O Piauí: Órgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 30 de setembro de 1873, nº 282. Typ. Constitucional. – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873, p. 3.

¹⁴⁶ Discurso pronunciado na câmara vitalicia pelo Exm. Sr. Senador – João Lustosa da Cunha Paranaguá (conclusão). In: A Imprensa: Órgão do partido liberal. Anno XIII. Theresina – quarta-feira, 31 de outubro de 1877, nº 522. Theresina, 1877; impresso por Antonio da G. Neves [?], p. 2.

¹⁴⁷ Ofício nº 9, datado de 23 de dezembro de 1873 enviado pelo diretor Evaristo Cicero de Macedo ao presidente Pedro Afonso Ferreira em resposta ao ofício de 21 de dezembro do dito ano ordenando-lhe informar o número de educandos que estavam para sair do Estabelecimento. In: APEPI – Arquivo Público do Piauí. Palácio da presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí. Caixa sem numeração. (1849-1873).

assolava. Desta forma, se articularam naquela instituição ações educativas cujo fim era dá conta da responsabilidade de abrigar e ressocializar crianças pobres desvalidas que se queria adequar ao projeto político de desenvolvimento e progresso provincial. Daí se travarem constante lutas para que, em hipótese alguma, se deixasse “morrer uma tão importante instituição, que aliás relevantes serviços ha prestado á *causa da infancia desvalida*; pelo contrario deve auxilia-la n’aquillo que lhe for possível”.¹⁴⁸ O que infelizmente deixou de acontecer a partir da aprovação da lei provincial supracitada.

Segundo Odilon Nunes (1975) aquele estabelecimento foi criado para atender a interesses essencialmente econômicos da província. Ali, “[...] crianças pobres, e desamparadas”, eram acolhidas “[*para*] dar-lhes abrigo, instrução e ensino profissional”. Continuando, Nunes afirma que a criação daquele Estabelecimento “correspondia ao imediato interesse econômico da província, cujo desenvolvimento era entravado pela falta de trabalhadores profissionais: ‘Estabelecimentos como este, há em quase todas as províncias...’, dizia Góis, em mensagem a Câmara Legislativa”.¹⁴⁹

Genimar Machado Rezende de Carvalho (2013) em acordo com Maria Mafalda Baldoíno de Araújo o define como instrumento de controle e qualificação para o trabalho das classes desfavorecidas da sociedade piauiense oitocentista ao afirmar que ele

[...] representou simultaneamente uma forma de controle e moralização das classes pobres e o instrumento por meio do qual se qualificava e disciplinava esta parcela da população para substituir o trabalho escravizado, formando uma mão de obra barata à disposição sobretudo da própria administração provincial.¹⁵⁰

Tudo isso parte integrante de um “processo civilizador” pelo qual o governo de várias províncias no Brasil “instalaram Casas de Educandos Artífices” no período compreendido entre 1850 e 1865 na tentativa de controlar socialmente “uma população percebida como potencialmente ameaçadora à vida urbana, preocupados com a formação de operários e em evitar que crianças desvalidas se tornassem inúteis ou mesmo perigosas à sociedade”.¹⁵¹

¹⁴⁸ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da província do Piauí ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente no dia 1º de Fevereiro de 1873. Teresina: Typ. da Patria. – Praça d’Aquidaban [?]. Anexo nº 4, p. 1.

¹⁴⁹ NUNES, 1975, p. 59.

¹⁵⁰ CARVALHO, 2013, p. 138.

¹⁵¹ SOUZA, 2013, p. 3.

Note-se que em todas as referências acima sempre aparece um elemento segregador relacionado aos objetivos para os quais aquela instituição foi criada. Quando Carvalho (2013) descreve o estabelecimento como uma forma de controle e moralização da classe pobre e instrumento de sua qualificação e disciplinamento afim de que esta parcela da população piauiense substitua o trabalho antes realizado pelos escravos está, provavelmente, aludindo ao fato de que determinadas tarefas ou funções sociais na província do Piauí, pelo menos na concepção da classe dominante, estavam muito bem definidas cabendo a ela a determinação e divisão de cada papel social. Fato que transparece na forma como Costa Filho (2006) apresenta a organização social do Piauí dos oitocentos: sociedade economicamente fragilizada, composta por proprietários de terra no topo de sua pirâmide social; vaqueiros, profissionais liberais e funcionários públicos no setor intermediário e os escravos na base de sustentação dessa pirâmide.¹⁵²

Considerando tal distribuição, para quem sobraria a dureza da labuta, uma vez que: “[...] um povo não pode ser formado, em sua maxima parte, de literatos, sob pena de ver perecer a agricultura, o commercio, e todas as mais industrias, e levantar-se a hydra da miseria, e das ambições desenfreadas”¹⁵³? Isto disse o presidente João José de Oliveira Junqueira ao mencionar a clara distinção entre o ensino secundário, reservado aos filhos da elite piauiense; e do ensino primário, destinado às crianças provenientes das classes subalternas da sociedade, os filhos pobres da província. Segundo suas próprias palavras registradas no relatório de 02 de julho de 1857 e reproduzidas a seguir, tudo leva a crer que conforme o imaginário político da época, educação na província do Piauí também possuía um caráter segregador, pois que, era sinônimo de distinção entre os grupos sociais: “o ensino primario é essencial ao homem para qualquer mistér, á que ele se dedique; no entretanto que os estudos secundarios apenas devem convir a um pequeno numero [...]. Certamente era à classe dominante que ele se referia e à qual se resguardava o direito de continuidade dos estudos.

Costa Filho aborda essa questão enfatizando os interesses distintos dos grupos sociais na província do Piauí oitocentista em relação à educação da seguinte forma:

Embora convivendo no complexo de fazendas, o fazendeiro, os vaqueiros, os agregados e os escravos, *cada grupo social tinha*

¹⁵² COSTA FILHO, 2006, p. 27-28.

¹⁵³ Relatório que dirigio o Presidente da Província do Piauihy ao Exm. Snr. Dr. João José de Oliveira Junqueira à Assembléa Legislativa Provincial aos 2 de julho de 1857. Maranhão. Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, 1857, p. 7.

interesses diferentes em relação à educação escolarizada. Em geral, os membros dos grupos de elite completavam o ciclo de estudo, pois representavam uma imposição do papel que desempenhariam na sociedade, já que ocupariam os cargos político-administrativos. Quanto aos escravos, jamais poderiam completar o ciclo de educação escolarizada, visto que, por determinação legal, lhes era negado o acesso à escola. Para vaqueiros e agregados, eram reduzidas as possibilidades de completar o ciclo de estudo, uma vez que estavam envolvidos com a luta por sua sobrevivência e de sua família. Além do mais, as atividades necessárias à sobrevivência desses segmentos sociais dispensavam conhecimentos mais sistematizados.¹⁵⁴

Como podemos ver, no Piauí dos oitocentos a educação era ministrada de forma distinta para os grupos que constituíam aquela sociedade e isso estava diretamente associado não só aos interesses divergentes desses grupos como também à condição e ao papel social que cada grupo desempenhava, o que acabava impactando de maneira diferenciada sobre a sorte e a vida dos meninos e meninas pobres da província.

Em suma, nossas fontes revelam que

O Estabelecimento dos Educandos Artífices no Piauí, à época em que foi criado, representou a concretização de um projeto de desenvolvimento idealizado pelo governador da província Zacarias de Góis e Vasconcelos (1845-1847) que preocupado com a situação dos “meninos filhos de pais desvalidos” que se atiravam constantemente ao crime tornando-se verdadeiros “flagellos da sociedade”, idealizou como resolução para esse problema a criação de um estabelecimento de ensino capaz de resgatar e recuperar aquelas desvalidas crianças adotando assim, do ponto de vista político, uma medida humanitária, uma vez que “para o discurso oficial” aquela instituição representava uma “fonte de esperança” de um futuro melhor e mais promissor para a camada mais pobre da população. Tratava-se também de uma política preventiva contra a ociosidade e a condescendência à criminalidade cujo objetivo principal era o alcance da regeneração humana e social por meio da educação e do trabalho. Seu discurso aos deputados da Assembléia Legislativa em 06 de Julho de 1847 demonstra sua intenção de convencê-los a criar “um pequeno estabelecimento, conforme as circunstâncias da província” para acolher estes meninos. A proposta consistia em tirar das ruas os filhos de pais pobres com tendência à criminalidade por não disporem das devidas condições de criação e prepará-los para a vida em sociedade instruindo-os quanto ao aprendizado das primeiras letras e de diversos ofícios. Enquanto instituição pública e mecanismo do estado que se propõe a limpar as ruas das mazelas sociais, conferindo à sociedade um ar de civilidade aparente é possível pensá-lo como instrumento de manutenção do controle social.¹⁵⁵

¹⁵⁴ COSTA FILHO, 2006, p. 36. Grifo nosso.

¹⁵⁵ FERNANDES, Robson de Lima. *Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí (1845-1873): educação e trabalho*. 2015. 83f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, p. 15.

3 CASA DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ: ADMINISTRAÇÃO, REGIME INTERNO E DISCIPLINA

3.1 Considerações preliminares

Como exposto no capítulo anterior, a Casa de Educandos Artífices foi planejada para prestar relevantes serviços à causa da infância desvalida na Província do Piauí. Embora o discurso oficial alegasse como justificativa para a sua criação uma medida humanitária e preventiva de apoio e proteção à infância pobre desvalida, uma análise crítica das fontes revela que sua fundação e utilidade correspondem mais ao desejo das autoridades políticas locais de promover a ordem, o progresso e desenvolvimento econômico provincial, bem como, a organização do espaço urbano e erradicação de flagelos sociais, tais quais, “os meninos filhos de paes desvalidos” tidos como potencialmente perigosos, como verdadeiros flagelos da sociedade.¹⁵⁶ Daí a necessidade de se criar instituições desta natureza com o fim de que por meio de práticas educativas como a instrução e o trabalho se pudesse regenerar socialmente as crianças nela admitidas ou, na pior das hipóteses, afastá-las do convívio social.

Na qualidade de “asylo destinado na Provincia a educação da infancia”¹⁵⁷, e “Casa de educação”, era expressamente recomendado pelo (s) regulamento (s) interno (s) da Casa que seus administradores zelassem pelo espirito de ordem e disciplina no âmbito daquela instituição afim de que se elevassem os ânimos dos educandos e o próprio progresso do estabelecimento, o que pode ser confirmado pela fala do Inspetor da administração da Fazenda provincial, o senhor Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, registrada no relatório presidencial de 1869:

(fl.1) Noto que o regulamento interno respectivo é defectivo em alguns pontos, e penso que se deve cercar o director de mais prestigio e autoridade, sem o que ser-lhe-ha impossivel manter (fl.2) a ordem e disciplina no estabelecimento; condições indispensaveis para sua elevação e progresso; tanto mais urgentes quanto observo que intrigas particulares, mal desfarçadas sob a capa do bem publico e sentimentos de humanidade, que certos individuos confundem com seus interesses contrariados, teem algumas vezes penetrado o estabelecimento para plantar a insubordinação e a desordem no animo desprevenido dos

¹⁵⁶ Relatório que dirigio o Exmº Presidente da Provincia do Piauhy Zacarias de Goes e Vasconcellos à Assembléa Legislativa Provincial aos 6 de julho de 1847. Oeiras na Typographia Provincial, p. 27-28.

¹⁵⁷ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente no dia 1º de fevereiro de 1873. Teresina: Typ. da Patria. – Praça d’Aquidaban [?]. Anexo nº 4, p. 1.

educandos; o que por certo é um perigo muito para temer-se em uma Casa de educação.¹⁵⁸

Sua enfática advertência sobre a questão disciplinar chama a atenção pelo de que o corpo administrativo daquela instituição, na pessoa do seu diretor e outros sujeitos que compunham a administração daquela Casa foram chamados a serem exemplos de conduta e procedimento para os educandos; que intrigas e interesses particulares – evidências de relações conflituosas dentro do estabelecimento – não fossem admitidas afim de que a insubordinação e a desordem não afetassem o ânimo dos educandos.

No estabelecimento de educandos a questão disciplinar era levada muito a sério. Marcada por uma forte disciplina militar e religiosa estabelecida pela administração provincial, era fundamental, segundo o discurso oficial, para a boa ordem e regularidade dos serviços, para a manutenção do respeito à hierarquia e a preservação das regras de conduta como convinha a instituições daquela natureza.

Carvalho (2013) comentando sobre a questão disciplinar do estabelecimento afirma que “todas as atividades eram realizadas sob os olhares atentos do diretor e de funcionários. O respeito, obediência e a hierarquia estavam presentes no dia a dia dos educandos de forma marcante. Aos pequenos trabalhadores era imposta uma série de proibições [...]”¹⁵⁹ que variavam desde repreensões públicas e particulares a castigos físicos e desligamento do estabelecimento como determinava, por exemplo, o capítulo 4º do regulamento que estabelecia as normas de funcionamento da Casa e cujas as penas para os casos de indisciplina também foram previstas pelo dito regulamento¹⁶⁰ da seguinte forma:

- Artigo 27 A Casa reconhece penas seguintes:
- § 1º Repreensão particular na Secretaria do Estabelecimento
 - § 2º Repreensão pública a frente do corpo formado.
 - § 3º Privação do recreio ou passeio, ou de ambas as cousas juntamente.
 - § 4º [ilegível] das horas de costume.
 - § 5º Exclusão da mesa [?] por um a três veses.

¹⁵⁸ Relatório do Inspector da administração da Fazenda provincial, Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, p. 7, 8. In: Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. – 1869.

¹⁵⁹ CARVALHO, 2013, p. 141a.

¹⁶⁰ Regulamento da Casa de Educandos encontrado no Arquivo Público do Piauí. In: Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Diretoria dos educandos artífices: problemas administrativos, anos 1849-1873, caixa sem numeração. Comparamos este documento com o regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864, autorizado pelo artigo 3º da Lei provincial nº 517 de 17 de agosto de 1861 na gestão do vice-presidente Antonio de Sampaio Almendra e constatamos que ambos fazem referência à (s) mesma questão (ões).

- § 6º Servir a mesa dos companheiros por um a três vezes
- § 7º O exercício [?] de trabalhos que excitam [?] o [ilegível] e o vexame.
- § 8º Prisão temporária até 3 dias com restrição da refeição.
- § 9º Castigo de palmatória
- § 10 Exclusão do Estabelecimento.

Entre os motivos para aplicação das penas supracitadas destacamos o desrespeito às ordens do diretor concernente a algum serviço ou trabalho a ser executado naquela instituição, desobediência para com a disciplina militar e ausentar-se do estabelecimento sem prévia autorização do diretor e uso do uniforme, infrações previstas nos artigos 22 e 23 do dito regulamento. Quanto ao uso do uniforme, vale salientar que o mesmo “funcionava como mecanismo de identificação social do educando e consequente controle sobre o mesmo”¹⁶¹. O que nos leva a refletir, neste caso, sobre a função do uniforme enquanto artefato que reforçava a ideologia dominante de uma sociedade que, segundo o discurso oficial, se pretendia regular, homogênea, e que deveria se pautar pelo padrão de civilidade apregoadado pela elite local. Mas sobre trataremos um pouco mais adiante.

Para que entendamos melhor o que ocorria no âmbito da casa de educandos acerca da implantação e utilização de dispositivos disciplinares é preciso que compreendamos o que, de acordo com as fontes analisadas, incluía a ideia de civilidade na sociedade piauiense dos oitocentos. Na província do Piauí, essa ideia estava diretamente associada à questão econômica que, por sua vez, justificou, na concepção de Odilon Nunes (1975), a criação do estabelecimento, uma vez que, ele foi idealizado para atender aos interesses econômicos da província como demonstramos no capítulo anterior. Assim como em outras províncias do império, disseminou-se no Piauí a ideia de que a “civilização” de um povo só se alcançaria por meio de constante revitalização de sua economia assim como dar a entender o discurso proferido pelo presidente João José de Oliveira Junqueira à assembléia legislativa provincial em 1857:

- (fl.1) A sollicitude constante do S. Magestade o Imperador, Monarcha, sabio, e ilustrado, e os esforços dos altos poderes do Estado tem convergido para que os Brasileiros encontrem na agricultura, no commercio, e na industria um campo mais digno de um povo civilisado.
- (fl.2) Caminha, pois, o Imperio em vias de prosperidade, e he de esperar que, brevemente, á sombra dos beneficios de uma tranquillidade permanente, e de leis sabias, e proctoras dos direitos dos cidadãos, se

¹⁶¹ CARVALHO, 2013, 141b.

desenvolvam todos os germens de imensa riqueza, que o paiz abundantemente contem.¹⁶²

É verdade que muitas das transformações ocorridas nos grandes centros urbanos, especialmente na segunda metade do século XIX e motivadas pelo que alguns chamam de “surto industrial” brasileiro, se deram de forma lenta e diferenciada para as diversas regiões brasileiras durante o Império, no caso da Província do Piauí então, onde em termos econômicos o seu desenvolvimento se deu “entre avanços e retrocessos”,¹⁶³ essa questão se apresenta de forma mais evidente, contudo, como já mencionamos, essas transformações foram importantes e afetaram todo o ramo da vida social brasileira (economia, política, cultura, educação, etc.). Tais transformações, reiteramos,

estimuladas sobretudo por um novo dinamismo no contexto econômico internacional [...], *afetaram* desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e de espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas feições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado.¹⁶⁴

Analisando brevemente a fala do presidente supracitado é possível notar que embora desconhecesse “o estado dos negocios publicos” devido à data recente de sua administração, o fato é que em sua exposição manifesto está o desejo de que as várias medidas propostas no seu relatório e que concorriam para o desenvolvimento moral e material da Província afim de que a mesma acompanhasse o notório progresso de outras regiões do país, assinala que a nova ordem de ideias comum a todo o Império e que na época ocupava o espírito dos brasileiros chegara também ao Piauí e segundo o discurso oficial, produzira resultados benéficos principalmente sobre a tranquilidade pública reduzindo significativamente a criminalidade e aumentando o índice de segurança individual e de propriedade, “ao contrario de outras províncias, ás quaes se concede maior

¹⁶² Relatório que dirigio o Presidente da Provincia do Piauhy o Exm. Snr. Dr. João José de Oliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial aos 2 de julho de 1857. Maranhão, Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, 1857, p. 3.

¹⁶³ REIS, 2006, p. 80.

¹⁶⁴ SEVCENKO, 1998, p. 7, 8. Grifo nosso.

adiantamento, e civilização [...]”¹⁶⁵. Provavelmente mais uma verdade produzida pelo discurso oficial que não refletia a realidade social.

Note como em sua fala ele aborda de maneira incisiva “os esforços dos altos poderes do Estado” convergindo para que o povo brasileiro encontrasse na agricultura, no comércio e na indústria “um campo mais digno de um povo civilizado”, ou seja, perceba como aspectos de ordem econômica eram diretamente relacionados à ideia de civilidade. Conforme o imaginário político da época o plano de civilizar a província estava vinculado à ideia de produção agrícola e industrial, bem como, a distribuição dos bens de consumo (comercio), o que não é de se admirar desde que se tenha em conta que “a invenção do Brasil” fez parte de “um projeto político, que gestado no processo de independência, foi incentivado no período regencial (1831-1840) e ao longo de todo o segundo reinado (1840-1889)”, por meio do estímulo “às instituições educacionais, culturais e científicas e no mecenato às artes e à produção cultural [...]”¹⁶⁶. Daí, a importância dos esforços despendidos pelos “altos poderes do Estado” para que as províncias do Império investissem na organização da instrução pública, educação elementar e ensino primário, uma vez que o plano era a formação de um suposto “povo brasileiro”.

Em acordo com o pensamento de Gondra (2008) reconhecemos que esse projeto de emancipação política e construção nacional não se deu de forma ordeira em todas as regiões do país, no caso específico da província do Piauí a história registrou através de movimentos sociais tais como a Balaiada (182-1835)¹⁶⁷ tensões e conflitos provenientes do esforço das classes dominantes pela manutenção de direitos e privilégios excludentes em contraposição às ideias revolucionárias – assim julgava a elite local – das classes desfavorecidas. Porém, por questão de conveniência não entraremos nestes méritos, o que queremos apenas destacar é que fazia parte desses direitos e privilégios a manutenção de

¹⁶⁵ Relatório que dirigio o Presidente da Provincia do Piauhy o Exm. Snr. Dr. João José de Oliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial aos 2 de Julho de 1857. Maranhão, Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, 1857, p. 4.

¹⁶⁶ GONDRA, 2008, p. 28

¹⁶⁷ É possível que dependendo do referencial teórico utilizado e do enfoque dado pelos autores em suas pesquisas a data ou período de ocorrência desse fato possa sofrer variação. O enfoque dado aqui é baseado nas leituras que fizéssemos de José Gonçalves Gondra (2008), mas a historiadora piauiense e professora da UFPI – Universidade Federal do Piauí, Claudete Maria Miranda Dias em *Estudos, Sociedade e Agricultura*, 5, novembro 1995: 73-88, por exemplo, sugere uma data mais adiantada, ela entende esse período como compreendido entre os anos de 1838-1841. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/clau5.htm>>.

interesses econômicos elitistas que por sua vez excluía as classes menos favorecidas de uma participação mais efetiva e justa no mundo do trabalho e do exercício da cidadania. Nada mais conveniente então do que o investimento num tipo de educação que para além de favorecer o governo do povo, revalidasse os direitos e privilégios elitistas e estabelecesse hierarquias e distinções sociais que corroborassem com os planos do governo de civilizar a população, propósito ao qual serviu bem instituições como a Casa de Educandos Artífices do Piauí.

A questão religiosa também estava contida na ideia de civilidade. As fontes nos dão a entender que a província do Piauí era composta por uma população religiosa e, de posse deste conhecimento, as autoridades locais se empenharam “para o arraigamento das idéas religiosas e o brilhantismo do culto público”, pois práticas educativas tais como instrução e a religião, constituíam meios de “espancar a ignorancia” e “conjurar a incredulidade”, nisto se resumia segundo o discurso oficial “muitas regras da sciencia de governar”. Tão convencidos estavam deste fato que o presidente Franklin Americo de Menezes Doria chegou a afirmar:

Convencido desta verdade, aliás tão trival; convencido de que o padre deve colaborar com o mestre-eschola na civilização do povo, e de que a eschola n’este sentido é como que um appendice da igreja, não tenho cessado de me interessar pelo culto publico, da mesma sorte que pela instrucção. O que sinto é que meus serviços, sob este ponto de vista, como sob todos os mais da minha administração, sejam diminutos e fiquem muito áquem de meus bons desejos.¹⁶⁸

O presidente João J. D’Oliveira Junqueira demonstrando o interesse do Estado pela valorização do culto público e da influência das ideias religiosas sobre a sociedade no que diz respeito ao seu disciplinamento e controle, registrou que

(fl.1) *O culto*, essa tradução do sentimento intimo do homem, em homenagem e reconhecimento ao seu Creador, *merece as mais serias atenções, não só pellos interesses da Igreja, como igualmente pelos do Estado.* (fl.2) He facto bem demonstrado que *a sociedade precisa de um correctivo mais forte do que o receio das leis civis, fáceis, muitas vezes, de serem illudidas.* (fl.3) Por esta dupla razão para uma Assembléa deliberante, deve ser este um assumpto da maior importancia, pois *estou convencido que tudo quanto a elle se liga tem uma influencia immediata sobre a sociedade.* Assim o clero, em geral,

¹⁶⁸ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’ Luiz: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 3. 1865, p. 28.

pode ser considerado como o typo do estado de moralidade, ou imoralidade de um povo.¹⁶⁹

Percebem que na qualidade de “principal e mais poderoso elemento da educação da mocidade”, o culto público merecia “as mais serias atenções do presidente da província”?¹⁷⁰ Como destacamos no capítulo anterior ao comentar a forma como se intensificaram as tensões e conflitos provenientes das relação de poder estabelecidas entre a Igreja e o Estado a partir do ato adicional de 1834 e como, desde então, foi se delineando o papel de cada um quanto aos debates em torno da educação, percebemos através de ações como estas que, na prática, as coisas de fato não se deram como estava prescrito na legislação: a fala do presidente João J. D’Oliveira Junqueira transcrita acima demonstra como o governo provincial – contrariando as determinações legais – muitas vezes teve que recorrer à Igreja afim de pôr em prática o plano de educar e civilizar o povo ao fazer uso do direito conferido pela dita legislação às províncias do Império de arbitrar sobre a educação pública.

A ideia de civilidade permeava o discurso jornalístico. No Piauí oitocentista, o jornalismo, na condição de campo de divulgação de ideias e disputa de poder entre partidos políticos, estava totalmente comprometido com a ideologia dominante e com o “melhoramento social”.¹⁷¹ Rego, focalizando uma espécie de desvelamento “de um modo específico de um dizer sobre a política e o poder” que muito nos interessa à elaboração deste trabalho ao conceber a imprensa como instrumento de materialização de ideias, práticas de poder, ações, opiniões e ideologias políticas, ou seja, mediadora do projeto de civilidade pensado pelas autoridades locais para a província, sustenta que:

O discurso dos políticos piauienses verificados nos jornais analisados reflete uma postura social, definida com base num posicionamento ideológico específico e numa atividade própria, intrinsecamente relacionada com a evolução da sociedade brasileira e piauiense, revelando traços atípicos em comparação com a concepção atual de

¹⁶⁹ Relatório que dirigio o Presidente da Provinciaa do Piauhy, o Exm. Snr. Dr. João J. D’Oliveira Junqueira, a Assembleia Legislativa Provincial no 1 de julho de 1858. Maranhão: Typographia – Temeperança – Impresso por J. Pereira Ramos. 1858, p. 8, 9. Grifo nosso.

¹⁷⁰ *A Imprensa: Theresina, 18 de agosto de 1865*. In: *A Imprensa: periodico politico*. Anno I. Theresina, sábado, [19] de agosto de 1865, nº 4. Theresina – Typ. da Imprensa rua da Graça. Impresso por A. N. de Deos e Silva, p. 3.

¹⁷¹ *Cemiterio publico*. A Floresta: órgão do progresso redigido por uma associação. Anno I. Theresina, [31] de outubro de 1883, nº 2. Typ. do «Telephone».

jornalismo, compreensíveis dentro da temporalidade conjectural do século XIX.¹⁷²

De acordo com o discurso jornalístico daquela época a imprensa e a tribuna se constituíram nos “dois maiores agentes da civilização e progresso [...]” e por meio delas, “de 1822 a 1872, o poder da palavra e da pena” tentou também formar uma “nação brasileira como paiz livre da America, distincto e respeitado no velho mundo, pela sua constituição liberrima, e seus faustos gloriosos”,¹⁷³ que é um dos aspectos civilizatórios que tentamos destacar no capítulo anterior.

Nos jornais do Piauí oitocentista a temática religiosa aparece associada a várias questões de ordem disciplinar e é amplamente divulgada, aceita e implantada em praticamente todas as instituições sociais sob a administração e controle do governo provincial. Nas páginas desses jornais locais essa ampla divulgação aparentemente reforça e reproduz a ideia de que o disciplinamento e civilização do povo estão intimamente relacionados ao papel e importância que se dá ao ensino religioso nas poucas escolas existentes na região. É o caso de publicações de notícias provenientes da Corte e de outras províncias do Império acerca da presença marcante do ensino religioso em instituições sociais tais como o Colegio Imaculada Conceição¹⁷⁴ cujo regulamento interno determinava que “na aula primaria principalmente, [...] o ensino religioso [*merecia*] a seria atenção”.¹⁷⁵ Vale salientar que assim como a música – comentaremos sobre essa questão posteriormente – a educação religiosa era parte integrante das práticas educativas de todos os estabelecimentos públicos e particulares na província do Piauí.

De acordo com a política educacional do Império brasileiro todas as associações autorizadas pelo governo e “encarregadas pela educação dos menores” estavam sujeitas

¹⁷² REGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p. 267.

¹⁷³ *Transcrição, o que se está fazendo*. In: O Piauí: órgão do partido conservador. Anno VI, Teresina, 23 de novembro de 1872, nº 242. Typ. Constitucional = Impresso por Domingos da Silva Leite. Rua Boa-Vista, 1872, p. 3.

¹⁷⁴ O Colégio Imaculada Conceição foi uma escola de iniciativa particular fundada no início da década de 1870 pelos padres Theodoro Antonio Pereira de Castro, o piauiense Raymundo Alves da Fonseca e Raymundo da Pacificação dos Santos Lemos, onde se ministrava instrução primária, secundária e religiosa. Esta escola tinha sua sede situada na cidade de São Luiz do Maranhão, na rua São Pantaleão, nº 41, na antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, próximo à matriz. Informação colhida nos jornais A Imprensa, órgão do partido Liberal, Anno VI. Teresina, quarta-feira 8 de fevereiro de 1871, nº 287, p. 2 e O Piauí, órgão do partido Conservador, Anno III. Teresina, 31 de janeiro de 1870, nº 119, p. 4. Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

¹⁷⁵ *Ensino religioso*. O Piauí, Anno VI. Teresina 14 de agosto de 1872, nº 229. Typ. Constitucional – Impresso por Antonio Ferreira Peixoto – 1872, p. 3. Grifo nosso.

à inspeção do “juízo de orphãos”, responsável pela fiscalização da “instrucção primaria e a educação religiosa dos menores, quer exigido das associações, das casas de expostos e dos particulares o cumprimento dessa obrigação [...]”.¹⁷⁶ Além do Imperial Instituto dos meninos cegos e do Colegio Imaculada Conceição, estabelecimentos agrícolas como o que compreendia “[...] as fazendas nacionais denominadas – Guaribas, Serrinha, Mattos, Algodões e Olho d’Agua – pertencentes ao departamento de Nazareth” também ministrava com veemência o ensino religioso. Fundado pelo agrônomo piauiense Dr. Francisco Parentes, que entre as muitas obrigações que lhe competia do acordo firmado com o governo imperial para fundação de uma colônia agrícola, estava a educação física, moral e religiosa dos libertos das ditas fazendas.¹⁷⁷ Nas cadeias públicas, juntamente com a instrução primária ofertada aos presos que não a possuíam, era ofertada a todos os detentos, sem exceção, “[...] a necessaria educação e instrucção moral e religiosa [...]”¹⁷⁸ e, é claro, na Casa de educandos onde sempre se procurou plantar “no espirito dos discipulos os principios de religião e moral, sem os quaes toda a educação é nenhuma”.¹⁷⁹

O jornal saquarema, *O Escholastico*, ao criticar a ideia e linguagem defendida por alguns políticos da época de que uma sociedade “civil e polida” seria composta, essencialmente, de “perfumeiros, modistas, salas de baile, casa de jogo, theatros, novelistas, escriptores de satyricos jornaes, e além disso passeios públicos e um logar de prostituição [...]”, associa o termo civilidade à questão religiosa e sustenta que “a verdadeira civilidade é uma planta que não produz, nem fructifica senão no terreno da religião Christã [..:], segundo esse discurso jornalístico, esse termo sagrado, “tem-se profanado de tal forma que o fazem servir de véo do materialismo mais objecto, taxando-

¹⁷⁶ *Actos do Poder Executivo. Decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872, Capítulo V, Atg. 67 e 69, que aprovou o regulamento geral para execução da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1872.* In: O Piahy: órgão do partido conservador. Anno VI, Theresina 16 de janeiro de 1873, nº [248]. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873, p. 3.

¹⁷⁷ *Publicações geraes. Colonia agricola. Decreto nº 5392 de 10 setembro de 1873.* In: O Piahy: órgão do partido conservador. Anno VII, Theresina 27 de novembro de 1873, nº 289. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873, p. 2, 3.

¹⁷⁸ *Governo da Provincia. Regulamento nº 70 publicado em 25 de janeiro de 1868. Para a casa de prisão com trabalho. Art. 26, § único e Art. 27.* In: O Piahy: órgão do partido conservador. Anno II, Thersina 2 de janeiro de 1869, nº 56. Typ. Costitucional – Impresso por Antonio da Costa Neves. – 1868, p. 1.

¹⁷⁹ Relatorio que o Exm. Presidente da Provincia do Piahy Dr. José Fernandes Moreira, apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação dia 10 de novembro de 1862. Theresina: Typographia Constitucional, Rua Grande, 1862, p. 10.

se de hypocrita ao homem que cumpre deveres que asscutão [?] nos verdadeiros principios da religião e da moral; [...]”¹⁸⁰. E mais,

A civilidade consiste nas verdades da religião, nas justiças das leis, na probidade dos magistrados, mas essa mansidão de costumes é em nossos dias pervertida por tudo o que pode depravar os costumes, tornar iniquas as leis, e em nada a religião; por tudo o que serve para alimentar e variar o vicio, para promover-lhes novos incentivos, e uma ampla impunidade; em summa por tudo o que tende a reconstruir sobre as ruínas das doutrinas e do espirito o reino da materia; a idolatria do corpo e a adoração do prazer, sobre a esperança do nada: systema este d’aqueles que não admitem mais que um principio material em todas as coisas.¹⁸¹

Apesar de toda a essa proeminência, as fontes também revelam a existência de embates acerca da questão religiosa e sua influência sobre a vida social e política na província do Piauí, como por exemplo, a proposta de revisão da questão religiosa elaborada pelo partido republicano em congresso ocorrido em São Paulo nos dias 5, 6, 7 e 8 do ano de 1874, publicada na edição 5.272 do Correio Paulistano e reeditada no jornal provincial *Oitenta e Nove* do republicano Davi Moreira Caldas da qual se pode extrair entre muitas outras coisas, a resistência do partido republicano “[...] ao mando autoritário da Igreja não só a consciência e relações espirituais dos crentes, mas ainda a organização e direcção das relações civis e politicas que constituem a sociedade temporal”¹⁸².

Republicanos como Davi Caldas acreditavam que o debate em torno da questão religiosa estava provocando muita confusão entre princípios políticos e religiosos, daí a necessidade urgente de se definir e resguardar as fronteiras entre estas duas instituições e fazer valer os direitos de cada uma. Assim sendo, era preciso abolir “o character official da Igreja do Estado e sua separação e emancipação do poder civil pela supressão dos privilegios e encargos temporaes [...]”¹⁸³. Comparando, por exemplo, a concepção republicana de Davi Caldas segundo a qual deveria existir uma clara distinção entre as competências e responsabilidades da Igreja e do Estado com a do deputado Moraes Rego¹⁸⁴ que, mesmo sustentando a independência do Estado em relação à Igreja, defendia

¹⁸⁰ *Da civilidade*. O Escholastico, Oeiras, sabbado 2 de março de 1850, nº 12. Oeiras do Piauhy, na Typ. Saquarema, 1850. Impresso por Elias Soares da Gama, p. 1.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 2. Grifo nosso.

¹⁸² *Manifesto do Congresso Republicano*. In: *Oitenta e Nove*, Anno II. Theresina 19 de maio de 1874, nº 23. Theresina: – Imp. na Typ. de – David M. Caldas. – Rua da Palma. – 1874, p. 1.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 2.

¹⁸⁴ De acordo com o jornal *A Opinião Conservadora*, Anno I. Theresina, terça-feira, 27 de Janeiro de 1874, nº 3. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – 1873, p. 4, Moraes Rego foi deputado

a harmonia de ambas as instituições por acreditar tratarem elas de interesses vitais à felicidade plena do homem, é possível divisar as tensões e conflitos produzidos pelo forte embate acerca das atribuições destas instituições sociais. .

Por fim, o termo civilização perpassava a ideia de organização de um sistema educativo forte e atuante do qual carecia a Província que desde o período colonial, sofria com a falta de educação escolarizada, daí se empreenderem alguns esforços, principalmente, após a gestão do presidente provincial Zacarias de Goes e Vasconcelos na tentativa de se estruturar o sistema de ensino local. Inclusive foi ele que, entre outras realizações, idealizou a fundação de um Estabelecimento cuja utilidade também se voltasse para o acolhimento de crianças pobres desvalidas, numa tentativa de se melhorar a educação na Província do Piauí oitocentista e, sobretudo, promover o seu desenvolvimento e progresso.

Educação, ensino e civilização no Brasil do século XIX são termos que estavam intimamente relacionados e no Piauí, especificamente, ambos concorriam para a regeneração econômica e social da Província. Essa ideia foi amplamente divulgada nos jornais locais, veículos de mediação social entre o governo e povo. O desprezo pela educação representava a ruína da civilização, uma vez que que por intermédio dela se acreditava ser possível civilizar o homem e reabilitá-lo:

O abatimento de uma localidade, de um povo, das nações, é medida do seu desprezo pelo ensino, que torna o homem civilizado. Quem diz ensino diz educação e quem se lembrar de plantar-a no coração da mocidade reabilita o homem. Um só esforço basta para sairmos de qualquer dessorço: secunde-se as vistas do governo, mandem os paes de família que os seus filhos enchão as nossas abandonadas escolas, e dado o primeiro passo, não se contente o povo com os primeiros rudimentos da instrução: avante!¹⁸⁵

Tendo esclarecido, a princípio, o que compreendia a ideia de civilidade na Província do Piauí oitocentista, retomamos então a análise da questão disciplinar no âmbito da Casa de Educandos e, posteriormente, laçaremos mais luz sobre esse assunto no terceiro e último capítulo deste trabalho onde ao discorrermos mais detalhadamente sobre as práticas educativas estabelecidas naquela instituição, ressaltaremos a

geral pela Província e delegado especial do inspetor geral da instrução pública primária e secundária do município da corte em 11/12/1873 [?].

¹⁸⁵ *Educação*. A Epoca: órgão conservador. Anno I, Theresina 28 de dezembro de 1878, nº 39. Ther. Rua Bella nº 42 – Impresso por Antonio Ferreira Peixoto. – 1878. p. 3.

importância de algumas atividades, tais como, a instrução e o trabalho, a disciplina militar e religiosa e a política de higienização.

3.2 “O mundo do internato”: organização administrativa e espacial

Em se tratando de questão disciplinar, o (s) regulamento (s) da Casa estabelecia direitos e deveres para todas as pessoas que atuavam no âmbito daquela instituição, tanto na condução dos serviços mais importantes e na administração dos mesmos quanto nas funções e atividades mais simples: sanções e penalidades também eram previstas para quem não andasse conforme as normas da Casa, independentemente de quem fossem estas pessoas, salvo poucas exceções.

O primeiro regulamento da Casa, segundo as fontes que dispomos foi o de 1849, o regulamento nº 12 de 20 de outubro de 1849 para ser mais preciso.¹⁸⁶ O presidente Francisco Anselmo Peretti, autorizado pela resolução nº 220 de 20 de outubro de 1847 expediu regulamento segundo o qual “os meninos pobres e desvalidos de toda a Província” julgados aptos pelo presidente provincial para a aprendizagem de ofícios mecânicos, deveriam ser admitidos na Casa. O futuro educando deveria se apresentar ao diretor da casa “munido com a Portaria do Governo” afim de ser matriculado e dar início ao seu tempo de aprendizagem. Segundo o dito regulamento, a Casa deveria garantir aos educandos “a instrução de primeiras letras e principios religiosos, o ensino de um officio mechanic, e o exercicio militar necessario a um Guarda Nacional”, funções delegadas a princípio ao diretor da escola (ensino elementar, militar e religioso) ou a um mestre escolhido pelo governo (ofícios). A escola deveria se responsabilizar pelo provimento de necessidades básicas tais como, alimentação, vestimenta e saúde, embora na prática os administradores da Casa sempre deixaram a desejar em relação ao suprimento de tais necessidades, inclusive, há registros de muitas queixas e reclamações feitas por pais e responsáveis pelos educandos ao presidente provincial acerca destas questões. Às vezes, diante dessas circunstâncias, o presidente constituía e encarregava comissões para examinarem o estado dos negócios no estabelecimento afim de tomar providências necessárias como aconteceu, por exemplo, no ano de 1859. De acordo com o relatório

¹⁸⁶ APEPI – Arquivo Público do Piauí. Código de Leis Piauienses. 1849. Tomo 6º, parte 2ª, Secção 5ª. p. 43-49.

apresentado naquele ano pela comissão ao presidente Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque,

[fl. 1] O estabelecimento acha-se mal collocado porque além de estar em o ângulo de uma das ruas desta [fl. 2] cidade, está cercado [?] de cazas particulares que lhe impedem o receber sempre boas ventilações; seu terreno plano não permite perfeito escoamento das águas pluviais, que deitam para o saguão e das servidas [?]. A Caza está em mal estado, porque não tem a limpeza conveniente, acha-se estragada provavelmente pelo serviço das diversas officinas, tem algumas janellas tapadas de barro, paredes derrocadas, falta de fogão na cozinha, falta de ladrilho no saguão, e na officina de marceneiro do que resulta n'aquella lama [?] no tempo hynvernoso [?], e mesmo agora, e por outro lado não [?] pouca poeira [?]. Não tem commodos sufficientes para o grande numero de 57 meninos admittidos no Estabelecimento, resultando [?] de tudo isto [?] falta de condições hygienicas em um [?] Estabelecimento d'esta [?] ordem [?]. Não ha lugar proprio para accommodações dos materiaes [?] indispensaveis as officinas, nem mesmo salas ou quartos bastantes para [?] estas [?] e para os dormitorios. Nestes não existem camas [?] sufficientes para todos os meninos, e as poucas que existem são pequenos e pessimos caixas [?] de madeiras sem colchões nem traveseiros onde dormem dois e mais meninos. Alguns até [fl. 3] dormem no chão e poucos em redes fornecidas por seus paes, ou parentes. Não existe um quarto especial em que se recolham os educandos atacados de molestias leves. Há falta absoluta de armários ou bahus em que se depositem as roupas dos meninos, nem tão pouco sacos ou cestos para deposito da roupa suja, que por esta cauza se vê amontoada nos cantos dos quartos e em [cordas], do que provém estragar-se, extraviar-se [?], e exalar mesmo um cheiro nauseabundo e [ilegível]. Alguns meninos tem de sua [?] propriedade pequenas caixas, bahus, ou caixões em que guardão suas roupas. Faltam [?] vasilhas sufficientes para deposito d'agoa, ou seja para beber, ou seja para o serviço da cosinha, sendo para lastimar [?] que a pouca existente estava em um barril, era má, pouco asseado o lugar em que se achava, não havendo [canecos] para tirál-a. Finalmente é desanimador em geral o estado actual do Estabelecimento mal collocado, bastantemente estragado, e sem os commodos necessarios, não se pode d'este esperar [?] as vantagens que teve em vista [?] seu fundador, e para o que a Província tem despendido [?] não [?] pequenas [?] somas [?]. Entende pois a commissão que uma Caza [fl. 4] própria seria o remédio [?] para o principal defeito do Estabelecimento, e quanto menos reparo [?] na actual conveniente [?] repartição, a limpeza; fornecimento da mobília indispensável.¹⁸⁷

Como fica claro na descrição acima, o estado físico e pessoal do prédio onde a Casa de Educandos funcionou em 1859 não correspondia às prescrições estabelecidas no regulamento daquela instituição. As péssimas condições em que se encontrava o

¹⁸⁷ *Correspondências enviadas para o presidente da província, ano 1859*. Arquivo Público do Piauí. Palácio da Presidência da Província. Estabelecimento de Educandos Artífices. Problemas administrativos. Caixa sem numeração.

estabelecimento para além de não favorecer o aprendizado e desenvolvimentos dos alunos denunciavam que todo o recurso destinado mensalmente pelo “Thesouro Publico Provincial” para “satisfação de algumas necessidades urgentes, ou extraordinárias” não era aplicado convenientemente ou na melhor das hipóteses não era suficiente para atender à demanda das necessidades dos educandos, pois de acordo com o referido relatório, embora “irregular” e de difícil compreensão, “um exame mais rigoroso” da escrituração do caixa revelaria a exatidão no lançamento de todas as despesas e receitas. Por falar neste assunto e estar ele diretamente relacionado à questão disciplinar do estabelecimento, mais adiante analisaremos alguns casos de diretores que foram exonerados dos seus cargos por conduta ilegal e má administração dos recursos públicos. Mas não antes de apresentarmos o restante dos membros que pertenciam ao corpo administrativo daquela instituição e algumas de suas responsabilidades e competências. Para tanto, recorreremos a outro regulamento da Casa, o de 1864,¹⁸⁸ mais elaborado e completo que o de 1849. Nossa escolha se explica, primeiro, pelo fato de que após 1849, ano de fundação da Casa de Educandos, o regulamento foi sendo ajustado conforme as necessidades iam surgindo, segundo, pelo fato de acreditarmos que a década de 1860 representou a época de ouro do estabelecimento, isto é, um período em que o estabelecimento apresentou significativos resultados quanto ao seu desenvolvimento.

De acordo com o regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864, os empregados da Casa eram divididos em duas classes: os considerados de primeira classe (Diretor, facultativo e capelão) eram nomeados pelo presidente da Província e os de segunda (Professores, escrivão, mestres das oficinas e agente) eram nomeados pelo diretor do estabelecimento.

O diretor, de quem começamos falando, era responsável por toda administração da Casa e respondia pelos seus atos, única e diretamente ao presidente provincial. Entre as suas principais competências deveria ele “manter pelo seu comportamento, exemplo e energia, a ordem, disciplina e moralidade do Estabelecimento”. Zelar também pelo cumprimento de todas as normas da Casa, bem como, pela “boa execução dos regulamentos e Portarias do Presidente da Província”. Advertência de professores e demais empregados ao faltarem com suas obrigações, concessão de licenças, contratação

¹⁸⁸ Regulamento nº 51. Publicado a 25 de Abril de 1864. In: Código das Leis Piauhenses. 1864. Tomo 22. Parte 2ª. secção 8ª. APEPI – Arquivo Público do Piauí.

de serviços, acompanhamento do corpo de educandos, frequência dos empregados, nomeações, relatórios anuais sobre o estado e andamento da Casa, requisição dos meios necessários ao bom funcionamento da mesma e administração financeira.

A casa deveria dispor também de um “Médico do Partido Publico” que fora incumbido de fazer visitas diárias àquela escola e nela “[...] comparecer todas as vezes que *[fosse]* chamado pelo Director por motivo grave e extraordinário”, propor medidas necessárias para a manutenção do Estabelecimento “em condições hygienicas satisfatórias” cumprindo fielmente “as disposições do Regulamento da Enfermaria da Casa” e enviando relatório anual sobre o estado sanitário da mesma.

Quanto ao capelão da escola, vale salientar que, até a data de autorização e publicação do regulamento de 1864, o cargo estava vago: faltava enfermaria, mas capela já existia no Estabelecimento e, segundo o presidente Franklin Americo de Menezes Doria, “ostentava um apurado aceio”, faltando-lhe apenas parâmetros e capelão que coordenasse os serviços.¹⁸⁹ Mas, em 3 de Setembro de 1869, o vice-presidente da Província, o Exmo. Sr. Coronel Theotônio de Sousa Mendes nomeou para o cargo o Revendíssimo João Tabosa da Silva Braga,¹⁹⁰ o que possibilitou a partir de então a designação de “suas obrigações em regulamento especial”.

Aos professores competiam comparecerem no Estabelecimento vestidos com toda a decência" e darem aula na sala nos dias e horários designados pelo diretor, requererem dele (o diretor), formalmente, todo o material necessário à execução das aulas, prestar informações sobre o estado das mesmas e o progresso dos alunos, cumprir o regulamento interno da Casa, em especial, o das aulas nela existentes e, por fim, cumprir rigorosamente os horários. Inclusive, com respeito ao cumprimento do horário essa era uma questão que segundo somos informados pelas fontes deveria ser levada muito a sério como ilustra muito bem o registro da polêmica envolvendo o diretor do estabelecimento em 1859, o senhor Manoel D’Azevedo Moreira de Carvalho e o professor de primeiras letras, José

¹⁸⁹ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1º de julho de 1864 pelo Presidente da Província Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos – Rua da Paz, 7. 1864, p. 20.

¹⁹⁰ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1º de novembro de 1869 pelo Vice-Presidente da Província o Exm. Sr. Coronel Thetônio de Souza Mendes. San’Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos – Rua da Paz, 6 e 7. Imp. por M. F. Pires. 1870, p. 13.

Alves de Sousa [Paraiso]. Segundo correspondência¹⁹¹ enviada ao presidente provincial o diretor do Estabelecimento informava e pedia providências daquele governante acerca da atitude do professor de primeiras letras que, contrariando ordem superior, “não queria cumprir com o disposto no artigo 2º do regulamento nº 30 de 31 de janeiro de 1857” que determinava os horários de aula aos sábados. O que acaba reforçando a hipótese de que, na prática, nem sempre as coisas ocorriam como estava prescrito no regulamento.

A principal atribuição do escrivão do Estabelecimento era “executar, a immediata inspecção do Diretor, todas as operações relativas ao expediente, ou movimentos dos armazens, as entradas e saídas das officinas, e finalmente a receita e despeza do Estabelecimento”. Dada a importância de suas atribuições deveria estar sempre à disposição do diretor, comparecendo “no Estabelecimento sem exceção de Domingos e dias Santos” das 9 horas da manhã às 2 horas da tarde ou sempre que o diretor determinasse. Tinha a seu encargo o livro de assentamento geral onde fazia o registo das ações de todos os educandos, o livro caixa, para lançamento das receitas e despesas da Casa; o livro de entrada e saídas das officinas e o livro de registro de correspondência com autoridades diversas.

Os mestres das oficinas deveriam ensinar aos educandos o que lhes fossem designados pelo diretor da escola, requerer materiais necessários ao bom funcionamento das oficinas, bem como, informa-lo de tudo quanto dissesse respeito ao seu pessoal (aprendizes) e material. Em caso de falta para com suas obrigações ou recusa em cumprir as determinações da diretoria da escola, geralmente, eram punidos com descontos nos seus vencimentos ou, em último caso, demissões. Exemplo disso, foi o que ocorreu com o mestre de pedreiro do Estabelecimento no ano de 1871 que segundo discurso oficial, contrariou as ordens do diretor Casa, Joaquim Clementino de Sousa Martins, ao recusar realizar os consertos solicitados pelo presidente provincial para a casa de detenção, não restando ao diretor outra alternativa a não ser recomendar a sua demissão nos seguintes termos:

[fl.1] considerando pois, devidamente sobre o facto ve-se que o referido mestre não só tem tido pouco [?] cuidado no comprimento de seus deveres, como também que faz [?] capricho em não trabalhar naquelle edificio, o que não sendo admi- [fl.2] admissível obriga-me em

¹⁹¹ Ofício nº 44, datado de 11 de maio de 1859. APEPI. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Problemas administrativos. Caixa sem numeração (1849-1873).

comprimento de meus deveres a propor a Vossa Excelencia a demissão do referido mestre Raimundo Torres Costa.¹⁹²

Por fim, o Agente. O agente era um educando “dos mais habilitados pela idade, aproveitamento, actividade, e boa conduta”, uma espécie de 1º sargento. Era ele que substituía o diretor em casos de licenças e impedimentos até 15 dias, controlava o tempo de aula e sob determinação da direção da Casa comandava o corpo de educandos em “alguma formatura de missa”. Distribuídos em seções ou “ranchos”, conforme a faixa etária ou os ofícios que desempenhavam, cada unidade de educandos era chefiada por um cabo que, por sua vez, obedecia a tudo que lhes era ordenado pelo diretor na pessoa do agente da instituição. Num sinal de distinção da hierarquia estabelecida entre eles o agente costumava usar sobre o braço direito do jaqué¹⁹³, três ângulos verdes enquanto o cabo, apenas dois.¹⁹⁴

A seguir uma tabela¹⁹⁵ com os nomes dos empregados do Estabelecimento no ano de 1866 e seus respectivos vencimentos. É fato que nem sempre a Casa de educandos dispôs da quantidade de empregados relacionados abaixo, isso foi se tornando uma realidade à medida em que as necessidades foram surgindo e a escola se desenvolvendo, essa estrutura organizacional foi se configurando ao longo do tempo de atuação da Casa e dependendo das circunstâncias, ela ia sendo modificada como demonstramos no caso da função de capelão.

Tabela 3 – Empregados do Estabelecimento em 1866

Nº 2		
Quadro demonstrativo dos Empregados do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí com seus vencimentos. A saber:		
Empregos	Nomes	Vencimentos
1 Director	Raimundo Sizinio de Lima Almeida	840,000 e 4% dos rendimentos das oficinas
2 Vice-Director e Capellão	Vago	-
3 Professor de primeiras Letras	João Capistrano de Souza e Vasconcellos	400,000

¹⁹² Ofício nº 266, datado de [7] de junho de [1871]. APEPI. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Problemas administrativos.

¹⁹³ Jaqueta, colete masculino.

¹⁹⁴ *Da administração*. Art. 17 do Regulamento nº 12 – Publicado a 20 de outubro de 1849. In: Código de Leis Piauíenses. 1849. Tomo 6º. Parte 2ª. Secção 5ª. p. 45.

¹⁹⁵ Arquivo Público do Piauí. *Quadro demonstrativo dos empregados do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí com seus vencimentos, a saber:; nº 2, datado de 18 de junho de 1866*. APEPI. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos Artífices. Códice 950 [?], ano [18--].

4 Mestre de Marceneiro	Belizario José Nunes Bonna	480,000 e 25% do rendimento liquido da oficina
5 Mestre de Ferreiro	Alexandro [?] José Ferreira	480,000 idem idem
6 Mestre de Sapateiro	Serafim da Silva Pereira	480,000 idem idem
7 Mestre de Tanoeiro e Carpina	Clementino Hipolito de Pinho	480,000 idem idem
8 Mestre de Alfaiate	Praxedes João de Moraes	480,000 idem idem
9 Mestre de Ourives	Francisco José da Silva Simões	480,000 idem idem
10 Mestre de Funileiro	Francellino Fernandes Campos	480,000 idem idem
11 Professor de Música	Frederico Jorge Ribeiro Cavalcante	600,000 idem idem
12 Contra mestre de idem	Raimundo João Carneiro	300,000
13 Contra mestre de Sapateiro	Antonio Florencio Miranda	240,000
14 Contra mestre de Alfaiate	Antonio Pedro de Oliveira	240,000
15 Contra mestre de marceneiro; Agente e Escripturnario	O Educando Ayres Antonio da Silva	252,000
Estabelecimento de educandos artífices em Theresina 18 de Junho de 1866. O Director Raimundo Sizinio de Lima e Almeida		

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI

Quanto às aulas do Estabelecimento o regulamento de 1864 revela que elas continuavam a ser de três tipos: primeiras letras, todos os dias úteis da semana das 6 às 8 horas da manhã; música e instrumentos de corda, sempre nas tardes de segunda, quarta e sexta, e música e instrumentos bélicos que se regia por regulamento próprio, “bem como pelas instruções ministradas pelo Director da Casa”. As aulas tinham a duração de duas horas e não eram ministradas aos domingos, nem em dias santos, festividades nacionais, dias de luto declarados pelo governo, semana santa ou na páscoa. Os exames referentes ao aproveitamento dos educandos em relação às aulas e oficinas eram realizados no fim de cada ano letivo no intervalo compreendido entre os dias 12 a 19 de dezembro e na presença do diretor da escola e de um comissário responsável pela avaliação dos méritos dos educandos e examinados. Todos os exames eram realizados na manhã (aulas) e tarde (oficinas) dos respectivos dias e após “compente votação” se atribuía o grau de aproveitamento de cada indivíduo. Salientamos ainda que embora o regulamento interno da Casa prescrevesse a realização de tais exames, o curioso é que o primeiro deles só foi

realizado 17 anos após a fundação do Estabelecimento de educandos no ano de 1866 como transparece na fala do presidente Franklin Doria transcrita abaixo.

No fim do ultimo anno lectivo, tiveram lugar, *pela primeira vez desde a criação do estabelecimento os exames sobre as matérias das aulas e de algumas officinas*. Os examinados em numero de 20, mostraram mais ou menos capacidade e aproveitamento, e alguns ate apresentaram alguns artefactos bem trabalhados. Não tendo sido possivel a distribuição dos premios marcados no regulamento da casa, mandei que o director louvasse os alumnos que se distinguiram.¹⁹⁶

Podemos inferir também de sua fala que as determinações do regulamento como vimos tentando demonstrar até aqui nem sempre se cumpriam na prática, nesse caso específico, a premiação prevista no regulamento como recompensa para os examinados pelo seu bom aproveitamento e aprendizagem não se concretizou por razões que não ficam claras na explanação do presidente Doria. De acordo com o regulamento, ao fim do ano letivo os indivíduos que apresentassem o maior nível de capacidade moral (comportamento), intelectual (aplicação nas aulas) e industrial (execução de obra de arte de valor), em ocasião solene e pomposa seriam agraciados com uma medalha de prata gravada com as seguintes legendas: capacidade moral, capacidade intelectual e capacidade industrial e, além disso, seus nomes afixados na porta principal do edifício onde estava instalada a Casa de educandos e publicados na imprensa.

No quadro demonstrativo¹⁹⁷ abaixo podemos vislumbrar como que no ano de 1866 foi feita a distribuição do corpo de educandos, a listagem de conteúdos e disciplinas obrigatórias, os ofícios que cada um deles desempenhava, o aproveitamento dos estudos e a forma de avaliação comportamental:

¹⁹⁶ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de julho de 1866 pelo Presidente da Provincia, Exm. Snr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, nº 7. 1866, p. 18.

¹⁹⁷ Quadro geral demonstrativo dos Educandos Artifices da Provincia do Piauhy parcialmente reproduzido. Fonte: Arquivo Público do Piauí. Quadro nº 1 datado de 18 de junho de 1866. APEPI. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos Arífices. Códice 950 [?], ano [18--].

Tabela 4 – Distribuição do corpo de educandos em 1866

Nº 01 Quadro geral demonstrativo dos Educandos Artífices da Provincia do Piauhy												
Numeros	Nomes	Idades	Datas das admissões	Indole	Aula de 1 ^{as} Letras				Aula de Muzica		Officinas	Adiantamentos
					Leitura	Escrepta	Arithimetica	Doutrina	Instrumentos	Adiantamentos		
1	Ayres Antonio da Silva	22	10 de agosto de 1858	Boa	Corrente ¹⁹⁸	Cursivo ¹⁹⁹	Juros	Adiantado	Clarinete	Habilidade superior	Marceneiro	Faz qualquer obra e bem feito
2	Joaquim Alves da Silva	17	30 de agosto de 1858	Boa	Soffrível ²⁰⁰	Cursivo	Dividir	Atrasado	-	-	Marceneiro	Serviço adiantado
3	Antonio Francisco de Paula	20	9 de outubro de 1858	Boa	Corrente	Cursivo	Juros	Adiantado	Sax alto	Tem habilidade	Tanoeiro	Adiantado
4	Febronio Ferreira de Moraes	20	16 de setembro de 1858	Boa	Corrente	Cursivo	Juros	Adiantado	[?]	Habilidade superior	Ferreiro	Faz qualquer obra e bem feito
5	Raimundo Candido Vieira	17	9 de dezembro de 1858	Boa	Corrente	Cursivo	Juros	Adiantado	Sax baixo	Tem habilidade	Marceneiro	Faz qualquer obra e bem feito
6	Manoel Candido da Costa	13	14 de janeiro de 1859	Boa	Soffrível	Cursivo	Dividir	Soffrível	Triangulo	-	Alfaiate	Coze

¹⁹⁸ Corrente: “[...] sem embaraço, sem difficuldade, prompto. Versado, exercitado”. Pinto, 1832.

¹⁹⁹ Cursivo: “Adj. Diz da letra que não he redonda”. Ibidm, 1832.

²⁰⁰ Soffrível: “[...] Fig. Hum pouco bom, que não he mão”. Ibidm, 1832.

7	Antonio Vieira [Perdigão]	16	3 de março de 1859	Boa	Soffrível	Cursivo	Dividir	Soffrível	[Requinta] ²⁰¹	Tem gosto	Marceneiro	Adiantado
8	Theofilo d'Araujo Costa	20	20 de abril de 1859	Boa	Corrente	Cursivo	Juros	Adiantado	-	-	Tanoeiro	Adiantado
9	Bras José Rodrigues	24	1º de setembro de 1859	Boa	Má	Cursivo	Dividir	Atrasado	Bombo	Não tem gosto	Marceneiro	Adiantado
10	João de Miranda Baptista	14	15 de setembro de 1859	Boa	Corrente	Cursivo	Juros	Adiantado	-	-	Alfaiate	Corta e coze
11	João dos Santos Silva	21	5 de maio de [1860]	Boa	Má	Bastardo ²⁰²	Diminuir	Atrasado	-	-	Ferreiro	Pouco adiantado
12	Benedicto Souza Munes	15	13 de maio de 1860	Boa	Soffrível	Bastardinho	Diminuir	Soffrível	Trombone	Habilidade e gosto	Sapateiro	Adiantado e tem gosto
13	Vicente de Miranda Baptista	21	6 de junho de 1860	Boa	Corrente	Cursivo	Juros	Adiantado	-	-	Sapateiro	Adiantado e tem gosto
14	Pedro José da Silva	19	11 de junho de 1860	Boa	Má	Cursivo	Dividir	Atrasado	-	-	Funileiro	Nada faz andar
15	Dorotheo José da Silva	22	11 de junho de 1860	Má	Corrente	Cursivo	Dividir	Adiantado	Trompa	Sem habilidade	Alfaiate	Corta e coze

²⁰¹ “Instrumento musical de sopro, que é um clarinete em mi bemol, que dá sons agudos”. Disponível em: < <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/requinta> >.

²⁰² Bastardo: “Adj. Que não he legitimo. Que degenera na sua natureza”. Ibidm, 1832.

16	Candido Ferreira Mendes	12	18 de julho de 1860	Boa	Corrente	Cursivo	Juros	Adiantado	-	-	Alfaiate	Coze
17	Roberto de [Amorim] e Lima	13	29 de outubro de 1860	Boa	Má	Cursivo	Diminuir	Atrasado	-	-	Alfaiate	Tem habilidade e gosto
18	[Faustino de Elão Bôa] Ventura	16	6 de novembro de 1860	Boa	Corrente	Cursivo	Dividir	Soffrivel	Clarinete	Tem habilidade	Sapateiro	Corta e faz qualquer obra
19	Benedicto José dos Santos	14	15 de janeiro de 1861	Má	Má	Bastardinho	Diminuir	Atrasado	-	-	Tanoeiro	Nada faz para ainda
20	Manoel Francisco do [Prado]	19	28 de janeiro de 1861	Boa	Má	Bastardo	Diminuir	Atrasado	-	-	Ferreiro	Atrasado

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí. APEPI

As fontes utilizadas aqui para vislumbrar o movimento no interior da Casa de Educandos nos permitem descrever um pouco da rotina diária dos internos daquela escola, desde o início até o fim de suas atividades cotidianas. Comparando-as, veremos alterações quanto ao horário de duração das aulas de primeiras letras e da ceia da tarde que no regulamento de 1864 se estendeu, no caso das aulas de primeiras letras, das 7hs e meia da manhã às 8hs e, de 7hs às 8hs, no caso da ceia noturna. Outro detalhe possível de se perceber é que a condução do corpo de educandos ao refeitório que em 1849 era responsabilidade do Agente, em 1864 passou a ser feita pelo próprio diretor do Estabelecimento.

Apesar das deficiências do regulamento de 1864 – razão pela qual recorreremos a outras fontes para descrever neste trabalho de maneira mais precisa o cotidiano das crianças pobres admitidas no Estabelecimento –, é possível através dele, principalmente na parte que trata do movimento dos educandos (artigo 75), se ter uma noção mais clara de como as coisas foram planejadas para funcionar no âmbito daquela instituição. De acordo com o regulamento os educandos deveriam despertar às 5hs da manhã para inspeção do contingente, verificação do estado de saúde da tropa, asseio e vestimenta. Em seguida, se dirigiam ao oratório para realizarem preces “ao todo Poderoso” em prol da prosperidade do Imperador, da família imperial e do próprio Estabelecimento, diga-se de passagem, orações previamente preparadas pelo vigário da matriz, uma vez que na época ainda não havia capelão no Estabelecimento. Após o momento de oração iniciava a aula de primeiras letras que se estendia até as 8 horas e, findo os trabalhos, eram conduzidos pelo diretor da escola ao “rancho” para poderem tomar o desjejum. “Depois do almoço” eram reconduzidos às oficinas e aos seus respectivos trabalhos onde permaneciam até 1 hora da tarde quando deveria ser servida a janta. Terminada a segunda refeição do dia, retomavam as suas atividades nas ditas oficinas onde permaneciam até próximo ao horário da “ceia” noturna que geralmente era servida as 8 horas da noite. Depois da ceia, mais um momento de oração e, antes do toque de recolher, poderiam ocupar-se em atividades que fossem do seu agrado, desde que tivessem autorização da direção da Casa e não incomodassem os companheiros. Nos domingos e dias santos, missa na matriz em companhia do diretor e nestes mesmos dias se deveria reservar um tempo para a instrução militar, ou seja, para o ensino de práticas que visavam a formação de um verdadeiro soldado. Vejamos a tabela abaixo a distribuição do tempo na Casa de Educandos.

Tabela 5 - Distribuição do tempo de atividades

Dia/hora	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta-feira	Sábado	Domingo e dias santos de guarda
5hs as 6hs	Despertar, formação, inspeção, orações, arranjo e asseio da escola	Despertar, formação, inspeção, orações, arranjo e asseio da escola	Despertar, formação, inspeção, orações, arranjo e asseio da escola	Despertar, formação, inspeção, orações, arranjo e asseio da escola. Este dia o horário também se reservava para o banho dos educandos.	Despertar, formação, inspeção, orações, arranjo e asseio da escola	Despertar, formação, inspeção, orações, arranjo e asseio da escola	Despertar, formação, inspeção, orações, arranjo e asseio da escola
6hs as 8hs	Aula de primeiras letas para todos	Aula de primeiras letas para todos	Aula de primeiras letas para todos	Feriado – não havia aula aos domingos			
8hs as 9hs	Almoço (desjejum) e trabalho nas oficinas	Almoço (desjejum) e trabalho nas oficinas	Almoço (desjejum) e trabalho nas oficinas	Missa às 8hs, almoço e recreio até as 9hs			
9hs as 13hs	Continuação dos trabalhos nas oficinas	Continuação dos trabalhos nas oficinas	Continuação dos trabalhos nas oficinas	Das 9hs às 11hs, entrega e recebimento de roupas; das 11hs às 13hs, “ensino de doutrina cristã pelos líderes das divisões” assistidos			

							pelo capelão do Estabelecimento
13hs as 14hs	Jantar (almoço) e descanso	Jantar (almoço) e descanso	Jantar (almoço) e descanso	Jantar (almoço) e descanso	Jantar (almoço) e descanso	Jantar (almoço) e descanso	Jantar (almoço) e descanso
14hs as 16hs	Continuação dos trabalhos	Continuação dos trabalhos	Continuação dos trabalhos	Continuação dos trabalhos	Continuação dos trabalhos	Continuação dos trabalhos	Jantar (almoço) e descanso: no domingo o tempo reservado para almoço e descanso se estendia das 13hs às 16hs
16hs as 18hs	Recreio para os que não frequentavam a aula de música nesse horário	Recreio para os que não frequentavam a aula de música nesse horário	Recreio para os que não frequentavam a aula de música nesse horário	Recreio para os que não frequentavam a aula de música nesse horário	Recreio para os que não frequentavam a aula de música nesse horário	Recreio para os que não frequentavam a aula de música nesse horário	Exercícios militares, divertimentos ginásticos ou passeios
18hs as 20hs	Recordação das lições, oração e toque de recolher. Especialmente neste dia, das 19hs as 20hs ensino da doutrina cristã antes do toque de recolher.	Recordação das lições, oração e toque de recolher.	Recordação das lições, oração e toque de recolher. Especialmente neste dia, das 19hs as 20hs ensino da doutrina cristã antes do toque de recolher	Recordação das lições, oração e toque de recolher.	Recordação das lições, oração e toque de recolher. Especialmente neste dia, das 19hs as 20hs ensino da doutrina cristã antes do toque de recolher.	Recordação das lições, oração e toque de recolher.	18hs as 19hs, estudo e recordação das lições; 20hs, toque de recolher

Fonte: Esta tabela foi elaborada com base em informações contidas no regulamento nº 54 de 25 de abril de 1864

Acerca da disciplina o regulamento estabelecia que sob as ordens do diretor fossem realizados todos os serviços e trabalhos do Estabelecimento e com rigorosa disciplina militar. Para sair do estabelecimento só com a autorização da direção e devidamente trajado com o uniforme. Em hipótese nenhuma seriam admitidos atos de indisciplina tais como: disputas individuais e coletivas, ingestão de bebidas alcoólicas, palavras obscenas, questionamento das ordens do agente ou do diretor do Estabelecimento. Faltar com respeito aos mais velhos ou com a verdade perante júízo completam a lista de atos passíveis da aplicação imediata da disciplina do Estabelecimento que como demonstramos no início dessa exposição não ficavam impunes.

Apesar das determinações do regulamento de 1864 terem sido melhoradas em relação ao de 1849 o fato é que na visão do Presidente Polidório Cezar Burlamaque ele ainda não dava conta de alguns deveres e obrigações, na verdade, se ressentia dos seguintes defeitos:

Não dava attribuições definidas aos mestres das officinas, não impunha-lhes deveres especiaes, nem os sujeitava a descontos em seus vencimentos por certas faltas, que não convinha deixar impunes. Nada dispunha ácerca do modo pratico do trabalho das officinas; do movimento da maior parte dos negocios do estabelecimento, ficando a direcção d'estes a vontade arbitraria do director; nada sobre o modo de fazer o fornecimento das materias primas para o trahalho; dos objectos de uso e serventia para as officinas; e nem sobre o processo da sua inutilisação e destino que deviam ter. Era omissio ácerca da maneira de se satisfazerem os pedidos e encommendas de obras no estabelecimento. Não providenciava cousa alguma sobre o assentamento dos educandos, e dava regras incompletas e defeituosas ácerca do tempo de serventia e sahida d'elles do collegio. Admittia o castigo corporal aviltante para punição de faltas leves, e muitas outras graves punia com certos trabalhos, que deviam ser para os meninos um dever. A parte relativa a escripturação era deficiente, começando pelo livro de assentamento, e tanto que hoje não se pode saber qual o movimento do collegio em todos os annos de sua existencia. Nada dizia quanto á despeza da casa, dando logar a desperdicios sem conta, por falta de methodo e ordem na destribuição d'ella.²⁰³

Pensando então em “sanar tão graves faltas”, deu ao Estabelecimento o regulamento nº 69 de 27 de abril de 1868, contudo, as fontes revelam muitos casos de indisciplina, rebeldia e outras tentativas de subversão da ordem praticados por “sujeitos

²⁰³ Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Polidoro Cezar Burlamaque, Presidente da Provincia do Piauhy passou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas segundo Vice-Presidente. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868, p. 16.

ordinários” contra as técnicas de produção da época que organizaram aquele espaço de interação sociocultural ao longo dos 24 anos de existência da Casa de Educandos, o que aponta para o fato de que, considerando “os modos de proceder da criatividade humana”,²⁰⁴ os sujeitos dominados não se conformam com a disciplina imposta por seus dominadores, ao contrário, eles reagem a ela no sentido de buscar alterá-las por meio de “procedimentos populares ‘minúsculo’ e cotidianos”, oferecendo assim, uma contrapartida “[...] aos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política”. Afinal, “as maneiras de fazer” elaboradas cotidianamente pela criatividade humana “constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”, permitindo-nos então, não apenas “distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas” – como uma escola, por exemplo – e que “alteram o seu funcionamento por meio de uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os detalhes do cotidiano”; como também favorece a exumação das forma sub-reptícias”, isto é, fraudulentas “[...] assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’”.²⁰⁵ Em suma, por meio do que Certeau denomina de “bricolagem” sujeitos comuns como os que frequentavam a Casa de Educandos Artífices do Piauí puseram em ação um conjunto de “táticas de resistência”, de “astúcias sutis”, tais como, fugas, evasões, “representações”,²⁰⁶ controle do tempo e do trabalho – como demonstramos acima ao expor os casos do professor de primeiras letras José Alves de Sousa [Paraiso] e o mestre da oficina de pedreiro Raimundo Torres Costa que se recusaram a cumprir com as determinações da direção da instituição na qual trabalhavam –, etc., e, à sua maneira, iam se (re) apropriando do espaço escolar no qual foram inseridos e (re) inventando o seu cotidiano numa tentativa de resistência ou (re) adaptação frente as imposições socioculturais da época. No capítulo posterior aprofundaremos um pouco mais esta questão através da análise de alguns casos específicos.

²⁰⁴ Juntamente com “o uso ou o consumo” e “a formalidade das práticas”, “os modos de proceder da criatividade cotidiana constituem determinações utilizadas por Michel de Certeau para articular suas interrogações sobre as práticas cotidianas dos sujeitos.

²⁰⁵ CERTEAU, 2014, p. 40-41.

²⁰⁶ Reclamação ou protesto por escrito ou oral feitos ao presidente da província ou à direção do estabelecimento. Encontramos nas correspondências trocadas entre autoridades, pedidos de admissão e desligamentos, jornais, etc., muitos casos de sujeitos ordinários (pais, responsáveis, mestres das oficinas, professores, educandos) que apresentaram queixas e reclamações denunciando serem eles ou os seus protegidos vítimas de maus tratos.

O capítulo que trata da questão disciplinar do Estabelecimento parece, à primeira vista, um tanto deficiente acerca da aplicação das penalidades em casos de indisciplina, prevendo apenas questões relacionadas ao mau comportamento dos educandos enquanto que, punições para comportamentos divergentes referentes ao corpo administrativo da escola, principalmente no que diz respeito aos empregados nomeados pelo presidente provincial, não aparecem explicitamente ou estão subtendidas na forma como suas competências foram dispostas no regulamento, contudo, de uma forma ou de outra, é certo que elas não ficavam impunes, muito pelo contrário, as fontes revelam que em alguns casos a disciplina fora aplicada e essas pessoas acabaram tendo que responder por seus atos. É o caso da exoneração de alguns dos membros importantes do corpo administrativo daquela instituição que identificamos e que, por sua vez, aludem à importância da preservação da questão moral no âmbito da Casa, uma vez que como previa o regulamento eles deveriam “manter pelo seu comportamento exemplo e energia, a ordem, disciplina e moralidade do estabelecimento”.²⁰⁷

Vejamos um caso já referido, o do ex-diretor Joaquim Clementino de Sousa Martins que foi responsabilizado pelo presidente provincial Pedro Affonso Ferreira com base em parecer de uma comissão encarregada por ele de verificar o estado do Estabelecimento no ano de 1873, após demissão do dito diretor que foi acusado por crime de subtração de valores pertencentes ao governo provincial. O presidente registrou assim aquela situação:

Chegando posteriormente ao meu conhecimento que o dito ex-Director, se recusava a effectuar a entrega do estabelecimento, e assim tambem a recolher ao Thesouro Provincial a receita das officinas correspondente a muitos mezes vencidos, conforme era obrigado pelo regulamento, procurei syndicar desses factos, em vista dos respectivos livros e informações dessa repartição sob n.os 6, 7, 8 e 9 verifiquei que, toda a escripturação se acha atrazadissima e feita por modo irregular; que, de longa data, os balancetes apresentados ao Thesouro eram ficticios e adrede organizados, e que o referido ex-Director distrahiu criminosamente os rendimentos das officinas durante muitos mezes.²⁰⁸

Embora, neste caso, tenha o presidente desistido de “proceder contra elle nos termos da lei como fôra de mister” por causa da resistência e oposição que o ex-diretor ofereceu à sua administração na qualidade de “principal redactor de um periódico”

²⁰⁷ Cf. regulamento nº 51 de 25 de Abril de 1864, capítulo 6º, artigo 32º, § 1º. APEPI.

²⁰⁸ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Provincia do Piahy ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Moranda Osorio, 6º Vice Presidente no dia 1º de fevereiro de 1873. Theresina: Typ. da Patria. – Praça d’Aquidaban. 1873, p. 4.

denominado “Província do Piauí”; o fato evidencia que no dentro daquela escola, disciplina e ordem constituíam exigências que evidenciam, primeiramente, a existência de relações de poder conflituosas entre os sujeitos que interagiram no âmbito daquela instituição de ensino; segundo, confirmam a suposição de que a questão disciplinar no estabelecimento deveria aplicar-se a todos, independentemente da função ou dos trabalhos que desempenhavam; terceiro, que para livrarem-se das malhas do poder era comum entre os sujeitos que interagiam no âmbito daquele espaço disciplinador lançarem mão do uso de certas estratégias, afinal, como diria Michel Foucault “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”²⁰⁹ e, por último, comprovam a força do discurso jornalístico como mediador das relações sociais de poder estabelecidas na província: a imprensa era um campo de grandes embates políticos e discussões ideológicas, considerada pelo discurso oficial como “o mais poderoso agente da civilização”,²¹⁰ mas sobre isso falaremos mais a diante.

Casos semelhantes ao exposto acima, mas com desfechos diferentes é o do diretor Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho que por causa de “sua relaxação, bem como dos abuzos e prevaricações” que praticou, foi demitido e responsabilizado por seus atos pelo então presidente Dr. Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque, assumindo o seu lugar o “Major reformado do Exercito João Gonçalves da Silva”, sob a administração de quem “tudo há melhorado” e “que principalmente há provado honradez”.²¹¹ Da mesma forma, o padre Thomaz de Moraes Rego que solicitou demissão do cargo de diretor justamente quando seria destituído do seu cargo por não ter sido exemplo de comportamento moral e disciplina para os educandos como revelou o presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra ao declarar em seu relatório que:

(fl.1) Tendo exonerado, a seu pedido, o Reverendo Thomaz de Moraes Rego, do cargo de Director d'esse Estabelecimento confiei a direcção delle no Capitão Raimundo Sizinio de Lima e Almeida, moço inteligente e cuidadoso, e que muito se esforça por corresponder á

²⁰⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 360.

²¹⁰ *Para o Sr. Cons. Ministro da justiça ver e providenciar*. A Epoca: órgão conservador. Ano I. Theresina 27 de outubro de 1878, nº 30. Ther – Rua Bella 42. – Impresso por Laurentino Luiz da Silva Sumé [?] – 1878, p. 2.

²¹¹ Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauí Dr. Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Vice-Presidente Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860. Theresina: Typographia Constitucional de J. da S. Leite, 1860, p. 7.

confiança n'elle depositada. (fl.2) No entretanto, seria forçado a demittir o Reverendo Rego, mesmo quando me não pedisse a exoneração que lhe concedi, por entender que n'um funcionario a quem se confia a importante missão de educar a mocidade se quer sempre o mais subido gráo de moralidade, circunstancia que senão dava na pessoa do que se trata.²¹²

“Por esta fala”, afirma Castro (2006), “pode-se inferir que se tratava de relações homoeróticas do padre com os educandos. Essa relação parece ter sido uma prática comum nas Casas de Educandos Artífices, como verificamos na documentação sobre a instituição do Maranhão e do Pará.²¹³ Embora se trate de uma hipótese instigante, não discorreremos sobre ela em virtude de não dispormos até o momento de evidências documentais que comprovem, categoricamente, a prática de relações homoeróticas entre os educandos que frequentaram o Estabelecimento do Piauí e seus respectivos diretores. O que podemos declarar sobre a questão é que encontramos um fato ocorrido no Estabelecimento no ano de 1859 – entre educandos, diga-se de passagem – que talvez faça uma alusão à temática, principalmente, tendo em conta que a expressão “acções endecentes e torpes” encontrada no documento transcrito abaixo, não deixa dúvida que foi utilizada para se referir a um ato grave, indigno e desonroso, a uma atitude desonesta e contrária à decência, segundo julgavam as autoridades da época. Contudo, é recomendável cautela no exame o assunto.

Trata-se de um caso de aplicação de castigo protagonizado pelo educando José Joaquim de Sant’Anna, de 11 anos e o Agente do Estabelecimento, Manoel de Miranda Santiago [?]. Segundo ofício datado de 10 de outubro de 1859 enviado ao presidente da Província, o diretor da escola de Educandos, Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho registrou o caso da seguinte forma:

(fl.1) [...] No dia 5 do corrente mêz pelas 9 horas da noite dirigio-se-me o educando José Joaquim de Sant’Anna, com 11 anos de idade occupado na officina de marceneiro quixando-se-me de haver sido castigado pelo Agente do estabelecimento, que na forma do

²¹² Relatório com que o 02º Vice-Presidente da Província, Dr. Antonio de Sampaio Almendra, passou a administração da mesma ao Exm. presidente Dr. Franklin Americo de Menezes Doria no dia 28 de Maio de 1864. Typographia – Progressista – Inpresso por Manoel Victorianno Marques, 1865, p. 11.

²¹³ CASTRO, 2006, p. 7. De acordo com o professor César Augusto Castro, a fala da qual podemos inferir uma suposta afirmação de que o Padre Thomaz de Moraes Rego praticou relações homoeróticas com os educandos pertenceria ao presidente Franklin Americo de Menezes Doria, porém, de acordo com o Relatório com que o 02º Vice-Presidente da Província, Dr. Antonio de Sampaio Almendra, passou a administração da mesma ao Exm. presidente Dr. Franklin Americo de Menezes Doria no dia 28 de Maio de 1864. Typographia – Progressista – Inpresso por Manoel Victorianno Marques, 1865, p. 4 e 43, esta fala foi pronunciada pelo próprio 2º Vice-Presidente da Província, o Dr. Antonio de Sampaio Almendra e não pelo presidente Franklin Americo de Menezes Doria.

Regulamento deve ser o educando – dos mais adiantados – morigerado e habilitado – cujo cargo actualmente exerce o educando – Manoel de Miranda Santiago [?], e *endagando eu da razão do castigo – vim a saber que tinha sido porque o Agente havendo exigido do educando a pratica de acções endecentes e torpes* [fl. 2] *que infelizmente a immoralidade tem feito apparecer em lugares que se acumulão a mocidade – este se recuzára a pratical-as – e derão [?] finalmente em resultado o castigo que foi enflingido. – No Regulamento que rege este Estabelecimento não se acha disposição alguma que previna um facto d’esta ordem, mas parecendo-me que exige promptas providencias, afim de que não contunue a lavrar no Estabelecimento semelhante depravação* levo o ocorrido [?] ao conhecimento de Vossa Excelencia afim de tomar a deliberação [?] que julgar conveniente [...].²¹⁴

Confirmando algumas disposições do regulamento, a disciplina no âmbito da Casa de educandos, como vimos, era fiscalizada, principalmente, pelo diretor, daí a exigência de que ele fosse um padrão de boas obras e irrepreensível no que diz respeito à moral e bons costumes. Mas o curioso é que, no caso exposto acima, ao ser procurado pelo educando José Joaquim de Santana – como recomendava o regulamento em caso de apresentação de queixas de educandos contra educandos – o diretor reage como se nada pudesse fazer a não ser encaminhar o caso para o presidente provincial afim de que lhe indicasse a medida necessária a adotar, embora tivesse como opção as punições relacionadas no início dessa exposição. Provavelmente ponderando sobre a gravidade da situação, percebeu que por trás da rígida e arbitrária aplicação do castigo se encontrava uma forma costumeira e desviante de “manifestação da sexualidade” que, segundo Pedro Vilarinho Castelo Branco (2012), “[...] não sofriam admoestações dos adultos, e eram mesmo, nas sociedades tradicionais, percebidas como constitutivas do aprendizado de tornar-se homem, de ser ativo, de ser viril”, uma vez que, na província do Piauí oitocentista, “a centralidade da sexualidade na passagem da condição de menino para de homem fazia com que práticas”, tais como, masturbação e zoofilia, por exemplo, “fossem, de certa forma, comuns e mesmo cobradas dos meninos pelos adultos, que esperavam dos filhos que molestassem os animais e que competissem com os outros na masturbação. Não cumprir esses rituais seria atitude estranha ao meio masculino”.²¹⁵ Prática de afirmação da masculinidade e inserção dos meninos na vida adulta tão comuns naquela sociedade, mas que no âmbito da Casa de Educandos, jamais deveriam ser admitidas, razão pela qual a ofensa teria sido considerada grave a tal ponto que, na opinião do diretor

²¹⁴ *Correspondências enviadas para o presidente provincial, officio de 10 de outubro de 1859.* Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Problemas administrativos. Caixa sem numeração (1849-1873).

²¹⁵ CASTELO BRANCO, 2012, p. 195.

da escola, as penas previstas no regulamento não estavam à altura de reparar um ato tão ignominioso.

A referência clara à prática de ações indecentes e torpes recusada pelo educando José Joaquim de Sant’Anna e que na opinião do diretor daquela escola, a imoralidade fazia aparecer em ambientes como a Casa de educandos, lugar de considerável acúmulo da mocidade, é uma forte evidência entre outros elementos no texto que reforçam a ideia de que realmente se tratava de uma tentativa frustrada de relação homoerótica entre educandos: primeiro, o fato se deu em um horário em que todas as atividades no Estabelecimento haviam sido encerradas e todos já haviam se recolhido aos seus aposentos – provavelmente entre oito (horário do toque de recolher) e nove horas da noite (horário em que o diretor foi comunicado do fato ocorrido). Segundo, a razão pela qual o diretor leva o caso ao conhecimento do presidente provincial: evitar que “semelhante depravação” se tornasse habitual. Como podemos notar, as razões apresentadas no texto para que o educando e Agente do estabelecimento, Manoel de Miranda Santiago [?], fosse penalizado pelo comportamento despudoroso que atentou contra as normas estabelecidas naquela instituição, configurou mais que um descumprimento de suas obrigações e um ato de abuso de poder a ele conferido, mas, por extensão, um ato obsceno, imoral e repulsivo – do ponto de vista do diretor da escola – para os padrões de conduta impostos pelas normas regulamentares daquela instituição de educativa.

Aprofundando nossa análise sobre o cotidiano das crianças pobres admitidas na Casa de Educandos Artífices do Piauí com base nas reflexões de Erving Goffman (2015) sobre “o mundo do internato”, é possível inferir que o ingresso do educando naquela instituição correspondia a uma espécie de despojamento da sua vida civil anterior. Ou seja, “O novato [*chegava*] ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico”,²¹⁶ contudo, após sua admissão, ele perdia – pelo menos essa era a intenção das autoridades locais – todas as referências anteriores em favor de uma nova identidade moral condizente com a realidade escolar da qual passava a fazer parte, o que implicava em uma série de tentativas de mortificação do eu que afetava toda a vida do educando a partir do momento em que ele iniciava sua “careira moral” dentro do Estabelecimento. Processo esse marcado por uma série de “mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira

²¹⁶ GOFFMAN, 2015, p.24a. Grifo nosso.

composta pelas progressivas mudanças que [ocorriam] nas crenças que [tinham] acerca de si mesmos e a respeito [daqueles que eram] significativos para [eles]”.²¹⁷

Sobre “o mundo do internato”, podemos afirmar que as disposições do (s) regulamento (s) da Casa de Educandos Artífices do Piauí ora analisadas, demonstram que os processos de mortificação do eu “estão [de fato] padronizados nas instituições totais” e dizem respeito a uma série de medidas que visam a supressão da individualidade humana, o que podemos perceber nas práticas estabelecidas naquela escola, mas com algumas ressalvas, é claro. Por exemplo, no caso da escola que investigamos, as barreiras impostas pela administração daquela “Casa de educação” entre o mundo do internato e o mundo exterior, aparentemente não tinham a finalidade de romper de maneira brusca com “[...] os papéis anteriores”, provocando assim, a sua plena destruição como ocorria “em muitas instituições totais” pesquisadas por Goffman.

As visitas eram permitidas, bem como, saídas do estabelecimento, o que pressupõe a não existência de um isolamento total, embora tanto as visitas quanto as saídas do Estabelecimento fossem rigorosamente controladas. Havia isolamento parcial do mundo. Um isolamento parcial e controlado, dentro dos padrões determinados pelo regulamento como demonstramos a princípio. Isso se explica, talvez, pelo fato de que havia de acordo com o regulamento daquela instituição um tempo determinado de permanência – em média oito anos – na escola e o desejo de que ao sair dela o indivíduo não apenas empregasse seus conhecimentos para promover o desenvolvimento provincial como também atraíssem outros a adquiri-los. A estratégia era doutrinar os indivíduos de tal forma que ao reintegrá-los ao seio familiar pudesse disseminar ali todo o conhecimento que adquiriam afim de que aqueles com quem entrassem em contato almejassem também o mesmo destino, como esclarece a fala do presidente José Fernandes Moreira transcrita abaixo.

A província recebe crianças desvalidas, e ignorantes, e no fim de 8 anos restitue-as á sociedade com principios de educação, e de officio, que as habilitam á viver honestamente; ainda mais cada educando assim instruido voltando ao gremio dos seos, pode ahi derramar alguns conhecimentos dos que recebeo, e estimular outros para desejarem a instrucção, e dedicarem-se ao trabalho – essa necessidade vital da

²¹⁷ GOFFMAN, 2015, p. 24b. Grifo nosso.

grande massa de nossa população, que por indolencia, e ignorancia conserva-se em estado pouco arredado do selvagem e nomade.²¹⁸

Como podemos perceber a ideia era transformar a criança em um meio pelo qual se canalizasse em uma determinada direção – a família – o propósito de expansão dos planos de civilidade das autoridades locais, ou seja, a criança se tornava uma extensão desses planos, um meio pelo qual tal conhecimento atrairia e alcançaria outros indivíduos e os seduziria a abraçar e contribuir com os planos de desenvolvimento provincial.

Uma vez isolado do mundo por meio de um “processo de admissão”,²¹⁹ o educando iniciava sua “carreira moral” marcada por uma série de mudanças provocadas pelo seu enquadramento à nova realidade criada pela instituição cujo propósito era modelar o seu caráter e comportamento. Processo esse que representa uma perda forçada (despojamento de bens, uniformização, deformação e desfiguração pessoal) da identidade civil dos internados afim de que se tornem indivíduos segundo o ponto de vista institucional.

No Piauí, conforme o regulamento, para que uma pessoa pudesse ser admitida na Casa de Educandos deveria, primeiramente, “mostrar” mediante “prova” – certidão, atestado ou na sua falta, justificção – concedida por autoridades ou pessoas fidedignas que preenchia os pré-requisitos para admissão, a saber, que era pobre desvalido, que se encontrava na faixa etária entre 8 e 14 anos e que gozava de um estado de saúde satisfatório. Pré-requisitos que não se aplicavam a crianças escravas proibidas por lei de estudar.

Uma vez admitidos no estabelecimento, abria-se um livro de registro de matrícula do educando onde constaria “dia da matrícula, data da Portaria, idade, filiação, côr, e naturalidade do admitido” e segundo o artigo oitavo do capítulo primeiro do regulamento de 1864, “neste mesmo livro se irá fazendo successivamente assento das matriculas das aulas e officinas que for frequentando o educando, ponto das aulas, sahidas de umas para a outras, baixas e alta da enfermaria, licenças até a sua exclusão da Casa”. Como se nota, toda a vida do educando deveria ser, meticolosamente, registrada a partir do momento em

²¹⁸ Relatório com que o Exm. Presidente da província do Piauhly Dr. José Fernandes Moreira apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de novembro de 1862. Therezina. Typographia Constitucional, Rua Grande, 1862, p. 10. Grifo nosso.

²¹⁹ Conceito utilizado por Erving Goffman (2015, p. 26) para se referir ao processo pelo qual o “novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina”.

que ingressava no Estabelecimento e dava início à sua carreira moral. Tais registros eram muito úteis para a avaliação do progresso e aproveitamento de estudos dos educandos, bem como, nos casos de baixas ou desligamentos motivados por “molestias contagiosas ou incurável”, comportamentos incorrigíveis que de alguma forma prejudicassem “a disciplina e moralidade do Estabelecimento”, inaptidão natural ou habitual para o aprendizado, ou término do tempo de estudo e permanência escolar. Neste último caso, os alunos dispensos deveriam retornar aos seus lares ou em se tratando de órfãos serem entregues ao juiz para que lhes determinasse o destino mais conveniente, excetuando-se os casos de educandos que por demonstrarem comportamento incorrigível eram encaminhados para correção ao exército ou à armada nacional e imperial. Tudo – admissão e exclusão – feito mediante portaria do presidente provincial baseada em informações escritas trocadas entre ele e o diretor da escola.

Atividades e deslocamentos em grupo, tais como, tomar juntos as refeições, ir à missa aos domingos na companhia do diretor; o rigoroso controle do tempo e das atividades desenvolvidas pelos educandos; a sua disposição espacial – durante o tempo de atuação da Casa, os educandos constituíram grupos de 15 a 100 alunos divididos em subgrupos ou unidades (seções) conforme a idade de cada um sob a liderança de um cabo e um agente que respondiam diretamente ao diretor da escola –; entre tantas outras, nos remetem aos aspectos básicos das instituições totais apontados por Goffman que caracterizam os processos institucionais que visam modelar o comportamento do interno. E não poderia ser diferente uma vez que a instituição total constitui “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.²²⁰

Outra questão importante que nos ajudar a entender como eram as relações internas na Casa de educandos diz respeito à sua arquitetura. Os edifícios alugados e/ou cedidos pelo governo provincial para servir de instalação e funcionamento dos serviços prestados pela dita escola, parecem terem sido planejados de modo a favorecer a fiscalização e manutenção disciplinar dos internos nele admitidos e outros agentes que

²²⁰ GOFFMAN, 2015, p. 11.

atuavam naquela instituição, como dá a entender a declaração do presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro em relatório de 1869:

[fl.1] (...) Este edificio que tem passado por varias transformações, *é um vasto parallelogrammo, circulado de varandas, com um pateo para recreio dos educandos. Faltava construir o lado do nascente, em ordem a feixar o estabelecimento, e evitar toda a comunicação com as casas particulares que lhe estão contiguas, o das quaes apenas o separava uma cerca de talos de palmeira.* [fl.2] Contratei a Obra com o coronel João do Rego Monteiro, dividida em duas secções; uma por 1:900\$000 reis o outra por 3:000\$000. A primeira já se acha concluida, e aguardava para recebel-a o parecer do engenheiro encarregado de examinal-a. A segunda secção deve ser entregue no fim do corrente anno. *Concluida que seja, terá a casa dos educandos excelentes commodos; e só então podera o director exercer a necessaria fiscalisação sobre a disciplina do estabelecimento.*²²¹

Apesar das poucas e dispersas referências acerca das instalações da Casa de educandos, imagens raras como as que analisamos a seguir, ilustram e proporcionam uma ideia aproximada de como foram pensadas e planejadas suas acomodações em edifícios tais quais aquele que o discurso acima descreve. Registros iconográficos²²² contidos no Arquivo Público do Piauí – APEPI, podem ajudar a preencher essa lacuna, uma vez que sugerem que a dita descrição corresponde, pelo menos em tese, a características físicas de outros edifícios nos quais funcionou aquela instituição ao longo de seus 24 anos de existência, como por exemplo, o que ficava localizado na antiga Rua da Gloria em residência do doutor Antonio Leal Borges Castelo Branco cuja planta analisaremos mais adiante.

Uma análise criteriosa e comparativa dessas descrições pode nos levar a concluir, hipoteticamente, que essas edificações possuíam as mesmas características arquitetônicas do neoclassicismo e da arquitetura portuguesa, que por sua vez, tiveram muita influência sobre a arquitetura brasileira do período imperial. O que é óbvio considerando que a grande quantidade de engenheiros e arquitetos de formação neoclássica que trabalharam no Brasil nesse período, acrescentando ainda que, em território nacional, arquitetos de

²²¹ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. – 1869, p. 18.

²²² Fotos sem datação produzidas por Guilherme Mattos em meados do século XIX.

formação mesmo, só começaram a surgir a partir da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro.²²³ Como refere Santiago (2001):

No Brasil, o século XIX, caracterizou-se por uma abertura à cultura européia e à francesa em particular. Nesse período, a elite brasileira, de um modo geral, aspira aos valores culturais europeus e às noções vigentes de Modernidade e de civilização, manifestadas nos costumes, nas artes, na moda, com destaque para a arquitetura.²²⁴

Mas, primeiro, precisamos esclarecer algo importante: as imagens selecionadas para esta análise fornecem detalhes que uma mente treinada, especializada na arte e no conhecimento técnico-científico de arquitetura e urbanismo poderia facilmente identificar, porém, não é esse o nosso caso. Portanto, afim de amenizar a nossa dificuldade, recorreremos a trabalhos produzidos sobre realidades sociais que se aproximam da realidade que pesquisamos, a saber, *Arquitetura e instrução pública: a reforma de 1922, concepção de espaços de formação de grupos escolares no Ceará*, tese de doutorado de Zilsa Maria Pinto Santiago²²⁵ e, em especial, *Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império* da professora Angela Martins Napoleão Braz e Silva²²⁶ na tentativa de analisar de forma mais pertinente estes dados iconográficos. Vamos a eles então:

²²³ Cf. SANTIAGO, Z. M. P. *As influências do Neoclassicismo na Arquitetura Brasileira a partir da Missão Francesa*, 2011, p. 3. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12994>>. Acesso em: setembro de 2017.

²²⁴ SANTIAGO, Z. M. P. *Arquitetura e instrução pública: a reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará*. 2011. 434f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 91.

²²⁵ Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFC/1980). Mestra em Arquitetura e Urbanismo (USP/2005) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2011).

²²⁶ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, Profª. Assistente do Curso de Arquitetura vinculado ao Departamento de Construção Civil e Arquitetura, do Centro de Tecnologia, da Universidade Federal do Piauí.

Imagem 1: Fachada do antigo quartel da polícia militar.



Fonte: Arquivo Público do Piauí.

Na imagem acima, detalhes da fachada de um dos prédios que serviu de Estabelecimento de Educandos Artífices. De acordo com informações colhidas no Arquivo Público do Estado do Piauí - APEPI, o governo provincial adquiriu este prédio em 1851 para que servisse de quartel da polícia, porém, antes disso, transferiram para este local o Colégio dos Educandos Artífices. O mesmo ficava localizado na antiga Praça Aquidabã, atualmente, Praça Pedro II, no centro de Teresina,

Observe, por exemplo, que apesar da simplicidade da edificação em relação à arquitetura complexa das instituições escolares do século XVIII que se constituíam em grandes espaços de poder disciplinar controlados pela igreja (conventos, mosteiros, etc.) e, praticamente, sem acesso ao mundo exterior, este edifício apresenta características de uma construção pensada pelo Estado para manter o poder de vigilância e controle sobre os educandos, mas com características inversamente opostas às anteriormente existentes.

É possível notar nos detalhes desta obra, características arquitetônicas que nos remete a um tipo específico de arquitetura que provavelmente serviu de base para construção de diversas escolas durante o período imperial. O que são então estes detalhes que se encontram na parte superior da parede externa da fachada do edifício e nas saliências de suas portas e janelas senão platibanda e carinjas com a função de proteger e ornamentar o frontispício principal? Traços característicos da arquitetura neoclássica e que nos remete, pela sua forma – “linhas retilíneas, regularidade de volume, rigidez geométrica [...]” –, a um tipo de “urbanística portuguesa” que de acordo com Braz e Silva

(2012), influenciou sobre a criteriosa operação de escolha do local onde em meados do século XIX se ergueria a cidade que hoje se chama Teresina²²⁷ e para onde se transferiu em 1852 o Colégio de Educandos Artífices do Piauí.

Mas este não constituiu o único fator que aponta para a influência da arquitetura portuguesa sobre a construção de Teresina. Braz e Silva ao destacar outros indícios afirma que “[...] a orientação da cidade e a naturalidade de seus construtores e moradores não são os únicos indícios de que Teresina foi construída sob a influência da tradição urbanística portuguesa. Há mais”. Então, em acordo com Teixeira (2000), sinaliza para a “componente vernácula” e a “componente erudita” da seguinte forma:

A componente vernácula corresponde, na maior parte dos casos, às primeiras fases de implantação urbana, feitas sem técnicos especializados e em que se observa uma estreita relação do traçado urbano com as características topográficas dos seus locais de implantação. A componente erudita está geralmente presente em posteriores fases de desenvolvimento, quando o crescimento urbano ou a importância da cidade justificavam a participação de técnicos especializados, detentores de uma formação teórica.²²⁸

Trata-se de um espaço onde o poder é, aparentemente, compartilhado com os agentes sociais que atuaram no âmbito daquela Casa (diretores, professores, cabos e agentes, etc.), mas que não foge ao controle do Estado. Notou os detalhes da construção? Grandes portas e janelas constituídas de “rotulas” que segundo Pinto (1832)²²⁹ corresponde a “grade de madeira com gelosias (fasquias) para tapar as portas e janelas”. As gelosias, rótulas ou fasquias eram grades de madeira ou pedra que se colocavam no vão de janelas ou portas para dar proteção contra a luz e o calor, mas de onde, sobretudo, poderia se ver, sem ser visto. Provavelmente favorável à questão da vigilância e controle, mas que não convinha à política de higienização incorporada a escola na segunda metade do século XIX²³⁰. Como já dissemos, mais adiante analisaremos uma planta de um desses edifícios que serviu de Casa de educandos a partir de 1856 e que aponta, segundo o nosso entendimento, para a emergência de se edificar uma casa segundo os padrões da arquitetura neoclássica.

²²⁷ Cf. BRAZ e SILVA, Angela Martins Napoleão. *Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império*. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 18, (p. 216-236), 2012, p. 218.

²²⁸ TEIXEIRA apud. BRAZ E SILVA, 2012, p. 221.

²²⁹ Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, Natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto, Na Typographia de Silva, 1832.

²³⁰ SANTIAGO, 2011, p. 68.

O prédio possuía duas grandes portas de entrada das quais uma só dava acesso ao interior do mesmo, a saber, a entrada central onde se encontrava sempre uma sentinela montando guarda. Inclusive, segundo o regulamento da casa, “a policia interna e externa do Estabelecimento [era] feita por sentinellas e rondas”.²³¹ A outra porta, a que se encontra à margem esquerda da imagem parece ter sido isolada por grades que impediam a quem se encontrava do lado de fora, o acesso físico e visual ao interior do edifício, bem como, ao que se passava dentro dele. Pela única porta de acesso entravam e saíam os educandos, os indivíduos que compunham o corpo administrativo, os empregados, parentes e familiares dos internos que vinham visita-los, trazendo-lhes algum tipo de auxílio e/ou benefício, o que denota aplicação e fiscalização rigorosa da disciplina através do acesso restrito e controlado pela direção do Estabelecimento: só entrava e saía quem a direção autorizasse.

Imagem 2: Vista panorâmica do interior do antigo quartel da polícia militar com a “tropa” em formação.



Fonte: Arquivo Público do Piauí.

Nesta imagem panorâmica do antigo quartel de polícia antes da restauração do prédio onde funcionou a Casa de educandos, podemos perceber mais claramente pelas características arquitetônicas como era a área interna do estabelecimento e somos levados pelos detalhes de um plano quadricular a admitir que, realmente, se tratava de um “vasto

²³¹ Cf. Art. 92 do capítulo 20 do regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864.

parallelogrammo, circulado de varandas, com um pateo para recreio dos educandos” ao qual se referiu em sua fala o presidente provincial, o Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro. Provavelmente este pátio central foi palco não apenas de momentos recreativos e espaço de atividade diversas, mas funcionou também como elemento diferenciador das relações de poder estabelecidas entre os sujeitos que interagem no âmbito daquela Casa de educação. Ali a “tropa” se colocava em forma para a revista como determinava o regulamento que se fizesse, cotidianamente, às 5:00hs da manhã, afim de verificar o número e asseio dos educandos. De um lado os que comandavam, de outro, os comandados.

Considerando que organizações militares e religiosas sempre desempenharam um papel fundamental na configuração da sociedade brasileira a Casa de Educandos do Piauí foi regida sob disciplina militar e religiosa rigorosa e complementares – alguns dos seus diretores foram padres, bacharéis ou serviram à guarda nacional como demonstramos na tabela abaixo. Como sugere a imagem, neste espaço peculiar se realizou diversas atividades concernentes a treinamentos cuja finalidade objetivava despertar nos internos princípios de educação, moral e civismo, e os habilitavam para apresentações em desfiles cívicos, paradas, marchas, procissões, festas religiosas, etc., tudo isso objetivando a aplicação de uma cultura disciplinar que proporcionasse ao educando um tipo de desenvolvimento físico, intelectual e espiritual que o adequasse ao ideal de civilidade das autoridades governamentais, favorecendo assim, a sua ressocialização. Dessa forma, acreditava-se manter a disciplina, o controle e o espírito do grupo.

Tabela 6 – Relação de todos diretores do Estabelecimento²³²

Ano	Diretor	Observação
1849-1854	Capitão Francisco José da Silva	“Relação de objectos pertencentes a Caza dos Educandos Artífices que ficão recolhidos em hum quarto da caza Major José Lourenço de Britto” assinada pelo diretor da Casa em 21/08/1852 por ocasião da mudança do Estabelecimento para a capital. ²³³ Esse foi de todos, o diretor que permaneceu mais tempo no cargo. Conforme registro encontrado em correspondências enviadas ao presidente provincial comunicando a evasão do educando Raimundo Torres Costa, ²³⁴ é possível que um agente do estabelecimento tenha “servido de diretor” neste ínterim; primeiro, por que de acordo com o regulamento da Casa estava investido do poder de substituir o diretor “[...] em suas ausências e impedimentos até 15 dias” como já expomos; segundo, por que em nenhum momento se identificou como vice-diretor, como o fizeram outros administradores da Casa que assumiram a direção interinamente.
1855-1857	Antonio Joaquim de Lima e Almeida, e V. W. do Espirito Santo.	As correspondências expedidas pela direção do Estabelecimento à presidência da Província na pessoa do senhor Antonio Joaquim de Lima e Almeida tratando de exonerações e nomeações de mestres para as oficinas de música e de ferreiro, bem como da necessidade do comparecimento do diretor daquela instituição juntamente com o corpo de educandos na instalação da Assembléia Provincial onde a música do Estabelecimento estaria presente e a resposta ao ofício presidencial nomeando para o cargo de vice-diretor interino Manoel Ximenes [?] de Sousa Neves, ²³⁵ confirmam que a direção do Estabelecimento esteve, nesse período, nas mãos das referidas pessoas.

²³² Tabela elaborada a partir de informações colhidas em manuscritos encontrados no Arquivo público do Piauí na Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos Artífices, ano (1849 a 1873); Relatórios dos presidentes da Província do Piauí (1849-1873) e no Jornal O Diario do Piauí: órgão oficial dos poderes do Estado, Anno I, Edições 89-92, 94, 95 e 105-108.

²³³ APEPI – Arquivo Público do Piauí. SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950 [?], ano [18--].

²³⁴ APEPI, correspondência datada de 13 de outubro de 1854 e enviada ao presidente provincial por João Alves de Sousa que assinou outras petições sempre se identificando com a alcunha de “servindo de diretor” após assina-las.

²³⁵ APEPI, correspondências datadas de 05/05/1854, 14/05/1854 e 28/01/1855 [?].

		A única referência que encontramos até o momento acerca da direção do Estabelecimento no ano de 1857 ter estado na responsabilidade do senhor V. W. do Espirito Santo se encontra no relatório do presidente da Província do respectivo ano. ²³⁶
1858-1860	Capitão Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho	A correspondência entre o diretor da Casa e o presidente provincial, João José de Oliveira Junqueira, tratando do pagamento da conta de compra de objetos para o Estabelecimento, ²³⁷ constitui uma das evidências que confirmam que a direção do Estabelecimento nesta época esteve nas mãos do Capitão Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho.
1860-1861	Major João Gonçalves da Silva	O ofício nº 192 de 26 de janeiro de 1861 constitui parte da documentação que comprova que nesse período o Estabelecimento de educandos esteve sob a direção do major João Gonçalves da Silva. ²³⁸
1862-1863	Padre Thomaz de Moraes Rego	Entre muitas evidências de que padre Thomaz de Moraes Rego esteve à frente da direção da Casa de educandos de 1862-1863 está a solicitação ao presidente da Província para que providenciasse quatro escravos para a realização dos serviços da Casa. ²³⁹
1864-1867	Capitão Raimundo Sizinio de Lima Almeida	Documentos comprovam que de junho a outubro de 1864 o Padre Antonio Marques dos Reis foi diretor do estabelecimento, ²⁴⁰ contudo, é provável que foi o senhor Raimundo Sizinio de Lima Almeida, o primeiro a ocupar o cargo. O senhor Manoel Barboza da Morada assumiu os cargos de vice-diretor e professor de primeiras letras do Estabelecimento em 16/07/1864. ²⁴¹ E há evidência de que de que no ano de 1866 o Estabelecimento tenha tido um outro Vice-diretor chamado Antonio José de Siqueira. ²⁴²

²³⁶ Cf. Mappa nº 18 In: Relatório que dirigio o Presidente da Provincia do Piauhy o Exm, Snr. Dr. João José de Oliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial no dia 2 de julho de 1857. Maranhão. Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, 1857, p. 4.

²³⁷ Ofícios sem numeração datados de 15 e 23/12/1858. SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950, ano [18--].

²³⁸ SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950, ano [18--].

²³⁹ SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950, ano [18--]. Correspondência sem numeração datada ade 24 de outubro de 1863.

²⁴⁰ Ofício sem numeração datado de 17 de junho de 1867. APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Problemas Administrativos, caixa sem numeração.

²⁴¹ Ver relatório da província de 12 junho de 1865, p. 27.

²⁴² Ofícios sem numeração de 20 a 24 de setembro de 1866. Arquivo Publicom do Piauí – APEPI. Palácio da Prsiencia. Estabelcimento d educandos Artífices, caixa sem numeração (1849-1873).

1868-1869	Bacharel Pedro Alcantara Peixoto de Miranda Veras	Ele também foi vice-diretor e professor de primeiras letras do Estabelecimento em substituição ao senhor Antonio José de Siqueira demitido em 26/03/1868 pelo presidente Polidoro Cezar Burlamaque. ²⁴³
1870-1871	Diretor Capitão Joaquim Clementino de Sousa Martins	Neste período a Casa teve dois vice-diretores: os senhores José Gonçalves Vilarinho ²⁴⁴ e [Sabino] Leopoldo [?] dos Santos Lima [?], vice-diretor e [diretor interino do Estabelecimento]. ²⁴⁵
1872-1873	Capitão Evaristo Cicero de Moraes	O ofício nº 2 datado de 9 de janeiro de 1872 ²⁴⁶ refere-se ao senhor Joaquim Clementino de Sousa Martins como diretor da Casa, segundo o dito ofício, nesta data ele voltava às suas atividades normais após gozar de uma licença. Tudo indica que ele ficou no cargo de janeiro a setembro daquele ano e a partir do mês de outubro assumiu o senhor Evaristo Cicero de Moraes segundo portaria do dia 25/10/1872. ²⁴⁷ O capitão Evaristo entrou no exercício do cargo em 26/10/1872.

Tabela elaborada a partir de informações contidas nas fontes utilizadas nesta pesquisa (manuscritos, relatórios de província e periódicos)

²⁴³ Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Polidoro Cezar Burlamaque, Presidente da Província do Piauí passou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas, segundo Vice-Presidente. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 7. 1868, p. 16.

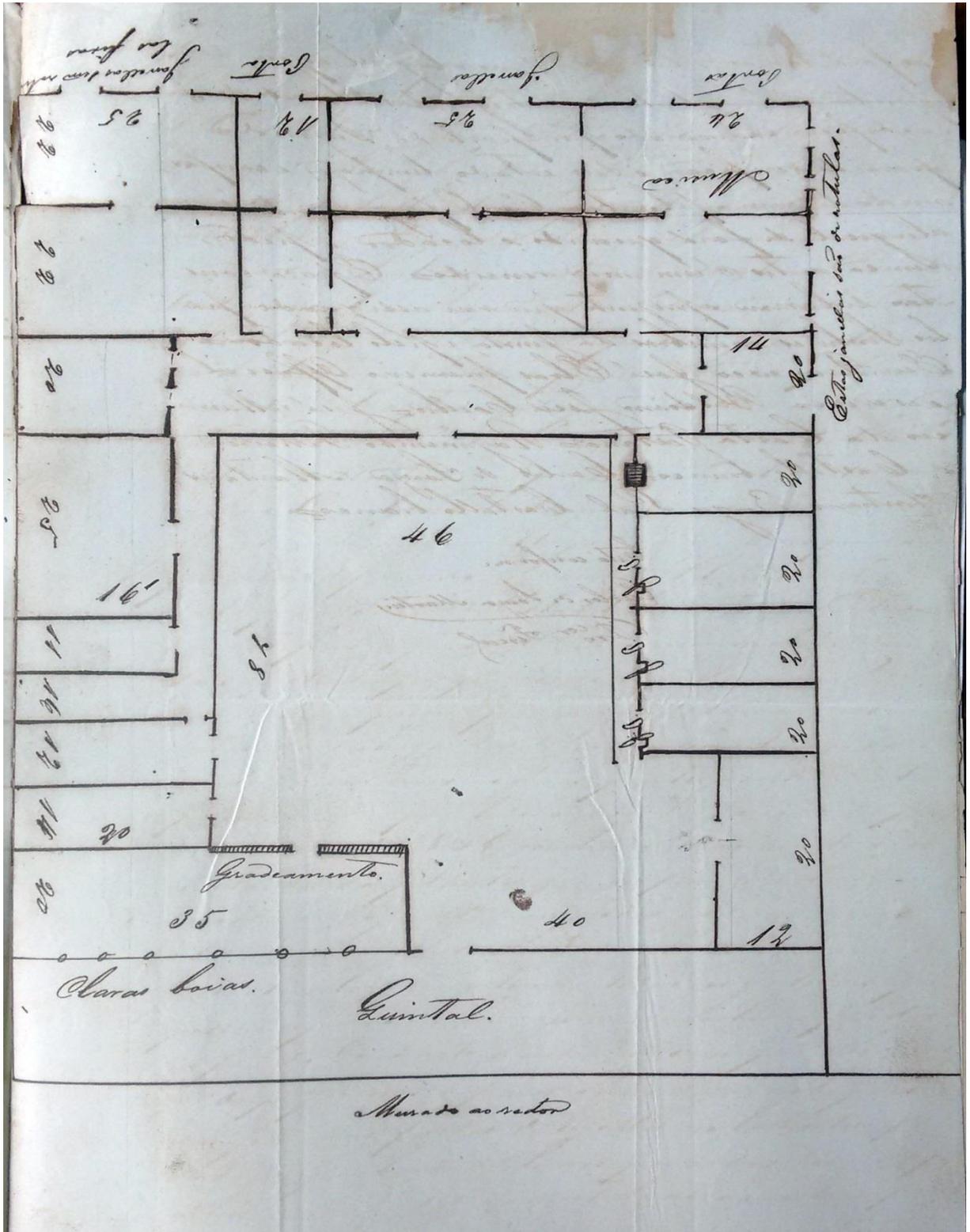
²⁴⁴ Ofício nº 4 [?], datado de 8 de julho de 1870. APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Problemas Administrativos, caixa sem numeração (1849-1873). Ou ainda, ofício nº 136 de 28/04/1870 in: SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950, ano [18--].

²⁴⁵ Ofício nº 212 [?] de 21/11/1871. APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Problemas Administrativos, caixa sem numeração.

²⁴⁶ APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices, caixa sem numeração (1849-1873).

²⁴⁷ APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices, caixa sem numeração (1849-1873), ofício nº 01 de 26 de outubro de 1872.

IMAGEM 3: Planta com as dimensões dos cômodos que foram adaptados à casa que serviu de Estabelecimento de educandos a partir de 1856.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI

A planta acima contém as dimensões e acomodações projetadas para a adaptação de uma casa em construção pertencente ao Dr. Antonio Borges Leal Castello Branco localizada na antiga Rua da Gloria, atual Lisandro Nogueira no centro de Teresina. Alugada na época pela

Fazenda provincial pelo valor de “cincoenta mil reis mensaes” e por um período de tempo que lhe fosse mais conveniente, a propriedade serviu de instalação para a Casa de educandos a partir de janeiro de 1856 quando se concluiu a reforma. Segundo o contrato de locação, a casa seria “acabada em todas as suas partes, e entregue limpa, e caiada [...]” a partir do dito ano, “[...] contendo as acomodações constantes da planta [...]”²⁴⁸ que fora anexada ao dito contrato. Embora as informações contidas na planta não sejam tão precisas, o cruzamento das fontes iconográficas com as fontes documentais que dispomos nos informando tanto dos serviços realizados como de algumas necessidades do Estabelecimento – outros cômodos, armários, mesas, bancos, altar e oratório para celebração do culto religioso, por exemplo – aguçam nossa mente e imaginação nos levando através da observação atenta e controlada de alguns de seus detalhes a supor que os mesmos reforçam a tese da existência de relações de poder no âmbito daquela instituição, bem como, a clara intenção de se manter uma vigilância e controle sobre os educandos.

O formato quadricular e a regularidade das linhas da planta lembram muito o modelo de construção português e sugere certo tipo de hierarquização funcional. Se tomarmos como base o pátio – maior cômodo do estabelecimento – parece que todos os demais cômodos se estruturam a partir dele, o que pressupõe que todo o plano de ocupação espacial foi cautelosamente ordenado.

De acordo com informações colhidas dos relatórios dos presidentes da Província referentes aos anos de 1856 e 1857, a casa contava com um número de 48 educandos dos quais 44 frequentavam a aula de primeiras letras, 18 a oficina de marceneiro, 16 a de alfaiate, 6 a oficina de sapateiro, 7 a de ferreiro e 1 exercia a arte de tipógrafo, o que nos dá um total de 4 oficinas existentes no estabelecimento.²⁴⁹ Considerando que o contrato de locação estabelecido entre o Dr. Antonio Borges Leal Castello Branco e a fazenda provincial, datado de 06/11/1855, exigia que a propriedade fosse entregue em janeiro de 1856, o que de fato deve ter acontecido, cumpridas devidamente as reivindicações constantes na planta, podemos sugerir então que as considerações ora levantadas reportam à dita casa que foi projetada para proporcionar “[...] acomodações indispensaveis para os educandos, e officiaes [...]”²⁵⁰.

²⁴⁸ APEPI – Contrato de locação da casa do Dr. Antonio Leal Castello Branco, clausula 4^a, 1855.

²⁴⁹ Relatório do Presidente do Piauí o Commendador Frederico D’Almeida e Albuquerque, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na Sessão ordinaria de 1856. São Luiz: Typographia do – Progresso – Rua Sant’Anna, nº 17 [?], Impresso por B. de Mattos, 1856, mappa nº 8, p. 1.

²⁵⁰ Ibidem, p. 2.

No relatório de 1856, o presidente Frederico D’Almeida e Albuquerque mencionou a existência de uma banda de música no Estabelecimento composta por 16 alunos que tocavam instrumentos que variavam de baixo a triângulo e o Dr. João José D’Oliveira Junqueira, presidente da província em 1857, não só confirmou este fato em seu relatório como relacionou entre as oficinas existentes naquela escola, uma voltada, exclusivamente, para o ensino da música²⁵¹, prática educativa utilizada para auxiliar no doutrinamento e disciplinamento dos internos. Observe que, na parte superior direita da planta em análise, é possível ver claramente as dimensões do cômodo reservado para este fim (24x22), a saber, o cômodo reservado para a aprendizagem de música no Estabelecimento.

Pelas dimensões dos cômodos que se acham à esquerda da oficina de música supomos que de acordo com o imaginário político da época foram planejados para instalação das oficinas que naturalmente existiam em escolas desta natureza. Da direita para a esquerda: em primeiro lugar, a oficina de alfaiate (25x22), ao lado desta, uma entrada central (porta) que dava para um corredor de 14x22 metros pelo qual os internos e demais pessoas, devidamente autorizadas, tinham acesso ao restante das dependências do edifício. À esquerda da entrada central, teríamos, segundo a sequência da exposição feita pelo presidente, João José D’Oliveira Junqueira, as oficinas de marceneiro e ferreiro (25x22), “[...] sendo que as duas primeiras [*as oficinas de alfaiate e marceneiro*] suportam todo o sol da tarde, e a terceira [*ferreiro*] é demasiadamente pequena, e abafadiça, d’onde certamente nascerá grande adjuntorio às molestias, que se tem desenvolvido no estabelecimento [...]”.²⁵² Assim sendo, se nossa hipótese estiver correta, os cômodos posteriores, um à direitas e o outro a esquerda do pátio central, e intercalados por vão (corredor) cujas medidas apesar de não serem fornecidas, certamente, não seriam inferiores a 46 metros de comprimento com base na dimensão da largura do pátio, poderiam muito bem se tratar das oficinas de ferreiro e sapateiro as que menos número de educandos possuíam nessa época.

À direita e a esquerda do pátio central existem outros cômodos que embora as informações contidas na planta da casa não identifiquem com precisão, possivelmente corresponderiam às indispensáveis acomodações para oficiais e educandos de que falamos

²⁵¹ Relatório que dirigio o Presidente da Provincia do Piahy, o Exm. Snr. Dr. João José D’Oliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial aos 2 de julho de 1857. Maranhão: Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, 1857, mappa nº 18, p. 1.

²⁵² Ibidem, 2. Grifo nosso.

acima – gabinete do diretor, secretaria da escola, lugar improvisado para funcionar como oratório e/ou lugar do culto, quartos dos educandos, etc.

Ao centro temos o pátio que enquanto espaço de disciplinamento se constituiu num lugar a partir o qual tudo se estruturava. Era o lugar da racionalidade, do formalismo, da uniformidade, da hierarquização, da formação de uma identidade pretendida e que se devia encucar por meio de práticas educativas, tais como a disciplina militar e religiosa, exclusivamente, ao corpo de educandos e, sobretudo, o lugar onde se presenciou em determinadas ocasiões (festas e celebrações) manifestações das tensões e conflitos sociais presentes nas relações estabelecidas entre os educandos e outros sujeitos com o quais interagiram no âmbito daquela instituição. Pelo menos esta é uma das possíveis conclusões que podemos tirar da dura crítica feita pelo jornal *A Imprensa* (edições 209 e 211 de 1869) à forma de condução e gerenciamento dos trabalhos concernentes à celebração da festa da “gloriosa virgem do Carmo, padroeira do estabelecimento dos educandos” realizada nas dependências da escola. Crítica esta, contestada pelo jornal *O Piauí*²⁵³ ao classificar de injusta, repreensível e injuriosa a notícia publicada no jornal *A Imprensa*. Independentemente do grau de veracidade da notícia e da divergência de opiniões desses jornais, o fato é que a repercussão da discussão acerca da publicação do jornal *A Imprensa*, por si só, já é suficiente para concluirmos que algo realmente aconteceu, doutra forma este embate político não faria sentido algum. Então vamos aos fatos.

De acordo com as publicações do dito jornal: “[...] a festividade instituída para educação religiosa da mocidade, que [frequentava] o estabelecimento [...]”, acabou se convertendo “[...] em uma escola de desrespeito as coisas santas [...]”. Segundo a opinião deste jornal, na ocasião em que se deu a festa, “o próprio director do estabelecimento [foi] o primeiro a dar o mau [exemplo]” e entre “os factos notoriamente públicos” destaca-se: a acusação de ameaça de morte contra o senhor Manoel Rosa [?] por parte do músico Carneiro, a descompostura do director que “deu solemne cavaco [...] contra uma pessoa estimavel que tomava notas dos objectos que eram levados a leilão [...]”, “as pilherias pezadas” de um dos empregados da casa contra o vigário da freguesia de S. José das Cajaseiras em uma das noites da novena, a “rixa” entre “o francez [?] José Mayer, e um dos mestres da officina do estabelecimento de educandos, por causa de uma barrica de cerveja [...], a “atracação” entre o Sr. de Veras e alguns moleques

²⁵³ Publicações geraes. Theresina, 13 de agosto de [1869]. *O Piauí*: órgão do partido conservador. Anno III, Theresina, terça-feira 28 de setembro de 1869, nº 103. Typ – Constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1869, p. 2 e 3.

marcada por “socos e taponas” e, entre todas, a observação mais incisiva para o propósito ao qual nos dedicamos neste capítulo, a saber, trazer à luz um vislumbre do cotidiano do mundo do internato:

[...] *o pátio* da casa dos educandos, no lugar onde está armada uma barraca para o leilão dirigido pelo celebre director, converteu-se em praça d’armas! O tenente da Companhia policial Manoel Veloso, brandiu a espada... Foram victimas de grosseiros dichotes alguns Srs. que se achavam no lugar. O Dr. Simplicio travou discussão com o Sr. Eugenio Marques, capitão Themistocles e outros, e com ares de – papai-vovô – pretendeu censurar a maneira por q’ aquelles Srs. revelavão a justa indignação de que se achavão possuídos, por verem o modo desastroso porque o director se tem portado na festividade!²⁵⁴

Redobrando a força do ataque contra a administração do director da Casa, o Bacharel Pedro d’Alcantara Peixoto de Miranda, o jornal *A Imprensa* o acusa de atentado contra a educação moral que aquela Casa deveria dar à suas crianças com as seguintes palavras:

*Qual a impressão moral que por ventura recebem essas crianças ao verem apoz um acto religioso, um festim [?] profano, criado e sustentado pelo proprio director, encarregado de expurgar-lhes os vícios e educal-os sobre os preceitos da pura religião e sociedade? O que ainda admira é ver-se cavaleiros das classes mais elevadas applaudirem essa profanação dos principios religiosos e acoimarem de immoral o facto de haver um outro rapaz lançado sobre os objetos em leilão para serem entregues a classe menos favorecida da fortuna. Para reprimir esse simples gracejo estende o director os meninos educados como em linha de combate, transforma-se o pátio do estabelecimento em verdadeiro campo de hostilidade, trinta e tantas praças formigam em todas as direcções armadas competentemente; as provocações acintosas manifestão-se sobre diversas formas; e o director e seus adeptos exultão, em quanto veem na prudência desses mesmos rapases o abatimento de seus brios. [...] E os homens aliás Srs. das posições e da governança o cercam para garantir-lhe este comportamento censurável por demais.*²⁵⁵

E encerrando com as palavras acima nossas considerações sobre a utilização do pátio do Estabelecimento de Educandos como palco de manifestação de tensões e conflitos provenientes das relações de poder estabelecidas no interior daquela instituição, ressaltamos, em acordo com Santiago (2011) que analisou a planta dos Colégios dos jesuítas de São Salvador (Bahia) datada de 1782 – arquitetura neoclássica que influenciou a arquitetura brasileira do período imperial –, que com o passar do tempo esse tipo de espaço foi, de fato, adquirindo nos colégios novas configurações e servindo a outros propósitos. Essa autora declarou que a

²⁵⁴ *Outro de grosso calibre*. A Imprensa: órgão do partido liberal. Anno V. Theresina, 21 de julho de 1869, nº 209. Theresina. – Impresso por A. J. do A. [Sobreira], p. 4.

²⁵⁵ *As festas de N.S. do Carmo na capella do estabelecimento de educandos*. A imprensa: órgão do partido liberal. Anno V. Theresina. – quarta-feira, 11 de agosto de 1869, nº 211, Theresina. – Impresso por A. J. do A. Sobreira, p. 3, 4.

[...] organização espacial com uso de claustro ou pátio, que nos monastérios era elemento articulador dos edifícios e local de contemplação e oração, nos colégios, passa a ser um local de agregação, reuniões, recreio e descanso. O pátio apresenta muitas formas de análise para configuração do edifício-escola. Insere-se nos estudos das tipologias como espaço configurado por quatro planos de fechamento, podendo ser visto como área aberta para iluminação e ventilação dos espaços contíguos, como pode também ser classificado simbolicamente como espaço panóptico de vigilância de Foucault.²⁵⁶

Não temos dúvida que a Casa de educandos do Piauí difere em muito do modelo estrutural de panóptico analisado por Michel Foucault, mas em termos disciplinares acabou servindo ao propósito de manter a ordem, o controle e a vigilância constante sobre as crianças nela admitidas. Enquanto espaço disciplinar, podemos dizer ao observar o projeto arquitetônico sugerido pela planta, que aquele colégio foi planejado para servir de técnica de distribuição espacial dos indivíduos que atuaram nas suas dependências, o que podemos confirmar pelo que diz o artigo 11º do capítulo 2º do regulamento que tratava da sua administração. Pelo qual,

Os educandos serão distribuídos a aprazimento [?] do diretor em divisões e seções com relação a suas diferentes idades. Cada divisão terá o seu cabo [?] que usará das insígnias do seu posto, o qual cumprirá e fará cumprir tudo [?] tanto quanto lhe for ordenado em nome do Director [?] por um Agente que será [?] sempre [?] o educando mais adiantado [?], mais probo e mais bem comportado.²⁵⁷

Disto podemos também concluir que no Estabelecimento de Educandos do Piauí era função da disciplina o que Michel Foucault (1987) denominou de “organização do espaço analítico” ao declarar que

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. *A disciplina organiza um espaço analítico.*²⁵⁸

Por fim, numa última tentativa de explicar o que seriam os últimos cômodos sinalizados na planta; à direita do observador, provavelmente foram projetados para servir de cozinha (12x20) e refeitório (40) e, à esquerda, defronte ao pátio central, com gradeamento e claras

²⁵⁶ SANTIAGO, 2011, p. 89.

²⁵⁷ Regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864, capítulo 2º, artigo 11.

²⁵⁸ FOUCAULT, 1987, p. 123. Grifo nosso.

boias, estaria localizada a escola de primeiras letras frequentada pela maioria dos alunos; um dos poucos cômodos na casa com dimensões suficientes (35x20) para comportar ao mesmo tempo uma quantidade tão significativa de pessoas ou poderia ter servido este cômodo como residência do diretor, uma vez que de acordo com o regulamento da Casa ele deveria morar no Estabelecimento juntamente com os internos, o que também é uma hipótese provável, uma vez que, conforme o relatório de 1857, o diretor V. W. Espírito Santo se queixou das acomodações inadequadas do edifício para “[...] dar lugar em si para a residência do Director” e das oficinas existentes naquela instituição, o que o motivou a sugerir a aquisição de um edifício maior, mais espaçoso e arejado para servir de instalação para a Casa de educandos e caso, por alguma razão, sua sugestão não pudesse ser aceita naquele momento, que pelo menos se considerasse a possibilidade de alugar uma casa vizinha ao Estabelecimento que lhe servisse de residência. Lembrando ainda que embora aquele cômodo não possuísse as características físicas pretendidas pelo diretor, o fato de estar de frente para o pátio e protegido por gradeamento pode ser indício de um plano estrategicamente elaborado pelo qual se pensou estabelecer os limites espaciais ocupados pelas diferentes classes sociais que interagiram na Casa, bem como, proporcionar ao diretor daquela escola uma visão privilegiada de onde ele poderia manter a vigilância e o controle sobre os internos e demais indivíduos que usufruíram daquele espaço. Se este cômodo fora de fato reservado para a residência do diretor, provavelmente a escola de primeiras letras ficaria localizada na parte central do Estabelecimento juntamente com as oficinas que já mencionamos.

Como indicado na parte inferior da planta, o prédio foi planejado para ser totalmente “murado ao redor”, o que pode significar não apenas uma estratégia de defesa como também a demarcação de um espaço que se desejava controlar. Observando um pouco mais atentamente os detalhes e a disposição dos cômodos da casa é possível notar que ela possuía um quintal cujas medidas não nos são fornecidas e sobre o qual não temos muitas informações, mas com base no que nos revelam as fontes, esse tipo de espaço geralmente era construído para atender a determinadas finalidades, a saber, o cultivo de gêneros alimentícios em pequenas hortas, “jardim para uso ou recreio do morador”²⁵⁹, plantação de árvores frutíferas, criação de animais domésticos como, por exemplo, “as três magras leitoas, [...] creadas no quintal do

²⁵⁹ *Regulamento ao que se refere o decreto acima. Capítulo I.* A Imprensa: periodico politico. Anno III. Theresina, sabbado 1 de fevereiro de 1868, nº 132. Theresina. – Typ. da Imprensa rua Barroso n. [?] – Impresso por Antonio Joaquim do Amaral Sobreira. – 1868, p. 1.

estabelecimento” no ano de 1869²⁶⁰ e/ou a utilização de espaços como este para a instalação de projetos artesanos como publicou-se no jornal *O Piauí* que mencionou a existência de um poço nas dependências do edifício que serviu de Estabelecimento no ano de 1872. Segundo publicação daquele periódico era deste poço, localizado no centro do quintal, de onde procedia “toda a água que [bebiam] e que [era] necessaria para se banharem e para os mysteres da vida, inclusive o de lavagem da roupa das que [necessitavam] com mais presteza para sahirem a rua nos dias santificados”.²⁶¹

Acreditamos com base na análise realizada acima que no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí implantou-se um ideário educativo que para além de reproduzir relações de poder existentes na sociedade piauiense do século XIX, visava atingir um ideal de progresso e civilização presente no imaginário da elite política provincial em todas as regiões do Brasil imperial. Ideal que jamais se alcançaria sem que esse projeto se pautasse por um conjunto de normas, regras e disciplina que na província do Piauí constituíam deveres sagrados segundo os quais, “a ordem e a liberdade, que são elementos essenciaes de progresso e civilização d’um povo só podem imperar onde a observância das normas leaes é um dever sagrado, tanto para os individuos, como para os governos e juizes”.²⁶² Contudo, as tentativas de subversão da ordem no estabelecimento eram constantes, mas sobre esta questão trataremos no capítulo posterior onde num esforço de identificar as práticas educativas do Estabelecimento tentaremos demonstrar como os educandos reagiam à sua imposição e estabelecimento.

Buscando demonstrar que a Casa de Educandos Artífices do Piauí constituiu um espaço de poder disciplinar e disciplinador de indivíduos marginalizados, apresentamos nesta seção uma descrição da sua organização administrativa, regime interno e normas disciplinares objetivando vislumbrar o cotidiano das crianças admitidas naquela instituição, bem como, as tensões e conflitos provenientes das relações estabelecidas no interior daquela Casa de educação. Com a atenção voltada para vida dos internos no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí procuramos nos aproximar ao máximo do objetivo de

²⁶⁰ *À pedido. Ao Exm. Sr. Presidente da Provincia.* A Imprensa: órgão do partido liberal do Piauí. Anno IV. Theresina, quarta-feira 3 de fevereiro de 1869, nº 184. Impresso por A. J. do Amaral Sobreira. 1868, p. 2-3.

²⁶¹ *Governo da provincia. Nº 3 – Estabelecimento de educandos artífices de Theresina, 3 de outubro de 1871.* O Piauí: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 30 de novembro de 1872, nº 243. Typ. Constitucional – Impresso por Doingos da Silva Leite. – Rua da Boa Vista. – 1872, p. 1. Grifo nosso.

²⁶² *A Imprensa. Theresina, 11 de outubro de 1870.* A Imprensa: órgão do partido liberal. Anno VI. Theresina. – quinta-feira 27 de outubro de 1870, nº 271. Provincia do Piauí. – Impresso por Antonio do Amaral Sobreira, p. 1.

[...] enfocar o interior da instituição, considerando o prédio e instalações, alunos, professores, administradores, saberes escolares, currículos, disciplinas, livros didáticos, métodos de ensino, normas disciplinares, clima cultural (organização, manifestações, publicações, realizações de eventos, etc.), pontuando as datas das informações.²⁶³

Afim de que o leitor tivesse uma visão mais clara acerca de alguns elementos básicos atrelados diretamente a importância da análise da vida escolar, a saber, se a escola constituía um espaço que favoreceu a aprendizagem dos educandos e melhor desempenho dos seus mestres (ferramentas culturais, recursos didáticos, etc.); se, por exemplo, o nível de comprometimento daquela instituição de ensino estava mais voltado para a aprendizagem dos alunos ou para a concretização dos planos de desenvolvimento provincial pensado pela elite política local; se a sua função socializadora da escola se restringia apenas a aquisição de uma determinada cultura que visava um efeito prático sobre o comportamento dos educandos ou se estava para além desta questão.

Constatamos também que em termos disciplinares a Casa foi planejada para funcionar como um espaço de poder controlado pelo seu corpo administrativo que na pessoa do diretor da escola subordinava-se ao governo provincial e mantinha o controle e vigilância sobre toda a organização e, em especial, sobre o corpo de educandos, que apesar de toda a estrutura administrativa montada na Casa, procurou por meio de determinadas práticas, táticas e estratégias, resignificar aquele espaço e reinventar o seu cotidiano, o que cremos, ficou bem esclarecido na forma de nossa exposição.

²⁶³ NOSELLA, 2013, p. 69.

4 PRÁTICAS EDUCATIVAS DO ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ

Ao nos referirmos às práticas educativas da escola de Educandos Artífices do Piauí o fazemos por questão óbvia, pois ao estruturar e posteriormente reorganizar este trabalho de pesquisa, determinamos que por este viés buscaríamos alcançar o objetivo de analisar o cotidiano dos meninos pobres internos naquela instituição e problematizar as relações de poder que eles estabeleceram com outros agentes sociais no âmbito daquela Casa de educação, porém é preciso ressaltar que, como estamos tentando demonstrar até aqui ao insistir na questão civilizatória que envolve aspectos econômicos, culturais, religiosos, etc., na província do Piauí como em outras regiões do Império, estas práticas não se restringiam apenas ao ambiente escolar, muito pelo contrário, elas se estendem a outras instâncias da vida social, tais como, a família e a igreja, por exemplo, considerando que no Brasil do século XIX educação era sinônimo de “criação com ensino *de* doutrina e bons costumes”²⁶⁴ e que “a prática educativa [...] é parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas de organização social” e nelas “[...] estão presentes interesses de toda a ordem – sociais, políticos, econômicos, culturais – que precisam ser compreendidos pelos professores”.²⁶⁵

Segundo o imaginário político da época, para que o indivíduo pudesse participar de maneira mais ativa da vida em sociedade e corresponder aos planos de desenvolvimento provincial, a implantação e desenvolvimento de tais práticas era de fundamental importância para a efetivação do processo educativo em instituições como a Casa de Educandos afim de que se alcançasse o objetivo de regeneração social do indivíduo com vistas ao desenvolvimento da civilização local.

A noção de um tipo de educação que estivesse para além das dependências da escola nos é de grande utilidade ao tipo de análise que empreendemos aqui, ela nos advém do fato de que durante todo o tempo de internato os educandos mantiveram contato com familiares, parentes ou responsáveis; do isolamento parcial em relação à própria sociedade na qual estavam inseridos e, entre outras razões, ao concluírem o tempo de estudo recebiam os meios necessários para que se tornassem agentes produtivos da vida em sociedade, atuando por meio de responsabilidades atribuídas naquela instituição de ensino profissionalizante – tornavam-se mestres, contramestres das oficinas, etc. – ou recebendo as “ferramentas” e os meios

²⁶⁴ Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, Natural da Província de Goyaz. Ouro Preto, Na Typographia de Silva, 1832.

²⁶⁵ Libâneo, 2006, p. 21.

financeiros necessários à constituição dos seus próprios negócios. A ideia, como vimos demonstrando até aqui, era fazer com que as práticas educativas assimiladas na escola se estendessem a outros setores sociais, afinal, o significado do termo educação “não se esgota na escola”, muito pelo contrário, “a educação como prática social e histórica, é plural e adquire formas e sentidos diversos, conforme os espaços, os tempos, os sujeitos e os grupos que a experimentam e vivenciam [...]”,²⁶⁶ como é sabido, “não há sociedade sem prática educativa, nem prática educativa sem sociedade”,²⁶⁷ desta perspectiva, analisamos a instrução, o trabalho, a disciplina (militar e religiosa), bem como a política de higienização – enquanto práticas educativas estabelecidas na Casa de Educandos Artífices do Piauí – como instrumentos utilizados pela escola para dar cabo do processo capaz de transformar meninos pobres desvalidos em “operários morigerados e laboriosos”, bem como, operar os melhoramentos materiais tão desejados para a província do Piauí.

Do ponto de vista de Michel de Certeau analisamos a Casa de Educandos como espaço praticado pelo sujeito, um lugar de ordem, “segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”.²⁶⁸ Assim sendo, uma outra forma de entender em termos educacionais o sentido de práticas educativas corresponde às maneiras de fazer organizadas pela escola, ou seja, às estratégias utilizadas pela instituição educativa cuja finalidade consiste em educar o indivíduo para a vida em sociedade. Desta perspectiva acreditamos ser possível descrever as ações elaboradas pela Casa de Educandos Artífices do Piauí afim de alcançar o objetivo de civilizar seus internos, civilizar no sentido de adequá-los à realidade social pensada para a Província do Piauí pela elite local em meados do século XIX.

Dessa forma, a escola do ponto de vista das práticas educativas

[...] aparece como um conjunto de práticas, exercitadas por sujeitos qualificados em espaços e tempos qualificados, dispendo de materialidades propiciadoras da apropriação/desapropriação dos saberes, crenças e atitudes, ou seja, da cultura escolar, a qual, como pretende Chervel, é constituída pela história do currículo e das disciplinas, ou seja, do modo de organização do saber em ordem a torná-lo ensinável. Tais práticas são conectadas com discursos normativos, que se entrecruzam desde as transmissões e trocas dialéticas entre docentes e alunos até às exigências de atitudes e de

²⁶⁶ Cf. GONDRA, 2008, p. 11.

²⁶⁷ LIBÂNEO, 2006, p. 17.

²⁶⁸ CERTEAU, 2014, p. 184.

comportamentos, que visam a aceitação de valores implícitos ou de modos de proceder mais ou menos conscientes.²⁶⁹

Após esta breve introdução sobre o conceito e a importância de práticas educativas, perseguindo ainda o objetivo proposto neste trabalho, tentaremos pôr em evidência as práticas educativas da Casa de Educandos Artífices do Piauí e para tanto passaremos, imediatamente, a refletir sobre a cultura material escolar daquele estabelecimento, sobre os dispositivos disciplinares implantados naquela escola, bem como, os discursos civilizatórios em torno da educação que existiram na dita instituição.

4.1 Cultura material escolar e dispositivos disciplinares do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí

Introduzindo o tema que examinaremos nesta seção, se faz necessário e conveniente – afim de empreendermos uma exposição mais pertinente do assunto – a tentativa de definir alguns termos diretamente relacionados à questão da cultura material e das práticas disciplinares e educativas da Casa de Educandos. Para tanto, recorreremos a alguns autores que teorizaram sobre algumas questões relacionadas a esta temática e cujas reflexões certamente nos auxiliarão neste empreendimento. Quais sejam, Pedro Paulo Funari (2008), Jean-Marie Pesez (1990), Roger Chartier (2002), Michel Foucault (1987) e, entre tantos outros, Michel de Certeau (2014) cujo conceito de práticas ou “artes de fazer” vimos utilizando por considerá-lo mais apropriado à necessidade de delinear as maneiras pelas quais os sujeitos desta pesquisa reinventavam o seu cotidiano.

De acordo com Funari (2008) foi a partir do século XIX que a cultura material surgiu como fonte histórica. Como resultado da Filologia e da História ela assume “um estatuto completamente diverso” a partir de então passando da categoria de ‘objeto artístico’, modelo ou meramente curiosidade, para a categoria de “fonte histórica”. Segundo Funari, neste período, a filosofia e a história atribuíram à cultura material um caráter de fonte no sentido de que dela “jorrariam informações a serem usadas pelo historiador”. Desde então, “Tudo que antes era coletado como objeto de colecionador, de estátuas a pequenos objetos de uso cotidiano, passou

²⁶⁹ FERNANDES, Rogério. Apresentação. In: MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. – Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004, p. 13.

a ser considerado não mais algo para o simples deleite, mas uma fonte de informação, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos”.²⁷⁰

Jean-Marie Pesez (1990) para quem todo objeto possui uma materialidade, estabeleceu como marco inicial da história da cultura material o ano de 1919, quando Lenin instituiu a Academia de História da Cultura material da antiga URSS. Ele reconhece que ela não só se desenvolveu no âmbito da histórica como mantém com esta, relações privilegiadas. Para ele, a cultura material é campo de domínio arqueológico, o que se explica pela própria natureza das fontes arqueológicas, em sua maioria materiais, e, pelas quais, se “abordam as sociedades do passado, de maneira que nas reconstituições que propõem, os aspectos materiais da civilização prevalecem naturalmente”.²⁷¹

Na tentativa de definir o que é a cultura material, recorre a antropólogos e historiadores e admite que eles não o fazem, pelo menos não nominalmente. O que de fato ocorre é que o termo “cultura material” recebe de antropólogos e historiadores o mesmo sentido, assim como “civilização material e cultura material” o mesmo conteúdo. E embora não definindo especificamente o dito termo no texto *A história da cultura material*, esclarece que o mesmo não se reduz apenas a técnica, a técnica para ele é apenas um dos “aspectos do elemento humano na cultura material”.²⁷²

Mas aonde queremos chegar com isso? Ao fato de que na qualidade de campo do conhecimento arqueológico pelo qual podemos compreender o conjunto de objetos que constituem o ambiente concreto de uma determinada sociedade, podemos lançar mão dos recursos que esta disciplina oferece e empreender um estudo mais seguro e pertinente do artefato (material) como texto, enquanto criação humana dotado de “conteúdo social” que encerra em si uma gama de valores simbólicos e culturais que se bem analisado pelo pesquisador, poderá revelar as nuances das tramas de uma dada sociedade, levando-se em conta a praticidade e o simbolismo de sua função, bem como o fato de que, como parte da cultura material, “atua como direcionador e mediador das atividades humanas”.²⁷³

²⁷⁰ FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. – 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 85.

²⁷¹ PESEZ, Jean-Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 179.

²⁷² *Ibidem*, p. 191.

²⁷³ Cf. FUNARI, 2006, p. 33-36.

Daí a possibilidade de pensar a importância da cultura material escolar no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí e, conseqüentemente, a utilização de determinados objetos como dispositivos disciplinares na dita instituição. Se o artefato como parte da cultura material desempenha “o papel de agente mediador” das atividades humanas, é possível então pensar a partir dele todo o simbolismo cultural e o poder que emanavam das relações estabelecidas na sociedade piauiense dos oitocentos e que, de certa forma, se reproduziam numa escala menor através das práticas educativas que se estruturaram dentro daquele estabelecimento. Por exemplo, segundo o regulamento daquela instituição na parte que trata da questão disciplinar, era praxe o uso de determinado fardamento sem o qual o educando não poderia participar de ocasiões solenes nem se ausentar do estabelecimento. Sobre este fardamento as fontes revelam que:

[...] Pelo Regulamento tinha cada Educando 3 jaques de brim, 3 calças de dito [?], 3 camisas de algodão americano, 1 par de suspensorios, 1 bonet de formatura (que até hoje ainda não foi resolvido a manufactura d’elles), 1 [?] dito para o serviço ordinario, uma gravata de solla, e 6 pares de sapato. O anno passado quando aprensetei o meo relatorio á Presidencia, representei que a experiencia mostrava ser pouco o numero de fardamento marcado, em virtude do que foi por ella resolvido que fosse elevado a 5 jaques, 5 calças, 6 camisas e 2 pares de suspensorios, sendo comprehendido no numero dos Jaques, e no das calças uma peça azul, ficando o mais como estava. Acho sufficiente as pessos de fardamento dadas presentemente, porém *determinando o artigo 42 do respectivo Regulamento, que o Corpo de Educandos, sempre que houver parada, ou festa Nacional compareça em formatura, com o maior aceio, e se havendo determinado para isso um bonet, nada se disse a respeito de uma farda, que por certo não devera ser a do [?] diário: sou por isso de parecer, que haja um uniforme designado para estes dias, a que [?] se de o nome de fardamento rico.* [...] ²⁷⁴

Então, como está claro na fala que acabamos de transcrever, tudo leva a crer que os educandos possuíam dois tipos de fardamento: um para uso cotidiano e outro para ser utilizado em atividades desenvolvidas em ocasiões especiais como enfatizamos acima, denominado de “fardamento rico”. Vale a pena ainda ressaltar que o fardamento tinha uma relação estreita com a questão disciplinar no estabelecimento. A sua adoção tinha haver com a hierarquia que se estabeleceu entre eles e com a forma como se organizaram as funções e os papéis desempenhados pelos educandos. As divisões, seções e postos ocupados por eles e previstas no regulamento da Casa na parte que tratava de sua administração eram reforçadas pelo uso do

²⁷⁴ Acto nº 6, relatório sobre o Estado do estabelecimento In: Falla que o Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assembleia Legislativa Provincia no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 3 de julho de 1851. Oeiras, na Typ. Saquarema, p. 2 e 3.

fardamento e das insígnias que conquistavam em se tratando de crianças habilitadas e morigeradas.

A temática da ordem e da disciplina se avaliadas do ponto de vista da importância da “uniformização” no século XIX poderá render ótima reflexão sobre a questão, uma vez que

O vestuário é o ponto de junção de influência extremamente variadas que provêm das técnicas do têxtil (mais do que das técnicas da costura), das estruturas sociais, das trocas e, portanto, da economia, de injunções materiais, impostas pela função, por exemplo (a roupa do operário ou do soldado), das diferenças sexuais que se quer ou não afirmar, das atitudes psicológicas, das ideologias e da política (indumentária revolucionária, por exemplo).²⁷⁵

Partindo do pressuposto de que o vestuário é o ponto de fusão de “influência extremamente variadas” em uma dada formação social, acreditamos que a forma como foi pensada a questão da uniformização na Casa de Educandos Artífices do Piauí tinha a finalidade de identificação dos internos com a nova realidade na qual foram inseridos a partir de um processo de admissão “caracterizado como uma despedida e um começo” cujo ponto médio deste processo era marcado pela nudez, ou seja, uma vez admitido no estabelecimento o educando era, parcialmente, “despojado dos seus bens”²⁷⁶ e a partir de então tinha a necessidade de que a instituição providenciasse meios necessários de compensação dessa falta, o que de acordo com a realidade social que investigamos não correspondia, de fato, às melhores expectativas dos educandos, embora a instituição estivesse legalmente comprometida com objetivo de garantir “[...] igualmente, alimentos, vestimenta, e tratamento nas moléstias”.²⁷⁷

Em suma, simbolicamente, o fardamento dos educandos significava muito: distinção social e ideológica, identificação pessoal e profissional, meio pelo qual se projetava na sociedade a filosofia da escola; ele representava um tipo de individualidade que os distinguia socialmente, imprimindo sobre as crianças um tipo de identidade que as aproximava mais dos ideais de civilidade da classe dominante e as privava de suas verdadeiras origens e personalidade. Na qualidade de artefato material, estava impregnado de um simbolismo cujo sentido referenciava a ordem, disciplina e a própria missão daquela instituição de ensino. Ele representava um tipo de linguagem que corroborava para reforçar a ideologia dominante de um projeto de civilidade que visava, sobretudo, a regeneração social daqueles indivíduos e sua adequação ao dito projeto de civilidade.

²⁷⁵ PESEZ, 1990, p. 199.

²⁷⁶ GOFFMAN, 2015, p. 27-28.

²⁷⁷ Artigo 5º do regulamento nº 12 de 20 de outubro de 1849.

Aprofundando a questão que vimos discutindo até aqui, passamos ao conceito de práticas. Assim como se fala em práticas sociais, políticas e econômicas; também se fala em práticas educativas, pedagógicas e disciplinares. O termo se aplica “a formas de fazer, a competências, a atividades regulares e convencionais mais ou menos codificadas, sendo, por isso, objeto de estudos sociológicos”.²⁷⁸ Assim como as estratégias, elas são produto das visões que temos do mundo social. Como afirmou Roger Chartier (2002):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.²⁷⁹

Produzida e articulada pela noção de representação que temos do mundo, elas objetivam o reconhecimento de uma “identidade social” e exibem “uma maneira própria de estar no mundo” significando “simbolicamente, um estatuto e uma posição”. De acordo com Chartier, a articulação de práticas políticas sociais e discursivas são capazes – por meio das figuras que constroem – de produzir “as estruturas do mundo social”, bem como, “categorias intelectuais e psicológicas”.²⁸⁰

Para Michel Foucault (1987), as práticas disciplinares estão diretamente associadas aos “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”, ou seja, àquilo que ele chamou de disciplina. De caráter distinto em relação a processos disciplinares tais como, a escravidão, a domesticidade, a vassalagem, o ascetismo e as “disciplinas de tipo monástico”; a disciplina enquanto “fórmulas gerais de dominação” que se desenvolveram ao longo dos séculos XVII e XVIII, “têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre o seu próprio corpo”. Sua função consiste em fabricar “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”.²⁸¹ Ela

[...] aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). [...] ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a

²⁷⁸ Cf. *prática (sociologia)* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-12-12 19:48:02]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$pratica-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/$pratica-(sociologia))

²⁷⁹ CHARTIER, 2002, p. 17.

²⁸⁰ Ibidem, p. 23, 27.

²⁸¹ FOUCAULT, 1987, p. 117, 118.

potência que poderia resultar disso e faz dela uma relação de sujeição estrita.²⁸²

Para Foucault “a disciplina é uma anatomia política do detalhe”, ou seja, “uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens [...] incorporada por “[...] um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados [...]”. Detalhes estes que se encontram há tempos presentes e em funcionamento em espaços como colégios, escolas, hospitais e organizações militares.²⁸³

Ao caracterizar o poder disciplinar Foucault destaca a disciplina como “um tipo de organização” espacial, pela qual os indivíduos são distribuídos, vigiados e controlados como procuramos demonstrar anteriormente ao analisar o espaço físico do estabelecimento de educandos. Na sua concepção ela também é concebida como mecanismo de controle do tempo afim de que esse tempo disciplinar se constitua para o sujeito num tempo puro, perfeito e de qualidade. De acordo com Foucault, “as disciplinas que, analisam o espaço, que decompõem e recompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo e, por fim, as disciplinas se constituem em “uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares que a compõem” e acrescenta ainda que “[...] a disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente”.²⁸⁴ Em suma,

[...] a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças).²⁸⁵

Porém, como já adiantamos, o conceito de práticas a partir do qual nos interessa pensar as relações de poder estabelecidas no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí é o de Michel de Certeau por considerá-lo mais apropriado à necessidade de vislumbrar as “artes de fazer” dos sujeitos desta pesquisa que lhes possibilitaram reinventar o seu cotidiano, tema que começamos a discutir nesta seção, mas que exploraremos um pouco mais no capítulo posterior ao apresentarmos alguns exemplos práticos de como os internos burlavam as normas

²⁸² FOUCAULT, 1987, p. 118.

²⁸³ Ibidem, p. 119-121.

²⁸⁴ Ibidem, p. 129, 133 e 138.

²⁸⁵ Ibidem, p. 141.

disciplinares do estabelecimento, ou seja, os procedimentos e astúcias utilizados por eles para resistir à rígida disciplina daquela instituição.

Nas fontes consultadas para a realização deste trabalho o termo disciplina está estritamente relacionado à missão de educar e isso tem a ver com uma das finalidades do termo educação ao qual nos referimos anteriormente – e sobre o qual ainda discorreremos bastante mais adiante – na introdução dessa reflexão sobre as práticas educativas do Estabelecimento de Educandos, a saber, educação enquanto prática que envolve a produção de um sujeito social com base no “ensino *de* doutrina e bons costumes”.

Considerando a importância da questão disciplinar para estabelecimento e manutenção da ordem social, instituições como a Casa de educandos se constituíram em verdadeiros mecanismos de poder do governo provincial pelo qual se buscou operar a transformação das condutas e o disciplinamento dos corpos dos aprendizes por meio de práticas educativas, tais como, a instrução, o trabalho, a política de higienização e, sobretudo, a disciplina, principal instrumento de dominação e controle na concepção foucaultiana.

Na província do Piauí oitocentista a disciplina sempre foi reclamada pelas autoridades governamentais em todas as instituições mantidas pelo governo. No corpo de polícia, por exemplo, o reestabelecimento do castigo corporal na dita instituição em 1858 tinha a finalidade de impedir que se perdesse a disciplina como enfatiza a declaração abaixo.

Mandei, por Portaria de 12 de Janeiro do corrente anno, a qual vos será presente, e auctorizado pelo artigo 20 da Lei nº 380 de 22 d'Agosto de 1851, *restabelecer o castigo corporal*, porquanto reconheceo-se que a disciplina ia a perder-se sem esse correctivo. E de feito assim havia de acontecer em um Corpo formado quasi pelo recrutamento.²⁸⁶

Assim como no corpo da polícia, reestabelecer a ordem e a disciplina em outras instituições governamentais era fundamental aos olhos das autoridades locais, pois entendiam que na província do Piauí, nesta época, tanto o “Meio batalhão” quanto a “Guarda nacional [*conservaram-se*], no mesmo estado de falta de disciplina [...]”²⁸⁷, o que de certa forma explica o receio por parte deles de que se perdesse a ordem que procuraram implantar naquelas

²⁸⁶ Relatório que dirigio o Prsidente da Provincia do Piauhy o Exm. Snr. Dr; João J. D’Oliveira Junqueira, a Assembleia Legislativa Provincial no 1 de julho de 1858. Maranhão: Typographia da Temperança – Impresso por J. Pereira Ramos, 1858, p. 8.

²⁸⁷ Relatório com que foi entregue a administração do Piauhy no dia 7 de março de 1857 ao exm. Snr. 1º Vice-presidente Dr. Lourenço Francisco D’Almeida Catanho pelo seu antecessor o Exm. Snr. Senador Frederico D’Almeida e Albuquerque. Theresina: Typ. Constitucional: - de J. da S, Leite, 1857, p. 6. Grifo nosso.

instituições. E, considerando que a disciplina serviu muito bem ao propósito de “instruir, ensinar, exercitar nas regras e preceitos de alguma arte (as tropas)”,²⁸⁸ era imperativo sua aplicação também em instituições como a Casa de educandos afim de que reinasse entre eles “[...] moralidade, ordem e perfeita disciplina”.²⁸⁹

Por esta razão, talvez, numa tentativa de redenção do ser social, a disciplina no âmbito da Casa de Educandos se materializou na forma de militarização da infância pobre desvalida e na sua catequização, levando-se em conta que conforme o entendimento das autoridades civis da época a religião exercia grande influência sobre a moral pública, sendo a religião, na verdade, a base de toda ela²⁹⁰. Daí o reconhecimento de sua importância para promoção do bem estar social. Não era atoa que “a satisfação das necessidades religiosas do Piauí” era vista com grande desvelo e contemplada “na primeira linha dos elementos [...]” fundamentais para a “elevação e grandeza” da Província.²⁹¹ O mesmo é verdade, poderíamos dizer, em relação à militarização da infância nas escolas provinciais, uma vez que ela contribuiu diretamente para a implantação da ordem, considerada na concepção de autoridades governamentais, tais como, o presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho, “o primeiro elemento necessario ao engrandecimento e prosperidade de um paiz” como o Brasil que, segundo ele, só poderia “desenvolver os muitos e variados germens de riqueza, que lhe [*asseguraria*] um futuro grande e glorioso”, através do remanso da paz.²⁹²

Os efeitos produzidos pela militarização e catequização do corpo de educandos como procuramos demonstrar anteriormente ao apresentar o mundo do internato podem ser percebidos através da uniformização dos internos, das insígnias, da formação e inspeção diária, dos exercícios militares, da “gynastica”, as formas de recreação, as orações cotidianas, as

²⁸⁸ Novo dicionario da lingua portugueza. O mais exacto e mais completo de todos os dictionarios ate hoje publicados, contendo todas as vozes da lingua portugueza, antigas ou modernas, com as suas varias accepções, accentuadas conforme à melhor pronuncia, e com a indicação dos termos antiquados, latinos, barbaros ou viciosos; os nomes proprios da geographia antiga e moderna; todos os termos proprios das sciencias, artes e officios, etc., e a sua definição analytica; seguido de um dictionario de synonymos. Por Eduardo Farias, fidalgo cavalleiro da caza de Sua Magestade e cavalleiro da Ordem de Christo. Segunda edição. Volume segundo. Lisboa, Typographia lisbonense de José Carlos D’Aguiar Vianna, rua dos Calafates, 114. 1851, p. 918.

²⁸⁹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 3. 1865, p. 27.

²⁹⁰ Cf. Falla com que o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente da Província do Piauí, Sr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, abriu a Sessão Ordinaria da Assembleia Lefislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854. Maranhão: typ. do Oservador de F. M. de Almeida. Rua do Sol, nº 38. 1854, p. 11.

²⁹¹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1º de julho de 1864 pelo Presidente da Província, Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos – rua da Paz. 7. [1864], p. 13-14.

²⁹² Cf. Falla com que o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente da Província do Piauí, Sr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, abriu a Sessão Ordinaria da Assembleia Lefislativa Provincial no dia 1º de Julho de 1854. Maranhão: typ. do Oservador de F. M. de Almeida. Rua do Sol, nº 38. 1854, p. 6. Grifo nosso.

missas semanais, as festas religiosas celebradas na capela daquela escola, as funções atribuídas ao capelão do Estabelecimento, entre tantas outras. A disciplina militar e religiosa representou, à sua maneira, o doutrinamento e a dominação dos internos.

Por que militarizar e catequizar o corpo de educandos, que vantagens essas práticas educativas ofereciam? Entre as principais razões que as explicam, enumeramos: o adestramento e disciplina dos educandos, a organização da escola, a produção de sujeitos cumpridores de ordens ao invés de sujeitos pensantes, ou seja, a produção de “corpos dóceis” como diria Foucault, a formação de “soldados” como pretendia o (s) regulamento (s) da Casa, soldados que engrossassem as fileiras da força policial ajudando a manter a ordem e o controle sobre a população e propiciando mais segurança individual e coletiva à mesma, atenuando, dessa forma, os conflitos urbanos de ordem interna e externa. Como declarou Jurandir Freire Costa (1979): “O “sentimento nacional” (patriótico) enquanto “mecanismo de concórdia”, foi utilizado ao longo do século XIX para amenizar o desgaste do Estado perante movimentos secessionista (dissidentes, separatistas) provinciais.²⁹³ Este mesmo sentimento foi amplamente disseminado nas escolas provinciais durante o período imperial brasileiro, principalmente em escolas como a Casa de Educandos. Acrescentamos ainda, a tentativa de criação de “uma certa homogeneidade cultural”²⁹⁴ que na Província do Piauí oitocentista se buscou também alcançar por meio do reavivamento do culto público e conseqüentemente do sentimento religioso tão necessário àquela sociedade e ao próprio indivíduo que a compunha, pelo menos é o que podemos deduzir do fato das autoridades locais reconhecerem a “poderosa influencia que a religião [*exercia*] sobre o espirito dos povos”. Naquele momento, era considerada como “[...] a única luz” capaz de iluminar a população campestre e sujeitá-la “[...] às leis da sociedade e da moral”.²⁹⁵

Partindo deste pressuposto e baseados nas prescrições contidas no § 6º do capítulo 11º do Manual do Ensino Mútuo, um dos recursos pedagógicos utilizados na Casa de Educandos Artífices do Piauí, convém recordar aqui alguns pontos fundamentais acerca da orientação dada aos professores das escolas de ensino primário elementar sobre como deveriam instruir moral e religiosamente seus alunos. De acordo com aquele manual, os professores deviam empreender todos os esforços “[...] para desviar os seus discípulos do vício, em que se mergulhão algumas

²⁹³ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. – Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 57-58.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 59.

²⁹⁵ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro, passou a administração d’esta Província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande, n. [21]. 1869, p. 15. Grifo nosso.

infelizes creanças, a quem a falta de vigilancia e maos exemplos fazem contrahir terriveis habitos, que alem de nocivos á saude, embotam a memoria e a actividade do espirito, conduzindo-as á preguiça e á estupidez”.

Relacionando a citação à cima com um dos propósitos que justificam, na concepção do fundador da Casa de Educandos Artífices do Piauí, a sua criação, a saber, recolher naquela instituição meninos pobres desvalidos afim de instruir nas primeiras letras e no aprendizado de diversos ofícios aqueles que, segundo o seu entendimento, se lançavam desenfreados na carreira do crime tornando-se o “flagello da sociedade”, é possível perceber como o caráter militar manifesto na forma da organização escolar – formação, deslocamento ordenado, constante vigilância, hierarquia militar, etc. – se harmoniza perfeitamente com “a maravilhosa ordem, que virão reinar na escola”, inspirando-lhes o gosto pela regularidade, presidindo “todos os seus trabalhos; acostumados a obedecer aos commandos dos seus discípulos, tornados no momento seus superiores [...] tornando-os docéis, submissos, silenciosos [...]”,²⁹⁶ etc. A militarização da infância pobre na província do Piauí, assim como todas as práticas educativas adotadas pela Casa de Educandos, sem dúvida, constituíram meios empregados “para lhes ensinar deveres, lhes inspirar o respeito”, obra que na concepção daqueles que pensaram a educação em meados do século XIX, ficaria “imperfeita” à parte da educação religiosa. Isso se pensava por se acreditar que “o homem nunca attinge á plenitude do caracter moral, que pertence á humanidade, senão pela religião”.²⁹⁷ Como reza o referido Manual ao insistir em citar o Barão De Gerando²⁹⁸: “[...] o facho da religião derrama luz viva e benéfica sobre os trez misterios do nascimento, da vida e da morte”, tornando-se “[...] pois indispensavel ao homem [...], porém com respeito à educação religiosa, não competia ao professor encarregar-se do “ensino dogmatico”, isso ficava a cargo dos “ministros da religião”, pelo menos era isso que, teoricamente, previa o dito manual, aos professores competia o preparo dos seus discípulos para

Receberem com proveito o seu ensino, consagrando cada dia ao estudo do catechismo e do Evangelho o tempo preciso; e quando tomar a palavra nos

²⁹⁶ SARAZIN, M. Manual das Escolas Elementares D’ensino Mutuo, 1854, p. 114. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135020>>. Acesso em setembro de 2017.

²⁹⁷ Ibidem, p. 115.

²⁹⁸ Joseph Marie de Gérando, filósofo e escritor francês nascido em Lion em 29/02/1777 e morto em 12/11/1842. Politicamente engajado e defensor da liberdade de consciência e culto, participou em 1793 da insurreição de Lion contra a convenção. Ferido e feito prisioneiro salvou-se por um milagre e foi para a Suíça e de lá para Nápoles de onde retornou após anistia de 26/10/1795. Suas obras: *Le Visiteur du pauvre* (1820, com reedicoes em Valladolid em 1852 y Barcelona em 1854), *La Morale en action* (1823, reeditada em Gerona em 1852 y en Barcelona em 1857), y *De la bienfaisance publique* (1839, traducida por Sebastián Medina y publicada en Madrid em 1841), le sitúan en la estela del catolicismo social, siempre dentro del eclecticismo. Otro título suyo aparecido en español es *De la perfección moral y de la educación de sí mismo* (Sevilla, 1841). Breve biografia disponível em: <<http://www.mcnbiografias.com/app-bio/do/show?key=gerando-joseph-marie-de-baron-de>>.

instantes dedicados ás conferencias moraes, se absterá de excitar o odio entre aquelles, que professão cultos diferentes, mas deixará cada um seguir a fé de seos paes, inspirando-lhes mutua tolerancia. Informar-se-ha pessoalmente dos progressos dos seos discipulos no estudo do catechismo, questionando-os; as explicações, que fizer, respeitarão principalmente á parte moral.²⁹⁹

Aprofundando ainda mais a questão que abordamos nesta seção e partindo do pressuposto de que Cultura escolar pode ser descrita

[...] como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).³⁰⁰

A cultura escolar como entende Dominique Júlia (2001), “[...] não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.³⁰¹ Isso se dá porque a cultura, “[...] conteúdo substancial da educação, sua fonte e justificação última [...]”, elemento móvel, dinâmico, vinculado ao tempo, susceptível a influências internas e externas, à ação de fatores tais como difusão, assimilação, aculturação e socialização, etc., se caracteriza pela

[...] diversidade de aparências e de formas segundo os avatares da história e as divisões da geografia, que ela varia de uma sociedade a outra e de um grupo a outro no interior de uma mesma sociedade, que ela não se impõe jamais de forma certa, incontestável e idêntica para todos os indivíduos, que ela está submetida aos acasos das “relações de forças simbólicas” e a eternos conflitos de interpretação, que ela é imperfeita, lacunar, ambíguas nas suas mensagens, inconstantes nas suas prescrições normativas, irregular nas suas formas, vulnerável nos seus modos de transmissão e perpetuação.³⁰²

Jean-Claude Forquin a entende e define como o “[...] conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, ‘normatizados’, ‘rotinizados’, sob os efeitos dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de transmissão deliberada no contexto das escolas”.³⁰³ Considerando, então, que a cultura escolar constitui o meio pelo qual se elaboram os conhecimentos escolares e o canal pelo qual tais conhecimentos são transmitidos

²⁹⁹ SARAZIN, 1854, p. 116.

³⁰⁰ JÚLIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Tradução de Gizele de Sousa. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/26/showToc>>. Acesso: setembro de 2017/2001, p. 10a.

³⁰¹ Ibidem, p. 10b

³⁰² FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução de Guacira Lopes Louro. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 14-15.

³⁰³ Ibidem, p. 167

às novas gerações e, que tal transmissão de saberes carece de um conjunto de práticas que possibilitem essa comunicação, é evidente a correlação existente entre cultura escolar e “os suportes materiais que concretizam a escola como lugar de transmissão do saber [...]”, lembrando com isso, que ainda em acordo com Cynthia Greive Veiga (2000), quando nos referimos à cultura material escolar do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí, nos referimos não apenas a uma cultura específica, mas à própria ideia de cultura escolar³⁰⁴ e, conseqüentemente, à busca por meio de uma coletividade dos [...] fatos que se repetem suficientemente para serem interpretados como hábitos, tradições reveladoras da cultura que se observa.³⁰⁵

Segundo o professor César Augusto Castro (2011):

Cultura Material Escolar pode abranger uma série de elementos que constituem o universo escolar, como os objetos de leitura e escrita (lápiz, caneta, livros, etc.), materiais de limpeza (panos, vassouras, tapetes, etc.), mobiliários (cadeiras, carteiras, bancos, mesas, etc.), indumentárias (fardamentos, chapéus, calçados, etc.) dentre outros, os quais podem ser estudados sob perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos diversos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado [...].³⁰⁶

Em outras palavras, todo o acervo material do qual se serve a escola para difusão da cultura de uma determinada sociedade chama-se cultura material escolar. É por intermédio de todo esse aparato instrumental que se efetua o processo de transmissão e incorporação do conhecimento como vimos anteriormente e pelo fato de estarem eles, na qualidade de artefato, imbuídos de conteúdo social significativo, podemos por meio da análise da cultura material de uma determinada escola como a Casa de Educandos Artífices do Piauí, entender as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos que interagiram naquele espaço, uma vez que, no sentido mais amplo de formação e socialização do indivíduo, o “conteúdo da educação” se constitui de “conhecimentos, competências, crenças, hábitos [e] valores [culturais]” cuja difusão se restringe ao âmbito escolar.³⁰⁷

Como já comentamos acerca da questão do fardamento dos educandos no exemplo que demos anteriormente, passaremos imediatamente a outros dispositivos disciplinares revelados nas fontes sobre a cultura material da escola de educandos. Iniciaremos abordando a questão

³⁰⁴ Cf. VEIGA, Cynthia Greive. *Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais*. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf>. Acesso: setembro de 2017, p. 4, 5.

³⁰⁵ Bucaille e Pesez, 1989, p. 22 apud. VEIGA, 2000, p. 5.

³⁰⁶ CASTRO, 2011, p. 13.

³⁰⁷ FORQUIN, 1993, p. 10. Grifo nosso.

dos castigos físicos que se manifestou de forma especial naquela escola através do castigo de palmatória.

Considerando que a Lei imperial de 15 de outubro de 1827 “oficializou a escolarização primária pública para meninos e meninas de todo o Brasil” e aboliu os castigos físicos nas escolas substituindo-os pelos “praticados pelo método de Lencaster”³⁰⁸, segundo indica as fontes analisadas para a elaboração deste trabalho, na prática, a aplicação da lei não se deu de forma tão imediata e efetiva. Assim como em outras províncias do Império, no Piauí, as interferências dos poderes locais demonstram como se dividiam as opiniões acerca do assunto. Vejamos apenas dois casos que podem ilustrar esse fato.

(fl.1) O regulamento de 21 de novembro atendeu a certas particularidades uteis concernentes ao regimen e á disciplina das aulas. *Abolio os castigos corporaes e nomeadamente o da palmatoria*, espantallo dos timidos alumnos e delicias do iracundo mestre-eschola. Sob este ponto de vista, *não quiz senão o que se chama educação pelo amor, limitando-se a combinar o estímulo de penas moraes com o de recompensas adequadas*. (fl.2) Restringiu, no ensino, o uso dos livros aos que fossem previamente auctorisados pelo governo, ou pelo bispo diocesano quanto aos religiosos, e garantiu o seu fornecimento gratuito aos alumnos notoriamente pobres.³⁰⁹

Como esclarece o regulamento orgânico da instrução primária e secundária da província do Piauí dos oitocentos³¹⁰, os castigos físicos, especialmente o praticado pelo uso da palmatória, foram expressamente proibidos por lei provincial, o que denota que até aquele momento as exigências da Lei imperial mencionada acima ainda não haviam sido prontamente observadas. De alguma forma ou por alguma razão específica que tentaremos explicar mais adiante, na prática, os ditos castigos continuaram sendo aplicados nas escolas provinciais a despeito do decreto imperial.

Como também se percebe nas palavras acima transcritas, em conformidade com a lei imperial de 1827 essa medida previa não só abolir os castigos físicos nas escolas como a sua substituição por outros mais próximos do método lancastiano, a saber, castigos de ordem moral e meritocrática como covinha à chamada “educação pelo amor”. O que não tornava esse tipo de castigo menos ofensivo e humilhante à moral do educando, pelo contrário, em nossa concepção, muitas vezes esse tipo de punição se tornava abusiva e prejudicial, e pouco

³⁰⁸ Art. 15º da Lei imperial de 15 de outubro de 1827.

³⁰⁹ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de Junho de 1865 pelo Presidente da Província, o Emx. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 3, 1865.

³¹⁰ Regulamento de 21 de novembro de 1864.

contribuía para melhorar o desempenho intelectual dos alunos, pois na Casa de educandos onde em termos disciplinares havia um misto de castigos corporais com castigos restritivos, a forma humilhante como eram administrados e aplicados tendia a deixar marcas profundas no físico e na alma da criança.³¹¹ Eis aqui uma das diferenças básicas entre disciplina e castigo: a disciplina visa corrigir e educar aqueles a quem ela é aplicada por isso ela é sempre justa, instrutiva e desejável e nunca exclusivamente punitiva.

A opção do decreto imperial pela adoção do método de ensino lancastiano nunca foi muito bem aceita na Província do Piauí oitocentista, pelo menos é o que podemos deduzir de alguns registos encontrados nas fontes que utilizamos. Se consideramos, por exemplo, a fala do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos à Assembléia provincial legislativa logo após sua ascensão ao poder em 1845, veremos que na opinião daquele gestor público, a restrição total ou parcial do dito método em algumas escolas provinciais não era um empreendimento de todo ruim, muito pelo contrário, uma vez que na sua opinião aquele método de instrução da mocidade “outr’ora tão gabado”, nos idos de 1845, perdia “[...] a estima dos homens illustrados, e juizes competentes nesta questão [...]”. E citando palavras de um “ilustre escritor” cujo nome não nos fornece, explica sua proposição da seguinte forma:

O ensino mutuo, que offerece o espetaculo de classes innmeraveis dirigidas por hum sò mestre com o auxilio de pequenos monitores tirados d’entre os discípulos, não da educação propriamente dita, mas instrucção, e esta tão superficial, e de certo modo tão material, que verdadeiramente não é cultura do espirito.³¹²

E acrescentou: “Ponderai ainda senhores, que na Holanda, e na Allemanha, paizes clássicos em materia de educação da mocidade, está em desuso o ensino mutuo; e disei-me se parece bem que nos mostremos sentidos pela falta de hum methodo, que as Nações cultas abandonão”.³¹³

Dezenove anos se passaram e a situação parece não ter mudado muito, basta analisar atentamente as proposições do regulamento orgânico da instrução pública de 21 de novembro de 1864 expedido e publicado na referida data pelo presidente provincial, o Dr. Franklin Americo de Mezenes Doria, segundo o qual, proveu-se a adoção não de um único método de ensino para as escolas primárias e secundárias da província, mas a adoção de métodos de ensino

³¹¹ Cf. SARAZIN, 1854, p. 85-87.

³¹² Relatório do Presidente da Provincia do Piauhy na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1845. Oeiras, na Typographia Provincial, p. 14-15.

³¹³ Ibidem, p. 15.

que melhor se adequassem à realidade de cada escola, ou para usar suas próprias palavras: “[...] ou que melhor coadunasse com a frequência da escola, principal indicador de sua escolha”. Ou seja, o método seria determinado pelo tipo de clientela que a escola atendia. Com exceção do método individual que já havia caducado à época, “o professor [*ensaiaria*] com circumspecção o [*método*] inventado por André Bell e perfilhado por Lancaster, vulgarmente denominado mutuo, assim como o simultaneo, ou o mixto, que modernamente formou-se da combinação d’estes dois últimos”.³¹⁴ Duas coisas importantes a se observar: primeiro, essas passagens reforçam a ideia de que mesmo havendo uma determinação legal expedida por decreto imperial de que o método mútuo deveria ser adotado para todas as escolas de ensino primário e secundário, na província do Piauí essa determinação foi questionada e, na prática, não era o que acontecia, pelo menos não da forma como fora determinado pela lei imperial; segundo, os professor deveriam testar cuidadosamente na prática todos os métodos possíveis sugeridos pelo regulamento da instrução pública provavelmente na tentativa de constatar qual deles se adequava melhor à sua realidade escolar.

Partindo destes pressupostos, é possível afirmar que algumas destas experiência talvez tenham sido vivenciadas no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí, mormente, se compararmos, por exemplo, o Manual do Ensino Mútuo adotado pela Sociedade de Instrução Elementar em 1854 com a (s) metodologia (s) de ensino que se procurou implantar naquela instituição ao longo do seu tempo de atuação, em alguns pontos específicos, é possível perceber uma certa semelhança entre as proposições do sistema lancastiano e as estratégias e técnicas de ensino utilizadas para dinamizar o processo de ensino/aprendizagem na escola de educandos, evidenciadas pela disposição espacial (formato das salas, distribuição dos alunos, mobília), pelas lições que deveriam ser aprendidas não “pelo temor do castigo”, mas pela obediência – se bem que no caso dos do colégio de educandos os alunos cujo comportamento era considerado incorrigível, o castigo físico era prontamente aplicado –, a aplicação de incentivos a certos discípulos que não podiam ser contidos sem “meios severos”, o sistema de exame e classificação, etc., tudo isso adaptado, é claro, para a realidade local – elementos caracterizadores do “Ensino Mútuo” cuja recomendação do decreto imperial foi, indubitavelmente, contestada pelas autoridades locais.

³¹⁴ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 3, 1865, p. 24-25. Grifo nosso.

Comparando a questão disciplinar no regulamento de 1864 que citamos no início desta exposição com a do regulamento de 1849, ano de fundação da Casa de Educandos do Piauí, notamos que a menção que este último faz sobre a aplicação de castigos físicos é mais precisa, mas elaborada em seus detalhes, o que pressupõe que apesar da existência de uma lei imperial proibindo a utilização desse tipo de recurso disciplinar, no Piauí dos oitocentos, tal lei não era aplicada. Enquanto o regulamento de 1864 refere de forma ambígua “o castigo de palmatória”, no § 9º do artigo 27º, o regulamento de 1849 assim versava sobre a questão: “Palmatória em uso moderado em presença de todos os educandos formados em corpo”³¹⁵. Desta comparação podemos extrair pelos menos duas conclusões: uma óbvia, que diz respeito ao fato de se tentar por meio do poder conferido às províncias imperiais, a partir do ato adicional de 1834, elaborar leis que se contrapondo ao decreto imperial possibilitasse adaptar algumas de suas determinações em termos educacionais à realidade local: lembre-se que a lei de 15 de outubro de 1827 – primeira lei de educação no Brasil – que autorizou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, proibiu a aplicação de castigos físicos nas escolas brasileiras, e outra, que subtende a sutileza com que se procurou adequar este tipo de dispositivo disciplinar ao momento histórico vivido: num primeiro momento, admitia-se que esse tipo de punição teria que ser pública, provavelmente afim de que o transgressor servisse de exemplo para o resto do corpo de educandos, o que aumentava ainda mais a sua humilhação. Num segundo momento, tal determinação já não aparece de maneira tão explícita, o que denota uma mudança de paradigma, confirmando assim, o fato de que a cultura material escolar também pode variar de acordo com o tempo como defendia Dominique Júlia.

Outro ponto importante que queremos destacar é que a seleção dos livros utilizados para educação das crianças com acesso à escola ficava a cargo do governo provincial ou do bispo diocesano, o que nos remete de imediato a um dado importante revelado por uma das correspondências trocadas entre o presidente da província, o diretor da instrução pública e o diretor do Estabelecimento de Educandos no ano de 1864: trata-se uma solicitação de manuais enciclopédicos para a instrução das crianças admitidas naquela instituição. Resolvemos tratar aqui deste assunto em virtude da sua importância para a compreensão da questão disciplinar no âmbito daquela casa de ensino e, conseqüentemente, explicar como se buscava construir através

³¹⁵ Regulamento nº 12. – Publicado a 20 de outubro de 1849. Para a Casa dos Educandos artífices d’esta Cidade.

da educação primária o pensamento, o comportamento e as noções de poder vivenciadas naquela formação social.

Deu-se em 24 de outubro de 1864, que a diretoria do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí solicitou ao presidente provincial, o Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, por recomendação do professor de primeiras letras daquela instituição, a aquisição de “alguns Manuais encyclopedicos para uso dos meninos por conter este livro diversas materias todas uteis e a instrucção da mocidade”.³¹⁶ Esse fato, sem dúvida, nos auxiliará na compreensão da relação existente entre a aquisição daqueles manuais e o plano educacional desenvolvido para as escolas primárias e secundárias na província do Piauí em meados do século XIX que, em instituições como a Casa de educandos, visava o disciplinamento de indivíduos que se queria ajustar a um ideal de civilidade pensado pelas autoridades governamentais para todas as províncias do Império. Que ensinamentos continham estes manuais? De que forma reforçaram o currículo escolar da época? Como podem ajudar a explicar o conjunto de práticas educativas estruturadas com a finalidade de orientar e disciplinar o comportamento dos educandos? É evidente que não dispomos aqui de tempo e espaço suficiente para explicar todas as questões relacionadas à utilização destes manuais, por isso, nos restringiremos apenas ao aspecto disciplinar, ou seja, a analisá-lo, do ponto de vista da cultura material, enquanto dispositivo disciplinar.

Os manuais de Monteverde, aos quais se refere a citação supracitada não foram os únicos livros que constituíram a cultura material da escola de educandos do Piauí ao longo dos seus 24 anos de existência, pelas informações colhidas nas fontes, temos registro de muitos outros. Por exemplo, publicou-se no jornal *A Imprensa* no ano de 1865 a seguinte ordem:

(fl.1) - Idem ao Director da instrucção publica. – Remetto a Vmc. 99 exemplares da *Historia Sagrada* [?] pelo Conego C. Schmir, traduzida do italiano, para que Vcm. destribua o numero que for preciso com a eschola normal, onde devera ser adoptada essa obra como compendio para o estudo da disciplina a que ella se refere, *devendo o restante dos dictos exemplares ser applicado, em justa proporção, as escholas publicas primarias, inclusive a do estabelecimento dos educandos artífices.* (fl.2) Por ultimo convem que Vmc., na forma do regulamento organico da instrucção, solicite a aprovação do Exm.

³¹⁶ Ofício do diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí, o Sr. Raimundo Sizinio de Lima Almeida, datado de 24 de outubro de 1864, solicitando ao presidente da província o senhor Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, a aquisição de manuais enciclopédicos para a escola de primeiras letras. Arquivo Público do Piauí – APEPI. Palácio da presidência. Estabelecimento de ducandos Artífices, caixa sem numeração. (1849-1873).

Bispo Diocesano para a adoção da Historia Sagrada mencionada, ficando ella d'esde já provisoriamente approvada.³¹⁷

O mesmo se deu com o Manual completo do ensino simultâneo em 1865, obra de origem francesa traduzida e reimpressa em português na província do Piauí por ordem do presidente Franklin Americo de Menezes Doria, o qual na escola normal de Teresina serviu “para estudo do respectivo methodo” e pelo qual, segundo o discurso oficial, nas “escolas publicas primarias, inclusive no estabelecimento dos educandos artífices” se regulariam os professores “o quanto possível”.³¹⁸ Como enfatizamos acima, na província do Piauí houve tentativas de se experimentar mais de um método de ensino nas escolas provinciais conforme a necessidade que cada uma delas apresentava.

O Methodo Facil para Aprender a Ler em 15 lições continha todas as rezas que convinha a um cristão saber, bem como, a história natural de animais exclusivamente brasileiros, fábulas, moralidades, máximas e pensamentos dos melhores autores, além dos três “algarismos árabes e romanos, cum uma taboa de Pythagoras; e as unidades de peso, de comprimento, de capacidade para secos e líquidos, e as de tempo”; também constituiu a galeria de manuais utilizados na Casa. Tratava-se de um sistema de aprendizado adotado na França que propunha uma forma inovadora de soletração e leitura em apenas 15 lições associando-as sempre a objetos, animais e plantas nativas afim de “exercitar a imaginação viva das crianças”.³¹⁹

Contudo, sabendo da importância dos manuais de Archiles Monteverde para moldar o pensamento, o comportamento e as noções de poder para a educação primária em meados do século XIX; a amplitude de sua divulgação e o grande impacto que ele provocou, mormente, sobre as escolas brasileiras; empreenderemos a partir deste momento uma breve análise que visa correlacionar as instruções contidas em um destes manuais com informações contidas em algumas fontes consultadas acerca da adoção na Casa de Educandos de “Manuais encyclopedicos” utilizados como recurso pedagógico para a instrução da mocidade. Acreditamos que análise desta natureza nos ajuda a pensar a influência europeia – em especial, portugueses e franceses – sobre a formação da cultura local, bem como, o (s) porquê (s), por

³¹⁷ *Expediente do dia 6 de maio de 1865. Idem do dia 10.* A Imprensa: periódico politico. Anno I, Teresina, sabbado 25 de novembro de 1865, nº 18. Teresina. – Typ. da – Imprensa – Impresso por – A. M. de Deos e Silva, p. 2.

³¹⁸ *Expediente do mez de fevereiro de 1865. Dia 16.* Liga e Progresso. Anno IV. Teresina, sexta-feira 23 de junho de 1865, nº 99, Typ. – Progresista – Impresso por Manoel Victoriano Marques – 1865, p. 3.

³¹⁹ Cf. Parte introdutória do manual de Renault, Victor. *Methodo Facil para aprender a ler em 15 lições* - 4a. Edição, 1875. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100353>>. Acesso em setembro de 2017.

exemplo, da adoção de literatura de origem estrangeira na composição do currículo de escolas como a Casa de Educandos, uma vez que, em termos regionais, sociais, econômicos e culturais, a Província do Piauí oitocentista possuía características bem distintas em relação à França e Portugal.

Em Portugal, o Manual Enciclopédico do senhor Monteverde “era destinado ao uso das escholas de instrução primaria”, e de acordo com o jornal *O Panorama*, as lições contidas nesta “cartilha de alfabetização” fornecia instrução acerca da

[...] *necessaria idéa da moral*, da Physica geral, da Historia da Natureza, da Ethnographia, da Grammatica portugueza, da arithmetica, da Geographia, da Historia nacional, da Mithologia, e *das Instituições sociais*: tudo por um modo claro, facil, e inteiramente ao alcance das intelligencias que começam a desenvolver-se. – Com o uso e conversação deste Manual ficarão as creanças habilitadas, para seguirem estudos mais assentados e profundos, e para entrarem no mundo não ignorando o valor de grande multidão de vocabulos, a que, sem esta instrução primeira, não ligariam nenhuma idéa. É este livro, portanto, um livro util e digno de ser recommendado; e esperamos que seu auctor o vá successivamente melhorando em subseqüentes edições; louvando nós entretanto o seu zello pela educação publica, que tão desleixada e esquecida anda ha muitos annos em Portugal. Incitamo-lo tambem a prosseguir em obras desta especie, as quaes não sómente lhe serão proficuas, mas, alem disso, gloriosas.³²⁰

“O mimo à infância ou manual de História sagrada”³²¹ confirma a informação que demos acima ao referir obras de autoria de Archiles Monteverde e apresentar o manual enciclopédico “para uzo das Escolas de Instrução Primarias” como um “seguimento do Methodo facillimo para aprender a ler” cuja instrução continha:

[fl.1] Principios geraes de moral. – resumo da historia sagrada do velho e do novo testamento, precedido de uma noção ácerca das principaes religiões, etc. – Grammatica portugueza, seguida de modelos de analyse grammatical e de analyse de logica. – Arthmetica, com muitos problemas e sua solução. – Elementos de civilidade. – Definições geométricas, e sua applicação, com as competentes figuras, – Bellas Arts: Dezenho, sua utilidade; Pintura e suas diversas Escolas; Esculptura, Gravura, Architectura, As sete maravilhas do

³²⁰ O Panorama. Jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Nº 31. dezembro, 2, 1837. p. 248. Escriptorio da Direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Rua do Arsenal Nº 55 = 1º Andar. Lisboa – Na Typographia da Sociedade. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama.htm>>.

³²¹ “Mimo á infância ou Manual da historia sagrada para uso das creanças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil; por Emilio Achilles Monteverde. Ordenado de 100 lindas estampas, representando os principaes successos referidos no velho e no novo testamento, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859”. Como o próprio título sugere, manual voltado para a história sagrada, isto é, “para a história [...] da criação do mundo; do Povo de Deus; dos prodigios que o Senhor obrou em seu beneficio, e do estabelecimento da religião cristã”. (MONTEVERDE, 1859, p. 5). De acordo com o jornal “A Imprensa” de 23 de novembro de 1865 (Anno I, nº 18, p. 4), na província do Piauí, 99 exemplares deste manual foram distribuídos “em justa proporção” entre a escola normal e as “escolas publicas primarias, inclusive a do estabelecimento dos educandos artifices”.

mundo, Lythographia, Musica. – Geographia, sua divisão em Astronomica, Phisyca e Politica, e ampla noticia ácerca de Portugal e suas Provincias ultramarinas. – Chronologia. – Resumo da historia de Portugal até a morte de Sua Magestade a Rainha a Senhora Dona Maria II, precedido da definição da Historia, e sua divisão em Antiga, Da Idade Media e Moderna. – Tratamento dos Reis de Portugal. – Ordens militares portuguesas extinctas, e ordens militares que existem. – Relação chronologica summaria das navegações, descobrimentos e conquistas dos Portuguezes. – Litteratura Portugueza: clássicos [fl.2] nacionaes mais notáveis – algumas noções geraes de Physica. – Mythologia, com varias estampas. – Biographia clássica, ou noticia ácerca de 82 auctores mais celebres da antiguidade, e das obras que immortalisarão seus nomes, etc.³²²

Segundo a professora Carlota Boto (1999) a elaboração de manuais como este e a sua adoção por parte das escolas portuguesas foram ideais para a imposição “de um processo de ortodoxia da leitura” que favoreceu a apreensão de determinadas regras vinculadas a um conjunto de saberes que se pretendia transmitir às crianças. Eles se constituíram no meio mais privilegiado de inserção da criança no campo da leitura e da escrita.³²³ Ao referir-se à naturalização dos temas, discursos e abordagens apresentados em manuais desta natureza e à forma como se delineava por meio deles a descoberta e interpretação de signos e imagens, Boto declara que a finalidade de tudo disso era “subtrair a infância de si própria”. Segundo ela suspeitou:

Ao travar interlocução com uma suposta e abstrata infância exemplar, os saberes elementares, apresentados como via de acesso à cultura erudita, costumam romper com o espontâneo e com o território da oralidade específica da razão sensitiva da meninice. Por sua vez, na outra margem, há um cronograma do futuro. Assim transforma-se precocemente a criança no homem da manhã seguinte. Tal orientação revela-se como a diretriz primeira da interpretação da realidade sobre o imaginário infantil: dos valores das normas de conduta, dos processos de ordenação social.³²⁴

De autoria de Emílio Archiles Monteverde, o Manual encyclopedico era, juntamente com “O mimo à infância ou manual de História sagrada”, parte complementar de *O Methodo facillimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível*, manual didático de maior circulação e utilização em Portugal durante o século XIX escrito pelo mesmo autor e cuja instrução Boto declarou ser sempre apontada

[...] como a riqueza do pobre; e, através dela, é o talento natural que virá à tona. O aprendizado é posto como critério para restringir, dominar as paixões e colocá-las sobre o crivo da razão e da virtude. A instrução consequentemente

³²² MONTEVERDE, 1859, p. 249-250.

³²³ BOTO, Carlota. *O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX*. Revista de História das Ideias, Coimbra, v. 20, p. 229-255, 1999, p. 230. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/41822>>. Acesso em outubro de 2017.

³²⁴ Ibidem, p. 231.

processar-se-ia como um incessante esforço do indivíduo que se cultiva, afim de contrapor a brutalidade de desordenadas paixões involuntárias a paixão imediatamente contrária. Esta, por sua vez, exigiria a serenidade de uma alma e de um físico efetivamente disciplinados. Omite-se, no discurso, quaisquer conflitos entre classes sociais e as distinções de fortuna são, pelo artifício da palavra tecida, naturalizadas. Há, no conjunto, toda uma acepção ética, que é posta como vetor da consciência e eixo regulador da conduta. [...] A moral escolar, sob derivação da doutrina cristã, apresenta, pois, todo um roteiro de atitudes, padrões de comportamento e de conduta, que, na verdade, constituiriam a urbanidade recomendada.³²⁵

O que nos leva a supor que a instrução do Manual Enciclopédico teria finalidades semelhantes³²⁶, uma vez que, na qualidade de complemento da obra que apresentamos a princípio ele se propunha a arrematá-la, isto é, aperfeiçoá-la em suas conveniências e utilidade, assim como se esperava que o dito manual fosse melhorado em “edições subsequentes” como noticiou o jornal O Panorama. O que nos remete, mais uma vez, à proposição de que toda cultura material tende, naturalmente, a se adaptar às mudanças impostas pelo tempo e circunstâncias específicas. O que por sua vez, acaba operando mudanças sobre os dispositivos disciplinares, mudanças estas, impulsionadas pelas práticas e valores socioculturais. Como declarou Antonio Viñao (2002) ao propor uma definição para cultura material ao referir suas principais características:

La cultura escolar, así entendida, estaría constituida por un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas (formas de hacer y pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentadas a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho, y compartidas por sus actores, en el seno de las instituciones educativas. Tradiciones, regularidades y reglas de juego que se transmiten de generación en generación y que proporcionan estrategias: a) para integrarse en dichas instituciones e interactuar en las mismas; b) para llevar a cabo, sobre todo en el aula, las tareas cotidianas que de cada uno se esperan, y hacer frente a las exigencias y limitaciones que dichas tareas implican o conllevan; y c) para sobrevivir a las sucesivas reformas, reinterpretándolas y adaptándolas, desde dicha cultura, a su contexto y necesidades. *Sus rasgos característicos serían la continuidad y persistencia en el tiempo, su institucionalización y una relativa autonomía que le permite generar productos específicos como las disciplinas escolares. La cultura escolar sería, en síntesis, algo que permanece y que dura; algo que las sucesivas reformas no logran más que arañar superficialmente, que sobrevive a ellas, y que constituye un sedimento formado a lo largo del tiempo. Un sedimento configurado, eso sí, por capas más entremezcladas que superpuestas que, al modo arqueológico, es posible desenterrar y separar. Es en este sentido en el que cabría decir que la tarea del historiador es hacer la arqueología de la escuela.*³²⁷

³²⁵ BOTO, p. 245, 246.

³²⁶ Ibidem, p. 239.

³²⁷ VINÃO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*, p. 59. Grifo nosso. Disponível em:

Comparando a forma como o jornal *O Panorama* descreveu a utilidade do manual de Monteverde destacada acima com as exigências para o exercício da instrução pública primária nas escolas do Piauí oitocentista, conseguimos ter um vislumbre do porquê da adoção daqueles manuais enciclopédicos e de como se adequavam tão bem às exigências regulamentares quanto à composição do currículo escolar. De acordo com o regulamento da instrução pública de 1864, ano em que por recomendação do professor de primeiras letras da Casa de Educandos se solicitou ao diretor de instrução pública a adoção dos ditos manuais, a instrução primaria nas escolas públicas do Piauí compreendia:

§ 1º A instrução moral e religiosa;
 A leitura e a escripta;
 Os elementos da grammatica portugueza;
 As noções essenciaes da arithimetica;
 Os conhecimentos dos pezos e medidas adoptados commumente no paiz;
 Além disto d'isto os trabalhos de agulha, nas escolhas para o sexo feminino.
 § 2º Tambem podera abranger, a proporção que for sendo possivel:
 A arithimetica aplicada as proporções praticas;
 Os elementos de historia e geografia, principalmente do Brasil;
 Os principios das sciencias physicas e da historia natural, applicaveis ao uso da vida;
 Os rudimentos geraes da agrimensura, da agricultura, de nivelamento, de hygiene, de gymnastica e de musica, assim como o systema métrico decimal.³²⁸

A instrução moral e religiosa aliada à prática da leitura e da escrita e, mormente, a elementos da gramática portuguesa comuns às exigências da instrução pública primária no Piauí dos oitocentos e privilegiadas pelos manuais do senhor Emilio Archiles Monteverde, em nosso entendimento, provavelmente aludiam ao projeto de civilidade que começou a se consolidar no Brasil durante o século XIX. “[...] processo de homogeneização mundial em termos de cultura escolar que perpassa todas as instituições vinculadas à produção, difusão e, principalmente, comercialização de artefatos educacionais”³²⁹. Segundo Arriada e Tambara (2012),

A ideia de civilizar a população por meio de um saber vinculado à moralização, ordenamento religioso, civilidade, etc., passaram a não ser suficientes para a formação do novo homem alfabetizado demandado pelo novo padrão de desenvolvimento industrial. *O final do século XIX tinha por meta a formação de um homem produtivo que, na escola, traduzia-se em um*

<http://www.oei.org.ar/edumedia/pdfs/T05_Docu3_Sistemaseducativosculturasescolares_Vinao.pdf>. Acesso: setembro de 2017.

³²⁸ Regulamento nº 53, publicado a 21 de novembro de 1864. Reforma a instrução primaria e secundaria na Provincia do Piauyh. In: Código das Leis Piauhyenses, 1864. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos – rua da Paz, 3. 1865, p. 206.

³²⁹ ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Eliomar Antônio Callegaro. *A cultura material, modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX*. Educação, Porto Alegre, v. 35, nº 1, p. 73-88, jan/abr de 2012, p. 78. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/10352/7543>>. Acesso: setembro de 2017.

homem escritor. A nova ordem econômica que substituiu a escravocrata exigia um novo conhecimento e uma nova práxis escolar, a qual se consubstanciava em novos moldes de inserção na sociedade letrada instalada e nos novos quadros administrativo-burocráticos constituídos.³³⁰

Os manuais ou livros utilizados na Casa de educandos assim como outros dispositivos disciplinares que ainda serão abordados nesse trabalho tinham a função de preparar e ordenar a vida das crianças ali admitidas em conformidade com os planos de urbanidade e desenvolvimento provincial. Na qualidade de artefatos fornecem informações sobre a época a que pertenceram e como dispositivos disciplinares contribuíram no passado para “inocular no espirito dos meninos o amor do trabalho, corrigir-lhes os maos habitos, sujeital-os à obediência mais pelo amor que pelo receio do castigo [...]”.³³¹ Afinal, qual seria a finalidade da educação de acordo com estes materiais senão “desenvolver a intelligencia; formar homens religiosos, e cidadão uteis á Patria e a si mesmos”?³³²

Retomando a questão da aplicação prática dos castigos corporais que, de certa forma, se contrapunha à legislação imperial de 1827, dá para se perceber certa divergência de opiniões entre as autoridades governamentais na província do Piauí analisando criticamente o que determinava a lei provincial anteriormente citada (1864) com a forma como esta medida foi quatro anos mais tarde contestada pelo segundo Vice-presidente, o Dr. José Manoel de Freitas no relatório de 1868, segundo o qual declarou:

(fl.1) Não sou capaz de fazer a mais leve censura ao regulamento da instrucção publica: ao contrario respeito-o quanto obra de uma intelligencia robusta e esclarecida que fólgo de reconhecer. Entretanto é fora de duvida, e a experiencia o tem mostrado, que *algumas de suas disposições não se accommodam aos costumes e circumstancias da provincia para que foi feito*. (fl.2) A abolição dos castigos corporaes, pela substituição dos disciplinares, de que trata o regulamento no art. 13 e seus §§, é em these preferivel, e não deixara de produzir beneficos resultados, onde quer que a educação do povo esteja bem desenvolvida, ou os costumes bem formados pela educação. Ate ahí a doutrina das punições moraes, ou do ensino pelo coração, é praticavel, conveniente e bonita. Mas desde que se mudarem as circumstancias, ninguem contestara sua improficuidade, e por tanto a necessidade armar-se o mestre meios mais fortes com que possa corrigir os discipulos insubordinados, aquelles a quern as palavras insinuantes de brandura, os conselhos, reprehensões, &, não forem bastantes para leva-los ao caminho do dever. (fl.3)

³³⁰ ARRIADA E TAMBARA, 2012, p. 79. Grifo nosso.

³³¹ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente Doutor Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Provincia ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. 1869, p. 13a.

³³² Methodo facillimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível por Emilio Archilles Monteverde, decima sexta edição aprovada pelo Conselho superior de Instrucção Publica. Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor. 158, Rua da Prata, 160, Lisboa, [18--], p. 60. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/266>>. Acesso em setembro de 2017.

Infelizmente, e sinto dizer-lo, *nesta provincia os professores, segundo as repetidas reclamações que teem-me feito, não podem prescindir do emprego do castigo da palmatoria*. Alguns me teem até declarado que a abolição d’este castigo tem trazido a desordem das escholas, o desrespeito á pessoa do mestre, e portanto a perda de sua força moral! (fl.4) *Desejando pois em vista d’isso o restabelecimento de tal punição, não o quererei como uma arma de que devam fazer uso constantemente os professores, mas como raro e desagradavel incidente contra os incorrigiveis, a quem a lembrança penivel que deixa, bem podera ser um obstáculo ás reincidencias*. É verdade que alguns professores poderão abusar d’esta faculdade. tornando-se verdugos na applicação do castigo a seus alumnos; mas contra isso pode haver remedio na lei: sujeite-se o professor que exceder a um certo numero de palmatoadas, a uma muleta, que poderá ser augmentada no caso de reincidencia, e não receiemos que elle ultrapasse os limites que lhe estiverem marcados pela lei.³³³

Na tentativa de justificar a mudança pretendida, o vice-presidente apontar como possível explicação a não adaptação da lei aos costumes e circunstâncias locais. Longe de nós fazermos uma defesa dos seus interesses, mas é possível que de acordo com o seu pensamento, o fato da província do Piauí oitocentista se constituir em uma sociedade escravocrata, acostumada à violência e isolada dos grandes centros urbanos, tenha influenciado significativamente sobre esta questão, requerendo daquela formação social mais tempo para se adaptar aos novos surtos de civilidade.

A ordem e a disciplina em instituições como a Casa de Educandos Artífices do Piauí materializaram-se, como demonstramos até aqui, através de vários dispositivos disciplinares dos quais mencionaremos ainda um último elemento. Entre as suas principais finalidades destacamos o propósito de transformar as crianças admitidas naquela instituição em “operarios morigerados e laboriosos”,³³⁴ assim como, a transformação do seu caráter e comportamento, fato que destacamos acima ao referirmos a tentativa de introduzir-lhes no espírito o amor ao trabalho, a correção dos seus hábitos e a sujeição a obediência por meio da instrução contida nos manuais enciclopédicos: empreendimento difícil e que na concepção das autoridades locais exigia “especial vocação”.³³⁵

³³³ Relatório do Director da Instrução publica Manuel Idelfonso de Sousa Lima, p. 9, 10. In: Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo vice-presidente o Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7, 1868. Grifo nosso.

³³⁴ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Provincia ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de Jose Mathias, Rua Grande nº 21. p. 14.

De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto (1832), morigerado significa “o que tem bons ou maus costumes” e laborioso, “amigo do trabalho”, ou seja, um trabalhador moralmente correto e amigo do trabalho.

³³⁵ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. – 1869, p. 13b.

E não poderíamos encerrar esta seção sem nos referirmos à música como elemento último relacionado à questão disciplinar do Estabelecimento de Educandos. De acordo com as fontes, a música estava presente em várias instituições sociais da província: na Casa de Educandos, ali representada por uma banda de música; na companhia de polícia provincial para onde foram destinados os instrumentos pertencentes à banda de música do dito estabelecimento após sua extinção em 1873 segundo determinação legal publicada na edição 275 do jornal O Piauí. De acordo com o artigo 2º da resolução 806 de 2 de agosto de 1873 publicada no dito jornal: “os instrumentos pertencentes á musica do referido estabelecimento [*passariam*] a pertencer á musica creada pela presente lei na companhia de policia da província”.³³⁶

Ainda segundo publicação do mesmo jornal, a música também estava presente em institutos e irmandades existentes dentro e fora dos limites geográficos da província, é o caso do Imperial Instituto dos meninos cegos criado na Corte a 12 de setembro de 1854 cuja finalidade era ministrar aos meninos cegos “A instrução primaria; A educação moral e religiosa. O ensino de musica, o de alguns ramos da instrução secundaria e o de officios fabris”,³³⁷ e da irmandade de N. S. da Conceição das Barras autorizada pela resolução 773 de 28 de novembro de 1872 – decretada e sancionada pelo então presidente da Província, o Dr. Pedro Afonso Ferreira – a “contractar uma música para suas festividades”.³³⁸

Pela quantidade de referências encontradas nas fontes é possível afirmar que a música para além de fazer parte da cultura piauiense era de fato utilizada como dispositivo disciplinar nas escolas de ensino elementar e secundário. Ela permeava as relações pessoais e estava presente em praticamente todas as ocasiões solenes como ocorreu no dia da inauguração da Sociedade Emancipadora piauiense, em 1º de novembro de 1870, quando “uma bem dirigida banda de música” alegrou a solenidade deste ato.³³⁹ De acordo com o regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864, “nem banda de música, nem qualquer educando em separado, [*poderia*] tocar fora do estabelecimento sem que dahi [*resultasse*] proveito ao mesmo, excepto nos dias de

³³⁶ Resolução nº 808. Publicada em 4 de agosto de 1873. Extingue o estabelecimento de educandos artífices desta capital. In: O Piauí: órgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 8 de agosto de 1873, nº 275. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873, p. 1. Grifo nosso.

³³⁷ Regulamento provisório do imperial instituto dos mininos cegos. In: O Piauí: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 22 de março de 1873, nº 257. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da [Silva] Leite. – 1873, p. 1.

³³⁸ Resolução nº 773. Publicada em 28 de novembro de 1872. In: O Piauí: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 10 de dezembro de 1872, nº 244. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – Rua da Boa-Vista, 1872, p. 1.

³³⁹ Sociedade Emancipadora piauiense. In: O Piauí: órgão do partido conservador. Anno IV. Theresina, 9 de novembro de 1870, nº 148. Typ. Constitucional – Impresso por Euzébio José da Silva – 1870, p. 2.

Festividade Nacional ou Provincial, e n'aquelles que [*determinasse*] o Presidente da Provincia.³⁴⁰ Como demonstraremos abaixo com o auxílio de tabelas transcritas do próprio regulamento³⁴¹, dependendo da ocasião, os preços pelos quais deveria a banda de música apresentar-se ou qualquer educando em particular eram bem variados.

Tabela 7: Festas da igreja

Por uma manhã – das 9 horas até o final da missa.....	20/000
Idem, idem das 10 horas idem.....	16/000
Por uma novena das 6 horas da tarde até o final dos fogos.....	12/000
Idem, idem das 7 horas – idem.....	10/000
Por acompanhar uma procissão.....	16/000
Por todas as novenas e procissões, sendo de uma vez contratada.....	100/000
Pelo toque me véspera de festa.....	10/000
Idem ás 5 horas da manhã por ocasião de festa e novena.....	10/000
Idem ás 9 horas da noite.....	5/000
Por uma manhã ou tarde de baptizado ou casamento.....	10/000

Tabela 8: Theatro

Para tocar nas entradas e sahidas nos intervalos dos actos, e tudo mais que for exigido, excepto a orchestra para cantoria.....	20/000
Com orchestra para cantoria.....	25/000

Tabela 9: Bailes

Toda a banda.....	40/000
Só a orchestra.....	30/000

Tabela 10: Saráos

Só a orchestra até a meia noite.....	20/000
Por cada uma hora que exceder mais da meia noite.....	5/000

Tabela 11: Reuniões familiares

³⁴⁰ Cf. Art. 63º e 64º do regulamento nº 51 de 25 de abril de 1864, p. 186. Grifo nosso.

³⁴¹ Regulamento nº 51, publicado a 25 de Abril de 1864. In: Código das Leis Piauhyenses, 1864. Tomo 22, Parte 2, Secção 8, p. 195-196.

Seis musicos até meia noite.....	10/000
Por cada uma hora a mais que exceder.....	2/000

Tabela 12: Enterros

De adulto, sendo de dia, 10/000 rs. e á noite.....	16/000
De anjos idem 8/000 e á noite.....	10/000

Tabela 13: Passeatas

Por ocasião de eleições.....	50/000
Por outro qualquer motivo.....	40/000

Como podemos ver, além de um eficiente dispositivo disciplinar a música na Casa de Educandos Artífices do Piauí se constituiu em uma excelente fonte de renda para aquela instituição e não seria exagero afirmar que, entre todos os serviços prestados por aquele estabelecimento, ela representou a principal fonte de renda, uma vez que as demais oficinas (alfaiate, ferreiro, sapateiro, tanoeiro, etc.) eram montadas de acordo com o que as circunstâncias permitiam, como por exemplo, “as officinas de carpina, e marceneiro, que poucas obras [*encontravam*], em razão da persuasão”, isto é, da convicção que possuíam os habitantes de Oeiras em 1852 de que a capital da província transferir-se-ia para a Vila Nova do Puty. Como recomendou o discurso presidencial ao corpo legislativo da época:

Na mesma ocasião vos indiquei as vantagens, que resultarão para o estabelecimento da criação de uma cadeira de musica vocal, e instrumental, que *preparasse artistas habeis, que mais tarde infundissem o gosto da musica n’esta cidade*, onde se nota completo desprezo por este ramo das bellas artes que, *suavisando os costumes da população concorre poderosamente para o seu recreio [prazer]*; confiando em que os rendimentos do estabelecimento me proporcionarião o indispensavel para empreender semelhante serviço, incumbi ao Doutor João Lustosa da Cunha Parnaguà de contractar na Bahia um musico, que se podesse vantajosamente encarregar d’aquella tarefa, e satisfazer as vistas da Presidencia.³⁴²

Desta passagem tão esclarecedora é possível concluir que conforme o discurso oficial, por trás das vantagens da criação de uma cadeira de música no estabelecimento estava a intenção de se preparar artistas hábeis capazes de incutir no espírito do povo o gosto pela música, prática cultural e humana pela qual o homem manifesta a outrem, sentimentos, desejos,

³⁴² Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Ex.^{mo} Senhor Presidente da Provincia José Antonio Saraiva na sessão aberta em 1º de Julho de 1852. Caxias: [Typ. Independente] de Filinto Elysio da Costa [?]. Rua do Sol, nº 16. 1852, p. 13. Grifo nosso.

ideias, etc., mediante a utilização de linguagem instrumental. Sinônimo de organização temporal, harmonia, coordenação – qualidades tão necessárias ao tipo de disciplina que se quis implantar nas escolas da província do Piauí oitocentista – sempre desempenhou um papel importantíssimo na formação humana, o que aparentemente reconhecia as autoridades responsáveis pelo sistema educacional provincial, doutra forma, o que explicaria a presença tão marcante da música nas escolas de ensino primário e secundário senão a possibilidade de utilizá-la como recurso didático?

Lançando mão deste recurso seria possível “suavizar os costumes da população” e, para além disso, dinamizar o tipo de educação ministrada em escolas como a Casa de educandos. Em outras palavras, discipliná-los. Moderar, conter dentro de certos limites e/ou refrear os ditos costumes, tanto em relação aos educandos como à própria população, nos remete ao desejo de controle por parte da classe dominante de determinar por meio de um projeto de civilização, os hábitos, os comportamentos, a conduta, enfim, o tipo específico de vida pensado para a sociedade piauiense oitocentista. Considerando a forte influência da cultura européia, em especial a portuguesa, sobre a literatura e a educação nas escolas brasileiras, é possível que esse ideal de civilidade se assemelhe ao tipo de civilização pensada para o Estado português no século XIX, dado o estado da sociedade que o constituía em meados de 1864. Uma sociedade constituída por homens que se agitavam “em redor uns dos outros, impellidos por interesses diversos, muitas vezes contrarios e incompatíveis”. Marcada por “diferentes classes ou [hierarchias]”, onde “[...] a desigualdade [*era*] a lei que de facto [*dominava*] entre os homens que [*viviam*] em commum na mesma Patria, na mesma cidade, na mesma aldêa, por vezes na mesma familia e sob o mesmo tecto”.³⁴³ Neste aspecto, nada muito diferente da realidade vivenciada por sociedades como aquela que constituiu a Província do Piauí no século XIX, ou seja, uma sociedade escravocrata e marcada por relações de poder conflituosas e arbitrarias.

De acordo com o discurso jornalístico da época, na província do Piauí a música enquanto princípio educador era utilizada para influenciar a mocidade, seduzir o espírito das crianças, favorecendo assim a aplicação da ordem e da disciplina. Como podemos constatar pelo movimento disciplinar do Collegio Imaculada Conceição abaixo:

³⁴³ Encyclopédia das escolas de instrução primaria composta por distinctos escriptores sob a direcção do Sr. José Maria Latino Coelho, Tenente de engenheiros, Lente da escola polittechnica, Secretario da Academia Real das Ciencias de Lisboa, Deputado ás Cortes, etc. etc. Lisboa, no escritório de Francisco Arthur da Silva, Rua dos Douradores, nº 72, 2º andar – defronte da torre da Igreja de S. Nicolau. 1864, p. 19. Grifo nosso. Disponível em: <<https://archive.org/details/encyclopediadase00coel>>. Acesso: dezembro de 2017.

(fl.1) Hoje está exuberantemente provado que a musica é um dos grandes principios educadores. (v.2) Chateaubriande vio um Canadez, que tocando flauta amañava e arrastava as mais venenosas serpentes. (v.3) Attrahidas [?] pelo som doce e harmonioso seguiam-no como o cão ao dono. (v.4) Se tais phenomenos se operam nos brutos, que diremos nos homens? (v.5) Incontestavelmente a musica toca, penetra, extasia, humilha e abranda o coração humano. (v.6) A fabula diz-nos que Orpheu tangendo sua lyra arrastava as pedras. É uma bella imagem: a musica amolga [?] pétreos corações. (v.7) Por estes principios de palpavel evidencia, e para que a disciplina da aula se faça de modo o mais suave possível, os trabalhos escholares serão amenizados com canticos, e ate mesmo as censuras sobre faltas graves. (v.8) Para execução deste plano, os meninos dão noções musicais e em alguns minutos [?] exercitam-se em canticos de composição agradável e facil.³⁴⁴

Em nossa concepção, a implantação de dispositivos disciplinares nas escolas públicas da Província, especialmente, na Casa de Educandos Artífices do Piauí estava, no passado, relacionada à organização de um sistema educativo forte e atuante que corroborasse com os planos de desenvolvimento provincial, pensado segundo o imaginário político da elite local cuja intenção era estabelecer uma nova configuração social pela qual podemos perceber a clara intenção de ressocialização dos indivíduos admitidos em instituições como a Casa de Educandos ou, em último caso, o seu afastamento do convívio social por serem considerados potencialmente perigosos à segurança individual e coletiva da população. Projeto civilizatório amplamente divulgado através dos discursos políticos, religiosos e jornalísticos da época, pelos quais ganhou grande notoriedade. Questão que continuaremos explorando mais adiante na parte em que discorreremos sobre outras práticas educativas do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí, a saber, instrução, trabalho e política de higienização.

Examinando mais atentamente o “mundo do internato” a partir de valiosas informações contidas nas fontes constatamos que a maioria dos internos provinham de camadas populares,

³⁴⁴ *Collegio da Immaculada Conceição*. In: O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 17 de agosto de 1872, nº 230. Typ. Constitucional – Impresso por Antonio Ferreira Peixoto. – 1872, p. 2.

De acordo com o jornal *O Piauhy*, o colégio da Imaculada Conceição era uma escola destinada à educação e instrução de alunos de menor idade localizada em São Luís do Maranhão na rua São Pantaleão, nº 41, na antiga freguesia de Nossa de Senhora da Conceição próximo à antiga Matriz. A matriz não existe mais, atualmente em seu lugar está situado o Edifício Caiçara na Rua Grande. Esta escola foi fundada por três distintos sacerdotes: Theodoro Antonio Pereira de Castro, Raimundo Alves da Fonseca (piauiense) e Raimundo da Purificação do Santos Lemos. (Cf. *Collegio*. In: O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno III. Theresina 31 de janeiro de 1870, nº 119. Typ. – Constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1870, p. 4 e *Educação da mocidade*. In: A Imprensa: órgão do partido liberal. Anno VI, Theresina, 8 de fevereiro de 1871, nº 287. Província do Piauhy. – Impresso [ilegível] Mendes Gonçalves – 1871, p. 2). Inclusive, existiu na Província do Piauí um “externato destinado a educar a mocidade” com o mesmo nome do colégio fundado no Maranhão, mas não sabemos até o momento informar se havia alguma ligação entre o colégio do Maranhão e o inaugurado no Piauí a 16 de janeiro de 1886 pelos padres Elizeu Cavalcante e Augusto de Freitas Cavalcante. (Cf. *Corrente*, 1º de fevereiro de 1887. In: A imprensa: órgão do partido liberal. Anno XXII, Theresina, 25 de março de 1887, nº 962. Theresina, 1887 – Impr. Joaquim d’O Costa, p. 3).

indivíduos ‘nimiamente pobres’ e cujo ingresso no estabelecimento se dava mediante a comprovação de que os pretendentes a uma vaga na escola preenchiam devidamente os pré-requisitos estabelecidos pelo regulamento, a saber, que eram pobres desvalidos, que se encontrava na faixa etária entre 8 e 14 anos e que gozavam de um estado de saúde satisfatório, salvo raras exceções cujos indivíduos, mesmo não se enquadrando dentro dos padrões regulamentares da Casa, foram aceitos como educandos. É o caso do índio Belisario, da africana Victorina e seus três filhos menores que mencionamos anteriormente e outros que ainda referiremos na parte última deste trabalho. Vimos também que a administração da escola era constituída por duas classes de funcionário: diretor, facultativo e capelão constituíam a primeira; professores, escrivão, mestres das oficinas e agentes a segunda, e que segundo o ponto de vista oficial, estas classes eram responsáveis pelo zelo, ordem e disciplina do estabelecimento afim de que isso elevasse o ânimo dos educandos e corroborasse para o progresso daquela instituição. De acordo com o exame feito acerca de alguns aspectos práticos da vida cotidiana naquela escola, ou seja, a rotina diária dos internos, na prática muitas das proposições do (s) regulamento (s) escolar (es) não eram aplicadas e, só para exemplificar, relembremos aqui a provisão de alimentação, vestuário e saúde previstas no regulamento, mas que segundo a comissão constituída em 1859 pelo presidente Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque não eram atendidas – e diga-se de passagem que esta é uma das muitas situações em que se pode constatar que na prática a administração do Estabelecimento sempre deixou a desejar no que diz respeito ao seu estado físico, pessoal e salubre.

Por fim, esperamos também ter esclarecido que os dispositivos disciplinares que selecionamos dentre a vasta cultura material da escola de educandos – os manuais para instrução da mocidade, o fardamento, a palmatória e a música – serviram muito bem ao propósito das autoridades locais de “inocular no espirito dos meninos o amor ao trabalho” procurando corrigir-lhes os maus hábitos e sujeitando-os à obediência: num primeiro momento pelo temor do castigo, em outro, pela “educação do amor”. Que tais dispositivos assim como os métodos de ensino variaram de acordo com o tempo e as circunstâncias da província e que pelo estudo dos artefatos supracitados podemos aprender muito sobre como se configurou aquela formação social pensando a partir deles todo o simbolismo cultural e o poder que emanavam das relações estabelecidas na sociedade piauiense dos oitocentos e que, de certa forma, se reproduziram numa escala menor através das práticas educativas que se estruturaram dentro daquele estabelecimento, práticas tais como a militarização e catequização da infância pobre do Piauí, pelas quais se tentou enquadrar aqueles indivíduos em um projeto de civilidade.

4.2 Discursos civilizatórios em torno da educação

Iniciamos esta breve introdução aos discursos civilizatórios em torno da educação na província do Piauí oitocentista abordando a questão da necessidade da mesma para os planos de desenvolvimento e progresso provincial. De acordo com as fontes oficiais e hemerográficas a educação popular, segundo o imaginário político da época, era um tipo de empreendimento que se deveria ter em alta conta, uma das primeiras necessidades a serem supridas naquela sociedade, afinal, por meio dela se pretendia civilizar o povo, educando-o moral, intelectual e religiosamente. Reduzir o índice de criminalidade e aumentar a segurança individual, coletiva e de propriedade na província, bem como, promover e efetivar o processo de regeneração do ser social. Como veremos mais adiante os discursos em torno da educação, a saber, a instrução, o trabalho e a política de higienização que se implantaram em escolas provinciais como a Casa de Educandos, corroboravam com o desejo das autoridades locais de consolidar um projeto civilizatório aos moldes de um pensamento elitista que tinha como meta principal a regeneração dos indivíduos admitidos em instituições dessa natureza cuja finalidade, como vimos anteriormente, era recolher e educar as crianças pertencentes às camadas pobres da sociedade afim de ressocializá-las, ressocializar no sentido de reintegrá-las ao convívio social munidas de princípios de educação moral, intelectual e profissional que contribuíssem para os melhoramentos sociais que pretendiam operar.

Convencidos de que à parte da implantação de um bom sistema educacional nenhuma ação política contribuiria de maneira satisfatória para que se alcançasse os melhoramentos sociais desejados, do ponto de vista das autoridades locais, era necessário que se fizesse esforços no sentido de melhorar a qualidade da educação popular e aumentar o número de estabelecimentos educacionais na província, uma vez que, em matéria de educação, a província do Piauí oitocentista permaneceu em constante atraso em relação a outras províncias imperiais. Esforços que se mostraram teoricamente fortes na tônica dos discursos políticos da época, mas que não se concretizaram da forma como deveria.

Em nossa concepção os investimentos mais significativos em educação na Província do Piauí se deram durante o governo do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos (1845-1847) que como esclarecemos no primeiro capítulo dessa exposição foi o idealizador do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí. Entre as principais providências que tomou para os melhoramentos reclamados pela província após sua ascensão ao poder, destacamos a estruturação do ensino público. Por exemplo, foi ele que cuidou para que se criassem leis que

regulamentassem de maneira mais eficiente o ensino primário e sugeriu medidas que contribuíssem para a melhoria do ensino secundário.³⁴⁵

A despeito do pouco investimento em educação – razão atribuída pelas autoridades locais à escassez de recursos dos cofres públicos – a verdade é que de acordo com o imaginário político da época, a educação popular era de fundamental importância para execução dos planos governamentais, as melhorias sociais, entre tantas outras. Por isso, mesmo “no interior das províncias”, defendia o presidente Adelino Antonio de Luna Freire, que “a educação do povo” não deveria ser esquecida,

[...] porque della depende a melhora de nossas instituições, que não medrão menos pelos defeitos das leis, do que pela falta de civilização; quando esta estender-se, por todas as classes da sociedade, o povo ambicionará, como nos Estados-Unidos, manifestar nas municipalidades seu modo de pensar acerca dos negocios publicos, sobre cuja direcção ira tomando uma certa ascendencia que muito convem ao systema representativo.³⁴⁶

Para se educar o povo era necessário dispensar uma atenção especial à instrução primária, pois como antes demos a entender, no pensamento das autoridades locais, o ensino primário era essencial para qualquer serviço que o homem empreendesse. Como declarou o primeiro vice-presidente da província Manoel José Espinola Junior:

Sendo a instrucção primaria aquella que não se pode dispensar, por ser de absoluta necessidade educar o povo, preparando-lhe a intelligencia e o coração para que possa preencher os seus destinos, deve a provincia empenhar-se em melhora-la, ainda que para isto faça os maiores sacrificios.³⁴⁷

Uma das falas que resume muito bem o que dissemos até aqui sobre a forma de pensar dos presidentes provinciais acerca da essencialidade da educação para os planos de desenvolvimento provincial é a do presidente Gervasio Cicero de Albuquerque Mello. Perceba como educação, instrução e trabalho³⁴⁸ se destacam entre muitas outras medidas governamentais sugeridas por ele para solucionar os problemas relacionados à questão da segurança individual e da propriedade. Ele afirmou:

³⁴⁵ Cf. Relatório do Presidente da Província do Piauí na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia [1º] de agosto de 1845. Oeiras na typographia provincial, p. 11-18.

³⁴⁶ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 9 de setembro de 1867 pelo Presidente da Província, o Exm. Snr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. San’Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, Rua Paz, 7. 1867, p. 31.

³⁴⁷ Relatório com que o 1º vice-presidente a Província o Exm. Sr. Dr. Manoel José Espinola Junior passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão em 25 de dezembro de 1870. Theresina: Typ. Da – Patria – Praça Aquidaban. 1870, p. 11.

³⁴⁸ Instrução e trabalho devem ser entendidas aqui como práticas educativas.

Em minha humilde opinião, para se conseguir um feliz resultado a tal respeito será preciso: *tirar o povo do estado de ignorancia em que se acha educando-o civil, moral e religiosamente*; acabar com o pernicioso espirito de protecção ao crime; extinguir o vicio da embriaguez; punir o uso de armas defesa, geralmente tolerado; elevar as penas estabelecidas para os crimes contra a segurança da honra; *modificar, pela instrucção, o pundonor, elevado entre nós a um gráo exagerado*; *incutir no povo o amor ao trabalho, protegendo a industria e fazendo vigorar a letra morta dos arts. 295 e 296 do cod. Crim.*; dar melhor organização ao jury, em ordem a tornar certa a punição do crime; promover incessantemente a captura dos criminosos, tirando-lhes, assim, a esperança da impunidade: e, finalmente, dar todo vigor á policia.³⁴⁹

De acordo com artigo publicado no jornal *O Propagador*, uma educação conveniente era indispensável ao bom cultivo e desenvolvimento dos instintos e sentimentos humanos, os quais, por sua vez, eram responsáveis pela origem das faculdades que satisfazem as necessidades humanas. Com esse objetivo tão bem definido, ou seja, tendo como finalidade o maior desenvolvimento possível de todas as faculdades humanas afim de afim de que o homem fosse elevado ao mais alto grau de civilização e felicidade, a educação da forma como foi apresentada naquela seção, deveria ser composta de três tipos de ensino: o ensino moral que implicava na repressão adequada dos “instintos, sentimentos e paixões de um modo harmonioso com outros homens”, dessa forma, se acreditava ser possível harmonizar aptidões naturais com interesses sociais; o ensino intelectual, “que aperfeiçoa o primeiro, desenvolve, vigora, e illustra as faculdades intellectuales”; e, por fim, o ensino profissional (industrial) “que applica as mesma faculdades e as phisicas ás profissões e industrias, que engrandecem e felicitão os homens e os povos”.³⁵⁰

Intrinsicamente associada à questão civilizatória, a educação popular era vista como “um dos cuidados que mais [*devia*] occupar a atenção do governo”, assim sendo, era imperativo instruir e educar o povo, pois se acreditava que

“[...] se o povo é ignorante, se desconhece os seus direitos e deveres, não pode haver civilização. O povo que mais educado é, torna-se mais industrioso e menos propenso aos vícios. É isto o que nos attestão os paizes mais adiantados, e onde a instrucção popular tem merecido dos poderes publicos a maior protecção”.³⁵¹

³⁴⁹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 18 de julho de 1873 pelo Presidente da Provincia Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello. Maranhão: Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873, p. 6. Grifo nosso.

³⁵⁰ Cf. *Como prospera o Piauí?* In: *O Propagador*, Anno II, segunda-feira 3 de outubro de 1859, nº 86. Theresina. – typ. – Independente – Impresso por João Nepomoceno Borges. – 1859, p. 1-2.

³⁵¹ *Jerumenha, 15 de outubro de 1878*. In: *A Epoca: Orgão Conservador*. Anno I. Theresina 23 de novembro, nº 34. Ther. – Rua Bella 42. – Impresso por Laurentino Luiz da Silva [Sumé]. – 1878. p. 3. Grifo nosso.

Como procuramos demonstrar até aqui, muitas, se não todas as mazelas sociais, eram atribuídas às camadas pobres da sociedade (crimes, vícios, atraso no desenvolvimento econômico e social, etc.) e justificadas do ponto de vista elitista pela falta de educação, mormente, no que diz respeito à inexistência de instrução popular na província. Desta condição, alegavam eles, provinha o elevado índice de “vagabundagem” existente no Piauí. O jornal *A Época* registrou assim esse suposto fato:

[...] quem conhece os povoados d’esta provincia e os seus centros pouco habitados sabe perfeitamente que a vagabundagem maldita preside os destinos de nosso povo ignorante, indolente e dado a [craupla]³⁵² e a superstição [...]. N’esta provincia não se encontra um criado, uma ama de leite: ninguem quer trabalhar, porque nos campos e nas selvas encontra o povo o fructo silvestre, a caça e o mel de abelhas para matar a fome; mas isso não é vida; é sim miseria filha da ignorança; e pois os homens intelligentes e em cujo peito se aninha algum patriotismo devem olhar para estas miserias, para a vida errante desses bandos de ociosos e de mulheres perdidas que vagabundeião por toda a provincia; devem as autoridades convencel-os, ora por meios brandos e suasorios, ora com o rigor das leis, que ‘quem edificar sobre a areia, vera em ruinas a sua habitação’; sentença bíblica tão sã e tão sublime como a santa intelligencia que a ditou; cumprindo ao homem ser trabalhador, instruido e moralizado, afim de ser feliz.³⁵³

Como se pode perceber nas palavras transcritas acima, a educação sempre foi vista como uma resposta viável para solucionar os problemas relacionados ao crime e à falta de moralidade na Província do Piauí. Isso por que acreditavam piamente que: “[...] a raiz do mal é a impunidade do crime e a falta de educação do povo”. Então, “[...] instruir um povo é fazer-lhe o maior dos benefícios. Abrir escholas é fechar as cadeias [...]”.³⁵⁴ E mais, “A educação do povo considerada debaixo de qualquer ponto de vista; é obra da primeira necessidade; e, sem apontarmos muitos sob os quais pode ser encarada, basta recordar os effeitos que produs a sua moralidade para a civilisação; e moralidade só se obtem pela educação [...]”.³⁵⁵

Por fim esclarecemos que, como já abordamos na seção anterior deste trabalho a questão da disciplina militar e religiosa ao discorrer sobre a temática da militarização e catequização da

³⁵² Acreditamos que o termo transcrito como “[craupla]” tenha sido suprimido no documento por alguma razão que desconhecemos e que o mesmo seja uma referência ao vocábulo “crapola” que de acordo com o Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), significa “bebedice, borracheira”.

³⁵³ *A vagabundagem*. In: *A Época: Órgão Conservador*. Ano VII. Theresina 15 de fevereiro, nº 292. Ther. – Impr. por Antonio F. Peixoto – 1884. p. 1-2.

³⁵⁴ *Publicações geraes. Manga 28 de agosto de 1879*. In: *A Imprensa: órgão do partido liberal*. Anno XIII. Theresina, - sábado, 13 de outubro de 1877, nº 520. Theresina, 1877: Impresso por Antonio da C. Neves. p. 2.

³⁵⁵ *Collaboração. Parnahyba 27 de dezembro de 1872*. In: *A Imprensa: órgão do partido liberal*. Ano VIII. Theresina, terça-feira 9 de janeiro de 1873, nº 369. Província do Piauhy Theresina – Typographia da Imprensa – Rua [Barroso] – Impressor Antonio Joaquim do Amaral Sobreira. – 1872. p. 4.

infância pobre na província do Piauí, passaremos agora a analisar outros discursos em torno das práticas educativas implantadas no âmbito da Casa de Educandos. Iniciaremos pela importância da instrução e do trabalho para a formação e capacitação do ser social e finalizaremos com a abordagem do discurso higienista que, em nosso entendimento, teoricamente, visava contribuir para a preservação da vida do ser social.

4.2.1 Uma casa de educação e trabalho: formação e capacitação do ser social

Inocular no espírito dos meninos o amor do trabalho, corrigir-lhes máos hábitos, sujeital-os á obediencia mais pelo amor que pelo receio do castigo, é em verdade empreza [difícil], que exige especial vocação.³⁵⁶

As palavras acima proferidas pelo presidente Augusto Olimpio Gomes de Castro, traduz bem o que o discurso oficial pensava acerca da missão da Casa de Educandos. Segundo o seu entendimento, ela “era uma casa de educação e trabalho, [onde] havia ordem e disciplina”.³⁵⁷ Com base em seu relatório é possível supor ainda que, de acordo com o discurso oficial da época, “arrancar á misericordia e á perdição orphãos desvalidos, educal-os e convertel-os em operários morigerados e laboriosos, é em verdade uma obra meritoria, digna da illustração da provincia”.³⁵⁸

Como dissemos a princípio, no imaginário das autoridades políticas da província do Piauí oitocentista a instrução e o trabalho constituíam elementos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento e progresso daquela região. Tais práticas educativas, entre outras que analisamos neste trabalho, se adequavam muito bem à implantação e desenvolvimento de um projeto de civilidade por meio do qual pensavam ser possível a redenção do ser social, especificamente, dos indivíduos pertencentes às camadas mais pobres da população – camponeses; homens brancos, pobres e livres; negros forros ou libertos; escravos. Porém, nosso foco está voltado para as crianças pobres desvalidas, classificadas segundo o discurso oficial como tendentes ao crime e aos vícios: sujeitos comuns, contemplados nesse trabalho como protagonista de uma trama muito bem elaborada e a quem por intermédio das fontes consultadas desejamos primeiro ouvir para poder dar-lhes voz.

³⁵⁶ Relatório com que o excelentíssimo senhor presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração desta província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande, nº 21, 1869. P. 13a.

³⁵⁷ Ibidem, p. 13b. Grifo nosso.

³⁵⁸ Ibidem, p. 14.

A valorização da instrução e do trabalho como mecanismos de poder e saber pelos quais se alcançaria para a província as melhorias pensadas e desejadas pelas autoridades governamentais é evidente nos relatórios dos presidentes da província do Piauí. A emergência das ditas práticas aparece sempre associada a questões fundamentais de ordem, desenvolvimento, organização e sobrevivência social.

Na transcrição do fragmento de texto abaixo referente ao relatório de 1853, o vice-presidente da província, Luiz Carlos de Paiva Teixeira, reflete claramente o pensamento das autoridades políticas acerca da importância da educação na sociedade piauiense dos oitocentos retratando-a como primeira necessidade de um país, influência benéfica para todas as classes do povo e grande fonte de bens.

Suposto a instrucção popular seja de summa importancia na sociedade, seja a primeira [necessidade] de hum Paiz constituido livremente, cuja resultado influe tão benefica e extraordinariamente em todas as classes do pôvo, que escuzado à pretender demonstrar semelhante verdade; e supôsto vossos esforços justifiquem o quanto tendes feito para dotar a Provincia com huma tão grande fonte de bens; nem por isso tem-se conseguido o fim dezejado, e sim sou levado a confessar que ainda continuão as cousas, que tem concorrido para o estado menos lizongeiro da instrucção e elementar na Provincia, sendo o meu [pensar acêrca] dos embaraços, que oppoem á seu desenvolvimento, o mesmo, que tem formado alguns de meus honrados antecessores, isto é, a falta de habilitações na maior parte dos professores [...]³⁵⁹

Essa importância dada pelas autoridades locais à educação e ao trabalho como meios de ressocialização das classes divergentes e reprodução dos seus ideais de civilização está explícita no discurso que o Dr. José Fernandes Moreira apresentou à Assembléia Legislativa em 10 de novembro de 1862 ao referir ele a importância da educação e instrução dadas aos “pobres filhos do povo” por intermédio do colégio de educandos:

convém porém advirtir, que não se tracta aqui propriamente de especulação mercantil, mas sim da educação, e instrucção de pobres filhos do povo: não è uma caza de comercio, é um collegio. A Provincia recebe creanças desvalidas, e ignorantes, e no fim de 8 annos restitue-as á sociedade com principios de educação, e de officio, que as habilitão á viver honestamente; ainda mais cada educando assim instruido voltando ao gremio dos seos, pode ahi derramar alguns conhecimentos dos que recebeo, e estimular outros para desejarem a instrucção, e dedicarem-se ao trabalho – essa necessidade vital da grande

³⁵⁹ Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo EXmº Senhor, Vice-Presidente da Provincia Luiz Carlos de Paiva Texeira. Na sessão aberta em o de 1º de julho de 1853. Therezina, em casa de João da Silva Leite, Rua Grande, nº [ilegível], 1853, p. 9, 10.

massa de nossa população, que por indolencia, e ignorancia conserva-se em estado pouco arredado do selvagem e nomade.³⁶⁰

No relatório de 1846³⁶¹, por exemplo, onde o presidente da provincial, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcelos tem “a ardua fucção” de instruir os membros da Assembleia Legislativa Provincial sobre o “estado dos negocios publicos, e das providencias mais essenciais a prosperidade da Provincia”, expondo também a sua conclusão sobre o exame que fez acerca da “estatística criminal da Provincia”; registrou ali que o grande índice de crimes ocorridos naquela região estaria associado a três fatores: impunidade, falta de religião e carência de instrução, não necessariamente nessa ordem. A “ignorancia do povo”, ou seja, a falta de educação, de instrução, é relacionada como uma das causas principais do aumento dos crimes que ameaçavam a segurança individual e, conseqüentemente, a sobrevivência social. Portanto, na concepção daquele que idealizou a Casa de Educandos Artífices do Piauí e de muitos administradores que o sucederam no governo da província, o investimento em educação e trabalho, para além de um incentivo ao desenvolvimento e progresso provincial, constituía tentativas de regeneração e redenção do ser social que por causa do grande índice de crimes e homicídios praticados na província tinham suas vidas ceifadas prematuramente, pois, aos olhos do semelhante “a vida de hum homem” era tida “em menor valor” que a de “hum animal, e tal vez que hum objecto material e inanimado”.

Realmente, as fontes não deixam dúvidas de que as autoridades governamentais na província do Piauí na segunda metade do século XIX estivessem de fato convencidas da importância da educação e do trabalho para a formação, qualificação e regeneração dos indivíduos que compunham a sociedade da época e cujas crianças, em particular, queriam adequar ao projeto de civilidade elaborado para aquela conjuntura social. Essa convicção fica evidente na fala e nas ações cuidadosamente articuladas por aquelas autoridades com o fim de educar o povo para alcance de seus intentos:

Convencido como estou, de que á vossa illustrada capacidade não pode escapar a incontestavel verdade, de que *a educação he o elemento mais poderoso da perfeição moral, e a barreira mais forte á perpetração dos*

³⁶⁰ Relatório que o Exm. Presidente da Provincia do Piauy Dr. José Fernandes Moreira, apresentou a’ Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de novembro de 1862. Therzina, Typographia Constitucional, Rua Grande, p. 9, 10.

³⁶¹ Relatório do Presidente da Provincia do Piauy na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 11 de julho de 1846. Oeiras Na Typographia Provincial. p. 4.

crimes, deixo de dar a este interessante objecto qualquer desenvolvimento, porque elle sem duvida o achara no vosso desvelo e reconhecida vigilância.³⁶²

Percebe-se na fala acima a preocupação das autoridades locais com uma educação social que contivesse todo um aparato instrucional que não só favorecesse o aperfeiçoamento moral dos indivíduos como também reprimisse o número exacerbado de crimes na província. Associar educação e trabalho a questões de ordens morais era muito comum no discurso oficial e reforçava a ideologia dominante de que tais práticas constituíam meios de transformação e organização dos espaços sociais que partindo dos efeitos produzidos no indivíduo se refletiam em toda a sociedade. Transformações essas operadas nos moldes do que entendiam por civilidade a elite política piauiense. Como declarou o presidente José Manoel de Freitas em discurso de 21 de julho 1868 à Assembléia Legislativa: “Fazei; senhores, despertar o amor pelo trabalho, e todos os prejuizos de uma educação madrastra desaparecerão; o piauiense então, não se envergonhando de lavrar a terra, odiando a ociosidade, começara a ser feliz”.³⁶³ Segundo esse discurso, o despertar do amor ao trabalho exterminaria ou, pelo menos ressarciria aos cofres públicos, “os prejuizos de uma educação madrastra”, a saber, a vergonha de lavrar a terra e o ócio. O ser feliz, de acordo o dito discurso consistia, justamente, em pelo “amor ao trabalho”, livrar-se dessas amarras.

Por outro lado, as fontes oficiais apontam para a recusa da população piauiense em lidar com a terra e a sua ociosidade como entraves ao desenvolvimento econômico provincial, o que talvez tenha uma ligação estreita com o fato de que na província do Piauí oitocentista, desde o período colonial até o período em questão, se cultivou a mentalidade de que lidar com a terra fosse tarefa de escravos, daí o fato de a população não está habituada a este tipo de trabalho. Lidar com a terra naquele momento significava produzir apenas o necessário à própria subsistência, o que não exigia a elaboração de uma educação formal e onde as crianças pertencentes aos grupos que compunham aquela conjuntura social, a saber, fazendeiros, vaqueiros, agregados e escravos, tinham interesses distintos em relação à educação, o que, de certa forma, acabou determinando a função e o papel social que cada grupo desempenhava.

[...] Em geral, os membros dos grupos de elite completavam o ciclo de estudo, pois representavam uma imposição do papel que desempenhariam na sociedade, já que ocupariam os cargos político-administrativos. Quanto aos escravos, jamais poderiam completar o ciclo de educação escolarizada, visto

³⁶² Relatório do Vice-Presidente da Provincia do Piauihy Na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de julho de 1848. Oeiras Na Typ. provincial. p. 7. Grifo nosso.

³⁶³ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Piauihy no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo Vice-Presidente, o Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas. Maranhão, Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868, p. 10a.

que, por determinação legal, lhes era negado o acesso à escola. Para vaqueiros e agregados, eram reduzidas as possibilidades de completar o ciclo de estudo, uma vez que estavam envolvidos com a luta por sua sobrevivência e de sua família. Além do mais, as atividades necessárias à sobrevivência desses segmentos sociais dispensavam conhecimentos mais sistematizados.³⁶⁴

Foi assim durante o período colonial e as coisas em matéria de educação e trabalho não mudaram muito ao longo do século XIX, na verdade, quase nada, visto estarem estas questões relacionadas diretamente ao lento processo de desenvolvimento econômico do Piauí oitocentista. Segundo esse mesmo autor:

Na sociedade piauiense oitocentista, as novas gerações aprendiam, na família, o conjunto de atitudes e ações capazes de integrá-las no meio social. Em face do baixo desenvolvimento tecnológico utilizado para a produção do necessário para a sobrevivência, o aprendizado dispensava um saber sistematizado e transmitido por instituições próprias para esse fim, como a escola. A integração dos mais jovens dava-se em situações diretas de trabalho, até mesmo as atividades de entretenimentos eram aproveitadas para repassar ensinamentos.³⁶⁵

Nessas circunstâncias é compreensível a relutância da população, a princípio, em aceitar planos de desenvolvimento e progresso provincial que incluíssem uma educação sistematizada e a qualificação para o trabalho considerando que, de acordo como o imaginário político da época, o povo constituía a engrenagem principal e, mais ainda, se levarmos em conta que a “notória preocupação das elites e da intelectualidade teresinense, no sentido de organizar a cidade, entretanto não [*passava*] de civilidade das aparências, tão propaladas pelas elites brasileiras no final do século XIX”.³⁶⁶

Daí o apelo incessante do discurso oficial à população para que, em nome de um projeto de desenvolvimento, progresso e civilidade provincial, abandonassem o seu estado de ociosidade e se rendessem ao trabalho regular, afinal, na concepção das autoridades locais:

[...] não pequena população arrastra deploravel existencia por estes mesmos lugares (*as ferteis margens do Parnahiba, e dos seos affluentes, os terrenos uberrimos dos Municipios de [São] Gonçalo, Valença, Bom Jesus, e Paranaguà*) em busca dos recursos naturaes que por toda a parte abundam, sem curar do trabalho, nem do dia de amanhã sem sentir estímulos para os gozos da vida civilizada só entregue a ociosidade; ou a pratica do vicio e do crime!³⁶⁷

³⁶⁴ COSTA FILHO, 2006, p. 36.

³⁶⁵ Ibidem, p. 69.

³⁶⁶ Ibidem, p. 46. Grifo nosso.

³⁶⁷ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Piauí Doutor Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Senhor 3º Vice-Presidente Coronel Ernesto

Portanto, a fim de alcançar o seu objetivo era necessário:

Reunir essa população quasi nomade em centros determinados, obrigar-a pelos meios legaes e persuasivos a entregar-se a occupações licitas – especialmente a cultura da terra, [o que implicaria em] fundar para esse fim estabelecimentos propios [Estabelecimento de fazendas-modelo e charqueadas], sob a protecção das autoridades locais, ao mesmo tempo commissionar fazendeiros da Provincia para irem estudar a cultura similar da canna, do algodão, e café nas Provincias mais adiantadas proporcionar-lhes ao depois meios de realizar nesses estabelecimentos os melhoramentos que estudassem, são medidas que, com um pouco de vontade, se levariam a effeito sem grande sacrificio, e com maior proveito para a Provincia. – ao menos salvar-se-hiam da miseria, da prostituição, e do crime esse grande numero de crianças de um e outro sexo, que, por ahi vagam rotos, esfaimados, e mendicantes!³⁶⁸

Em virtude do caráter civilizatório, redentor, regenerativo, atribuído à educação e ao trabalho pelo discurso oficial, sua influência não se restringiu apenas a instituições de ensino como a Casa de Educandos, muito pelo contrário, ela se estendeu também a outras instituições sociais, tais como, as cadeias públicas provinciais, por exemplo, pois se acreditava, ou se queria fazer acreditar que, a menos que o projeto de civilidade elitista se consolidasse, nada se poderia esperar além, a não ser que “[...] a indolencia mortificadôra; d'essa ociosidade criminosa, que constitui o estado normal das nossas cadeias [...] continuassem aguçando “o instinto malévolo do delinquente e matando-lhe a ideia “do justo e honesto”.³⁶⁹

Para que isso não acontecesse ou, na melhor das hipóteses, fosse evitado, providências foram tomadas e:

Autorisado pela lei provincial nº 584 de 21 de Agosto de 1865, criei por Portaria de 23 de Maio ultimo na cadeia publica d'esta capital 3 officinas de trabalho, sendo as de – alfaiate, carapina e sapateiro. [...] D'este melhoramento que em breve se tornará efectivo na primeira cadeia da provincia resultará: 1º A consecução do fim da lei penal, que não consiste sómente na coacção da liberdade do delinquente, mas na corecção moral, a qual surge do trabalho, que cança o espirito, trazendo-o á reflexão; na instrucção, que illumina a intelligencia, mostrando a verdade; e sobretudo na religião, que moralisa, conforta o coração do criminoso com esse balsamo suavizador, que tanto eleva a alma do christão – esperança e resignação.³⁷⁰

José Baptista no dia 16 de maio de 1860. Theresina, Typographia Constitucional de J. da Silva Leite, [1860], p. 9. Grifo nosso.

³⁶⁸ Ibidem, p. 9, 10. Grifo nosso,

³⁶⁹ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Piauí no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo Vice-Presidente o Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas. Maranhão: Typ. do B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868, p. 10a.

³⁷⁰ Ibidem, p. 10b.

Segundo a fala do presidente Polidoro Cezar Burlamaque registrada no relatório de 2 de maio de 1868, ou seja, 2 meses e 19 dias antes da referida fala do presidente Manoel José de Freitas mencionada anteriormente, das três oficinas de trabalho criadas na cadeia pública da capital, duas congêneres estavam em pleno funcionamento na Casa de Educandos naquele período, a saber, a de alfaiate, frequentada por 24 educandos, e a de sapateiro que contava com 11 aprendizes³⁷¹, o que aponta para aquela “[...] instituição como lugar, forma de distribuição e mecanismo [...]”³⁷² das relações de poder estabelecidas naquela sociedade como também para a presença marcante do trabalho na ideologia dominante como elemento moralizador das classes subalternas. Note-se também que o trabalho aliado a outras práticas educativas, tais como, a instrução e a religião ditavam de acordo com a ideologia dominante um estilo de vida moral, ideal e “verdadeiro”.

Considerando que a Casa de Educandos no Piauí funcionou também como “polícia preventiva” é possível fazer uma relação com o que acabamos de revelar sobre o plano de implantação de oficinas de trabalho na cadeia pública de Teresina em meados de 1868 para recuperação dos presos confinados naquela repartição. Em sua maior parte, as crianças admitidas no Estabelecimento de Educandos Artífices, a exemplo da população adulta piauiense, eram, do ponto de vista das autoridades locais, indivíduos ociosos e que viviam dispersos pelas ruas da província sem trabalho e educação. Como parte integrante desta população ociosa que vagava de um canto a outro canto sem produzir o necessário ao desenvolvimento provincial, tendentes aos vícios e ao crime, precisavam ser assim como os presos da cadeia pública, recuperados e ressocializados por meio do ensino de um ofício, da instrução e da disciplina religiosa.

A essa altura, talvez, seja possível perceber pelas referências feitas acima ao discurso oficial, que as autoridades locais tinham uma concepção bem distinta em relação à população sobre as questões aqui levantadas. Em relação ao trabalho na província do Piauí oitocentista, por exemplo, fica bem evidente que para o homem político o trabalho era sinônimo de progresso, desenvolvimento e civilização, enquanto que para o homem comum, um meio de subsistência, de satisfação das suas necessidades básicas e de manutenção de sua família; enquanto o homem político via na educação uma necessidade do espírito, uma dádiva da

³⁷¹ Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Polidoro Cezar Burlamaque Presidente da Provincia do Piauhy passou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas, segundo Vice-Presidente. Maranhão: Typ. de B. Mattos, rua da Paz, 7 [1868], p. 15.

³⁷² FOUCAULT, 2016, p. 210.

sociedade aos seus membros, “o fio de Ariadne para a vida social”³⁷³, para população, como acabamos de demonstrar, sua organização sistemática não parecia tão necessária às necessidades de sobrevivência do povo: aprender no seio familiar o essencial à vida e à inserção social do indivíduo parecia-lhes naquele primeiro momento, suficiente. Em contrapartida, essa atitude era encarada pela classe dominante como a principal razão por trás do atraso do desenvolvimento socioeconômico provincial que, conforme o imaginário político da época, fazia com que o Piauí se conservasse “quase na condição das sociedades primitivas”. Como se publicou no jornal *O Propagador*:

O principio da perfectibilidade parece ainda encubado na grande maioria de seus habitantes, de todo insensíveis aos seus estímulos e inspirações, entregues á indolencia e indifferentismo do selvagem, ou a uma activiade rude e improductiva; que só se preocupa com as mais simples necessidades animais, com o s grosseiros e faceis meios de satisfasel-as.³⁷⁴

Ainda em conformidade com esse jornal, uma parcela menor da população piauiense, “mais impressionada pela necessidade de melhorar sua sorte”, geralmente entendia “que cada qual devia cuidar unicamente de si, e que sò o governo deve pensar no que interessa a todos”, o que do ponto de vista oficial se considerava um erro gravíssimo, pois “nem os cidadãos, nem os governos na gerencia dos interesses particulares e públicos, mostram desvelo, dedicação, perseverança, e coragem”. Reconheciam que “a falta da precisa instrução” e o “atraso social” explicavam, até certo ponto, “o estado deplorável” da província, porém, na sua concepção, “a causa primordial [*estava*] na descrença e desanimo, no espirito de economia ruinosa, e de segurança exagerada e esterilizadora que [*dominava*] a todos e [*paralisava*] todas as forças, com que tão abundantemente nos dotou a natureza”. Em suma, julgavam que a razão de “todo o mal e atraso” na província do Piauí, provinha da falta de “amor ao trabalho” por parte da maioria da população e da ausência de animo, espírito empreendedor e perseverante de seus líderes, comerciantes e produtores.³⁷⁵

Instrução e trabalho no imaginário da elite política do Piauí oitocentista, especialmente no período que analisamos, estão diretamente relacionadas ao projeto de construção de um indivíduo tal que pudesse atender às emergências socioeconômicas da província. Um breve

³⁷³ Relatório que dirigio o Presidente da Provincia do Piayuhy o Exm. Snr. Dr. João J. D’Oliceira Junqueira, a Assembléa Legislativa Provincial no 1 de julho de 1858. Typographia da – Temperança – Impresso por J. Prerira Ramos, 1858, p. 10.

³⁷⁴ *Como prosperarà o Piayhy?* In: *O Propagador*, Anno II. Domingo 31 de julho de 1859, nº 78. Theresina: Typ. – Independete – Impresso por Antonio da Costa Junior, p. 3.

³⁷⁵ *Como prosperarà o Piayhy?* In: *O Propagador*. Anno II. Domingo 21 de agosto de 1859, nº 80. Theresina. Typ. – Independete – impresso por Galdino Marques de Carvalho. – 1859, p. 1. Grifo nosso.

levantamento do desenvolvimento socioeconômico do Piauí em meados do século XIX demonstrará que entre as suas principais necessidades encontra-se a carência de mão-de-obra qualificada e um claro anseio por melhorias da condição de vida da população. E foi a partir deste ponto que focalizamos a nossa análise, na forma como a instrução e o trabalho serviram ao propósito das elites políticas à tentativa de recuperação e regeneração das camadas pobres da população piauiense – em especial as crianças admitidas no Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí – gestando por meio desses mecanismos uma espécie de indivíduo que como já mencionamos pudesse corresponder às expectativas e planos de desenvolvimento provincial pensado pelas autoridades locais.

A instrução, assim como o trabalho, compunha o aparato educacional utilizado no âmbito da Casa de educandos para corroborar com a missão de “arrancar á miseria e á perdição orphãos desvalidos”, que segundo a concepção das autoridades locais consistia em educa-los e converte-los “em operarios morigerados e laboriosos”, honrosa missão que “é em verdade uma obra meritoria, digna da ilustração da Provincia”.³⁷⁶

Problematizando a fala acima podemos perceber alguns pontos importantes que para além de ocultar toda uma ideologia política dissimulada pelo discurso de civilidade da época pode gerar boas reflexões sobre a importância da compreensão dos modos de ser do sujeito. Primeiro, a forma preconceituosa e discriminatória como a classe dominante da população piauiense rotulava as classes menos favorecidas e, sem anacronismos, nada muito diferente do que vemos nos dias atuais.

No caso dos grupos sociais subalternos e, isso inclui a infância pobre da província, todos sem exceção, sofriam algum tipo de discriminação e/ou eram rotulados pelo discurso oficial como criminosos e viciados, considerados uma ameaça à sobrevivência social. Daí, na impossibilidade de regeneração desses indivíduos, a necessidade de uma política de nivelamento social de caráter excludente dissimulada pelo discurso oficial e que nos remete à possibilidade de existência de uma “ontologia do diferente”, do “dissemelhante”³⁷⁷, que se contrapondo ao estudo ontológico heideggeriano sobre a questão do ser – do “ser-no-mundo

³⁷⁶ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Provincia ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de Jose Mathias, Rua Grande nº 21. p. 14.

³⁷⁷ Conceitos utilizados por Cláudia Silva Lima, Mestra em História Social/UFMA, em “*De uma África sem história e razão à filosofia africana*”, ao “estabeceer uma reflexão” crítica acerca das categorias “negro” e “raça” a partir de uma construção do outro como diferente com base na obra “*Crítica da razão negra*” de Achille Mbembe. 2015, p. 111-121.

como ser-com e ser próprio” – que nos chama a atenção para o fato de que a existência humana, em hipótese alguma, pressupõe um total isolamento em relação ao outro, muito pelo contrário,

Os “outros” não significa todo o resto dos demais além de mim, do qual eu se isolaria. Os outros, ao contrário, são aqueles dos quais, na maior parte das vezes, *ninguém* se diferencia propriamente, entre os quais também se está. Esse estar também com os outros não possui o caráter ontológico de um ser simplesmente dado “em conjunto” (N35) dentro de um mundo. O “com” é uma determinação da pre-sença. O “também” significa a igualdade no ser enquanto ser-no-mundo que se ocupa dentro de uma circunvisão. “Com” e “também” devem ser entendidos *existencialmente* e não categoricamente. Na base desse ser-no-mundo *determinado pelo com*, o mundo é sempre compartilhado com os outros. O mundo da pre-sença é *mundo compartilhado*. (N36) O ser-em é *ser-com* os outros. O ser-em-si intramundano destes outros é *co-pre-sença*.³⁷⁸

Não objetivamos aqui entrar em detalhes sobre o exame da relação de alteridade entre as classes sociais representadas no espaço constituído pela Casa de educandos do Piauí, o que nos permitiria, talvez, identificar todos os aspectos envolvidos nesta questão, todavia reconhecemos que toda e qualquer ontologia que nos leve a valorizar mais as lutas por autoafirmação de determinados grupos sociais em detrimento da valorização do ser humano sempre nos levará a ver o outro por e a partir de nós mesmos e não pelo que ele realmente é; esse tipo de ontologia continuará nos levando a uma redução do outro ao mesmo, à objetivação da pessoa humana e nos impossibilitará de pensar a coletividade como entendemos que ela merece e deve ser pensada, uma vez que continuamente privatizamos, egocentricamente, nossos pensamentos acerca do que é ser humano.

O que estamos inferindo é que o projeto de civilidade pensado pela classe dominante na província do Piauí em meados do século XIX, dissimulava a intenção de construção de um ser que se adequasse aos padrões sociais da época determinado pela classe dominante. Daí se fazer uso de mecanismos de poder, tais como, a Casa de educandos e de determinadas práticas como a instrução e o trabalho para regeneração social dos filhos pobres da província, considerados como já dito, uma ameaça à convivência social como atesta a declaração seguinte:

Face a esse processo civilizador o governo de nove províncias brasileiras instalaram Casas de Educandos Artífices em suas capitais, entre 1850 e 1865, entendidas como tentativas de controle social de uma população percebida como potencialmente ameaçadora à vida urbana, preocupados com a formação de operários e em evitar que crianças desvalidas se tornassem inúteis ou mesmo perigosas à sociedade.³⁷⁹

³⁷⁸ HEIDEGGER, 2005, p. 169, 170.

³⁷⁹ SOUZA, 2013, p. 3.

É preciso esclarecer que, em nossa opinião, do ponto de vista das melhorias que foram pensadas para o desenvolvimento e progresso provincial, nada há de desabonador no projeto de civilização das autoridades locais, na verdade, o povo aspirava a muito que elas acontecessem, se concretizassem. Como declara Odilon Nunes (1975): “Em Oeiras”, primeira capital da província do Piauí, “a expectativa era unanime: aguardavam a paz a que todos aspiravam” e, remetendo-se à fala do Presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos à Assembléia Legislativa em 01 de agosto de 1845, lembra o seu lamento ao se referir “aos fatos que conturbaram anteriormente a Província e o sossego da família piauiense”.³⁸⁰ Entre as muitas propostas apresentadas à Assembléia Legislativa pelo recém chegado presidente à capital da província, relaciona-se o estudo dos “problemas de educação, saúde, repressão ao crime, obras públicas, organização burocrática e administrativa, não se esquecendo dos interesses urbanos da Capital, cujo atendimento era reclamado”.³⁸¹ O problema é que, as melhorias tão desejadas pelo povo não se concretizaram de forma justa e igualitária para todos, pois o projeto social idealizado pela elite provincial, considerando o ponto de vista do materialismo dialético, não incluía o pensar concretamente, o princípio da retro determinação, o crescer junto, uma vez que a forma como se pensou a implantação do dito projeto de civilidade e progresso não evidencia que a mentalidade da classe dominante entendesse “[...] o social como ser-com que vai sempre sendo e que se produz ao produzir material ao tempo que produz compreensão da sua produção, da sua existência”.³⁸² Ou seja, tudo indica que no imaginário deles as ideias e os valores, estes sim, transformariam aquela sociedade e não as condições materiais entre as classes que a compunha.

A forma como se constituiu o imaginário de civilidade elitista implicou em alienação e empobrecimento da identidade das classes divergentes em relação aos interesses elitistas. Relações que se reproduziam em escala menor no âmbito da Casa de Educandos gerando tensões e conflitos que eclodiram em várias formas de resistência, tais como, número considerável de “[...] fugas, evasões, mas igualmente em comportamentos preguiçosos, ou seja, na recusa do trabalho”, atitudes de indisciplina, tais como, “a resistência às regras, à hierarquia e ao trabalho resultava na classificação de incorrigível ou imprestável”,³⁸³ o que em último

³⁸⁰ NUNES, 1975, p. 44a.

³⁸¹ Ibidem, p. 44b.

³⁸² Fala do professor Marcus Baccega ao ministrar a aula “Marx, filósofo da totalidade em movimento”, no dia 25/05/16, na discussão do texto 1: “*Contribuições à crítica da economia política*” de Karl Marx, no curso de Teoria da História do PPGHIS/UFMA.

³⁸³ CAVALHO, 2013, p. 142.

caso, implicava em recomendação expressa ao serviço militar, a mais severa punição que se podia aplicar.

Segundo, a educação popular que, neste caso, incluía a instrução e o trabalho, se constituía na concepção daquelas autoridades em um meio por demais eficiente que arrancaria da “miseria” e da “perdição” aqueles “orphanos desvalidos”, mas nada revelava sobre elevá-los a um patamar diferenciado, a um espaço de existência social digno onde pudessem exercer os direitos de cidadãos, pelo menos não é o que revelam as fontes, ao contrário disso, em todas elas há registros de maus tratos e condições de vida sub-humanas, principalmente, dentro da Casa de Educandos como procuramos demonstrar no desenvolvimento desse trabalho. O que nos remete, imediatamente, à natureza contraditória do projeto elitista de civilidade, pois, de um lado, a promessa de erradicação de uma vida de miséria, vícios e perdição; de outro, o descaço e o abandono, atitudes que denunciavam um verdadeiro atentado à vida, à dignidade do semelhante, daquele a quem não se reconhece como tal, daquele a quem se nega ou se tira o direito a um modo de existência descente, justo, igualitário. Isso podemos comprovar através de diversos registros encontrados nas fontes contendo queixas e reclamações dos educandos acerca do estado precário daquele estabelecimento, documentos como este que transcrevemos a seguir.

Os Educandos abaixo assignados, requerem a Vossa Excelencia, com o maior respeito, e subordinação devidas, que se digne providenciar ao que [passão] a ponderar a Vossa Excelencia, acerca do director do Estabelecimento dos mesmos, pois estão [muitos] certos, que do espirito justiceiro de Vossa Excelencia, não se podera esperar se não um bom acolhimento e providencias a tudo quanto vêem de [expendere].³⁸⁴ [...] *o Senhor Director, além de tractar mais dos seus interesses particulares, do que da missão que lhe foi confiada, maltracta aos supplicantes de tal forma, que [compenetra] a qualquer pai de familia que faz entrar seus filhos para aquelle Estabelecimento, assim [como] faz [condoer] a qualquer individuo dotado de bom coração e caridade evangelica; [...] por que os supplicantes são até [preteridos] de falarem com os seus parentes, não trabalham para si nem em suas horas vagas, por que o Senhor Director não consente, não obstante dar esta [faculdade] os estatutos da Caza; vivem sujos e rasgados, por que o Senhor Director não lhes dá o fardamento que [designa] o Regulamento para cada [um], [...] passam mal de fome e sede, por que [ilegível] só tem um pote, e este muito immundo, e o Senhor Director faz de sua casa dispensa do Estabelecimento, [ilegível] mais que a comida é no todo mal feita, por não se fazer cazo das Tabelas da casa, [...] e se por acaso algum Educando deixa de ser servido, por não haver, e reclama ao [Senhor] Director, elle não dá a menor providencia, e até passa a hostilizar-o, e acontece que as vezes não lhes dá ceia [...]* A situação triste, quanto repugnante e deploravel em que se achão os supplicantes, Excelentissimo Senhor, os obriga a pedir a Vossa Excelencia que seja servido

³⁸⁴ De acordo com Pinto (1832), o mesmo que despender. Explicar ponderando.

de [exonerar] ao mesmo Director d'este Estabelecimento, por quanto será bem certo que a sua estada em dita Caza, pode certamente ser a cauza da desgraça de um pobre Educando, em consequencia do desespero em que estão [permanecendo]; pois, que, o Senhor Director, Excelentissimo Senhor, em logar de tractar aos supplicantes como um bom Pai a seus filhos tracta-os como a um feitor a escravos: por tanto como isto não é o recommendado pelo Regulamento da Caza, e nem tão pouco pelas intenções de Vossa Excelencia,³⁸⁵ esperam serem attendidos na graça que tão humildemente impetram.

Digne-se pois, Excelentissimo Senhor de, su'alta benevolência, diferir humildemente, pelo que [espiram] receber Mercê, e a [costumada] – Justiça

José Pereira [d'Andrade]
 Belizario José Nunes Bonna [?]
 José Ferreira Martins
 Alexandre Manoel Ferreira [?]
 Pantaleão Torres Costa [?]
 José Joaquim de Sant'Anna [?]
 Antonio Marcos de Araujo [?]
 Miguel Pereira da Cruz [?]
 Candido [?] José da Paz [?]
 Antonio José Pedro dos Santos
 Martinho [Pereira] da Silva
 Dario Rodrigues de Souza³⁸⁶

Como podemos ver, este documento esclarece que a precariedade das condições de vida dos educandos no âmbito daquela Casa de instrução e trabalho contrastava com os planos e metas desenvolvimentistas idealizadas pelas autoridades locais para a província do Piauí. O discurso político-ideológico, civilizatório, não era na prática condizente com as medidas tomadas a fim de melhorar as condições de vida do indivíduo, exceto em se tratando dos interesses elitistas. A omissão, o descaço, a negligência em relação àquelas pobres crianças desvalidas, configurava o que em Friedrich Engels (2010) chamou de “assassinato social”,³⁸⁷ que no caso específico da Cada de Educandos Artífices do Piauí, acabou culminando em uma

³⁸⁵ Não se trataria aqui de uma referência proposital e irônica à conduta e integridade do diretor do estabelecimento, uma vez que a forma como o texto foi construído expressa a intenção de acusar, dissimuladamente, o diretor do estabelecimento de insubordinação e rebeldia para com o presidente da província, responsável pelo estabelecimento das leis que regiam a Casa e, que no entendimento da representação dos educandos não estavam sendo devidamente cumpridas, observadas? Considerando que, de acordo com o Dicionário da Língua Brasileira, o pronome de tratamento “excellencia” significava também “título que se dá aos grandes” e denota “superioridade”, é possível, talvez, que haja aqui a possibilidade de se está sugerindo uma autonomia exacerbadamente desajuizada por parte do diretor do estabelecimento a ponto de se colocar acima daquele a quem estava subordinado, no caso, o presidente da província?

³⁸⁶ Offício nº 55 de 24 de julho de 1859 enviado ao presidente provincial, o Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos. Cod. 950 [?], [18--].

³⁸⁷ Conceito utilizado por Engels para se referir e classificar a morte de “vinte ou trinta pessoas” durante o período em que permaneceu na Inglaterra. Pessoas vitimadas pela fome proveniente do que ele chama de “guerra social”, ou seja, “a guerra de todos contra todos” motivada pela “indiferença brutal”, pelo “isolamento” individual que caracteriza as sociedades modernas. (ver ENGELS, 2010, p. 68-69)

série de fugas, evasões e atos de indisciplina que fundamentados em Certeau classificamos como um conjunto de táticas utilizadas pelos internos com a finalidade de resistir às imposições arbitrárias e sobreviver às péssimas condições ambientais, ou seja, formas criativas e particulares de se apropriarem do espaço no qual foram inseridos pelo processo de admissão e reinventarem o cotidiano ante as estratégias elaboradas pelos “sujeitos de querer”, ou seja, o corpo administrativo da escola que por meio de práticas educativas (instrução, trabalho, militarização e catequização da infância, política de higienização) circunscreviam aquele lugar (a Casa de Educandos) afim de que pela manipulação das “relações de força” e de poder estabelecidas naquela instituição, se pudesse transformá-la em um mecanismo do governo para regeneração social do corpo de educandos cujo fim era sua adequação ao projeto de civilidade e desenvolvimento provincial.³⁸⁸

O próprio abaixo assinado transcrito acima é uma forte evidência do que estamos dizendo. Ele é um atestado de que nas relações de poder estabelecidas na Casa de Educandos, isto é, no espaço circunscrito e controlado pelos ditos “sujeitos de querer” que o administrava, os internos não permaneciam inertes, pelo contrário, estavam o tempo todo se movimentando, operando “golpe por golpe, lance por lance”. E de maneira astuta, aproveitavam “as falhas que as conjunturas particulares” abriam “na vigilância do poder proprietário” e saíam à caça, criando ali surpresas e procurando estar onde ninguém esperava.³⁸⁹ É fato que nem sempre as táticas utilizadas pelos internos surtiam o efeito desejado como no caso do educando Higino, de mais ou menos, 10 anos de idade e cujo pai, Rosendo Pereira de Araújo, solicitou à presidência da província no ano de 1869 a sua dispensa sob a alegação de estar ele “quase inutilizado de poder continuar ali até completar o seu tempo [...]” de estudos, pois em virtude de uma queda fraturou o braço e ficou na ocasião impossibilitado de realizar serviços forçados. O diretor do Estabelecimento, após examinar a situação e não encontrar evidências que comprovassem o fato relatado, recomenda então ao presidente provincial o não atendimento da petição visto julgá-la como “um sutil pretexto do suplicante para acudir [?] a vontade de seu filho, que deseja ver-se livre do jugo de um colégio [...]”.³⁹⁰

As fontes utilizadas na elaboração desta pesquisa nos possibilitaram identificar dezenas de casos que denotam tentativas de subversão da ordem e resistência à disciplina do

³⁸⁸ Cf. CERTEAU, 2014, p. 93-94.

³⁸⁹ Ibidem, p. 95.

³⁹⁰ Cf. Ofício nº 295 de 06 de novembro de 1869 e ofício nº 103 de 30 de novembro de 1869. In: APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração, 1849-1873 [?].

Estabelecimento. Como demonstramos na seção anterior ao tentar reconstituir a trajetória do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí; em toda a sua história e atuação detectamos, por exemplo, algo em torno de 18 casos de educandos que lograram êxito em se tornarem desertores, porém a maioria dos casos de fugas e evasões do Estabelecimento, entre outras formas de resistência, não foram bem-sucedidas, o que não implica dizer que os internos se conformaram ou se acomodaram ante as imposições e exigências do regime interno daquela instituição, ao contrário, muitos deles insistiam em resistir e burlar o sistema. Carvalho (2013) abordando a questão disciplinar do estabelecimento chegou a afirmar:

Entretanto, a formação marcada pelas regras, imposições, hierarquia, disciplina e vigilância não impedia que os educandos manifestassem resistência e revolta, traduzidas principalmente em *fugas e evasões*, mas igualmente em *comportamentos considerados preguiçosos*, ou seja, na recusa ao trabalho. [...] os educandos eram avaliados sobretudo pela aptidão para o trabalho e produtividade, mas igualmente pelo seu comportamento moral e obediência as normas estabelecidas. *A resistência às regras, a hierarquia e ao trabalho resultava na classificação de incorrigível ou imprestável.*³⁹¹

As fontes confirmam essa versão. Nelas encontramos dezenas de casos de fugas e evasões do estabelecimento, como veremos a seguir, que denotam resistência e subversão da ordem e disciplina daquela instituição.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.
[comunico] a Vossa Excelencia que hontem, pelas 5 horas da manhã, evadio-se deste Estabelecimento o Educando [Bemvenuto] Manoel de [Carvalho], e as 10 horas do mesmo dia tendo noticia de ter sido elle encontrado no caminho de Oeiras, mandei huma escolta³⁹² captural-o; sendo sendo esta a quarta vez que este Educando assim pratica: Deos guarde a Vossa Excelencia Casa dos Educandos Artífices do Piauhy em 27 de [Julho] de 1853.
Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Carlos de Paiva Teixeira
Vice Prezidente da Provincia
O diretor Francisco José da Silva.³⁹³

A determinação do educando [Bemvenuto] Manoel de [Carvalho] é notável. De acordo com a citação acima, esta foi a sua quarta tentativa de fuga do estabelecimento e embora não tenhamos informação detalhadas sobre a situação descrita é possível inferir que ele escolheu, estrategicamente, dia e hora para execução do seu plano de evadir-se da escola. Então numa quarta-feira, num horário em que o corpo de educandos despertou e se preparava para iniciar as primeiras atividades do dia (formação, inspeção, orações e asseio do Estabelecimento) ele aproveitou a oportunidade de escapar furtivamente do estabelecimento. Considerando que o a

³⁹¹ CARVALHO, 2013, p. 141.

³⁹² De acordo com o Dicionario da Lingua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), Guarda de soldados.

³⁹³ APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. SPE – Sala do poder executivo, código 950 [?], [18--].

Casa de Educandos foi transferido para Teresina por ocasião da mudança da capital em 22 de agosto de 1852 é provável que aquele educando não tenha se adaptado às condições de vida na nova capital da província e desejoso de retornar a sua terra natal, se aventurou em correr os riscos que envolviam um ato de indisciplina desta natureza e os perigos que enfrentaria no caminho de volta para casa.

O caso do educando Dorotheo José da Silva [?], também reincidente no que concerne a casos de fugas e evasões do Estabelecimento, demonstra que alguns educandos não se intimidavam diante da captura e da aplicação dos castigos por atos de indisciplina desta natureza. Segundo Antonio José de Siqueira, vice-diretor da Casa de Educandos em 1866, a fuga do dito educando ocorrida na noite do dia 13 de setembro daquele ano, apesar das vigílias costumeiras, não foi a primeira empreendida por aquele interno. Ele já havia procedido da mesma maneira quando em 24 de abril de 1864 [?] desertou do estabelecimento sendo capturado em 30 de maio [?] de 1866, ou seja, quatro meses antes de empreender a fuga à qual estamos nos referindo e que constituiu a razão da diretoria da escola solicitar ao vice-presidente da província, Dr. José Manoel de Freitas, as providências necessárias à captura do dito educando.³⁹⁴

Desertaram também do estabelecimento os educandos “Gustavo Galvão Castello-Branco, de côr sarda idade 13 annos, aprendiz de sapateiro, Innocencio José de Farias, côr morena, idade 18 annos, aprendiz de ferreiro e Bazilio [?] Rodrigues Paredes [?], côr alva, idade 13 annos, aprendiz de alfaiate” que evadiram-se do estabelecimento na noite do dia 16 de junho de 1867 e foram reconduzidos àquela instituição no dia seguinte por volta das sete horas da noite depois de terem sido capturados “além do Puty” no “sítio-Centro” onde foram se arrancar.³⁹⁵ Segundo o diretor padre Antonio Marques dos Reis, eles se serviram “[...] das horas silenciosas da noite e de um portão mal seguro para se evadirem [...]” da escola, sendo acusado de mentor de tal façanha, Bazilio [?] Rodrigues Paredes [?] que fugira pela quarta vez do estabelecimento.

³⁹⁴ Ofício sem numeração datado de 14 de setembro de 1866 e enviado pela diretoria do da Casa de Educandos ao presidente provincial informando a fuga do educando Dorotheo José da Silva e solicitando a sua captura que foi recomendada ao chefe de polícia no dia quinze do mesmo mês e ano. In: APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).

³⁹⁵ Ofícios sem numeração, datados de 17 e 18 de junho de 1867 e enviados pelo Diretor do Estabelecimento, Padre Antonio Marques dos Reis ao chefe de polícia da província, Dr. José Manoel de Freitas. In: APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).

Casos como este, na concepção dos diretores da escola, prejudicavam a disciplina da mesma e precisavam ser tratados com urgência por constituírem um mau exemplo para os demais educandos como esclareceu o diretor Raimundo Sizinio de Lima e Almeida ao tratar do aparecimento do educando João José d'Araujo que havia fugido daquela casa de educação e acabou sendo capturado por um grupo de educandos no caminho do rio Puty. Avaliada como prejuízo à disciplina e moralidade do estabelecimento, a presença deste educando se tonou insustentável naquela instituição e o diretor da mesma recomendou a sua exclusão imediata e sugeriu o seu encaminhamento para a armada nacional.³⁹⁶

No ofício nº 90 de 19 de agosto de 1859 é relatado pela diretoria dos Educandos Artífices do Piauí ao vice-presidente da Província, Dr. José Mariano Lustosa do Amaral que o educando Joaquim Honorato Ferreira fugiu daquele Estabelecimento na noite do dia 18 dos respectivos mês e ano, e que pelos os indícios apresentados, a sua fuga teria ocorrido, engenhosamente, “[...] pelo cano do esgoto das águas do mesmo estabelecimento”. Neste mesmo ofício há registro da recomendação ao chefe da polícia de capturar o dito educando.³⁹⁷ Não encontramos até o momento evidências de que tenha sido capturado.

Como havíamos dito na primeira seção desta exposição, nesta parte de nossas considerações sobre a subversão da ordem e resistência à disciplina na Casa de Educandos, convém apresentar aquela relação que mencionamos no primeiro capítulo contendo alguns nomes de educandos que saíram do estabelecimento por ocasião de sua extinção. Para nós, esta relação nominal com “notas de conduta, aproveitamento e tempo de frequência” dos internos, nos dá uma noção clara de que na rede de relações de poder cotidianas existentes naquela instituição, a resistência era real e prática. Fabricadas de maneiras diversas no âmbito daquela escola, se materializou algumas vezes através de tentativa de “assassinato”, insubordinações, revoluções, pequenos roubos e furtos, etc., como podemos ver na relação abaixo.

³⁹⁶ Ofício sem numeração, datado de 17 de março de 1866, recomendando a exclusão do educando José João d'Araujo por fugir do Estabelecimento. in: APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).

³⁹⁷ Ofício nº 90 recebido a 19 de agosto de 1859 quando se recomendou ao chefe de polícia a captura do educando Joaquim Honorato Ferreira. In: APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).

Tabela 14 – Relação dos Educandos que podem sair do Estabelecimento em vista da Resolução nº 188 de 10 de Dezembro.³⁹⁸

Numeros	Nomes	Idade	Officina	Frequencia	Observações
1	Francelino [?] Defensor da Patria	18 annos	Marceneiro	3 annos	Estupido e já tentou assassinar ao Vice Director.
2	Luciano Benicio de almeida	20 annos	Ferreiro	6 annos	Sem aproveitamento, e distinguio-se em uma revolução no Estabelecimento
3	Demetrio [?] dos Santos	15 annos	Sapateiro	5 annos	É insubordinado e não tem aproveitamento
4	Anselmo Francisco da Silva	16 annos	Pedreiro	5 annos	É estúpido e insubordinado
5	Aprigio Pereira da Silva	13 annos	Sapateiro	2 annos	É estúpido e ladrão, não tem aproveitamento
6	Fernando Coutinho da Silveira	15 annos	Pedreiro	3 annos	É estúpido e doente
7	Angelo José dos Santos	16 annos	Marceneiro	4 annos	É estúpido e insubordinado – não tem aproveitamento
8	Antonio Vicente Bizerra	14 annos	Funileiro [?]	6 annos	É estúpido
9	Benedicto Lucindo [?] Alves	13 annos	Pedreiro	1 anno	É estúpido e tem se distinguido como maior larapio [?] no Estabelecimento
10	Vicente José Dantas [?] Cabral	10 annos	Pedreiro	1 anno	É estúpido
11	José Ribeiro de Britto	12 annos	Sapateiro	3 annos	É estúpido e desertor
12	Manoel Izidro [?] da Silva	15 annos	Pedreiro	3 annos	É estúpido e ladrão

³⁹⁸ Relação nominal dos educandos “com as competentes notas de conduta, aproveitamento, e tempo de frequência [...]” fornecida pelo diretor Evaristo Cicero de Moraes ao presidente Pedro Afonso Ferreira em 23 de dezembro de 1873. APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).

13	Raimundo Preira da Silva	15 annos	Marceneiro	3 annos	É estúpido e enritante [?]
14	Affonso José Correia Lima	15 annos	Marceneiro	4 mezes	É dezertor e falsificador [?]
15	Querino [?] Ferraz Manoel Grinalda [?]	10 annos	Alfaiate	10 mezes	É estúpido
16	Benedicto José de Farias	12 annos	Ferreiro	2 mezes	Idem
17	Lavino [?] Machado de Andrade	12 annos	Alfaiate	2 mezes	Idem
18	Manoel José Dutra [?] Netto	13 annos	Pedreiro	2 mezes	Idem
19	Julio Jeronimo da Silva Barros	13 annos	Pedreiro	5 [?] mezes	Idem
20	Raimundo Ignacio do Prado	13 annos	Alfaiate	4 annos	Idem e já tem feito alguns roubos no Estabelecimento
Estabelecimento de Educandos Artifices em Theresina 23 de Dezembro de 1872					
O Director					
Evaristo Cicero de Moraes					

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí - APEPI

Terceiro, o aparato educacional deveria ser tal que propiciasse a conversão daquelas crianças “em operários morigerados e laboriosos”, eis na visão das autoridades locais, uma das maiores necessidades da província! Contudo, ninguém considerou as necessidades reais que aquelas crianças tinham para viver. Tudo que se pensou em termos de desenvolvimento para a província foi a partir das necessidades de uma classe específica da sociedade que detinha a hegemonia política e o poder naquela região, classe esta que criou e se apropriou de determinados tipos de saberes capazes de produzir determinados tipos de sujeitos que servissem aos seus propósitos.

Concluimos então pontuando que, na província do Piauí oitocentista, ser civilizado conforme o imaginário político da época implicava no ser instruído, o que se aplicava apenas a uma parcela privilegiada da população, uma vez que a maioria dela se constituía de pessoas sem acesso à educação, alguns até por força da lei como no caso dos escravos que constituíam a base da pirâmide social da época. No ser trabalho, no sentido do sujeito capaz de produzir o necessário à manutenção da vida social e coletiva, não individual. O ser civilizado na província do Piauí assim como em outras regiões do império representava um modo de vida condizente com os padrões estabelecidos pelas elites locais que pressupunham e determinavam um tipo de comportamento que impactava diretamente sobre a forma de organização social: divisão do trabalho, função social, status social, etc., nada inédito em relação ao registro historiográfico acerca de outras sociedades.

Inclusive, seria muito apropriado a essa altura citar como exemplo a gestão do sistema burguês (século XI ao século XIII) que adquiriu governança após revoluções do século XVIII.³⁹⁹ A história demonstra que, em se tratando de relações de poder, na passagem do feudalismo à burguesia, tanto um sistema como o outro, em um dado momento passaram a se preocupar mais com o que o homem era capaz de prover para a sua existência do que mesmo com o ser humano. O feudalismo focalizando no acúmulo de riquezas e o capitalismo emergente na habilitação do indivíduo para a competição do mercado. Ambos os sistemas, cada um a seu tempo, lançaram mão de um determinado tipo de organização social que incluía a utilização da educação e do trabalho de forma a atender aos seus interesses mais urgentes, razão pela qual notamos manifestações tão distintas nos modos de ser do sujeito que ainda refletem significativamente na mentalidade do homem atual: o ser é ter, é saber, é poder..., isso porque

³⁹⁹ Fala do prof. Marcus Baccega ao ministrar a aula “Marx, filósofo da totalidade em movimento, no dia 25/05/16, na discussão do texto 1: “Contribuições à crítica da economia política” de Karl Marx, no curso de Teoria da História do PPGHIS/UFMA.

o ser social é determinação, não de uma consciência social coletiva includente, mas de uma ideologia política dominante que em interação com classes sociais divergentes, vê o outro de uma concepção altamente egoísta e etnocêntrica. Este é um legado do qual liberta-se requer um preço muito alto que nem sempre estamos dispostos a pagar.

4.2.2 O discurso higienista como prática educativa: a preservação da vida do ser social

Uma das ferramentas ou recurso metodológico que muito nos interessa aqui ao analisar o discurso médico higienista é analisá-lo do ponto de vista de suas finalidades enquanto prática educativa implantada na Casa de Educandos com o objetivo de transformar “sujeitos em cidadãos metropolitanos”, pois, nisto consiste, segundo Jurandir Freire Costa (1979), a tarefa do dispositivo médico. De acordo com o entendimento desse autor:

A tarefa dos higienistas era a de converter os sujeitos à nova ordem urbana. Ordem estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo momento, a repelia e procurava deter seu progresso. Esta ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado.⁴⁰⁰

No Piauí oitocentista, a conversão dos sujeitos pertencentes às classes pobres da população à “nova ordem urbana”, sem dúvida, se concretizou também através da ideologia higienista presente, por exemplo, nos códigos de condutas locais e em instituições sociais, tais como, a família e instituições de ensino como a Casa de Educandos. Na verdade, essa ideologia permeava praticamente todas as esferas das instâncias sociais.

Os códigos de conduta eram leis constituídas pelas câmaras municipais provinciais e utilizadas pelas autoridades governamentais com a finalidade de reestruturar relações sociais, produtivas e de convivência, produto do estabelecimento de um projeto civilizatório (urbanização) que favorecesse o desenvolvimento e progresso provincial. Do ponto de vista da higienização, constituía uma medida preventiva cujo objetivo era organizar e disciplinar o espaço urbano de forma que se pudesse evitar, principalmente, a contaminação e proliferação de doenças entre a população. Estes códigos continham leis que arbitravam sobre as questões mais diversas. Sobre o trato do asseio da cidade,⁴⁰¹ sobre “jogos proibidos e não proibidos”,⁴⁰² “correição” de “[...] lojas e quitandas [...], sobre a “limpeza nas ruas e terrenos não edificadas” e o controle de animais que transitavam pelas ruas dentro dos limites da

⁴⁰⁰ COSTA, 1979, p. 35-36.

⁴⁰¹ *Mofinas*. In: Liga e Progresso: jornal politico. Anno I. theresina, quarta-feira, 22 de outubro de 1862, nº 2., 1862, nº 2, p. 3.

⁴⁰² *Editaes*. In: O Piauh: órgão do partido conservador. Anno II. Theresina 15 de março de 1869. Nº 67. Typ. – Constitucional – Impresso por Antonio da C. Neves. – 1869, p. 4.

cidade,⁴⁰³ terras devolutas, construções, trânsito público, controle sanitário de mercados e matadouros públicos, etc.⁴⁰⁴

Semelhantemente, a política de higienização enquanto prática educativa da Casa de Educandos visava o disciplinamento dos internos no sentido de civilizá-los, ou seja, formá-los física, moral e intelectualmente para que pudessem servir melhor ao seu país e se adequarem às funções e padrões sociais da época. Na verdade, a ideologia higienista estava contida nos preceitos que deveriam orientar o convívio e as relações sociais dos indivíduos que interagiram no âmbito da Casa de Educandos, o que se evidenciava através dos regulamentos que determinavam as normas de funcionamento daquela instituição, bem como, dos manuais utilizados para a educação da mocidade.

Comparando o regulamento do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí com os manuais utilizados para educação e instrução da mocidade, manuais tais como, “*Manual Encyclopedico para uso das escolas d’instrução primaria*” ao qual nos referimos anteriormente, constatamos a semelhança de conteúdo entre estes dois instrumentos de poder disciplinar utilizados para civilizar as crianças admitidas naquela instituição. Como já vimos, os regulamentos da Casa continham muitas determinações que reclamavam a urgência de se estabelecer determinadas práticas capazes de produzir um tipo de sujeito civilizado caracterizado pela boa educação e pelo amor a trabalho: um sujeito instruído, disciplinado e sobretudo saudável.

Podemos afirmar que a ideologia higienista presente em estabelecimentos como a Casa de Educandos – “protótipo” de um “espaço disciplinar dedicado ao corpo”⁴⁰⁵ –, objetivava pela regeneração dos indivíduos nela admitidos, a reestruturação de uma “sociedade ideal” conforme concebida pelas autoridades políticas da época. Tudo começava com o processo de admissão. Como vimos, para que uma pessoa pudesse ser admitida na Casa de Educandos, deveria, entre outras coisas, comprovar mediante “justificação ou atestado de autoridades ou pessoas fidedignas” que se achava “em condições sanitárias satisfatórias”, inclusive, manter-se nesta condição era requisito fundamental para a sua permanência naquela escola. O próprio cotidiano escolar marcado pela rotina do despertar a cada manhã para a formação afim de se verificar o

⁴⁰³ *Editaes*. In: O Piauí: órgão do partido conservador. Anno III. Theresina 31 de janeiro de 1870. Nº 119. Tip. – Constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1870, p. 4.

⁴⁰⁴ Cf. *Resolução nº 726. Publicada em 6 de outubro de 1870. Approva as posturas das camaras de Theresina, Parnahiba e Valença*. In: O Piauí: O órgão do partido conservador. Anno IV. Theresina, 9 de novembro de 1870. Nº 148. Typ. constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1870, p. 1.

⁴⁰⁵ COSTA, 1975, p. 179.

número do contingente, a existência de doentes no grupo e se se vestiam “com aceio e regularidade”. Inclusive, de acordo orientações do manual do ensino mútuo, “antes da aula da manhã”, deveria haver uma revista ao chegarem os alunos à “ante-sala” pela qual se verificaria o aceio de cada um. Após a retirada dos seus chapéus e barretes,⁴⁰⁶ “pois que deveriam ter as cabeças [*descobertas*] na classe em todas as estações [...]” e tomadas as devidas lições, discípulos e monitores, reunidos e em forma, esperavam que o professor procedesse o exame afim de verificar “se [*tinham*] as mãos e o rosto lavados, e os cabelos penteados, enviando a laval’-as os que as [*tinham*] sujas. Se algum menino [*trazia*] roupas pouco aceiadas, e o calçado em máo estado, o professor [*tomava*] disso nota” e insistia com os seus pais para que providenciassem trajes melhores “no interesse da ordem e da saude dos meninos”.⁴⁰⁷ A esse respeito vale salientar que, geralmente, na Casa de Educandos a entrega e recebimento de roupas se dava em dias feriados.

Outros elementos interessantes relacionados à questão da higiene enquanto prática educativa do Estabelecimento eram a escolha do educando mais “pobro”⁴⁰⁸ e “bem comportado” como Agente do estabelecimento e a importância da religiosidade, moralidade e disciplina, aspectos destacados nos manuais de educação daquela instituição como elementos fundamentais de civilidade, pois de acordo com a mentalidade da época, ser civilizado significava ordenar a vida em conformidade com “[...] a pratica de todas as atenções para com os nossos semelhantes na sociedade, evitando, assim nas palavras como nas accções, tudo quanto possa offende-los ou desagradar-lhes”. Afinal, “a civilidade era o signal distinctivo de uma boa educação, e dispõe logo os outros em nosso favor”.⁴⁰⁹ Assim rezava os manuais escolares da época, veículos indispensáveis na transmissão de determinados saberes tão necessários ao projeto da dita civilização ideal.

Porque a adoção destes manuais para escolas brasileiras convinha aos planos de civilizar a população? Por que eles continham regras de higiene que orientavam o comportamento social da época? Supomos que a política de higienização foi pensada pela classe política local para ser “[...] um segmento – e bem característico – da totalidade de formas socialmente instaladas de

⁴⁰⁶ Chapéu, espécie de cobertuta para a cabeça, assessorio em formato quadrangular que fazia parte da indumentária tradicional regional.

⁴⁰⁷ SARAZIN, 1854, p. 14-15. Grifo nosso.

⁴⁰⁸ De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira por Luis Maria da Silva Pinto (1832), “probo” significa “moralmente bom”, ou seja, alguém que respeitava “aos costumes”, que vivia “conforme a virtude” (ver moral).

⁴⁰⁹ Manual Encyclopedico para uso das escolas d’instrucção primaria por Emilio Archilles Monteverde aprovado pelo Conselho Geral d’Instrucção Publica, oitava edição, revista e melhorada. Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 240.

conduta” na província do Piauí oitocentista e que este “elemento de civilidade” deveria constituir – no sentido de fazer parte – o “código social” que determinaria a forma de viver e se comportar das pessoas, da população. Na escola de educandos ela se reproduziu a partir de ideias extraídas de manuais civilizatórios como os de Archilles Monteverde e a intenção era educar e instruir os internos daquela instituição na prática de boas obras afim de regenerá-los socialmente. Mas como demonstramos até aqui, nem sempre os educandos se enquadravam nos padrões comportamentais determinados pelo (s) regulamento (s) daquela Casa de educação, pois traziam consigo uma carga cultural significativa que ao entrar em rota de colisão com as normas daquele estabelecimento de ensino, gerava uma série de reações contrárias ao regime imposto pelo sistema que eram punidas com a aplicação de rigorosa disciplina aos educandos, que taxados de incorrigíveis, estúpidos, insubordinados, etc., eram, em último caso, encaminhados para o serviço militar. O fato é que alguns padrões de comportamento classificados como inapropriados, bem como, os costumes cotidianos dos internos estavam tão enraizados que agir de determinadas maneiras era praticamente algo natural para eles e o que muitas vezes era compreendido “[...] não apenas como algo ‘negativo’, ‘como falta de civilização’ ou de ‘conhecimento’ (como é tão fácil supor de nosso ponto de vista)”, correspondia a “[...] algo que atendia as necessidades dessas pessoas e que lhes pareciam importante e necessário para elas exatamente dessa forma”.⁴¹⁰

Na Casa de Educandos, o discurso sobre as maneiras de se portar, isto é, os modos de procedimento, os cuidados com o corpo eram, por assim dizer, tratados sobre higiene. Do ponto de vista dos manuais civilizatórios, regras para com o aceio e higiene constituíam não só uma necessidade corporal como principalmente uma exigência da sociedade civilizada. Regras que deveriam ser obedecidas a bem da saúde, do decoro e do convívio com os semelhantes. Assim sendo, a partir das orientações do Manual de Monteverde se constituiu a ideia de que ser civilizado implicava no zelo para com o corpo e o vestuário, no cuidado com o decoro e compostura, nas formas adequadas de tratamento, nas maneiras de se portar diante de seus superiores, etc. Enfim, uma série de deveres morais relacionados a civilidade que Monteverde classificou de “leis da decencia e usos admitidos”. Variáveis de acordo com o tempo e os lugares, esses deveres diziam respeito ao que parecia bem ou conveniente ao decoro (leis da decencia) e correspondiam a “certas formulas que se *[introduziam]* na politica ou na cortesia, e que *[tinham]* sua importância na sociedade” (usos admitidos). “Boas maneiras” cuja

⁴¹⁰ ELIAS, 1994, p. 81.

observação e prática poderia, segundo a intrução dos manuais civilizatórios, trazer grandes benefícios ao convívio social, do contrário, redundaria em grandes prejuízos para sociedade.⁴¹¹

Considerando que civilidade estava atrelada à ideia de prosperidade e ao espírito de sossego e satisfação, aspectos que aparecem em evidência nas nossas fontes de pesquisa, mormente, nos relatórios dos presidentes da província do Piauí nas diversas referências a essas questões, destacamos agora quatro pontos privilegiados pelas práticas educativas da Casa de Educandos Artífices do Piauí e que, de acordo com os manuais civilizatórios, convinham a boa civilidade: primeiro, procedimento moral adequado, o que provinha de uma boa educação; segundo, qualificação das classes pobres para o trabalho, daí, instruir na arte de um ofício; terceiro, empenhar-se em evitar toda espécie de males sociais, aqui se encaixa perfeitamente a ideologia da higienização; quarto e último, contentar-se com o que possuía. Como reza um dos manuais do senhor Monteverde de grande circulação no Brasil e em Portugal:

*A felicidade n'este mundo não consiste em possuir muitas riquezas e honras, mas sim em ter o espirito socegado e satisfeito. Qualquer cidadão ou artista, podendo viver honradamente com o produto do seu trabalho, e contente com a sua sorte, é tão feliz como o maior monarca. Para conseguir este socego d'espirito e esse contentamento, é necessario, em primeiro lugar, pensar bem, e obrar com rectidão, porque o homem máo vê-se sempre perseguido pelos remorsos da consciencia, que pertubão a sua felicidade interna, e está exposto á inimizade dos outros homens e aos castigos que estes lhes podem dar n'esta vida, alem das penas eternas que na outra o esperão. Em segundo lugar, é preciso que aquelles que são pobres aprendão um officio, ou escolhão alguma profissão com que possão ganhar a vida honestamente; devendo os próprios ricos applicar-se com affinco ao estudo, para poderem ser uteis á sua patria, empregar agradavelmente o seu tempo, e evitar o aborrecimento, companheiro inseparavel da ociosidade, e o maior tormento imaginável. Em terceiro lugar, convem evitar todos os males, tanto moraes, como físicos, abstendo-se de tudo quanto possa produzir afflicções no animo, ou enfermidades no corpo. E quando apesar de todo o nosso cuidado, não pudermos evitar nem as afflicções nem as enfermidades, não devemos succumbir, mas antes soffrel-as com valor e procurar, quanto antes, remedial-as ou compensal-as. Em quarto lugar, devemos estar satisfeitos com os bens que Deus nos deu, e que pudermos alcançar com o nosso trabalho, sem ambicionarnos possuir mais. Os desejos desregrados são os nossos maiores inimigos porque occupado-nos incensantemente com o afan de conseguir o que não temos, não nos permitem gozar socegradamente aquillo que possuímos.*⁴¹²

Diante disso, nada mais conveniente do que criar na província do Piauí estabelecimentos como a Casa de Educandos que corroborassem para o alcance desses objetivos, afinal, no

⁴¹¹ Cf. Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrução primaria por Emilio Archilles Monteverde aprovado pelo Conselho Geral d'Instrução Publica, oitava edição, revista e melhorada. Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 242-243. Grifo nosso.

⁴¹² MONTEVERDE, [18--], p. 71. Grifo nosso.

imaginário político da época, a civilização provincial não seria possível sem que se implantassem medidas, tais como, a política de higienização, sem a qual, não haveria o melhoramento social. Como esclareceu o presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos – idealizador da Casa de Educandos – em sua fala aos deputados da assembléia legislativa provincial,

[...] promover com perseverança esse melhoramento, quer no moral, quer no material, he obrigação vossa, e minha, que só bem satisfeita pode ser, dando-nos reciprocamente as mãos, e empenhando todos os esforços em ordem á fazer adiantar-se a Provincia, e trilhar as vias da prosperidade, e da civilização, de que tanto carece [...].⁴¹³

Apesar de toda esta concepção teórica, na prática, o discurso higienista na Casa de Educandos Artífices do Piauí não se processou da forma como previa a legislação acerca das normas de instalação e funcionamento daquele tipo de instituição. Sobre esta questão vale salientar que, no que diz respeito à higienização do espaço escolar reservado aos educandos, as fontes evidenciam que aparentemente havia uma certa disparidade entre o que o discurso médico higienista orientava acerca dos procedimentos de instalação e conservação do estado sanitário das chamadas “casas de educação” e a realidade cotidiana vivenciada pela Casa de Educandos ao longo de seus 24 nos de existência. De acordo com Gondra, “o afastamento do mundo urbano a partir da busca de um ar saudável, é tido como um critério a cuja obediência deveria ser submetida a decisão de se construir casas de educação”,⁴¹⁴ critério este, não considerado no caso do Estabelecimento de Educandos do Piauí, que como vimos, sempre esteve instalado em residências ou prédios públicos localizados no centro urbano das cidades onde funcionou (Oeiras e Teresina). Como se não bastasse, no âmbito da casa, o ambiente nem sempre foi salubre, ou seja, a precariedade do espaço escolar e o seu mau estado de conservação não contribuía para a saúde dos educandos. Como exemplo do que estamos dizendo, relacionamos abaixo mais duas referências que trata da questão. Em ambas, os presidentes provinciais associam o ambiente insalubre da Casa de Educandos à falta de instalações e acomodações apropriadas.

No intuito de melhorar o estabelecimento nesta parte, e até por terem alguns Educandos soffrido de uma molestia no nariz, que assegura o Medico do Partido Publico ser contagiosa, e provir de achar-se a casa em lugar baixo, e pouco arejado procurei outra, que com vantagem a substituisse, porem, não achando, mandei que o Director providenciasse de forma, que desaparece humidade da casa, e tudo quanto fosse prejudicial á saude; ordenando

⁴¹³ Relatório que dirigio o Exm.º Presidnte da província do Piauhy Zacarias de Goes e Vasconcelos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de julho de 1847. Oeiras, na Typographia Provincial, p. 3.

⁴¹⁴ GONDRA, 2004, p. 167.

igualmente alguns concertos, que já, tiveram começo. Mediante as cautelas do Director, e os remédios applicados aos Educandos, que Soffrião de tal enfermidade, já estão uns bons, e outros melhorados. A minuciosidade, com que o Director tratou do estabelecimento no seu relatorio, me exime de dizer-vos mais alguma cousa a respeito d'elle. Não finalizarei porém esta parte, sem fazer-vos sentir a conveniencia de authorisardes a Presidencia, para comprar, ou mandar construir uma casa com proporções adaptadas ao dito estabelecimento.⁴¹⁵

Podemos perceber nas tentativas que diz ter feito o vice-presidente Baldoino José Coelho para melhorar o estado e as condições sanitárias do estabelecimento que, de fato, a política de higienização era para ser levada muito a sério no âmbito daquela instituição e que, em hipótese alguma, se deveria negligenciá-la, doutra forma, o resultado de tal atitude redundaria num quadro deplorável de um ambiente que se transformaria em um foco de doenças e enfermidades como o que ele descreve em sua fala.

Da mesma preocupação parecia compartilhar o vice-presidente José Mariano Lustosa do Amaral que afirmou que

A casa particular em que se achão os Educandos artifices é inteiramente falta dos commodos indispensaveis, para que possão trabalhar regulamente as diverssas officinas, e [?] se colloquem os mesmos educandos, ora agglomerados quartos, nas condicções desejeveis de salubridade e de instrucção, em que devem permanecer. A boa direcção de que depende o desenvolvimento moral de tão util e humanitaria instituição não é menos desejevel e necessária para que [possa] attingir satisfactoriamente os seos fins.⁴¹⁶

Então, podemos inferir destas citações que, para além de mera preocupação com a organização daquele espaço compartilhado por educandos e outros agentes sociais com os quais eles interagiram, havia a intenção de se evitar toda a espécie de males sociais que ameaçavam a saúde e, conseqüentemente, a vida do ser humano. Pois como declarou Gondra ao relacionar a arquitetura escolar como um dos critérios a se considerar para a construção de “casa de educação”: “selecionar materiais e dispor o edifício adequadamente, segundo tais argumentos, demonstrava o objetivo de controlar o perigo representado pela umidade do ar, cujo descontrole poderia favorecer o surgimento e proliferação de doenças”.⁴¹⁷

⁴¹⁵ Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy na abertura de sua sessão ordinaria no dia 1º de novembro de 1855 pelo Excelentissimo Senhor Vice-Presidente da Provinci Baldoino José Coelho. S. Luiz: Typographia do – Progresso – Rua Sant’-Anna nº 47. Impresso por B. de Mattos, 1856 [?], p. 18.

⁴¹⁶ Relatorio apresentado ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Doutor Diogo Velho Cavalcante D’Albuquerque, presidente da Provincia do Piauhy, pelo 1º Vice-Presidente o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Doutor José Mariano Lustosa do Amaral no acto de passar-lhe a administração em 5 de novembro de 1859. Theresina: Typographia Constitucional, Rua Grnde nº [?], 1860. p. 6

⁴¹⁷ GONDRA, 2004, p. 173.

A preocupação com a salubridade da Casa de Educandos – torná-la mais cômoda, arejada, iluminada, acabar com a umidade, etc. – reflete muito bem princípios higiênicos adotados como medidas preventivas pelo governo provincial no intuito de “[...] preservar a população de qualquer flagello epidêmico [...]” e que por meio de órgãos como a Junta Central de Hygiene procurava conscientizar a população a se unir a ele (o governo) na

[...] difícil, mas importantíssima e gloriosa empreza da salvação publica, pois que (e ninguem desconhecerá esta verdade) todo aquelle que guardando os preceitos reomendados pela hygiene, procura preservar-se da calamidade de occurrente, contribue mui directa e efficazmente para atenuar o mal de todos.⁴¹⁸

Analisando as medidas higiênicas adotadas pela administração da Casa de Educandos à luz dos preceitos que acabamos de mencionar, percebemos entre eles tantas semelhanças que tais medidas aparentemente reproduzem os ditos preceitos no interior daquela instituição. As exigências determinadas pelo regulamento daquele estabelecimento acerca da conservação do “maior aceio possível” e a remoção do interior de suas dependências de tudo que não contribuísse para o bom estado sanitário daquela instituição encontram reflexo nas orientações prescritas pelo discurso médico higienista daquela época. O que não é de se admirar, tendo-se em conta que no Brasil do século XIX, o discurso médico na defesa dos interesses do Estado – presente nos lares e nas escolas – empreendia campanhas de conscientização, moralização e higiene coletiva direcionada a todas as classes sociais. Como destacou Costa ao referir os tipos de intervenção normativa que na defesa da “saúde física e moral das famílias, executavam a política do Estado em nome dos direitos do homem”, a medicina doméstica para ricos e as campanhas de moralização e higiene coletiva direcionadas às camadas pobres da população constituíam “medidas normalizadoras” instituídas pela elite imperial com a finalidade de “organizar uma sociedade independente”.⁴¹⁹

Tratar do tema ideologia higienista e civilização é um assunto que nunca se esgota, mas antes de encerramos nossas considerações sobre a temática gostaríamos de expor algumas razões hipotéticas que talvez ajudem a explicar os motivos pelos quais as autoridades responsáveis pela Casa de Educandos Artífices do Piauí, contrariando as orientações do discurso médico higienista sobre os critérios de escolha do local para instalação de “casas de

⁴¹⁸ A junta central de hygiene publica aos habitantes desta capital. In: A Imprensa: periódico politico. Anno I. Theresina, sabbado 19 [?] de maio de 1866. Nº 43. Theresina – Typ. da – Imprensa. p. 1.

⁴¹⁹ Cf. COSTA, 1979, p. 51-52.

educação”, escolheram instalá-la em residências ou prédios públicos localizados no centro urbano das cidades onde ela funcionou e não afastada deles.

Em Teresina, por exemplo, capital planejada para atender, possivelmente, aos “princípios do planejamento urbano-higiênico”, os endereços que ocupou sempre estiveram localizados em ruas próximas do centro da cidade. Primeiro, o Estabelecimento de Educandos foi transferido para a nova capital da província na ocasião em que ela estava em processo de construção, portanto, não havia um local próprio para sua instalação, o que obrigou o governo provincial a instalá-lo em um “próprio provincial”⁴²⁰ ou alugar casas particulares que servissem a esse fim⁴²¹. Considerando que no início da ocupação da nova capital da província do Piauí o presidente provincial, José Antônio Saraiva, querendo agradecer “[...] proeminentes da Vila do Poti, os quais custearam as despesas da transferência da capital, além de arregimentar mais pessoas interessadas em investir na região para facilitar o processo de consolidação da nova capital”,⁴²² resolveu ceder-lhes, bem como, aos “poderes locais”, a área mais importante da cidade, a saber, a praça Deodoro a partir da qual a cidade começou a crescer. Concluímos, então, que os prédios ou residências nos quais funcionaram a Casa de Educandos ficavam todos próximos à área nobre da cidade, uma vez que foram cedidos pelo governo provincial ou alugados por ilustres cidadão pertencentes à classe alta da sociedade. Essa é nossa primeira hipótese. A segunda está relacionada às pessoas que frequentavam ou trabalhavam no estabelecimento – diretores, médicos do partido público, professores, mestres das oficinas, etc. O trabalho prestado por estas pessoas era de fundamental importância para o bom funcionamento do internato e elas deveriam por determinação legal – conforme demonstramos na análise feita acerca das funções de cada funcionário da escola – dar expediente diário naquela instituição e, depois de um determinado tempo, passaram até a assinar o livro de ponto onde se registrava o horário de entrada e saída dos funcionários e que de acordo com o regulamento daquela Casa deveriam comparecer nos horários determinados pelo dito regulamento. Se a

⁴²⁰ Prédios ou estabelecimentos públicos tais como secretaria, teatro, mercado, câmara, cadeia, hospitais, escolas, etc., eram considerados “próprios provinciais”. Ver por exemplo, “Obras publicas provinciaes”. In: Relatório com que o 2º Vice-Presidente da Província, Dr. Antonio de Sampaio Almendra passou a administração da mesma ao Exm. presidente Dr. Franklin Americo de Menezes Doria no dia 28 de maio de 1864. Typographia – Progressista – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1865, p. 12.

⁴²¹ De acordo com a fala do presidente José Antonio Saraiva registrada no relatório de 1851, a Casa de Educandos Artífices do Piauí, relacionada entre as principais repartições públicas do Piauí, gerava aos cofres públicos uma despesa equivalente a 420,000 réis anuais de aluguel, para ser mais preciso, 35,000 réis mensais. Cf. Anexo nº 9, *Orçamento da despesa com aluguel dos edifficios necessarios para as Repartições publicas na nova Capital*. In: Falla que o presidente da província do Piauí Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio á Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 3 de julho de 1851. Oeiras na Typ. Sagrarena.

⁴²² BRAZ E SILVA, 2012, p. 227.

escola tivesse sido estabelecida na zona rural, em lugares muito afastado do centro, provavelmente a dinâmica de deslocamento destas pessoas seria muito mais difícil, tendo-se que pensar alternativas para se contornar essa dificuldade. Uma terceira e última hipótese é que estar situado em locais próximo ao centro de Teresina era mais conveniente para os planos de urbanização local, afinal, como dissemos, a cidade estava em vias de construção e desenvolvimento e, neste sentido, a Casa de Educandos teve participação ativa neste processo através da prestação de serviços diversos contratados e, muitas vezes, até cedendo pessoal para trabalhar nas obras públicas de Teresina como vimos anteriormente ao referir a criação daquela seção de aprendizes de pedreiro que, sob a orientação do seu mestre, prestava serviços fora do estabelecimento.

Por fim, diante de tudo que foi dito, a suma é: o discurso médico-higienista enquanto prática educativa da Casa de Educandos Artífices do Piauí tinha por finalidade doutrinar de tal forma os internos daquela instituição que se pudesse transforma-los em “cidadãos metropolitanos”, isto é, convertê-los a uma “nova ordem urbana” que na concepção da elite local era de fundamental importância para seus planos de desenvolvimento e progresso provincial. Para tanto, a adoção de determinados saberes, tais como, os manuais civilizatórios do senhor Emilio Archilles Monteverde foram fundamentais, pois na qualidade de guias instrucionais, detentores de regras que orientavam o comportamento social da época, eram utilizados para educação da mocidade com o propósito de inculcar-lhes princípios de civilidade, a saber, a virtude, a moral, o respeito ao semelhante, e sobretudo, à decência a aos usos admitidos socialmente. O que de certa forma não se aplicava só aos internos, uma vez que os planos de civilização local abrangiam toda a população, fato evidenciado pela presença da ideologia higienista também nos códigos de conduta provincial. Isso nos leva a acreditar que o discurso médico higienista assim como outras práticas educativas da Casa de Educandos citadas neste trabalho, deveriam transpor os muros da escola, afinal, como declarou Gondra: “[...] a população em geral e os alunos dos colégios em particular são os objetos a serem tratados – em sentido médico – pelos modelos e preceitos científicos mobilizados para expor matérias propriamente médicas”.⁴²³

⁴²³ GONDRA, 2004, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central o estudo das relações de poder que os internos da Casa de educandos Artífices do Piauí estabeleceram com os agentes sociais (diretores, professores, mestres das oficinas, Agentes) que atuaram naquela instituição no período compreendido entre 1849 a 1873. Na tentativa de mostrar como estas relações foram constituídas, buscamos ao longo deste trabalho mostrar como o Governo provincial, na qualidade de principal força organizadora da instrução pública, articulou a criação daquela instituição social em conexão com seus planos de civilização regional. Demonstramos que aquela escola constituiu espaço de poder disciplinar e disciplinador de indivíduos marginalizados pela elite local, os quais desejavam afastar do convívio social para que fossem educados e ressocializados por meio de práticas educativas aqui identificadas também como “as maneiras de fazer” da escola, isto é, estratégias capazes de auxiliarem na regeneração social daqueles indivíduos admitidos na dita instituição.

Inicialmente, numa tentativa de reconstituição da história da Casa de Educandos Artífices do Piauí, partimos da análise do cotidiano da infância pobre da província com o propósito de compreender a relação entre os modos de vida, as formas de educação, os valores culturais, etc., das crianças pertencentes às camadas desfavorecidas da população e a emergência da implantação de um projeto civilizatório que buscando contemplar uma série de questões de ordem cultural, social, econômica e política, corroborasse com os planos de organização de uma sociedade pensada conforme os padrões determinados pela elite local.

A partir do exame das práticas educativas e das formas de inserção social da criança provinciana constatamos que, na tentativa de organização da sociedade para implantação do dito projeto civilizatório, foi necessário montar toda uma estrutura pela qual se pudesse romper com os maiores entraves ao desenvolvimento local. A criação de estabelecimentos de ensino como a Casa de Educandos – internato que abrigou órfãos desvalidos com a finalidade de os habilitar para a vida em sociedade por meio de práticas educativas, tais como, a educação e o trabalho – concorreu de forma significativa para a estruturação da sociedade piauiense oitocentista, uma vez que, como demonstramos, aquela instituição se constituiu num instrumento do governo para regeneração do ser social dos internos. Regeneração esta que incluía não apenas a recolocação social daqueles indivíduos através do estabelecimento de novas regras, valores e normas, como também a sua exclusão, ainda que por tempo determinado, caso não se adequassem aos novos padrões de civilidade.

Assim como ocorreu na relação cotidiana da infância pobre da província do Piauí com indivíduos pertencentes a outros grupos sociais, o aprendizado para a vida prática e as relações de poder no interior da Casa de Educandos foram marcados pelo exercício do poder, disciplina e hierarquia. Isso se percebe nas relações de pais para com filhos, professores para com alunos, nas brincadeiras de criança e, como não poderia deixar de ser, através das normas estabelecidas pelo regime interno daquela instituição. Estamos convencidos de que as relações de poder estabelecidas entre os indivíduos que frequentaram a Casa de Educandos Artífices do Piauí durante o seu tempo de atuação foram constituídas por práticas cotidianas pelas quais os educandos de acordo com as suas condições, possibilidades e criatividade foram produzindo as suas próprias “maneiras de fazer” (fugas, evasões, recusa para o trabalho, abaixo assinado, atos de insubordinação e rebeldia, etc.) no intuito de se desvencilharem das redes de vigilância elaboradas pela escola. Uma vez caracterizada pelo rigor do exercício do poder, da disciplina e da hierarquização, tais relações se tornaram arbitrárias como demonstramos nos comentários a respeito das determinações do regulamento interno da escola, na apresentação do “mundo do internato” e da sua organização espacial, na arbitrariedade dos discursos civilizatórios, nas estratégias utilizadas pela escola para manter o controle e disciplina sobre os internos e nas suas formas de resistência.

Esperamos também ter esclarecido, que o problema com os planos de civilizar a província não estava, necessariamente, nas tentativas de promoção da ordem e do progresso provincial do Piauí oitocentista, nem tão pouco no desejo das autoridades governamentais de proteger e/ou assistir a infância pobre da província, em nossa concepção, essas iniciativas constituíram medidas necessárias e dignas de louvor, o que criticamos foi a forma como aquelas ações propostas foram executadas e a verdadeira intenção por trás da aparente capa de misericórdia das autoridades locais, a saber, limpar a sociedade de uma ameaça em potencial – os filhos pobres da província e desvalidos da sorte.

Quanto ao perfil dos indivíduos que frequentaram a Casa de Educandos Artífices do Piauí vale salientar que essa foi uma tarefa difícil de estabelecer, tarefa que Irma Rizzini (2004) classificou como “[...] um desafio que poucos pesquisadores conseguem vencer [...]”.⁴²⁴ Contudo, é possível afirmar com base nas fontes analisadas que, em sua maioria, os internos provinham das classes pobres da sociedade, órfãos “desvalidos da sorte”, filhos de pais pobres que não podiam custear a educação de seus filhos. Antes do término deste trabalho conseguimos

⁴²⁴ RIZZINI, 2004, p. 183.

identificar alguns casos específicos que atestam que a escola também foi frequentada por alguns indivíduos que representaram uma exceção aos padrões de admissão determinados pelo regulamento da Casa de Educandos. É o caso do índio Belisario que a pedido do presidente da província foi admitido no Estabelecimento em 1854; da escrava Victorina e seus 3 (três) filhos que foram abrigados por mais de um ano naquela instituição; do educando Culquesio [?] Fernando de Noronha, parente e protegido do contador da Fazenda provincial, Antonio Fernando de Noronha⁴²⁵ e do “[...] pretinho escravo discípulo de sapateiro [...]” que segundo o jornal *A Imprensa*, “por ordem do vice-diretor” do Estabelecimento, mandou “castigar com palmatoria” ao educando Manoel Alves da Cruz no dia 24 de maio de 1869.⁴²⁶ Só para citar alguns exemplos.

Outro fato que procuramos destacar foi a tênue relação entre a fundação da Casa de Educandos e o estado de pobreza na província do Piauí. Como demonstramos ao ressaltar suas características socioeconômicas, o atraso do Piauí em relação a outras províncias do império marcado pelo isolamento geográfico, pela agricultura de subsistência, relações sociais arbitrárias, escassez de trabalho, moeda, etc., não favoreciam o seu desenvolvimento, razão pela qual o governo provincial, especialmente, a partir da administração do Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos (1845-1847), buscou alternativas que corroborassem para o desenvolvimento e progresso provincial e, entre elas, podemos apontar com plena convicção, a criação do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí. Por meio daquela instituição se pretendia qualificar para o trabalho crianças provenientes das camadas pobres da sociedade considerados, insistimos, um perigo em potencial segundo as autoridades locais e, do ponto de vista educacional, regenerá-las socialmente afim de que pela admissão daqueles indivíduos na dita escola, se pudesse afastar da sociedade empecilhos à ideia de civilização, tais como, a ignorância, o ócio, os vícios e os crimes, pelos quais, se responsabilizava a maior parte da população piauiense.

Ao discorrermos sobre a administração, o regimento interno e a disciplina da Casa de Educandos Artífices do Piauí, mostramos que o cotidiano dos educandos no interior daquela instituição social foi marcado por relações de poder, em sua maioria, pautadas pelo espírito de

⁴²⁵ Relatório do Inspector da administração da Fazenda Provincial Odorico Brasilino D’Albuquerque Rosa. In: p. 1-2. Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. – 1869.

⁴²⁶ *Casa de Educandos*. In: *A imprensa: órgão do partido liberal*. Anno IV. Theresina, Sabbado 3 de junho de 1869, nº 202. Theresina. – Typ. da Imprensa – Impresso por Antonio Joaquim do Amaral Sobreira, rua Barroso n. – 1869, p. 2 e 3.

confrontação onde muitos internos e outros agentes sociais com os quais interagiram se opuseram a muitas das imposições próprias daquela casa de educação. Demonstramos que naquele espaço de poder e saber as experiências vividas pelos educandos e funcionários públicos que serviram àquele estabelecimento de ensino foram diversas e se deram de maneira diferenciada para cada um deles, tendo-se em conta, é claro, o lugar e a trajetória de vida de cada um: enquanto alguns se adaptaram sem maiores dificuldades às exigências daquela escola, outros ofereceram grande resistência e pela forma como praticaram aquele espaço, buscaram ressignificá-lo segundo suas aspirações; uma boa parte dos internos que constituíam o corpo de educandos, nem sequer se adaptaram aquele espaço e, constantemente, irrompiam com significativas disputas, conflitos e oposições, o que procuramos esclarecer ainda mais ao apresentar as práticas educativas daquele internato de órfãos desvalidos.

Quanto às práticas educativas do Estabelecimento de Educandos Artífices aqui analisadas, vimos a importância da militarização e catequização da infância, bem como, da educação, instrução, trabalho e política de higienização para os planos de desenvolvimento local. A implantação de tais práticas favoreceu o alcance por meio daquela instituição de um dos principais objetivos para o qual foi criada, a saber, a civilização das camadas mais pobres da população e, desta forma, a determinação do seu lugar e função na organização e manutenção da sociedade piauiense oitocentista.

Portanto, como demonstramos, na qualidade de “[...] asylo destinado na provincia a educação da infância [...]”, durante o seu período de atuação (1849-1873) o Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí foi utilizado pelo governo provincial para educar e qualificar para o trabalho as crianças provenientes das camadas mais pobres da população piauiense. Para além de um estabelecimento de abrigo e proteção à infância pobre da província, a ideia se constituiu num meio eficiente pelo qual o governo promoveu o desenvolvimento econômico do Piauí e procurou consolidar um projeto de civilização regional que pretendia a regeneração sociocultural das classes menos favorecidas da população. Tarefa para qual concorreram as práticas educativas que se articularam naquela instituição, sem quais, a transmissão dos saberes necessários à forma de socialização pensada pela elite política da época para os indivíduos admitidos naquela escola não teria se tornado possível.

FONTES

1. Relatórios – Center for Reseach Libraries da Universidade de Chicago/EUA. Digital Delivey System. Relatório dos presidentes, Época do Império, 1835-1889. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso em: jun de 2015.

- Relatório do Presidente da Provincia do Piauhy na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1845. Oeiras, na Typographia Provincial.
- Relatório do Presidente da Provincia do Piauhy na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 11 de julho de 1846. Oeiras Na Typographia Provincial.
- Relatório que dirigio o Exmº Presidente da Província o Piauhy Zacarias de Goes e Vasconcelos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de julho de 1847. Oeiras na Typographia Provincial.
- Relatório do Vice-Presidente da Provincia do Piauhy Na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de julho de 1848. Oeiras Na Typ. provincial.
- Fala com que que o Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Anselmo Francisco Peretti [abriu] a Assembleia Legislativa Provincial no dia 5 de julho de 1849. Oeiras, na Typographia Saquarema.
- Falla com que o Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 3 de julho de 1851. Oeiras, na Typ. Sagraremá.
- Acto nº 6, relatório sobre o Estado do estabelecimento. In: *Falla que o Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assembleia Legilativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 3 de julho de 1851*. Oeiras, na Typ. Saquarema.
- Anexo nº 9, Orçamento da despesa com aluguel dos edifficios necessarios para as Repartições publicas na nova Capital. In: *Falla que o presidente da provincia do Piauhy Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio á Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 3 de julho de 1851*. Oeiras na Typ. Saquarema.
- Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Ex.^{mo} Senhor Presidente da Provincia José Antonio Saraiva na sessão aberta em 1º de Julho de 1852. Caxias: [Typ. Independente] de Filinto Elysio da Costa [?]. Rua do Sol, nº 16. 1852.
- Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Exmº Senhor, Vice-Presidente da Provincia Luiz Carlos de Paiva Teixeira. Na sessão aberta em o de 1º de julho de 1853. Therezina, em casa de João da Silva Leite, Rua Grande, nº [ilegível], 1853.
- Falla com que o Ilustrissimo Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinaria da Assembleia

Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854. Maranhão: Typ. do Observador F. M. de Almeida. Rua do Sol, nº 38. 1854.

- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Piauí na abertura de sua sessão ordinaria no dia 1º de novembro de 1855 pelo Excelentissimo Senhor Vice-Presidente da Provincia Balduino José Coelho. S. Luiz: Typographia do – Progresso – Rua Sant’-Anna nº 47. Impresso por B. de Mattos, 1856 [?].
- Relatório do Presidente do Piauí o Commendador Frederico D’Almeida e Albuquerque, apresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856. S. Luiz: Typographia do Progresso – Rua de Sant’ – Anna nº 17. Impresso por B. de Mattos. 1856.
- Relatório do diretor sobre o estado do Estabelecimento, anexo nº 8. In: *Relatório do Presidente do Piauí o Commendador Frederico D’Almeida Albuquerque, apresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856*. S. Luiz: Typographia do – Progresso – Rua de Sant’ – Anna nº 17 [?]. Impresso por B. de Mattos. 1856.
- Relatório com que foi entregue a administração do Piauí no dia 7 de março de 1857 ao Exm. Snr. 1º Vice-presidente Dr. Lourenço Francisco D’Almeida Catanho pelo seu antecessor o Exm. Snr. Senador Frederico D’Almeida e Albuquerque. Theresina: Typ. Constitucional: - de J. da S, Leite, 1857.
- Relatório que dirigio o Presidente da Província do Piauí ao Exm. Snr. Dr. João José de Oliveira Junqueira à Assembléa Legislativa Provincial aos 2 de julho de 1857. Maranhão. Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, 1857.
- Mappa nº 18. In: *Relatório que dirigio o Presidente da Provincia do Piauí o Exm, Snr. Dr. João José de Oliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial no dia 2 de julho de 1857*. Maranhão. Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, 1857.
- Relatório que dirigio o Presidente da Provinciaa do Piauí, o Exm. Snr. Dr. João J. D’Oliveira Junqueira, a Assembleia Legislativa Provincial no 1 de julho de 1858. Maranhão: Typographia da – Temperança – Impresso por J. Pereira Ramos, 1858.
- Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí Dr. Antônio Corrêa do Couto passou a administração ao Exm. Vice-presidente o Commendador Ernesto José Baptista no dia 27 de junho de 1859. Theresina, Typ. Constitucional, de J. da. S. Leite. – Rua Grande, nº [ilegível].
- Relatório apresentado ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Doutor Diogo Velho Cavalcante D’Albuquerque, presidente da Provincia do Piauí, pelo 1º Vice-Presidente o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Doutor José Mariano Lustosa do Amaral no acto de passar-lhe a administração em 5 de novembro de 1859. Theresina: Typographia Constitucional, Rua Grande nº [ilegível], 1860.
- Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauí Doutor Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque passou a administração da mesma ao

Excelentissimo Senhor 3º Vice-Presidente Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860. Theresina, Typographia Constitucional de J. da Silva Leite, [1860].

- Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 13 de julho de 1861. Therezina: Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1861.
- Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Doutor Antonio de Britto Souza Gayoso passou a administração da Provincia do Piauhy ao Excelentissimo Senhor Prezidente Doutor José Fernandes Moreira no dia 13 de julho de 1862. Theresina. Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1862.
- Relatorio que o Exm. Presidente da Provincia do Piauhy, Dr. José Fernandes Moreira, apresentou á Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua installação, no dia 10 de novembro de 1862. Theresina, Typographia Constitucional, Rua Grande, 1862.
- Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da Provincia do Piauhy ao Excelentissimo Senhor 2º Vice-Presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863. Theresina: Typographia Progressista, impresso por Manoel Victorianno Marques. [1864].
- Relatorio apresentado á Assembleia Lgislativa do Piauhy, no dia 1º de julho de 1864 pelo Presidente da Provincia Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos – Rua da Paz, 7. [1864].
- Relatorio com o 2º Vice-Presidente da Provincia, Dr. Antonio de Sampaio Almendra, passou a administração da mesma ao Excelentissimo Presidente Dr. Franklin Americo de Menezes Doria no dia 28 de maio de 1864. Typographia – Progressista – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1865.
- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 12 de julho de 1865, pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr., Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 3. 1865.
- Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de julho de 1866, pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr., Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos. Rua da Paz, 7. 1866.
- Balancete resumido do estado das differentes caixas da Administração de Fazenda Provincial do Piauhy, em 5 de outubro de 1866. In: *Relatório com que o Exm. Vice-Presidente da Provincia do Piauhy Dr. José Manoel de Freitas passou a administração ao Excelentissimo Presidentte Dr. Adelino Antonio de Lunna Freire no dia 5 de outubro de 1866*. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. 1866.
- Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de setembro de 1867 pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Lunna Freire. San’Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 7. 1867.

- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Polydoro Cesar Burlamaque Presidente da Provincia do Piauhy passou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas, segundo Vice-Presidente. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868.
- Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Piauhy no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo Vice-Presidente, o Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas. Maranhão, Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1868.
- Relatório do Director da Instrucção publica Manuel Idelfonso de Sousa Lima. In: *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo vice-presidente o Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas*. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7, 1868.
- Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d'esta Provincia ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, rua Grande nº 21 [?]. 1869.
- Relatório do Inspector da administração da Fazenda provincial, Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa. In: *Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869*. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. – 1869.
- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 1º de novembro de 1869 pelo Vice-Presidente da Provincia o Exm. Sr. Coronel Theotonio de Souza Mendes. San'Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos – Rua da Paz, 6 e 7. Imp. por M. F. Pires. 1870.
- Relatório do Director da Casa de Educandos nº 92. In: *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 1º de novembro de 1869 pelo Vice-Presidente da Provincia o Exm. Senr. Coronel Theotonio de Sousa Mendes*. San'Luiz do Maranhão: Typ. B. de Mattos, Rua da Paz, 5 e 7. Impresso por M. F. Pires. 1870.
- Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Theotonio de Souza Mendes, Vice-Presidente da Provincia do Piauhy entregou a administração da mesma provincia ao Presidente nomeado, o Exm. Snr. Dr. Antonio Luiz Vieira da Silva no dia 5 de dezembro de 1869. San'Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos. Impressor M. F. Pires. 1870.
- Relatório com que o Excelentissimo Senhor. Dr. presidente Luiz Antonio Vieira da Silva passou a administração da Provincia do Piauhy ao Excelentissimo Senhor vice-Presidente Dr. José Manoel Espindola Junior no dia 7 de maio de 1870. S. Luiz do Maranhão. Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. Imp. por M. F. Pires [1870].
- Relatório com que o 1º Vice-presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Manoel José Espindola Junior passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão em 25 de dezembro de 1870. Theresina: Typ. Da – Patria – Praça Aquidaban. 1870.

- Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da Provincia do Piauhy no acto de sua installação no dia 1º de julho de 1871, pelo Presidente da mesma, o Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão. San'Luiz do Maranhão: Typ. – B. de Mattos – Imp. por J. L. C. Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel de Barros Sousa Leão passou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. 4º Vice-Presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado no dia 27 de fevereiro de 1872. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. Por N. F. V. Pires. 1872.
- Falla com que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauhy, Dr. Pedro Affonso Ferreira abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de novembro de 1872. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. por N. F. V. Pires. 1873.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente, no dia 1º de fevereiro de 1873. Theresina: Typ. da Patria. – Praça d'Aquidabã. 1873.
- Anexo 4. Parecer da comissão que examinou o estado do Estabelecimento, datada de 5 de novembro de 1872. In: *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente, no dia 1º de fevereiro de 1873*. Theresina: Typ. da Patria. – Praça d'Aquidabã. 1873.
- Anexo nº 5. Parecer da comissão que examinou o estado do Estabelecimento, datada de 8 de novembro de 1872. In: *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-Presidente, no dia 1º de fevereiro de 1873*. Theresina: Typ. da Patria. – Praça d'Aquidabã. 1873.
- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 18 de julho de 1873, pelo Presidente da Provincia Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello passou a administração da provincia do Piauhy ao Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins, no dia 27 de abriu de 1874.

2. Periódicos – Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: jun de 2015.

- Actos do Poder Executivo. Decreto nº 5135 de 13 de novembro de 1872, Capítulo V, Atg. 67 e 69, que aprovou o regulamento geral para execução da lei nº 2040 de 28 de setembro de 1872. *O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno VI, Theresina 16 de janeiro de 1873, nº [248]*. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873.

- Actos officiaes – Do governo central: Ministerio do Imperio. *A Opinião Conservadora, Anno I. Theresina, terça-feira, 27 de janeiro de 1874, n° 3.* Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – 1873, p. 4.
- Africano livre. *A Imprensa: órgão do partido liberal. Anno VI. Theresina, quarta-feira 17 de maio de 1871, n° 303. Provincia do Piauhy.* – Impresso por Antonio Mendes Gonçalves.
- As festas de N.S. do Carmo na capella do estabelecimento de educandos. *A imprensa: órgão do partido liberal. Anno V. Theresina. – Quarta-feira-feira, 11 de agosto de 1869, n° 211, Theresina.* – Impresso por A. J. do A. Sobreira.
- A vagabundagem. *A Epoca: Orgão Conservador. Ano VII. Theresina 15 de fevereiro, n° 292. Ther.* – Impr. por Antonio F. Peixoto – 1884.
- A Imprensa. Theresina, 11 de outubro de 1870. *A Imprensa: órgão do partio liberal. Anno VI. Theresina. – Quinta-feira-feira 27 de outubro de 1870, n° 271.* Provincia do Piauhy. – Impresso por Antonio do Amaral Sobreira.
- A Imprensa: Theresina, 18 de agosto de 1865. *A Imprensa: periodico politico. Anno I. Theresina, sábado, [19] de agosto de 1865, n° 4.* Theresina – Typ. da Imprensa rua da Graça. Impresso por A. N. de Deos e Silva.
- À pedido. Ao Exm. Sr. Presidente da Provincia. *A Imprensa: órgão do partido liberal do Piauhy. Anno IV. Theresina, quarta-feira 3 de fevereiro de 1869, n° 184.* Impresso por A. J. do Amaral Sobreira. 1868.
- Assembléa Provincial. Discurso proferido pelo Sr. Deputado Joze Furtado de Mendonça na sessão de 29 de julho do corrente anno. *O Piauhy: Orgão do partido conservador. Anno VII. Theresina, 26 de agosto de 1873, n° 278.* Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – 1873.
- Assembléa Provincial. Discurso proferido pelo Sr. Deputado José Furtado de Mendonça na sessão de 12 de agosto de 1873. *O Piauhy: Orgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 30 de setembro de 1873, n° 282.* Typ. Constitucional. – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873.
- Cemiterio publico. *A Floresta: órgão do progresso redigido por uma associação. Anno I. Theresina, [31] de outubro de 1883, n° 2.* Typ. do «Telephone».
- CODIDO DAS LEIS PIAUIENSES. 1873. Tomo 31. Parte 1°. Secção 1°. Resolução 806. Publicada em 2 de agosto de 1873. *O Piauhy: Orgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 8 de agosto de 1873, n° 275.* Typ. Constitucional. – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873.
- Collaboração. Parnahyba 27 de dezembro de 1872. *A Imprensa: órgão do partido liberal. Ano VIII. Theresina, terça-feira 9 de janeiro de 1873, n° 369.* Provincia do Piauhy. Theresina – Typographia da Imprensa – Rua [Barroso] – Impressor Antonio Joaquim do Amaral Sobreira. – 1872.

- *Collegio. O Piauhy, órgão do partido Conservador, Anno III. Theresina, 31 de janeiro de 1870, nº 119.* Typ. – Constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva - 1870.
- *Collegio da Immaculada Conceição. O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 17 de agosto de 1872, nº 230.* Typ. Constitucional – Impresso por Antonio Ferreira Peixoto. – 1872.
- *Como prosperará o Piauhy? O Propagador, Anno II. Domingo 31 de julho de 1859, nº 78.* Theresina: Typ. – Independente – Impresso por Antonio da Costa Junior.
- *Como prosperará o Piauhy? O Propagador. Anno II. Domingo 21 de agosto de 1859, nº 80.* Theresina. Typ. – Independente – impresso por Galdino Marques de Carvalho. – 1859.
- *Como prosperará o Piauhy? O Propagador, Anno II, segunda-feira 3 de outubro de 1859, nº 86.* Theresina. – typ. – Independente – Impresso por João Nepomoceno Borges. – 1859.
- *Corrente, 1º de fevereiro de 1887. A imprensa: órgão do partido liberal. Anno XXII, Theresina, 25 de março de 1887, nº 962.* Theresina, 1887 – Impr. Joaquim d’O Costa.
- *Da civilidade. O Escholastico, Oeiras, sabbado 2 de março de 1850, nº 12.* Oeiras do Piauhy, na Typ. Saquarema, 1850. Impresso por Elias Soares da Gama.
- *Discurso pronunciado na câmara vitalicia pelo Exm. Sr. Senador – João Lustosa da Cunha Paranaguá (conclusão). A Imprensa: Orgão do partido liberal. Anno XIII. Theresina – quarta-feira, 31 de outubro de 1877, nº 522.* Theresina, 1877; impresso por Antonio da G. Neves [?].
- *Edítaes. O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno II. Theresina 15 de março de 1869. Nº 67.* Typ. – Constitucional – Impresso por Antonio da C. Neves. – 1869.
- *Edítaes. O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno III. Theresina 31 de janeiro de 1870. Nº 119.* Tip. – Constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1870.
- *Educação. A Epoca: órgão conservador. Anno I, Theresina 28 de dezembro de 1878, nº 39.* Ther. Rua Bella nº 42 – Impresso por Antonio Ferreira Peixoto. – 1878.
- *Educação da mocidade. A Imprensa: órgão do partido Liberal. Anno VI. Theresina, quarta-feira 8 de fevereiro de 1871, nº 287.* Provincia do Piauhy – Impresso [ilegível] Mendes Gonçalves – 187[1].
- *Ensino religioso. O Piauhy, Anno VI. Thersina 14 de agosto de 1872, nº 229.* Typ. Constitucional – Impresso por Antonio Ferreira Peixoto – 1872.
- *Expediente do dia 6 de maio de 1865. Idem do dia 10. A Imprensa: periódico politico. Anno I, Theresina, sabbado 25 de novembro de 1865, nº 18.* Theresina. – Typ. da – Imprensa – Impresso por – A. M. de Deos e Silva.

- Expediente do mez de fevereiro de 1865. Dia 16. *Liga e Progresso. Anno IV. Theresina, sexta-feira 23 de junho de 1865, n° 99*, Typ. – Progresista – Impresso por Manoel Victoriano Marques – 1865.
- Governo da provincia. Expediente do dia 5 de agosto de 1865. *A Imprensa: periodico politico. Anno I. Theresina, Sabbado 17 de março de 1866. N° 34*. Theresina – Typ. da – Imprensa.
- Governo da provincia. Expediente do dia 17 de agosto de 1866. *A Imprensa: periodico politico. Anno II. Theresina, Sabbado 27 [?] de outubro de 1866. N° 66*. Theresina – Typ. da – Imprensa.
- Governo da provincia. N° 3 – Estabelecimento de educandos artífices de Theresina, 3 de outubro de 1871. *O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 30 de novembro de 1872, n° 243*. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – Rua da Boa Vista. – 1872.
- Governo da Provincia. Regulamento n° 70 publicado em 25 de janeiro de 1868. Para a casa de prisão com trabalho. Art. 26, § único e Art. 27. *O Piauhy: órgão do partido conservador. Anno II, Theresina 2 de janeiro de 1869, n° 56*. Typ. Constitucional – Impresso por Antonio da Costa Neves. – 1868.
- História de Therezina por C. F. (continuação do n° 86 [?]) Educandos Artífices. *Diario do Piauhy: órgão official dos poderes do Estado. Anno I. Therezina, sexta-feira, 16 de junho de 1911. N° 88*. Redação e officinas – Praça Uruguayana n° 17 [?].
- História de Therezina por C. F. (continuação do n° 89) Educandos Artífices. *Diario do Piahy: Orgão Official dos Poderes do Estado. Anno I. Therezina, domingo, 18 de junho de 1911. N° 90*. Redação e officinas – Praça Uruguayana n° [17].
- Historia de Therezina por Clodoaldo Freitas (continuação do n° 90). Educandos Artífices. *Diario do Piauhy: Orgão Offical dos Poderes do Estado. Anno I. Therezina, terça-feira, 20 de Juno de 1911, n° 91*. Praça Uruguayana n° 17 [?].
- Jerumenha, 15 de outubro de 1878. *A Epoca: Orgão Conservador. Anno I. Theresina 23 de novembro, n° 34*. Ther. – Rua Bella 42. – Impresso por Laurentino Luiz da Silva [Sumé]. – 1878.
- A junta central de hygiene publica aos habitantes desta capital. *A Imprensa: periódico politico. Anno I. Theresina, sabbado 19 [?] de maio de 1866. N° 43*. Theresina – Typ. da – Imprensa.
- Manifesto do Congresso Republicano. *Oitenta e Nove, Anno II. Theresina 19 de maio de 1874, n° 23*. Theresina: – Imp. na Typ. de – David M. Caldas. – Rua da Palma. – 1874.
- Mofinas. *Liga e Progresso: jornal politico. Anno I. theresina, quarta-feira, 22 de outubro de 1862, n° 2, 1862, n° 2*.

- Publicações geraes. Colonia agrícola. *O Piahy: órgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 27 de novembro de 1873. nº 289.* Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873.
- Publicações geraes. Manga 28 de agosto de 1879. *A Imprensa: órgão do partido liberal. Anno XIII. Theresina, - sábado, 13 de outubro de 1877, nº 520.* Theresina, 1877: Impresso por Antonio da C. Neves.
- O Escholastico. *O Escholastico. 1849. quarta-feira. 31 de outubro, nº 9.* Oeiras do Piahy, na Typ. Saquarema.
- Outro de grosso calibre. *A Imprensa: órgão do partido liberal. Anno V. Theresina, 21 de julho de 1869, nº 209.* Theresina. – Impresso por A. J. do A. [Sobreira].
- Para o Sr. Cons. Ministro da justiça ver e providenciar. *A Epoca: órgão conservador. Ano I. Theresina 27 de outubro de 1878, nº 30.* Ther – Rua Bella 42. – Impresso por Laurentino Luiz da Silva Sumé [?] – 1878.
- Publicações geraes. Theresina, 13 de agosto de [1869]. *O Piahy: órgão do partido conservador. Anno III, Theresina, terca-feira 28 de setembro de 1869, nº 103.* Typ – Constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1869.
- Regulamento ao que se refere o decreto acima. Capitulo I. *A Imprensa: periodico politico. Anno III. Theresina, sabbado 1 de fevereiro de 1868, nº 132.* Theresina. – Typ. da Imprensa rua Barroso n. [?] – Impresso por Antonio Joaquim do Amaral Sobreira. – 1868.
- Regulamento provisorio do imperial instituto dos mininos cegos. *O Piahy: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 22 de março de 1873, nº 257.* Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da [Silva] Leite. – 1873.
- Resolução nº 726. Publicada em 6 de outubro de 1870. Approva as posturas das camaras de Theresina, Parnahiba e Valença. *O Piahy: O órgão do partido conservador. Anno IV. Theresina, 9 de novembro de 1870. Nº 148.* Typ. constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1870.
- Resolução nº 773. Publicada em 28 de novembro de 1872. *O Piahy: órgão do partido conservador. Anno VI. Theresina 10 de dezembro de 1872, nº 244.* Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – Rua da Boa-Vista, 1872.
- Resolução nº 808. Publicada em 4 de agosto de 1873. Extingue o estabelecimento de educandos artífices desta capital. *O Piahy: órgão do partido conservador. Anno VII. Theresina 8 de agosto de 1873, nº 275.* Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite. – 1873.
- Sociedade Emancipadora piauiense. *O Piahy: órgão do partido conservador. Anno IV. Theresina, 9 de novembro de 1870, nº 148.* Typ. Constitucional – Impresso por Euzebio José da Silva – 1870.

- *Transcrição, o que se está fazendo. O Piauí: órgão do partido conservador. Anno VI, Theresina, 23 de novembro de 1872, nº 242.* Typ. Constitucional = Impresso por Domingos da Silva Leite. Rua Boa-Vista, 1872.

2.1 Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm>>. acesso em: set de 2017.

- *O Panorama. Jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. nº 31, dezembro, 2, 1837.* Escriptorio da Direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Rua do Arsenal N° 55 = 1° Andar. Lisboa – Na Typographia da Sociedade. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama.htm>>. Acesso: setembro de 2017.

3. Manuscritos – Disponíveis no Arquivo Público do Estado Piauí – APEPI.

- *Contrato de locação de uma casa para servir de Estabelecimento, celebrado entre a Fazenda Provincial e o proprietário da casa, o Dr. Antonio Barros Leal Castelo Branco.* 1854. Arquivo Público do Estado do Piauí. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos. Códice 950 [?]. [18--].
- *Correspondências datadas de 05/05/1854, 14/05/1854 e 28/01/1855 [?] com referências ao vice-diretor interino do Estabelecimento Manoel Ximenes.* Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950 [?], ano [18--].
- *Correspondência datada de 13 de outubro de 1854 e enviada ao presidente provincial por João Alves.* Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950 [?], ano [18--].
- *Correspondência do diretor do Estabelecimento enviada ao presidente provincial José Antônio Saraiva em 15 de setembro de 1852 comunicando algumas providencias tomadas por ocasião de sua partida com os educandos à nova capital da província.* APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos, Códice 950 [?], [18--].
- *Correspondências enviadas para o presidente da província, ano 1859.* Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Palácio da Presidência da Província. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Correspondências enviadas para o presidente provincial, ofício de 10 de outubro de 1859.* Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Correspondência sem numeração datada de 24 de outubro de 1863.* SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950, ano [18--].
- *Ofício nº 63, datado de 28 de janeiro de 1854 e enviado pelo Chefe de polícia interino ao presidente provincial.* Registro de ofícios da presidência, SPE, Cod. 757, ESTN. 07, PAAT. O1, 1851/54, p. 109.

- *Ofícios sem numeração datados de 15 e 23 de dezembro de 1858.* SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950, ano [18--].
- *Ofício nº 44, datado de 11 de maio de 1859.* APEPI. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício nº 55 de 24 de julho de 1859 enviado ao presidente provincial, o Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.* SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos. Cod. 950 [?], [18--].
- *Ofício nº 90 recebido a 19 de agosto de 1859 quando se recomendou ao chefe de polícia a captura do educando Joaquim Honorato Ferreira.* APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício datado de 24 de outubro de 1864, solicitando ao presidente da província a aquisição de manuais enciclopédicos para a escola de primeiras letras.* Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices, caixa sem numeração. (1849-1873).
- *Ofício sem numeração datado de 17 de março de 1866 recomendando a exclusão do educando José João d’Araujo do Estabelecimento.* APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício sem numeração datado de 14 de setembro de 1866 e enviado pela diretoria da Casa de Educandos ao presidente provincial informando a fuga do educando Dorotheo José da Silva e solicitando a sua captura que foi recomendada ao chefe de polícia no dia quinze do mesmo mês e ano.* APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofícios sem numeração de 20 a 24 de setembro de 1866.* Arquivo Público do Estado Piauí – APEPI. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício sem numeração datado de 17 de junho de 1867.* Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício sem numeração, datado de 18 de junho de 1867 e enviado pelo Diretor do Estabelecimento, Padre Antonio Marques dos Reis ao chefe de polícia da província, Dr. José Manoel de Freitas.* APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício nº 295 de 06 de novembro de 1869 e ofício nº 103 de 30 de novembro de 1869.* APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração, (1849-1873).

- *Ofício nº 136 de 28 de abril de 1870.* SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950, ano [18--].
- *Ofício nº 4 [?], datado de 8 de julho de 1870.* APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício nº 266, datado de [7] de junho de [1871].* APEPI. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício nº 212 [?] de 21 de novembro de 1871.* APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício nº 01 de 26 de outubro de 1872.* APEPI – Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Ofício nº 9, datado de 23 de dezembro de 1873 enviado pelo diretor Evaristo Cicero de Macedo ao presidente Pedro Afonso Ferreira em resposta ao ofício de 21 de dezembro do dito ano ordenando-lhe informar o número de educandos que estavam para sair do Estabelecimento.* APEPI – Arquivo Público do Piauí. Palácio da presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí. Caixa sem numeração. (1849-1873).
- *Quadro demonstrativo dos empregados do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí com seus vencimentos, a saber:, nº 2, datado de 18 de junho de 1866.* APEPI. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos Artífices. Códice 950 [?], ano [18--].
- *Quadro geral demonstrativo dos Educandos Artífices da Província do Piauí.* Quadro nº 1 datado de 18 de junho de 1866. APEPI. SPE – Sala do Poder Executivo. Estabelecimento de Educandos Artífices. Códice 950 [?], ano [18--].
- *Relação dos Educandos que podem sair do Estabelecimento em vista da Resolução nº 188 de 10 de dezembro fornecida pelo diretor Evaristo Cicero de Moraes ao presidente Pedro Afonso Ferreira em 23 de dezembro de 1873.* APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Regulamento da Casa de Educandos encontrado no Arquivo Público do Piauí.* In: Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Diretoria dos educandos artífices. Caixa sem numeração (1849-1873).
- *Relação de objectos pertencentes a Caza dos Educandos Artífices que ficão recolhidos em hum quarto da caza Major José Lourenço de Britto.* 1852. SPE – Sala do Poder Executivo, Estabelecimento de Educandos, Cod. 950 [?], ano [18--].

4. Legislação – Arquivo Público do Estado Piauí – APEPI.

- Código de Leis Piauienses. 1849. Tomo 6º, parte 2ª, Secção 5ª.

- *Da administração.* Art. 17 do Regulamento nº 12 – Publicado a 20 de outubro de 1849. In: Código de Leis Piauienses. 1849. Tomo 6º. Parte 2ª. Secção 5ª. p. 45.
- Regulamento nº 12. – Publicado a 20 de outubro de 1849. In: Código das Leis Piauienses. Tomo 6º. Parte 2ª. Secção 5ª.
- Regulamento nº 51. Publicado a 25 de Abril de 1864. In: Código das Leis Piauienses. 1864. Tomo 22. Parte 2ª. Secção 8ª.
- Resolução nº 220 – Publicada a 24 de setembro de 1847. In: Código das Leis Piauienses. 1847. Tomo 8º. Parte [1ª]. Secção 5ª.

4.1 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei imperial de 15 de outubro de 1827 – publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso: setembro de 2017.

5. Manuais

- Encyclopédia das escolas de instrução primaria composta por distintos escriptores sob a direção do Sr. José Maria Latino Coelho, Tenente de engenheiros, Lente da escola polittechnica, Secretario da Academia Real das Ciencias de Lisboa, Deputado ás Cortes, etc. etc. etc. Lisboa, no escritório de Francisco Arthur da Silva, Rua dos Douradores, nº 72, 2º andar – defronte da torre da Igreja de S. Nicolau. 1864. Disponível em: <<https://archive.org/details/encycopediadase00coel>>. Acesso: dezembro de 2017.
- MONTEVERDE, Emilio Achilles. Manual Encyclopedico para uso das escolas d’instrução primaria por Emilio Archilles Monteverde aprovado pelo Conselho Geral d’Instrução Publica, oitava edição, revista e melhorada. Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 240.
- _____. Methodo facillimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possível por Emilio Archilles Monteverde, decima sexta edição aprovada pelo Conselho superior de Instrução Publica. Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor. 158, Rua da Prata, 160, Lisboa, [18--]. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/266>>. Acesso: setembro de 2017.
- _____. Mimo á infancia ou manual de historia sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas, tanto em Portugal como no Brasil; por Emilio Archilles Monteverde ordenado de 100 lindas etampas, representando os principaes successos referindos no velho e no novo testamento. Lisboa, Imprensa Nacional. 1859. Disponível em: <<https://gordonconwell.on.worldcat.org/oclc/222164511>>. Acesso em setembro de 2017.
- SARAZIN, M. Manual das escolas elementares d’ensino mutuo. Tradução de João Alves Portella. Typ. De A. O. da França Guerra e Comp. Bahia, 1854. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135020?show=full>>. Acesso: setembro de 2017.

- RENAULT, Victor. *Methodo Facil para aprender a ler em 15 lições* - 4a. Edição, 1875. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100353>>. Acesso: setembro de 2017.

6. Dicionário

- Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto, na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1409900/or1409900.pdf>. Acesso: dezembro de 2017.
- Novo diccionario da lingua portugueza. O mais exacto e mais completo de todos os dictionarios ate hoje publicados, contendo todas as vozes da lingua portugueza, antigas ou modernas, com as suas varias accepções, accentuadas conforme à melhor pronuncia, e com a indicação dos termos antiquados, latinicos, barbaros ou viciosos; os nomes proprios da geographia antiga e moderna; todos os termos proprios das sciencias, artes e officios, etc., e a sua definição analytica; seguido de um diccionario de synonymos. Por Eduardo Farias, fidalgo cavalleiro da caza de Sua Magestade e cavalleiro da Ordem de Christo. Segunda edição. Volume segundo. Lisboa, Typographia lisbonense de José Carlos D'Aguiar Vianna, rua dos Calafates, 114. 1851. Disponível em: <https://ia600201.us.archive.org/34/items/novodiccionariod02fariuoft/novodiccionario_d02fariuoft.pdf>. Acesso: dezembro de 2017.

6.1 Infopédia

- *prática (sociologia)* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-12-12 19:48:02]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$pratica-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/$pratica-(sociologia)). Acesso: dezembro de 2017.
- *requinta* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-04-17 19:07:56]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/requinta>. Acesso: março de 2018.

7. Endereços eletrônicos dos sites e bibliotecas digitais utilizados na pesquisa

- BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ DE MINDLIN. (<https://www.bbm.usp.br/>)
- BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital. (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (<http://www2.camara.leg.br/>)
- CENTER FOR RESEACH LIBRARIES DA UNIVERSIDADE DE CHICAGO/EUA. (<http://www.crl.edu/>)

- GORDON CONWELL – THEOLOGICAL SEMINARY (<https://gordonconwell.on.worldcat.org/discovery>)
- HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>)
- INFOPÉDIA – DICIONÁRIOS DO PORTO EDITORA (<https://www.infopedia.pt/>)
- INTERNET ARCHIVE. (<https://archive.org/>)
- REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFSC (<https://repositorio.ufsc.br/>)
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (<http://www.uc.pt/>)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 132.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos*. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. ou <http://www.oficinadepaleografia.org/normas-tnicas>, no site Oficina de paleografia/UFMG.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Eliomar Antônio Callegaro. *A cultura material, modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX*. Educação, Porto Alegre, v. 35, nº 1, p. 73-88, jan/abr de 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/10352/7543>>. Acesso: setembro de 2017.

BARCELLAR, Carlos. Fontes documentais: o uso e o mal uso dos arquivos. In: *PINSK, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas*. – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

BRAZ e SILVA, Angela Martins Napoleão. *Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império*. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 18, p. 216-236, 2012.

BOTO, Carlota. *O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX*. Revista de História das Ideias, Coimbra, v. 20, p. 229-255, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/41822>>. Acesso em outubro de 2017.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

CASTELO BRANCO, PEDRO VILARINHO. *Entre a história e a memória: práticas masculinas no Piauí oitocentista*. In: Projeto História, São Paulo, nº 45, pp. 187-217, dez. 2012.

CASTRO, César Augusto. *A educação de crianças pobres desvalidas na província do Piauí: Casa dos educandos artífices*. In: IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt10/GT10_2006_02.PDF> Acesso: Mar de 2014.

_____. *A educação profissional de crianças no Brasil império*. 2006. 296f. (Pós-doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo.

_____. *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís: EdFUNC, 2007.

_____. Os usos e as tipologias dos materiais escolares no Maranhão Oitocentista. In: *Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste*. CASTRO, César Augusto; CURY, Cláudia Engler; LOPES, Antônio de P. C; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; (orgs). São Luís: EDUFMA: UFPB: Café&Lápis, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. – Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA FILHO. Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*, Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. (Concurso Novos Autores) 167p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. – Lisboa, Portugal: Difel, 2002. (Coleção Memória e sociedade).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução Ruy Jungman. Vol. 1. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann. – [Edição Revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.

FALCI, Miridan Britto Knox. *A criança na província do Piauí*. – Teresina: Academia Piauiense de Letras, CDHAL, 1991.

FERNANDES, Robson de Lima. *Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí (1845-1873): educação e trabalho*. 2015. 83f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos.

FERNANDES, Rogério. Apresentação. In: MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. – Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Tradução de Antônio Penalves Rocha. – Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução de Guacira Lopes Louro. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 208p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. – 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. [tradução Dante Moreira Leite]. – São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 562p.

_____. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da educação brasileira)

HEIDDEGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

JOYCE, Patrick. “¿El final de la Historia Social?”. In: *Historia Social*, n. 50, (2004), p. 25-45.

JÚLIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Tradução de Gizele de Sousa. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/26/showToc>>. Acesso: setembro de 2017.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. – São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1Cd9oH5xwRWRG5NdmZ2ck5JM3M/view>>. Acesso: agosto de 2017.

LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. – São Paulo: Senac, 2008.

MAUAD, Ana Maria. *A vida das crianças de elite durante o império*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

MOTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361f. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife.

NOSSELA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2. ed. – Campinas, SP: Alinea, 2013.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Vol. 4. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

PESEZ, Jean-Marie. *A história da cultura material*. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

REGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REIS, Amada de Cássia Campos. *História e memória da educação em Oiras-Piauí*. 2006. 285f. (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

RIZZINI, Irma. *A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX*. Trabalho apresentado no Seminário comemorativo dos vinte anos do Proedes – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade/UFRJ/FE (2007) e ampliado, como subsídio ao projeto “Garantia de direitos na vida de crianças e adolescentes pobres: história e configurações atuais”, apoiado pela FAPERJ, p. 12. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1571>>. Acesso: setembro de 2017.

_____. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. 2004. 430f. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SANTIAGO, Z. M. P. *Arquitetura e instrução pública: a reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará*. 2011. 434f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. *As influências do Neoclassicismo na Arquitetura Brasileira a partir da Missão Francesa*, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12994>>. Acesso em: setembro de 2017.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil; 3)

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceito históricos*. 2. ed., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA LIMA, Cláudia. *De uma África sem história e razão à filosofia africana*. 2017. 151f. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em: <<http://www.ppphis.ufma.br/wp-content/uploads/2017/03/claudia-disserta%C3%A7%C3%A3o-com-ficha.pdf>>

SOUZA, Priscila de Moura. “Trôpegos passos”: a instrução no Piauí dos oitocentos. In: III Simpósio de História do Maranhão oitocentista: impressos no Brasil do século XIX, 2013. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/49.pdf>> Acesso em: 20 de fev. de 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais*. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf>. Acesso: setembro de 2017.

VINÃO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*. Disponível em: <http://www.oei.org.ar/edumedia/pdfs/T05_Docu3_Sistemaseducativosculturas Escolares_Vin ao.pdf>. Acesso: setembro de 2017.